



FACULDADE DE VIÇOSA

Ampliando Horizontes



Semana Nacional de Ciência e Tecnologia - 2025

**“Planeta Água:
Cultura oceânica para enfrentar as
mudanças climáticas no seu território”**

Viçosa - MG, 30, 31 de outubro e 1º de novembro de 2025
Evento integrante da 22ª Semana Nacional de Ciência e
Tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia

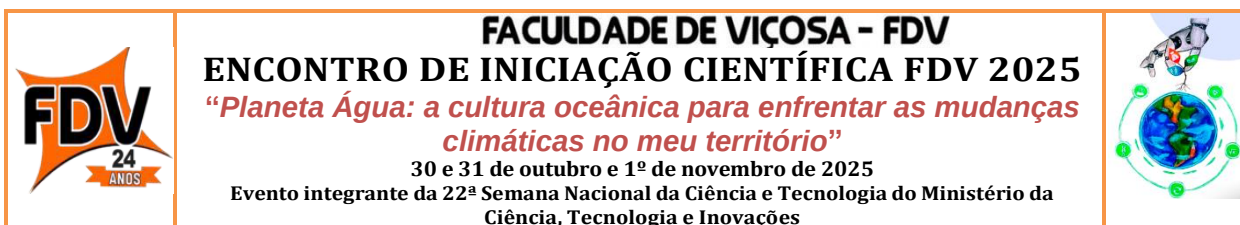


ENIC FDV

Encontro de Iniciação Científica

ANAIS...

ISSN 2527-1520



Anais do Encontro de Iniciação Científica 2025 da Faculdade de Viçosa - ENIC FDV 2025

Anais do Encontro de Iniciação Científica da Faculdade de Viçosa, FDV - 30 e 31 de outubro e 1º de novembro de 2025 (Editores: Roberto Santos Barbiéri, Alan de Freitas Barbieri, Carla Cristina da Silva, Poliana Aroeira Braga Duarte Ferreira e Rajá Reda Zorkot Sant'Anna).

Anual

ISSN 2527-1520

1. Anais do Encontro de Iniciação Científica da FDV - Periódico. I. FDV - Faculdade de Viçosa Anais 2025.

ASSOCIAÇÃO VIÇOSENSE DE ENSINO E PESQUISA LTDA. - AVEP

Prof. **Geraldo Magela da Silveira** - Presidente

FACULDADE DE VIÇOSA, FDV

Prof. Dr. **Roberto Santos Barbiéri** - Diretor Geral

Profa. Dra. **Carla Cristina da Silva** - Coordenadora dos Cursos de **Administração e Ciências Contábeis**

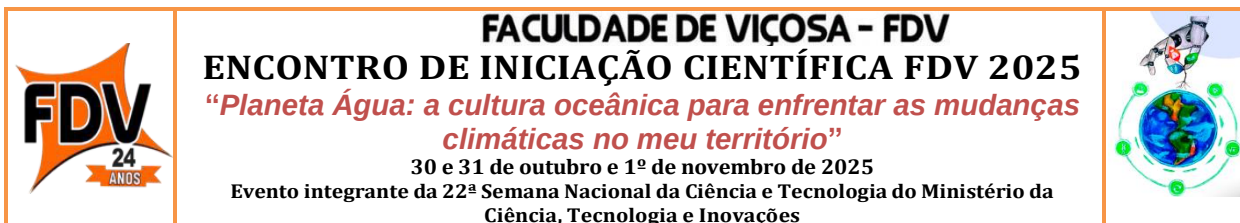
Prof. Ms. **Poliana Aroeira Braga Duarte Ferreira** - Coordenadora do Curso de **Direito**

Profa. Dra. **Carla Cristina da Silva** - Coordenadora dos Cursos de Engenharia Ambiental e Sanitária e Engenharia de Produção

Profa. Ms. **Rajá Reda Zorkot Sant'Anna** - Coordenadora do Curso de **Pedagogia**

Prof. Ms. **Alan de Freitas** - Coordenador dos Cursos de **Educação Física e Publicidade e Propaganda**

Prof. Dr. **Márcio Balduino Saraiva** - Coordenador do Curso de **Sistemas de Informação**



COMISSÃO ORGANIZADORA DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA FDV 2025

Prof. Ms. **Alan de Freitas Barbieri**

Profa. Dra. **Carla Cristina da Silva**

Prof. Dr. **Márcio Balduino Saraiva**

Profa. Ms. **Poliana Aroeira Braga Duarte Ferreira**

Profa. Ms. **Rajá Reda Zorkot Sant'Anna**

Prof. Dr. **Roberto Santos Barbiéri**

Dra. **Rosária Cal Bastos**

	FACULDADE DE VIÇOSA - FDV ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA FDV 2025 <i>“Planeta Água: a cultura oceânica para enfrentar as mudanças climáticas no meu território”</i> 30 e 31 de outubro e 1º de novembro de 2025 Evento integrante da 22ª Semana Nacional da Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	
---	--	---

**COMISSÃO CIENTÍFICA
DO
ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA FDV 2025**

Prof. Ms. **Alan de Freitas Barbieri**

Profa. Dra. **Carla Cristina da Silva**

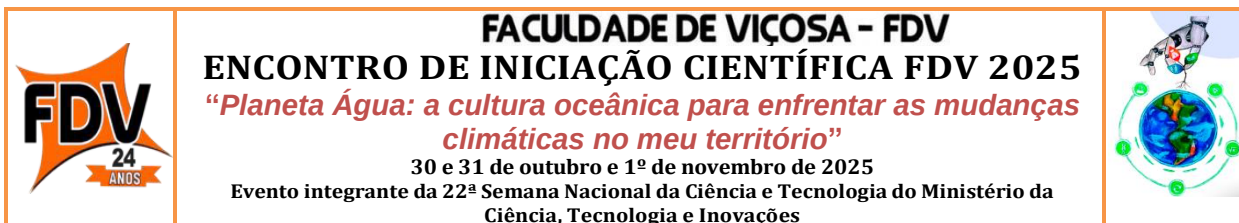
Prof. Dr. **Márcio Balduino Saraiva**

Profa. Ms. **Poliana Aroeira Braga Duarte Ferreira**

Profa. Ms. **Rajá Reda Zorkot Sant'Anna**

Prof. Dr. **Roberto Santos Barbiéri**

Dra. **Rosária Cal Bastos**



MENSAGEM AOS PARTICIPANTES DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA FDV 2025 E AOS DEMAIS INTERESSADOS

Os **ENCONTROS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FDV**, os **ENICs FDV**, são realizados como parte integrante das **SEMANAS NACIONAIS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**.

Desde o primeiro Encontro, em outubro de 2017, FDV fez publicar os respectivos *Anais...*, organizado na forma de periódico, o qual tem registro na Biblioteca Nacional sob o ISSN 2527-1520.

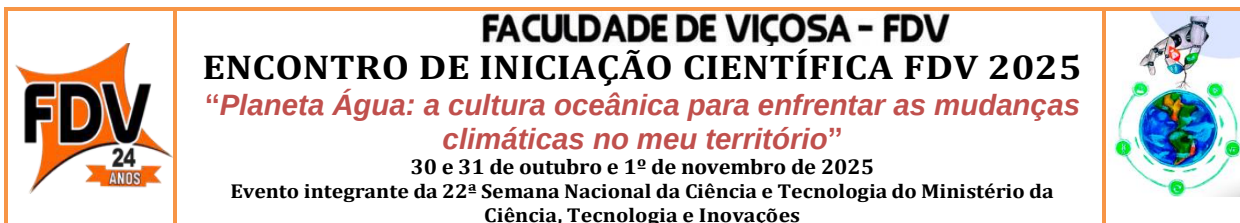
Assim, os *Anais...* do evento da FDV já atinge sua nona edição agora em 2025 e registram quase 1.500 trabalhos publicados (exatos 1.482 trabalhos), o que representa uma média significativa de 164 (cento e sessenta e quatro) trabalhos publicados por evento.

Com a realização dos ENICs FDV, a FDV propicia que alunos, professores e pesquisadores diversos possam dar visibilidade a seus trabalhos, além de possibilitar o enriquecimento dos seus *currícula*.

Além de desejar que sejam bem-vindos ao **ENIC FDV 2025**, já vimos convidar os interessados a prepararem seus trabalhos para a edição de número 10 do evento, o **ENIC FDV 2026**, cuja realização certamente terá um caráter todo especial, em se tratando de uma década de realizações.

Viçosa, 30 de outubro de 2025.

Prof. Dr. **Roberto Santos Barbiéri**
Diretor Geral da FDV



RELAÇÃO DE INSTITUIÇÕES REPRESENTADAS NO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA FDV 2025

1. Centro Superior de Ensino e Pesquisa – CESEP – Sabará-MG
2. Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado – CESEP – Machado-MG
3. Centro Universitário Governador Ozanam Coelho – UNIFAGOC – Ubá-MG
4. Centro Universitário UNINCOR - UNINCOR - Três Corações-MG
5. Faculdade de Sabará – Sabará-MG
6. Faculdade de Viçosa - FDV - Viçosa-MG
7. Instituto Federal do Sul de Minas - IF Sul de Minas - Varginha-MG
8. Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG - Passos-MG
9. Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG - Ubá-MG
10. Universidade Federal de Viçosa - UFV - Viçosa-MG

	FACULDADE DE VIÇOSA - FDV ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA FDV 2025 <i>“Planeta Água: a cultura oceânica para enfrentar as mudanças climáticas no meu território”</i> 30 e 31 de outubro e 1º de novembro de 2025 Evento integrante da 22ª Semana Nacional da Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	
---	---	---

SUMÁRIO DOS TRABALHOS CIENTÍFICOS NO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA FDV 2025

RELAÇÃO DE TRABALHOS DA ÁREA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE - CBS

TÍTULOS E AUTORES	CÓDIGO
HIPERTROFIA REGIONAL NO TREINAMENTO RESISTIDO I: EVIDÊNCIAS RELACIONADAS A PRÁTICA - REVISÃO DE LITERATURA Jaqueline Pereira de SOUZA Adriano de Almeida PEREIRA	CBS-001
EDUCAÇÃO FÍSICA NA INFÂNCIA: ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO NOS ANOS INICIAIS Leonardo Osório SILVA Renato Salles MATTOS Raja Zorkot SANTANA	CBS-002
ESTÉTICA DO MEDO E DA URGÊNCIA NAS CAMPANHAS DE SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL (2009–2020) Luiz Felipe Rodrigues COSTA Marcel Henrique ANGELO Maiara Couto BARRETO	CBS-003
PUBLICIDADE INFANTIL E O MARKETING ALIMENTAR: ESTRATÉGIAS, CONSUMO E DESAFIOS SOCIAIS Luiz Felipe Rodrigues COSTA Maiara Couto BARRETO	CBS-004
IMPACTO DE UM PROGRAMA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS NA MELHORIA DO CONTROLE GLICÊMICO E NA QUALIDADE DE VIDA DE ADULTOS COM DIABETES Ingrid Danielle Rodrigues AGUIAR Alan de Freitas BARBIERI	CBS-005
ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE MENTAL EM IDOSOS: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE ANSIEDADE E DEPRESSÃO Patrícia Aparecida ZACARIAS Alan de Freitas BARBIERI	CBS-006
NÍVEIS DE ANSIEDADE EM MULHERES PRATICANTES E NÃO PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO Patrícia Aparecida ZACARIAS Alan de Freitas BARBIERI	CBS-007
AValiação DA INFLUÊNCIA DOS PAIS DURANTE A PRÁTICA ESPORTIVA DE SEUS FILHOS Iágodson de Amorim VIEIRA Victor Reis MACHADO Alan de Freitas BARBIERI	CBS-008
EFEITOS DO WHEY PROTEIN E DA CREATINA NO PROCESSO DE HIPERTROFIA MUSCULAR: UM ESTUDO EXPERIMENTAL Rafaela Faria ANDRADE PINTO Alan de Freitas BARBIERI	CBS-009

TÍTULOS E AUTORES	CÓDIGO
SAÚDE MENTAL DOS TRABALHADORES NO AMBIENTE DE TRABALHO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA Eduardo Vitor de Souza (Curso de Enfermagem, CESEP) Helen Morais Alves Cabral (Orientadora, CESEP) Carla Neves Toledo (Coorientadora, CESEP)	CBS-010

RELAÇÃO DE TRABALHOS DA ÁREA DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA - CET

TÍTULOS E AUTORES	CÓDIGO
FUNÇÕES RECURSIVAS vs. ITERATIVAS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE LINGUAGENS E COMPILADORES Arthur Gomides GODOY Márcio Balduino SARAIVA	CET-001
TIPOS DE ÁRVORES EM BANCO DE DADOS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE ESTRUTURAS DE INDEXAÇÃO Arthur Gomides GODOY Márcio Balduino SARAIVA	CET-002
AValiação DA QUALIDADE FISIOLÓGICA DE SEMENTES DE SOJA DE DIFERENTES TAMANHOS Matheus Pereira MONTEIRO Camila Karen Reis BARBOSA Kleso Silva FRANCO JÚNIOR	CET-003
<i>Azospirillum brasilense</i> NA PRODUÇÃO DE ALFACE Eduardo Alfredo de Lima DULLIUS Camila Karen Reis BARBOSA Fabrício Vilela Andrade FIORINI	CET-004
AValiação DE FERTILIZANTE CONVENCIONAL E DE LIBERAÇÃO LENTA NO CAFEEIRO Tereza Cristina Prado de OLIVEIRA Camila Karen Reis BARBOSA Kleso Silva FRANCO JÚNIOR	CET-005
AValiação DA MATURACÃO DO TOMATE COM USO DE PERMANGANATO DE POTÁSSIO COMO ABSORVEDOR DE ETILENO Raphael de Oliveira RABELO Camila Karen Reis BARBOSA Fabrício Vilela Andrade FIORINI	CET-006
TERRAS RARAS - CARACTERÍSTICAS E APLICAÇÕES Pedro Mendes DIAS Allan Kardec Carlos DIAS Camila Karen Reis BARBOSA	CET-007
SIGATOKA NEGRA: DOENÇA DE BANANEIRA Pedro Mendes DIAS Allan Kardec Carlos DIAS Camila Karen Reis BARBOSA	CET-008
PÓS-COLHEITA DE RUCÚLA Gabriel CARVALHO Camila Karen Reis BARBOSA Fabrício Vilela Andrade FIORINI	CET-009
INFLUÊNCIA DE DIFERENTES PROFUNDIDADES DE SEMEADURA E DO USO DE BIORREGULADOR NA GERMINAÇÃO DA SOJA Joaquim Bárbara DA SILVA Camila Karen Reis BARBOSA Giselle Prado BRIGANTE	CET-010
AUTOMAÇÃO EM ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO Wagner Cardoso CALDEIRA Michel Lopes DUARTE	CET-011
REUSO DE EFLUENTES DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO Wagner Cardoso CALDEIRA Michel Lopes DUARTE	CET-012

TÍTULOS E AUTORES	CÓDIGO
MÉTODOS DE DESINFECÇÃO DE EFLUENTES SANITÁRIOS Wagner Cardoso CALDEIRA Michel Lopes DUARTE	CET-013
RESÍDUOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL: COMO REAPROVEITAR OS RESÍDUOS DE MATERIAIS EM VIÇOSA MG Andrey Barreto GOMES Aline Santana de OLIVEIRA Carla Cristina da Silva	CET-014
SISTEMAS GESTÃO DE QUALIDADE NA LOJA DE MOVEIS EM CAJURI-MG Andrey Barreto GOMES Aline Santana de OLIVEIRA Carla Cristina da Silva	CET-015
ANÁLISE DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE UM LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DE VIÇOSA-MG Andrey Barreto GOMES Aline Santana de OLIVEIRA Carla Cristina da SILVA	CET-016
PLANETA ÁGUA: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E IOT PARA MONITORAMENTO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL Felipe Batista da SILVA Margareth Machado DUARTE	CET-017
MONITORIA DIVERTIQUÍMICA: IMPACTO DE AULAS PRÁTICAS E LÚDICAS NA QUÍMICA Paulo Víctor Flores de BARROS Raphael Campos CUSATI	CET-018
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO EM AMBIENTES CORPORATIVOS: ESTRUTURA, IMPLEMENTAÇÃO E ANÁLISE DE CUSTOS Eric Mansur Botelho FREITAS Márcio Balduino SARAIVA	CET-019
SISTEMAS ERP E A INTEGRAÇÃO DE PROCESSOS EMPRESARIAIS Eric Mansur Botelho FREITAS Márcio Balduino SARAIVA	CET-020
IA NA PROGRAMAÇÃO: UMA FERRAMENTA QUE AUXILIA OU QUE PREJUDICA OS PROGRAMADORES? Isaque Godoy de OLIVEIRA Márcio Balduino SARAIVA	CET-021
IMPACTO DAS METODOLOGIAS ÁGEIS NA QUALIDADE E EFICIÊNCIA DE PROJETOS DE SOFTWARE Isaque Godoy de OLIVEIRA Márcio Balduino SARAIVA	CET-022
PROGRAMAÇÃO ORIENTADA A OBJETOS COMO BASE PARA O DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE Isaque Godoy de OLIVEIRA Márcio Balduino SARAIVA	CET-023
BENEFÍCIOS DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA VIDA PESSOAL E PROFISSIONAL Isaque Godoy de OLIVEIRA Márcio Balduino SARAIVA	CET-024
CULTIVO SOLTEIRO E CONSORCIADO DE SALSA Paula Aparecida Rodrigues SIMÃO Camila Karen Reis BARBOSA Kleso Silva FRANCO JÚNIOR	CET-025
EFEITO DO BORO NO CULTIVO DE BRÓCOLIS Ederson Pereira Simões EVANGER Camila Karen Reis BARBOSA Fabrício Vilela Andrade FIORINI	CET-026

**RELAÇÃO DE TRABALHOS DA ÁREA DE
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - CHS**

TÍTULOS E AUTORES	CÓDIGO
ASPECTOS LEGAIS DO USO DE CÂMERAS CORPORAIS USADAS COMO PARTE DO UNIFORME DA POLÍCIA MILITAR Thiago Dias de SOUZA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA	CHS-001
PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO COMO FORMA DE MELHORIA DA ADMINISTRAÇÃO CARCERÁRIA Thiago Dias de SOUZA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA	CHS-002
JUIZ DAS GARANTIAS: IMPACTOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO Marcos Felipe Lelis VIEIRA Sara FIALHO	CHS-003
DIFICULDADES DE ACESSO A MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO PELO SUS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS JURÍDICAS Marcos Felipe Lelis VIEIRA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA	CHS-004
BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) DA LOAS: DIREITO SOCIAL E DESAFIOS DE ACESSO Marcos Felipe Lelis VIEIRA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA Sara FIALHO	CHS-005
DIREITO DO TRABALHO E O TELETRABALHO: IMPACTOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA ERA DIGITAL Marcos Felipe Lelis VIEIRA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA	CHS-006
DOLO EVENTUAL OU CULPA CONSCIENTE EM CRIMES DE TRÂNSITO Natália Eduarda Rosa MURTINHO Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA	CHS-007
RESPONSABILIDADE MÉDICA EM CASOS DE PROCEDIMENTOS ESTÉTICO Natalia Eduarda Rosa MURTINHO Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA	CHS-008
CONCESSÃO DE MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA NO ÂMBITO DA LEI MARIA DA PENHA FERE OS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIOS? Carlos Henrique HELENO Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA Diogo Abdo JORGE	CHS-009
POSSIBILIDADE DE BIS IN IDEM NAS ESFERAS MILITAR E COMUM Carlos Henrique HELENO Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA Diogo Abdo JORGE	CHS-010
IMPACTOS DA DESCRIMINALIZAÇÃO DO PORTE DE MACONHA PARA USO PESSOAL Carlos Henrique HELENO Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA Diogo Abdo JORGE	CHS-011
DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA Rosária Cal BASTOS Allysson Eduardo Botelho de OLIVEIRA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA	CHS-012
POSSÍVEL APLICAÇÃO DE MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA PARA HOMENS VÍTIMAS DE VIOLENCIA DOMÉSTICA NA LEI MARIA DA PENHA? Carlos Henrique HELENO Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA Diogo Abdo JORGE	CHS-013
IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE HISTÓRICA NO ESTUDO DO DIREITO Rosária Cal BASTOS Moises Albuquerque da Costa FREITAS Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA	CHS-014

TÍTULOS E AUTORES	CÓDIGO
HISTÓRIA E FILOSOFIA DO DIREITO: REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE SUA EVOLUÇÃO E IMPACTO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA Rosária Cal BASTOS Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA	CHS-015
ANÁLISE DE CUSTOS NA PRODUÇÃO DE MILHO E FEIJÃO: UM ESTUDO DE CASO NO AGRONEGÓCIO FAMILIAR Humberto Gabriel Veloso MAIA Carla Cristina da SILVA	CHS-016
AUDITORIA CONTÁBIL EXTERNA Thayrine da Silveira de CARVALHO Paulo Lima VERARDO Carla Cristina da SILVA	CHS-017
IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM UMA EMPRESA DE SOM E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS EM VIÇOSA-MG Glaucele Macedo OLIVEIRA Carla Cristina da SILVA	CHS-018
CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COMO MODELO ANALÍTICO NO ÂMBITO DO DIREITO Natália Ancelmo TEIXEIRA Allysson Eduardo Botelho de OLIVEIRA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA	CHS-019
IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS Thayrine da Silveira de CARVALHO Paulo Lima VERARDO Carla Cristina da SILVA	CHS-020
POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITO: ARTICULAÇÃO PARA A EFETIVIDADE SOCIAL Igor Damasceno de FARIA Allysson Eduardo Botelho de OLIVEIRA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA	CHS-021
CONTRIBUIÇÃO DA CONTABILIDADE PARA A GESTÃO DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO TERCEIRO SETOR Thayrine da Silveira de CARVALHO Paulo Lima VERARDO Carla Cristina da SILVA	CHS-022
GESTÃO DE CONFLITOS NAS ORGANIZAÇÕES: TIPOS, CAUSAS, FERRAMENTAS ESTRATÉGICAS DE MEDIAÇÃO Igor Brunelle da SILVA Carla Cristina da SILVA Alan de Freitas BARBIERI	CHS-023
IMPACTOS DA NOVA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2026 NAS EMPRESAS BRASILEIRAS Thayrine da Silveira de CARVALHO Paulo Lima VERARDO Carla Cristina da SILVA	CHS-024
PRÁTICAS EFICIENTES PARA A RETENÇÃO DE TALENTOS EM PEQUENAS EMPRESAS Igor Brunelle da SILVA Alan de Freitas BARBIERI Carla Cristina da SILVA	CHS-025
GESTÃO DE ESTOQUE NO SUPERMERCADO MINEIRO: UMA ANÁLISE DE GESTÃO Rafael Silva GOMES Carla Cristina da SILVA Márcio Balduino SARAIVA	CHS-026
IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA Maria Eduarda Floresta Silva VICENTE Renato Salles MATTOS Raja Reda Zorkot SANT'ANNA	CHS-027
IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL Maria Eduarda Floresta Silva VICENTE Renato Salles MATTOS Rajá Redá Zorkot SANT'ANNA	CHS-028

TÍTULOS E AUTORES	CÓDIGO
ACESSO À JUSTIÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL: CONTRIBUIÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS Igor Damasceno de FARIA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA Allysson Eduardo Botelho de OLIVEIRA	CHS-029
DESAFIOS DO EMPREENDEDORISMO JOVEM EM PORTO FIRME-MG Humberto Gabriel Veloso MAIA Alan de Freitas BARBIERI	CHS-030
IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ESTUDO REALIZADO EM UM COLÉGIO DE VIÇOSA-MG Giovana Martins BATISTA Renato Salles MATTOS Raja Reda Zorkot SANT'ANNA	CHS-031
MATEMÁTICA FINANCEIRA PARA PEQUENOS EMPREENDEDORES: ESTRATÉGIAS DE CONTROLE E CRESCIMENTO Ana Alice Santos ALMEIDA Bruna de Oliveira GONÇALVES	CHS-032
MOTIVAÇÃO E RELACIONAMENTO NO SETOR BANCÁRIO: IMPACTOS NA GESTÃO E NO DESEMPENHO ORGANIZACIONAL Eduarda Ferreira RAMOS Bruna de Oliveira GONÇALVES	CHS-033
IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE GERAL COMO SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA A GESTÃO Bruno de Souza Reis FERREIRA João Paulo Telini DOMINGUES	CHS-034
ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS REGIMES DE TRIBUTAÇÃO PARA O PRODUTOR RURAL: PESSOA FÍSICA X PESSOA JURÍDICA Gabriel Adriano da Silva BARROZO Albino Ramos de ANDRADE	CHS-035
IMPACTO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA GESTÃO E SUSTENTABILIDADE DE MICROEMPRESAS NO BRASIL EM 2025 Eduarda Signoretti CAMPOS Albino Ramos ANDRADE	CHS-036
PAPEL DA CONTROLADORIA NA GESTÃO DE CUSTOS EM PEQUENAS EMPRESAS: UMA ANÁLISE CONTEMPORÂNEA Nelson Alves da LUZ NETO Albino Ramos ANDRADE	CHS-037
TRIBUTAÇÃO PROGRESSIVA COMO FORMA DE DIMINUIÇÃO DE DESIGUALDADE DE RIQUEZA E RENDA Renata Domingues LEITE Flávio de Paula MARTINS	CHS-038
PAPEL DA CONTABILIDADE PÚBLICA NA TOMADA DE DECISÃO DOS GESTORES MUNICIPAIS Laiz Camargo MELLO João Paulo Telini DOMINGUES	CHS-039
IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Samyra Venancio Lima SOUZA João Paulo Telini DOMINGUES	CHS-040
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO FERRAMENTA DE REDUÇÃO DE CUSTOS NO ICMS DE UMA TRANSPORTADORA Taylla de Paiva SILVA Flávio de Paula MARTINS	CHS-041
IMPACTO DA GESTÃO DE CUSTOS NA LUCRATIVIDADE DE PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS Thais Maria de Oliveira SILVA Albino Ramos de ANDRADE	CHS-042
IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE FINANCEIRA COMO FERRAMENTA DE GESTÃO PARA A SUSTENTABILIDADE DOS PEQUENOS NEGÓCIOS Carlos Roberto Bellini PIMENTA Danilo Eustáquio de OLIVEIRA FILHO	CHS-043

TÍTULOS E AUTORES	CÓDIGO
CONTABILIDADE NA TOMATICULTURA: UMA FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA A GESTÃO DA PRODUÇÃO E VENDA DE TOMATE Hermison Teixeira LEITE Danilo Eustáquio de OLIVEIRA FILHO	CHS-044
GESTÃO DE ESTOQUE NO SUPERMERCADO MINEIRO: UMA ANÁLISE DE GESTÃO Rafael Silva GOMES Carla Cristina da SILVA Márcio Balduino SARAIVA	CHS-045
ADULTIZAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: UM ENSAIO TEÓRICO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL Rosária Cal BASTOS Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA Allysson Eduardo Botelho de OLIVEIRA	CHS-046
QUANDO O TRABALHO ADOECE: UMA ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES PSÍQUICAS E LEGAIS DO ASSÉDIO MORAL LABORAL Silviane das Graças Manzell CRUZ Sara FIALHO	CHS-047
ANÁLISE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO BRASIL: IMPACTOS E DESAFIOS Silviane das Graças Manzell CRUZ Sara FIALHO	CHS-048
DESAFIOS À EFETIVIDADE DO DIREITO À SAÚDE NO BRASIL Silviane das Graças Manzell CRUZ Sara FIALHO	CHS-049
DANO ESTÉTICO NO DIREITO DO TRABALHO Silviane das Graças Manzell CRUZ Sara FIALHO	CHS-050
IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA ÁREA ESCOLAR Letícia Laureano MACIEL Renato Salles MATTOS Raja Reda Zorkot SANTANA	CHS-051
ANSIEDADE NA ESCOLA: DESEMPENHO E DIFICULDADES NA APRENDIZAGEM DE ADOLESCENTES Letícia Laureano MACIEL Renato Salles MATTOS Raja Reda Zorkot SANT'ANNA	CHS-052
DESAFIOS PARA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO À DESCONEXÃO PARA MÃES EM REGIME DE TELETRABALHO Rayane dos Reis TEIXEIRA Sara FIALHO	CHS-053
IMPORTÂNCIA DO AFETO EM SALA DE AULA Sara Luisa da SILVEIRA Renato Salles MATTOS Raja Reda Zorkot SANT'ANNA	CHS-054
IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL Tayná de Moura Silva de PAULA Carmem Inêz de OLIVEIRA Raja Reda Zorkot SANT'ANNA	CHS-055
PAPEL DO SUPERVISOR NA CAPACITAÇÃO DO DOCENTE NA ESCOLA Tayná de Moura Silva de PAULA Carmem Inêz de OLIVEIRA Raja Reda Zorkot SANT'ANNA	CHS-056
INDISCIPLINA ESCOLAR: UM DESAFIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL Débora de Cássia Venâncio CEZAR Renato Salles MATTOS Raja Reda Zorkot SANT'ANNA	CHS-057
INCLUSÃO DA CRIANÇA COM AUTISMO NA CRECHE Débora de Cássia Venâncio CEZAR Raja Reda Zorkot SANT'ANNA	CHS-058

TÍTULOS E AUTORES	CÓDIGO
IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE SWOT PARA AS PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS Ana Luiza Romão LOPES Carla Cristina da SILVA	CHS-059
ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL DE UMA MICROEMPRESA (ME) AUTOMOBILÍSTICA Ana Luiza Romão LOPES Carla Cristina da SILVA	CHS-060
PRÁTICA DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL Marcela Santana Cassiano FERNANDES Renato Salles MATTOS Raja Reda Zorkot SANT'ANNA	CHS-061
ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CENÁRIO ESCOLAR Marcela Santana Cassiano FERNANDES Renato Salles MATTOS Raja Reda Zorkot SANT'ANNA	CHS-062
BRAT COMO SIGNO: A CONSTRUÇÃO VISUAL DE CHARLI XCX SOB A VISÃO DA SEMIÓTICA Hiago de Oliveira FIGUEIREDO Marcel Henrique ANGELO	CHS-063
INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES Adelaine Aparecida da SILVA Carmem Inêz de OLIVEIRA Raja Reda Zorkot SANT'ANNA	CHS-064
DIREITO A SAÚDE E A RESPONSABILIDADE ORÇAMENTÁRIA: O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO NA JURISPRUDÊNCIA DO STF Daniele Sabrina da SILVA Sara FIALHO	CHS-065
CONSTITUCIONALIDADE DA PRÁTICA DE VAQUEJADA VERSUS O DIREITO DOS SERES SENCIENTES Daniele Sabrina da SILVA Sara FIALHO	CHS-066
DANO EXISTENCIAL NO DIREITO DO TRABALHO E OS EFEITOS PANPROCESSUAIS Daniele Sabrina da SILVA Sara FIALHO	CHS-067
COLAPSO DO SISTEMA PRISIONAL Augusto Gouveia COLATINO Diogo Abdo JORGE	CHS-068
PROGRAMA + MULHERES E OS DESAFIOS DA EMPREGABILIDADE FEMININA NO SÉCULO XXI Rayane dos Reis TEIXEIRA Sara FIALHO	CHS-069
REFORMA TRIBUTÁRIA: UM PANORAMA SOBRE O IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS (IBS), E A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE BENS E SERVIÇOS (CBS) Erik Eduardo Augusto da SILVA Carla Cristina da SILVA	CHS-070
MÚSICA E OS BENEFÍCIOS NO DESENVOLVIMENTO COMPORTAMENTAL E SOCIAL PARA PESSOAS NO ESPECTRO AUTISTA (TEA) Bárbara Almeida CRUZ Luciana Vanessa Macedo PEREIRA Raja Reda Zorkot SANT'ANNA	CHS-071
CONTAÇÃO DE HISTÓRIA: UM CAMINHO PARA A FORMAÇÃO DE LEITORES, DA EDUCAÇÃO INFANTIL AOS ANOS INICIAIS Bárbara Almeida CRUZ Raja Reda Zorkot SANT'ANNA	CHS-072
PARTICIPAÇÃO SOCIAL E O PAPEL DO DIREITO NO CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL Daniela Medina CUPERTINO Allysson Eduardo Botelho de OLIVEIRA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA	CHS-073

TÍTULOS E AUTORES	CÓDIGO
DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS Rafael da Silva Lucas VICENTE Renato Salles MATTOS Raja Redá Zorkot SANT'ANNA	CHS-074
EFEITO DOS LIVROS SENSORIAIS NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E MOTOR DAS CRIANÇAS Giselly Renata de OLIVEIRA Renato Salles MATTOS Raja Zorkot SANT'ANNA	CHS-075
RESPONSABILIDADE CIVIL POR ERROS EM LAUDOS MÉDICOS ANALISADOS POR IA NO JUDICIÁRIO PREVIDENCIÁRIO Juliana Soares Pio PAIVA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA	CHS-076
IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EMOCIONAL NO ENSINO INFANTIL Tamara Cristina Pereira NUNES Renato Salles MATTOS Raja Reda Zorkot SANT'ANNA	CHS-077
INCLUSÃO DE CRIANÇA AUTISTA EM SALA DE AULA Tamara Cristina Pereira NUNES Renato Salles MATTOS Raja Reda Zorkot SANT'ANNA	CHS-078
DESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO NO ACESSO À JUSTIÇA E AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS Euri Júlia Evangelista LOPES Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA	CHS-079
CONFORMIDADE LEGAL E TRANSPARÊNCIA: ESTUDO DIAGNÓSTICO DAS OSC EM SABARÁ-MG Luís Henrique Costa PINTO Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA	CHS-080
DESAFIOS PARA A TRANSPARÊNCIA NAS OSC EM SABARÁ/MG: DESCOMPASSO ENTRE O ORDENAMENTO JURÍDICO E A REALIDADE INSTITUCIONAL Luís Henrique Costa PINTO Poliana Aroeira Braga Ferreira DUARTE	CHS-081
TRANSPARÊNCIA E SUSTENTABILIDADE NO TERCEIRO SETOR: ACESSO A RECURSOS E RISCOS JURÍDICOS NAS OSCS DE SABARÁ/MG Luís Henrique Costa PINTO Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA	CHS-082
DESAFIOS E PROPOSTAS PARA O FORTALECIMENTO DA TRANSPARÊNCIA NO TERCEIRO SETOR EM SABARÁ/MG Luís Henrique Costa PINTO Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA	CHS-083
DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS MICROEMPRESAS (MEs) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPPs) NA APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES (LEI Nº 14.133/2021) Wallace Mota FERNANDES Marcelo Maranhão SIMÕES	CHS-084
EVOLUÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE) EM UMA MICROEMPRESA DO SETOR AUTOMOBILÍSTICO Glaucele Macedo OLIVEIRA Carla Cristina da SILVA	CHS-085
ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA BNCC: UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA DOCENTE Thays Silva PIMENTEL Renato Salles MATTOS Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA	CHS-086
CONTAÇÃO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL Thays Silva PIMENTEL Renato Salles MATTOS Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA	CHS-087

TÍTULOS E AUTORES	CÓDIGO
QUALIDADE DO ENSINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A RELAÇÃO DO PROFESSOR NESTE PERÍODO FORMATIVO Cristiane Calixto de SOUZA Renato Salles MATTOS Raja Reda Zorkot SANT'ANNA	CHS-088
PAPEL DA EDUCAÇÃO NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Cristiane Calixto de SOUZA Renato Salles MATTOS Raja Zorkot SANT'ANNA	CHS-089
CONSTRANGIMENTO DE PRESO OU DETENTO: ANÁLISE DO ART. 13 DA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE Rubens de Souza Ribeiro da SILVA Diogo Abdo JORGE	CHS-090
ATO OBSCENO (ART. 233 DO CÓDIGO PENAL): ANÁLISE DOUTRINÁRIA E JURISPRUDENCIAL Rubens de Souza Ribeiro da SILVA Diogo Abdo JORGE	CHS-091
INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR Larissa Gabrieli dos SANTOS Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA	CHS-092
PAPEL DO DIREITO PENAL NA PROTEÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA Larissa Gabrieli dos SANTOS Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA	CHS-093
ESCOLA COMO ESPAÇO DE REEDUCAÇÃO E LUTA ANTIRRACISTA Regiliane Maria Inácia COELHO Renato Salles MATTOS Raja Reda Zorkot SANT'ANNA	CHS-094
VIDAS IDOSAS IMPORTAM! TERCEIRA IDADE E EDUCAÇÃO Regiliane Maria Inácia COELHO Renato Salles MATTOS Raja Reda Zorkot SANT'ANNA	CHS-095
RELAÇÃO ENTRE PROFESSOR E ALUNO Késia Maria Medeiro do PRADO Renato Salles MATTOS Raja Reda Zorkot SANT'ANNA	CHS-096
EDUCAÇÃO DO CAMPO Késia Maria Medeiro do PRADO Renato Salles MATTOS Raja Reda Zorkot SANT'ANNA	CHS-097
NOME SOCIAL: UM DIREITO À IDENTIDADE E AO RESPEITO Daniela de Cássia TEIXEIRA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA	CHS-098
PERCEPÇÃO DOS IMPACTOS DA CULTURA DE EXIBIÇÃO E VISIBILIDADE NA SOCIEDADE ATUAL EM UM PERFIL ESPECÍFICO DO INSTAGRAM Joice Kamila Cândido JERÔNIMO Alan de Freitas BARBIERI Marcel Henrique ANGELO	CHS-099
FAKE NEWS E WHATSAPP: IMPACTOS DA DESINFORMAÇÃO NO PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO E OS DESAFIOS PARA A DEMOCRACIA Maria Eduarda de Lima ALVES Alan de Freitas BARBIERI	CHS-100
REDES SOCIAIS E POLÍTICA: O IMPACTO DAS REDES SOCIAIS NO MARKETING POLÍTICO CONTEMPORÂNEO Maria Eduarda de Lima ALVES Alan de Freitas BARBIERI	CHS-101
IMAGEM E NARRATIVA POLÍTICA: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO POLÍTICO COMO MARCA Maria Eduarda de Lima ALVES Alan de Freitas BARBIERI	CHS-102
INFLUÊNCIA DOS MEMES NA CONSTRUÇÃO DE MARCAS Maria Eduarda de Lima ALVES Alan de Freitas BARBIERI	CHS-103

TÍTULOS E AUTORES	CÓDIGO
CONSTITUIÇÃO DE 1988 E O IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS NO ACESSO À JUSTIÇA E NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL Rodrigo Lopes FIRMINO Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA Allysson Eduardo Botelho de OLIVEIRA	CHS-104
BENEFÍCIOS DO USO DA MASSINHA DE MODELAR NO DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES NA EDUCAÇÃO INFANTIL Adelaine Aparecida da SILVA Carmem Inêz de OLIVEIRA Rajá Reda Zorkot SANT'ANNA	CHS-105
MONITORAMENTO ELETRÔNICO DO AGRESSOR NO ÂMBITO DA LEI MARIA DA PENHA: DESAFIOS ORÇAMENTÁRIOS À SUA EFETIVIDADE Lilian Martins de OLIVEIRA Moisés Albuquerque da Costa FREITAS Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA	CHS-106
INFLUÊNCIA DE FELCA NA DISCUSSÃO SOBRE ADULTIZAÇÃO NAS REDES SOCIAIS Manuely Luz SIQUEIRA Alan de Freitas BARBIERI	CHS-107
ANÁLISE DO BALANÇO FINANCEIRO ANO DE REFERÊNCIA 2023, DA EMPRESA DO RAMO DE VESTUÁRIO "LOJA DA LEDIR" DA CIDADE VIÇOSA-MG Emely Santos MACEDO Alan de Freitas BARBIERI (	CHS-108
ANÁLISE NA GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS E DESPESAS APLICADAS EM SAÚDE DOS MUNICÍPIOS VIZINHOS DE VIÇOSA-MG Taynara Aparecida GOMES Alan de Freitas BARBIERI Carla Cristina da SILVA	CHS-109
PAPEL DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL Adryele Bruna Martins CIRO Renato Salles MATTOS Raja Reda Zorkot SANT'ANNA	CHS-110
MÉDIA DO VOLUME DE VENDA E PREFERÊNCIA DE PREPARO DE PEIXES PARA O CONSUMO NOS FINAIS DE SEMANA EM UM PESQUE PAGUE DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA-MG NO INVERNO José Geraldo do CARMO JÚNIOR Alan de Freitas BARBIERI	CHS-111
MÉDIA DO VOLUME DE VENDA E PREFERÊNCIA DE PREPARO DE PEIXES PARA O CONSUMO NOS FINAIS DE SEMANA EM UM PESQUE PAGUE DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA-MG NO VERÃO José Geraldo do CARMO JÚNIOR Alan de Freitas BARBIERI	CHS-112
ESTUDO COMPARATIVO DA MÉDIA DO VOLUME VENDA E PREFERÊNCIA DE PREPARO DE PEIXES PARA O CONSUMO EM UM PESQUE PAGUE DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA-MG NOS FINAIS DE SEMANA DE INVERNO E VERÃO José Geraldo do CARMO JÚNIOR Alan de Freitas BARBIERI	CHS-113
MULHERES NA CIÊNCIA: INSPIRANDO FUTUROS E POPULARIZANDO A CIÊNCIA ATRAVÉS DA EXTENSÃO Paulo Víctor Flores de BARROS Raphael Campos CUSATI	CHS-114
DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE ACESSO À JUSTIÇA Natália Ancelmo TEIXEIRA Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA Allysson Eduardo Botelho de OLIVEIRA	CHS-115
DENÚNCIA CALUNIOSA NA LEI MARIA DA PENHA: ENTRE A PROTEÇÃO E O ABUSO DE DIREITO Angélica Ellen Cunha COSTA Sara FIALHO	CHS-116

TÍTULOS E AUTORES	CÓDIGO
PERCEPÇÃO DA PREFERÊNCIA DE PREPARO DE PEIXES PARA O CONSUMO <i>IN LOCU</i> EM UM PESQUE-PAGUE DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA-MG NOS FINAIS DE SEMANA DE INVERNO E VERÃO José Geraldo do CARMO JÚNIOR Alan de Freitas BARBIERI	CHS-117
AUDITORIA INTERNA E GOVERNANÇA CORPORATIVA: BENEFÍCIOS E DESAFIOS PARA A SUSTENTABILIDADE ORGANIZACIONAL Richard José Soares COSTA João Ricardo Brigagão HILÁRIO	CHS-118
IMPORTANCIA DA AUDITORIA EXTERNA PARA AS ORGANIZAÇÕES DO SETOR PÚBLICO Wagner Jorge Garcia JÚNIOR João Ricardo Brigagão HILÁRIO	CHS-119
NOVE ANOS DE ENIC FDV: 2017-2025 Luiz Gustavo de Souza MIRANDA Roberto Santos BARBIÉRI	CHS-120

	FACULDADE DE VIÇOSA - FDV ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA FDV 2025 <i>“Planeta Água: a cultura oceânica para enfrentar as mudanças climáticas no meu território”</i> 30 e 31 de outubro e 1º de novembro de 2025 Evento integrante da 22ª Semana Nacional da Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	
---	---	---

TRABALHOS DA ÁREA

CBS

CIÊNCIAS

BIOLÓGICAS E DA SAÚDE

CBS-001

HIPERTROFIA REGIONAL NO TREINAMENTO RESISTIDO I: EVIDÊNCIAS RELACIONADAS A PRÁTICA - REVISÃO DE LITERATURA

Jaqueline Pereira de **SOUZA**

(Curso de Educação Física (CESEP, Machado-MG)

Adriano de Almeida **PEREIRA** (Orientador - CESEP - Machado-MG)

Palavras-chave: Hipertrofia regional; Hipertrofia não uniforme; Hipertrofia heterogênea; Comprimento muscular; Treinamento resistido

Agência de fomento: CESEP

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O treinamento de resistência ou musculação, um esporte muito estudado, que busca compreender algumas variáveis, dentre as quais, a mais importantes delas, seja a escolha dos exercícios baseada na hipertrofia de uma determinada parte específica de um músculo, a hipertrofia regional (HR) a hipertrofia não uniforme. (MACEDO *et al.*, 2020). A HR pode ser caracterizada como o crescimento de um músculo de maneira não uniforme através do estímulo provocado pelo exercício resistido. Além disso, a hipertrofia não uniforme também pode ocorrer entre diferentes músculos de um determinado grupamento muscular em detrimento de outros, por exemplo, o reto femoral na cadeira extensora. (ZABALETA-KORTA *et al.*, 2021). Para haver hipertrofia, é necessário submeter o músculo a estresse mecânico e fisiológico, provocando micro lesões nas miofibrilas, para que ocorra o processo de supercompensação (regeneração muscular) e o aumento do número de filamentos. (KUBO *et al.*, 2019). A HR regional é um tema que vem sendo amplamente investigado. No entanto, a literatura atual não elucida de forma clara os mecanismos que geram a HR, apesar dos estudos proporem hipóteses baseadas em mecanismos fisiológicos e biomecânicos gerados pelo exercício para entender a hipertrofia não uniforme. (BOURNE *et al.*, 2017). A maioria dos estudos sobre HR utiliza métodos como ressonância magnética nuclear, ultrassonografia e outros métodos considerados padrão-ouro pelos pesquisadores. No entanto, esses estudos são escassos na literatura, o que levou à utilização de estudos que empregaram a eletromiografia para verificar o nível de ativação muscular. (KAWAMA *et al.*, 2021). **OBJETIVOS:** Revisar a HR no treinamento resistido (TR) relacionado a diferentes grupamentos musculares e de grupamentos dos membros superiores e inferiores e os mecanismos pelo qual ela ocorre, baseado em estudos de se analisaram os grupamentos gastrocnêmios, isquiossurais, quadríceps, peitoral, bíceps braquial e tríceps braquial. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** O estudo é uma revisão integrativa da literatura, processo de pesquisa, análise e descrição de material publicado em busca de respostas para uma pergunta norteadora. Para isso foram realizadas coletas de dados nas bases PubMed, SciELO e Google Acadêmico, considerando os descritores indicados na seção Palavras-chave. **RESULTADOS:** O sistema muscular possui a capacidade de se adaptar às mudanças físicas que realizamos, a hipertrofia muscular ocorre quando os músculos aumentam de tamanho e volume quando se tem sobrecarga muscular, um exemplo claro disso é a musculação, também conhecida como TR que tem como objetivo o aumento da força muscular e consequentemente o aumento de tamanho e volume dos músculos. O TR é benéfico para o organismo humano, melhorando as capacidades físicas e a saúde, quando realizado proporcionalmente a capacidade do corpo, com cuidado para não extrapolar a capacidade física. O tecido muscular é um tecido plástico, o que lhe permite adaptar as sobrecargas impostas a ele, aumentando sua força e volume, o TR é muito utilizado para aumento da capacidade física e promoção de saúde em academias, sendo o TR treinos com altos números de repetições, acima de 15 repetições por série e intervalos curtos de repouso entre as séries, de 30 a 60 segundos de pausa. O estresse metabólico e a tensão mecânica causada pelo TR ativam vias de sinalização intramusculares, aumentando a retenção de proteínas no músculo, aumentando assim o volume do muscular, alguns fatores durante o TR podem favorecer essa alteração intramuscular e a resposta da síntese proteica, favorecendo a hipertrofia muscular, sendo eles: intensidade, volume, frequência, definição do período de repouso, o tipo de contração e o tempo sob tensão. Além disso, também foram considerados estudos que investigaram o potencial de ativação elétrica (eletromiografia) de um músculo em relação a outro.

REFERÊNCIAS:

1. BOURNE, N. M. *et al.* Impact of the Nordic hamstring and hip extension exercises on hamstring architecture and morphology: implications for injury prevention. *Brought to you by Core*, v. 38, 2017.
2. KAWAMA, R. *et al.* Effect of hip joint position on electromyographic activity of the individual hamstring muscles during stiff-leg deadlift. *The Journal of Strength and Conditioning Research*, p. 6, 2021.
3. KUBO, K. *et al.* Effects of squat training with different depths on lower limb muscle volumes. *European Journal of Applied Physiology*, p. 10, Jan 2019.
4. ZABALETA-KORTA, A. *et al.* The role of exercise selection in regional muscle hypertrophy: a randomized controlled trial. *Journal of Sports Sciences*, p. 8, May 2021.

Área de conhecimento do CNPq: 4.09.00.00-2 - Educação Física

CBS-002

EDUCAÇÃO FÍSICA NA INFÂNCIA: ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO NOS ANOS INICIAIS

Leonardo Osório **SILVA** (Curso de Pedagogia, FDV)

Renato Salles **MATTOS** (Orientador, FDV)

Raja Zorkot **SANTANA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Educação física, Criança, Currículo

Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O processo de educação física no desenvolvimento da criança está estreitamente associado ao seu processo de aprendizagem, visto que contribui para a produção de saberes no cotidiano escolar do indivíduo. Essa vivência ultrapassa o ambiente escolar que se está inserido, referindo-se ao desenvolvimento das demais áreas de sua vida, o que possibilita um desenvolvimento com direito a aprendizagem e expressões que consideram a especificidade do indivíduo (Mello, *et al.*, 2014). Apesar de muitas vezes negligenciado no processo de formação do indivíduo, ela exerce um papel fundamental não apenas para o desenvolvimento motor do indivíduo, mas também para as dimensões cognitivas e sociais. Desse modo, ela reflete de forma positiva durante o processo de aprendizagem das demais áreas do saber e permite ao educador visualizar déficits intelectuais e intervir (Barbosa e Assunção, 2020). Nesse contexto, a investigação da temática pode contribuir para a ampliação da reflexão dos seus efeitos sobre o desenvolvimento infantil, além de colaborar para que futuros profissionais repensem suas futuras práticas e incluam as atividades físicas como elemento indispensável do processo de ensino-aprendizado do indivíduo.

OBJETIVOS: Compreender de qual forma a prática de educação física pode contribuir para o desenvolvimento das crianças em seus anos iniciais.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: Para alcançar esse objetivo foram realizadas pesquisas bibliográficas tendo como base 21 autores de relevância na área da educação física. Ademais, foi conduzida uma entrevista com um profissional da educação física, a fim de compreender na prática como a atividade tem sido inserida no cotidiano escolar das crianças e os desafios enfrentados. Trata-se de um estudo exploratório descritivo, de natureza bibliográfica e abordagem qualitativa. Os sujeitos alvo da pesquisa foram as crianças entre 0 e 6 anos, que estão compreendidas na faixa etária da educação infantil e que frequentam creches ou escolas. A coleta dos dados foi feita a partir de materiais bibliográficos. **RESULTADOS:** Os estudos analisados nesta pesquisa deixaram em destaque que a prática da educação física nos anos iniciais da infância é essencial para o desenvolvimento da criança, de modo que abrange aspectos motores, cognitivos, sociais e afetivos. Segundo Mello *et al.* (2024), a educação física contribui para a produção de saberes e vivências que vão além do ambiente escolar que a criança faz parte. Piaget, deixa evidente que as fases do desenvolvimento infantil ocorre a partir da interação da criança com o meio que ela está se desenvolvendo e que novos estímulos auxiliam na criação de novas experiências que fazem parte do desenvolvimento infantil (Schirrmann *et al.*, 2029). Dessa forma, os dados da literatura em consonância a entrevista realizada indicaram que a Educação Física vai muito além do movimento corporal, uma vez que está estreitamente associada ao desenvolvimento integral da criança, sendo um elemento indispensável no planejamento educacional desde os primeiros anos escolares. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Essa disciplina apresenta uma formação que vai além da formação física, uma vez que também abrange aspectos emocionais e sociais. A literatura evidencia que a vivência corporal pode favorecer o aprendizado e fortalecer as interações sociais entre as crianças. No entanto, ainda há desafios vivenciados quanto a infraestrutura e necessidade de uma maior valorização curricular na formação do docente, deixando claro uma necessidade de investimento em políticas públicas de formação continuada e garantia de uma carga horária que seja adequada para que a educação física possa cumprir sua função pedagógica. Assim, conclui-se que valorizar e inserir a educação física nos anos iniciais do ensino escolar é fundamental para um desenvolvimento pleno das crianças de forma integral.

REFERÊNCIAS:

1. BARBOSA, N. S.; ASSUNÇÃO, J. R. Educação física e psicomotricidade: fatores associados ao desenvolvimento cognitivo infantil. *Diálogos e Perspectivas Interventivas*, v. 1, p. e9984, 2020. DOI: 10.52579/diapi.vol1.i.a9984. Disponível: <<https://revistas.uneb.br/index.php/dialogos/article/view/9984>>. Acesso: 13 maio 2025.
2. BRANDÃO, Fernanda Alves da Conceição. *Vivências e desafios da educação física nos anos iniciais do ensino fundamental: um relato de experiência*. 2023. (UFNT), Tocantinópolis-TO. Disponível: <<https://repositorio.ufu.edu.br/handle/11612/6673?locale=en>>. Acesso em: 31 maio 2025.
3. BRASIL. Ministério da Educação. *Educação física inclusiva: despertando novas habilidades*. BNCC, 2023. Disponível: <<https://basenacionalcomum.mec.gov.br/implimentacao/praticas>>. Acesso: 31 maio 2025.
4. CAVALARO, A. G.; MULLER, V. R. Educação física na educação infantil: uma realidade almejada. *Educar em Revista*, n. 34, p. 241-250, 2009. Disponível: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40602009000200015>>. Acesso: 18 maio 2025.

Área de conhecimento do CNPq: 09.00.00-2 - Educação Física

CBS-003

ESTÉTICA DO MEDO E DA URGÊNCIA NAS CAMPANHAS DE SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL (2009–2020)

Luiz Felipe Rodrigues **Costa** (Publicidade e Propaganda)
 Marcel Henrique **ANGELO** (Orientador, FDV)
 Maiara Couto **BARRETO** (Coorientadora, UEMG/Passos-MG)

Palavras-chave: Comunicação de risco, Estética do medo, Campanhas públicas, Saúde; Estratégia emocional

Agência de fomento: FDV

RESUMO: Entre 2009 e 2020, o Brasil enfrentou emergências de saúde como H1N1, Zika e Covid-19, nas quais campanhas públicas usaram intensamente recursos estéticos baseados no medo e na urgência para promover comportamentos preventivos. Este trabalho analisou peças audiovisuais dessas campanhas, destacando o uso de imagens impactantes, trilhas sonoras tensas e apelos emocionais. Os resultados indicam que tais estratégias podem ser eficazes na mobilização social, desde que acompanhadas de informações claras e orientações práticas, evitando pânico ou resistência.

INTRODUÇÃO: Entre 2009 e 2020, o Brasil enfrentou três grandes emergências de saúde pública: a pandemia da gripe H1N1, o surto de Zika Vírus e a pandemia de Covid-19. Nestes contextos, campanhas de comunicação se tornaram essenciais para orientar comportamentos sociais, informando e mobilizando a população em situações de risco. Tais campanhas recorreram intensamente a recursos estéticos que apelam ao medo e à urgência para persuadir o público. **OBJETIVO:** Este trabalho busca analisar como campanhas públicas brasileiras de saúde utilizaram estratégias estéticas baseadas no medo e na urgência para promover comportamentos preventivos. **METODOLOGIA:** A análise foi conduzida com base na abordagem qualitativa de natureza exploratória, observando material audiovisual de campanhas veiculadas entre 2009 e 2020. A investigação utilizou o referencial teórico da Comunicação de Risco (Covello e Sandman, 2001), a teoria da estética da urgência e estudos sobre persuasão e emoção. **RESULTADOS:** A campanha de H1N1 (2009) utilizou imagens de hospitais lotados, trilhas sonoras tensas e o apelo direto à vacinação (“Vacine-se. A gripe pode matar”). A campanha do Zika Vírus (2016) reforçou a empatia por meio de imagens de bebês com microcefalia e depoimentos emocionais de mães (“Proteja seu bebê”). Já a campanha da Covid-19 (2020) intensificou o apelo dramático com imagens de caixões, UTIs lotadas e o silêncio como recurso estético (“Fique em casa. O vírus mata”). Todas aplicaram recursos audiovisuais para provocar medo ou comoção e, assim, estimular ações imediatas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** As campanhas analisadas demonstram que o uso de medo e urgência pode ser eficaz na mobilização social, desde que equilibrado com informação clara e orientação prática. Estratégias que abusam do choque podem provocar resistência ou pânico. A análise sugere que compreender a estética comunicacional é fundamental para melhorar a eficácia de futuras campanhas públicas em contextos de crise.

REFERÊNCIAS:

1. COVELLO, Vincent T.; SANDMAN, Peter M. Risk communication: Evolution and revolution. In: WOLBARST, A. (Ed.). Solutions to an Environment in Peril. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.
2. PINTO, C. P.; PEREIRA, F. S. **O uso do medo na comunicação pública:** riscos e eficácia. Comunicação & Saúde, 2015.
3. SANTOS, I. L. S.; PIMENTEL, C. E.; ALVES, T. P. **Aplicações da persuasão para otimização de campanhas na saúde:** uma revisão.
4. CAMPANHAS DE SAÚDE - Ministério da Saúde. **Arquivo de campanhas institucionais (2009–2020).**

Áreas de conhecimento do CNPq:
 6.09.00.00-8 – Comunicação, e
 4.00.00.00-1 – Ciências da Saúde

CBS-004

PUBLICIDADE INFANTIL E O MARKETING ALIMENTAR: ESTRATÉGIAS, CONSUMO E DESAFIOS SOCIAIS

Luiz Felipe Rodrigues Costa (Publicidade e Propaganda)
 Maiara Couto Barreto (Orientadora – UEMG/Passos-MG)

Palavras-chave: Publicidade infantil, Marketing de alimentos, Consumo; Estratégias de comunicação, Persuasão

Agência de fomento: FDV

RESUMO: A publicidade voltada para crianças é um tema que gera muita discussão. As marcas usam personagens, músicas e outros recursos para chamar a atenção das crianças e influenciar tanto o consumo delas quanto o das famílias. Este trabalho busca entender de que forma a publicidade de alimentos consegue prender o interesse do público infantil e como isso afeta os hábitos e escolhas de consumo. Também são analisadas as consequências sociais e éticas desse tipo de comunicação. A conclusão mostra que, apesar de a publicidade infantil ser eficaz, é importante pensar em limites e formas de comunicação que ajudem a formar consumidores mais conscientes. **INTRODUÇÃO:** As crianças são vistas como um público importante porque não só consomem, mas também influenciam diretamente nas decisões de compra da família. No setor alimentício, essa influência é ainda maior, já que muitas campanhas usam cores, sons e personagens para despertar desejo e curiosidade. Apesar disso, surge uma preocupação: a maioria dos produtos anunciados não está ligada a uma alimentação saudável. Esse fato traz discussões sobre a responsabilidade social e ética das empresas.

OBJETIVO: Analisar como a publicidade infantil, especialmente no marketing de alimentos, utiliza estratégias de persuasão e comunicação para influenciar crianças e famílias. **METODOLOGIA:** O trabalho foi feito a partir de uma revisão bibliográfica. Foram usadas fontes como artigos, estudos acadêmicos e relatórios publicados entre 2012 e 2022. As estratégias mais comuns da publicidade (como uso de personagens, brindes, marketing digital e apelos emocionais) foram organizadas e avaliadas em relação aos impactos sociais e comunicacionais. **RESULTADOS:** *Estratégias mais usadas pelas marcas:* Personagens e mascotes: figuras criadas para que a criança se identifique e crie vínculo com a marca. Brindes e colecionáveis: prática comum em redes de fast-food que estimula o desejo de compra. Publicidade digital: influenciadores mirins divulgam produtos como se fosse parte da rotina, misturando entretenimento e propaganda. Apelos emocionais: músicas, cores chamativas e cenas de felicidade associadas ao consumo. *Impactos sociais e econômicos:* As crianças acabam influenciando as compras dos pais; O consumo deixa de ser apenas necessidade e passa a representar status e pertencimento. Muitas famílias enfrentam conflitos por causa do desejo da criança em contraste com as limitações financeiras. *Questões éticas e regulatórias:* Apesar de existirem leis (ECA, CDC, CONAR, CONANDA), as marcas encontram maneiras de manter campanhas persuasivas. A fiscalização ainda é falha, o que permite práticas abusivas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A publicidade infantil no setor alimentício é eficiente porque usa estratégias criativas e emocionais que atraem facilmente o interesse das crianças. Porém, também traz consequências negativas, como incentivo ao consumo exagerado, má formação de hábitos alimentares e pressões dentro da família. Por isso, é fundamental que a publicidade avance para formatos que respeitem as crianças e incentivem escolhas mais saudáveis, equilibrando interesses de mercado com a responsabilidade social.

REFERÊNCIAS:

- AMARAL, T. S. L.; MAYNARD, D. C. **Propaganda e marketing na TV:** a influência na formação de hábitos alimentares em crianças. Brasília: UniCEUB, 2018.
- SILVA, M. F. M.; CARVALHO, C. R.; GONÇALVES, J. P. Os meios de comunicações têm uma grande força em cima das crianças: mídia, consumo infantil e impactos na vida familiar. *Revista FACISA On-line*, v.11, n.1, p.149-169, 2022.
- CARVALHO, B. M.; SANTOS, F. S.; SOUZA, J. P. M. et al. O impacto do marketing de alimentos na vida de crianças e adolescentes. *Revista Educação em Saúde*, v.10, supl.2, p.83-92, 2022.

Área de conhecimento do CNPq: Área de conhecimento do CNPq:
 6.09.00.00-8 – Comunicação, e
 4.00.00.00-1 – Ciências da Saúde

CBS-005

IMPACTO DE UM PROGRAMA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS NA MELHORIA DO CONTROLE GLICÊMICO E NA QUALIDADE DE VIDA DE ADULTOS COM DIABETES

Ingrid Danielle Rodrigues **AGUIAR** (Curso de Educação Física, FDV)
Alan de Freitas **BARBIERI** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Exercícios físicos, Musculação, Controle glicêmico, Diabetes

INTRODUÇÃO: Doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes, hipertensão e dislipidemias, são responsáveis por uma grande carga de morbidade e mortalidade entre adultos e têm impacto significativo sobre a capacidade funcional e os recursos de saúde pública, destacando-se que os custos de atenção ao diabetes variam de 2,5% a 15% dos orçamentos anuais da saúde, dependendo da prevalência local de diabetes e do nível de complexidade dos tratamentos disponíveis. A década de 2013 a 2023 revelou-se o período em que a pesquisa consolidou a importância do exercício físico para o controle glicêmico. A incorporação de atividades físicas é benéfica tanto para diabéticos tipo 1 quanto para tipo 2, com efeitos variáveis conforme o tipo e intensidade do exercício (COELHO; BURINI, 2019). **OBJETIVO:** Analisar a produção científica publicada na década de 2013 a 2023 sobre exercícios físicos e a melhoria do controle glicêmico, e perceber o impacto de um programa de exercícios físicos na melhoria do controle glicêmico e na qualidade de vida de indivíduos com diabetes. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A pesquisa foi desenvolvida a partir de estudos publicados entre 2013 e 2023 na base de dados Scielo, utilizando palavras-chave como "exercício", "controle glicêmico" e "diabetes". A busca resultou em 17 artigos, dos quais cinco atenderam aos critérios de inclusão e foram lidos na íntegra para avaliação detalhada. **RESULTADOS:** Faria *et al.* (2013) avaliaram 423 indivíduos com diabetes tipo 2, mostrando que pacientes com colesterol controlado tinham maior adesão ao tratamento. Aqueles com mau controle glicêmico apresentaram maior adesão ao exercício físico. Freire *et al.* (2015) identificaram que 76% dos participantes eram sedentários e precisava de mais informações sobre os benefícios da atividade física. Os resultados indicam a necessidade de programas educacionais e preventivos. Lima *et al.* (2017) atestaram que 30 minutos de exercícios aeróbicos intermitentes reduziram a glicemia em 21% em adolescentes com diabetes tipo 1, com melhorias no controle glicêmico associado a um melhor escore do IMC. Heubel *et al.* (2018) observaram que o treinamento multicomponente de 16 semanas não mostrou alterações significativas na glicemia em jejum e força muscular dos membros inferiores. Huiying e Omara (2023) concluíram que o treinamento HIIT combinado com intervenção medicamentosa e de enfermagem resultou em melhorias significativas no controle glicêmico, aptidão física e níveis de colesterol. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A revisão dos estudos indica que a prática regular de exercícios físicos é benéfica para o manejo da diabetes mellitus, com impactos positivos no controle glicêmico e na qualidade de vida dos pacientes. Os diferentes tipos de exercícios têm efeitos variados, mas ambos, aeróbicos e resistidos, demonstram benefícios para o controle glicêmico e a sensibilidade à insulina. A individualização do programa de exercícios é essencial para a eficácia do tratamento, considerando as necessidades específicas de cada paciente.

REFERÊNCIAS:

1. HEUBEL, Alessandro Domingues *et al.* Multicomponent training to improve the functional fitness and glycemic control of seniors with type 2 diabetes. Original Article. *J. Phys. Educ.*, n. 29, 2018. <https://doi.org/10.4025/jphyseduc.v29i1.2922>.
2. HUIYING, Liu; OMARA, Osama. Intermittent high intensity exercise associated with drugs in patients with type 2 diabetes. *Rev. Bras. Med. Esporte*, n. 29, 2023. https://doi.org/10.1590/1517-8692202329012023_0080.
3. LIMA, Valdeni Abreu de *et al.* Acute effect of intermittent exercise on blood glucose of adolescents with diabetes type 1. *Rev Bras Med Esporte*, n. 23, v. 1, Jan-Feb., 2017. <https://doi.org/10.1590/1517-869220172301158088>.

Área de conhecimento do CNPq: 4.09.00.00-2 - Comunicação

CBS-006

ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE MENTAL EM IDOSOS: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE ANSIEDADE E DEPRESSÃO

Patrícia Aparecida **ZACARIAS** (Curso de Educação Física, FDV)
Alan de Freitas **BARBIERI** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Saúde mental, Atividade física, Bem-estar, Ansiedade, Depressão

Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O envelhecimento da população brasileira tem crescido significativamente, sendo constatado um aumento de 57,4% da população com 65 anos ou mais nos últimos 12 anos, segundo (IBGE, 2022). Foi evidenciado pelo Gama (2020) em sua pesquisa que diversos idosos estão receosos com a saúde e procurando envelhecer de maneira mais ativa, procurando praticar atividades físicas, em grupos de caminhada, ginástica, dança ou corrida, o que, conforme os dados apresentados pelo citado autor, contribuem satisfatoriamente para um melhor condicionamento físico, emocional e psicológico. A qualidade de vida engloba diversas dimensões da existência humana, como, bem-estar físico, social e espiritual. Nos últimos anos, esse conceito tem ganhado crescente relevância no campo da saúde pública, especialmente frente ao aumento da expectativa de vida e à necessidade de promover o envelhecimento saudável (Abu-Omar *et al.*, 2018; Bays-Moneo *et al.*, 2023; Dantas *et al.*, 2022; Gadelha *et al.*, 2017). **OBJETIVO:** investigar a relação entre a frequência de prática de atividade física e indicadores de saúde, na promoção e manutenção da saúde mental. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Estruturado sob a aplicação de um questionário composto por perguntas objetivas de cunho quantitativo, por meio entrevista estruturada. A coleta dos dados foi realizada presencialmente, pela própria autora do trabalho. Para o tratamento dos dados aplicou-se a avaliação quantitativa mensurados em porcentagem, obtidos a variação de ansiedade e depressão, dos grupos de participantes descritas. Os dados finais foram estudados e publicados por meio de tabelas específicas de cada classe. **RESULTADOS:** A média de idade = 70,5 anos; DP = 5,8). Em relação à prática de atividade física, 12 (60%) dos participantes relataram praticar alguma forma de atividade física regularmente (pelo menos 3 vezes por semana), enquanto 8 (40%) foram classificados como sedentários ou com prática irregular. A entrevista estruturada, revelou que, do total de 20 participantes, 5 (25%) foram classificados com ansiedade possível, indicando a presença de sintomas que sugerem a necessidade de atenção. Já 3 (15%) participantes apresentaram ansiedade provável, sugerindo um nível mais elevado de sintomas. Os 12 (60%) restantes não se enquadraram nessas categorias, indicando ausência ou baixos níveis de ansiedade. Para a avaliação de depressão, os dados indicaram que 4 (20%) dos idosos foram classificados com depressão possível, e 2 (10%) com depressão provável. A maioria dos participantes, 14 (70%), não apresentou indicativos de depressão nessas categorias. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Observou-se que a maioria dos idosos que praticavam atividade física regularmente apresentava ausência ou baixos níveis de ansiedade e depressão. Em contraste, uma proporção consideravelmente maior de idosos classificados como sedentários ou com prática irregular de atividade física demonstrou indicadores de ansiedade e depressão em níveis possível e provável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. ABU-OMAR, K. *et al.* The cost-effectiveness of physical activity interventions: a systematic review of reviews. *Preventive Medicine Reports*, 2018.
2. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Demográfico 2022: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 jan. 2025.
3. GAMA, D. O impacto da atividade física na saúde dos idosos. *Revista Saúde em Foco*. Salvador, v. 16, n. 3, p. 56-65, 2020.

Área de conhecimento do CNPq: 4.09.00.00-2 - Educação Física

CBS-007

NÍVEIS DE ANSIEDADE EM MULHERES PRATICANTES E NÃO PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO

Patrícia Aparecida **ZACARIAS** (Curso de Educação Física, FDV)
Alan de Freitas **BARBIERI** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Mulheres, Musculação, Ansiedade, Depressão
Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A ansiedade é um sentimento desagradável e vago de medo (Castillo, 2000). Vale ressaltar que a ansiedade é uma reação normal do ser humano diante de situações que podem provocar medo, dúvida ou expectativa. Uma das formas de evitar ou diminuir os efeitos da ansiedade é a prática de exercício. A musculação é uma atividade recomendada, as pessoas que praticam musculação produzem neurotransmissores como endorfina, dopamina, e adrenalina que são consideradas substâncias analgésicas naturais, que diminui o estresse e a ansiedade. A realização de atividade física resistida é recomendada para tratamento de ansiedade e depressões leves. Os aspectos psicossociais e emocionais do ser humano, assim como outros aspectos, são fundamentais na determinação da qualidade de vida e na relação do indivíduo com o mundo. O controle e a estimulação devida de determinadas emoções e sentimentos são de suma importância para o bem-estar do indivíduo (FISCHER et al., 2009).

OBJETIVO: Comparar os níveis de ansiedade em mulheres praticantes e não praticantes de musculação. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Foram avaliadas 24 mulheres, com a faixa etária de 19 a 39 anos de idade. Separadas em dois grupos: não praticante de musculação (NPM) e praticantes (PM). As mulheres participantes do estudo deveriam fazer musculação no mínimo três vezes por semana com a duração de uma hora. As não praticantes não deveriam fazer nenhuma atividade física. As participantes responderam ao questionário de múltipla escolha, que avaliou o nível de ansiedade. Os dados foram obtidos através de avaliação quantitativa, depois de obtidos, a variação de ansiedade e depressão, sendo assim classificado os resultados em possível, improvável e provável. Os dados finais foram estudados e publicados por meio de tabelas específicas de cada classe, pronunciada nas perguntas dos dois grupos. **RESULTADOS:** Não houve diferença entre os grupos na idade das avaliadas. O NPM (não praticantes) apresentaram uma média de idade de 26,92 anos, enquanto PM (praticantes) apresentaram uma média de idade de 26,30 anos. A maior parte das avaliadas do NPM são casadas e divorciadas, enquanto a maioria do PM são solteiras, e casadas. NPM afirmaram ser pardas, brancas, negras e mulatas, enquanto PM são pardas, brancas, amarelas. PM apresentou menor escore de ansiedade comparado ao NPM. A classificação média do NPM, PM foi improvável. O PM apresentou menor escore de depressão comparado ao NPM. Com relação a ansiedade, observou-se uma maior prevalência de avaliadas com a classificação provável e possível no NPM, o PM apresentou um maior prevaência de classificação improvável. Já com relação a depressão ambos os grupos tiveram uma maior prevalência com a classificação improvável. **CONSIDERAÇÃO FINAIS:** Conclui-se que nos grupos de praticante e não praticantes de musculação, a maioria foram classificados como improváveis, entretanto no grupo das PM em relação as NPM, a depressão está mais distante de se tornar possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. CASTILLO, A. R. G. Et al.; Transtornos de ansiedade. *Rev. Bras. Psiquiatr.* São Paulo, 22(Supl.) 2000, <https://www.trabalhosgratuitos.com/Sociais-Aplicadas/Psicologia/A-Ansiedade-1064555.html> Acesso em: 07.06.2022
2. file:///C:/Users/Usuario/Downloads/elenomarkes,+B041.pdf Acesso em: 11.11.2022.
3. <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/119463> Acesso em: 11.11.2022.

Área de conhecimento do CNPq: 4.09.00.00-2 - Educação Física

CBS-008

AValiação DA INFLUÊNCIA DOS PAIS DURANTE A PRÁTICA ESPORTIVA DE SEUS FILHOS

Iágodson de Amorim **VIEIRA** (Curso de Educação Física, FDV)
Victor Reis **MACHADO** (Orientador, FDV)
Alan de Freitas **BARBIERI** (Coorientador, FDV).

Palavras-chave: Vida esportiva, Interação pais-filhos, Avaliação de pais, Futebol

Agência de fomento: FDV

INTRODUÇÃO: A prática esportiva pode trazer contribuições importantes para o desenvolvimento pessoal e familiar daqueles que a praticam, além de favorecer a saúde física e fortalecer os vínculos relacionais entre seus esportistas (Riciputi, et al., 2020). Aliás, muitas vezes, são os próprios pais que influenciam os filhos e os introduzem em contextos desportivos organizados, constituindo está uma das principais fontes de recrutamento de crianças e jovens para os clubes (Côté, 1999). Alguns dos dados produzidos reforçam a ideia de que os pais podem promover efeitos positivos em diferentes domínios do desenvolvimento dos filhos, como, por exemplo, na autoestima, na percepção de competência, nos sentimentos de realização, na autoeficácia, na sensação de prazer e diversão na prática desportiva, na orientação motivacional positiva frente ao desporto etc. (Côté, Hay; 2002). **OBJETIVO:** Avaliar a participação e influência dos pais/responsáveis durante a prática esportiva das crianças. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Pesquisa de cunho qualitativo. Estruturada por meio de questionário estruturado. O questionário continha 14 perguntas com respostas variadas, respondido por 30 pais de alunos (faixa etária de 5 a 10 anos) de uma escolinha de futebol, relacionadas a seus comportamentos enquanto assistem aos jogos de seus filhos, quando e se dão conselhos a eles, antes, durante ou após os jogos, além de perguntas sobre como eles acham que os filhos se sentem com a presença deles no local, e com relação a motivação de seus filhos. Para o tratamento dos dados obtidos utilizou-se o cálculo da porcentagem de cada resposta, baseado nas respostas de cada participante, onde tínhamos o número total de pais e a quantidade de votantes em cada uma das alternativas do formulário. **RESULTADOS:** A partir da análise das respostas dos obtidas, observou-se que 100% da amostra, influenciam seus filhos a praticarem esportes, 66,6%, tem uma presença muito ativa na educação esportiva de seus filhos, 73,3% dos pais realizam comentários sobre as jogadas e ainda, 56,6% dão orientações além das orientações oriundas do treinador. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que, os pais/responsáveis exercem papel fundamental durante a formação de seus filhos, seja assistindo, motivando, incentivando a prática do esporte, ou até mesmo se envolvendo para tentar ajudar seu filho. A pesquisa revela muito respeito dos pais/responsáveis e seus comportamentos tanto dentro como fora dos treinamentos dos seus filhos, e para a criança além de se sentirem motivadas e apoiadas pelos pais, elas ficam muito felizes de terem seus pais acompanhando seus melhores momentos, pois muitas tem seus responsáveis como a pessoa mais importante do mundo.

REFERÊNCIA

1. Riciputi, S., McDonough, M. H., Snyder, F. J., & Lindley McDavid, M. Staff support promotes engagement in a physical activity-based positive youth development program for youth from low-income families. *Sport, Exercise, and Performance Psychology*, 9 (1), 45–57, 2020. <https://doi.org/10.1037/spy0000169>
2. GOMES, A. R. Influência parental no desporto: a percepção de pais e jovens atletas portugueses. *Estudos de Psicologia* (campinas), p.490-503, 2011.

Área de conhecimento do CNPq: 4.09.00.00-2 - Educação Física

EFEITOS DO WHEY PROTEIN E DA CREATINA NO PROCESSO DE HIPERTROFIA MUSCULAR: UM ESTUDO EXPERIMENTAL

Rafaela Faria **ANDRADE PINTO** (Curso de Educação Física, FDV)
Alan de Freitas **BARBIERI** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Whey protein, Creatina, Hipertrofia muscular

Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A busca pela hipertrofia muscular é um dos principais objetivos entre os praticantes de musculação. Para maximizar os resultados dos exercícios, os praticantes são orientados a encontrar recursos para atingir seus objetivos em um curto espaço de tempo. Entre esses recursos, destacam-se os suplementos alimentares, que são facilmente adquiridos e muitas vezes são mal utilizados para fins ergogênicos e puramente estéticos (Almeida et al., 2021). A hipertrofia muscular é um processo de adaptação muscular relacionado ao treinamento, que promove a adaptação bioquímica e fisiológica e a expansão do tamanho da fibra muscular existente, tão intensamente em diâmetro, quanto a comprimento e área, também a melhora de ganhos esportivos e ao acréscimo da massa muscular (Gomes et al., 2017). Neste contexto, a suplementação com Whey protein e creatina tem sido amplamente estudada por seu potencial em aumentar a síntese proteica e o desempenho físico. O whey protein é uma fonte de proteína de alto valor biológico, enquanto a creatina atua no fornecimento de energia rápida para contrações musculares intensas.

OBJETIVO: Avaliar os efeitos da suplementação de whey protein e creatina no ganho de massa muscular e força em praticantes de musculação ao longo de oito semanas. **ABORDAGEM**

METODOLÓGICA: Participaram 20 voluntários do sexo masculino, com idades entre 20 e 30 anos, praticantes de musculação há pelo menos seis meses. Os participantes foram divididos em dois grupos: Grupo A (com suplementação whey protein e creatina) e Grupo B (sem suplementação), em ambos os grupos a alimentação seguiu padrão de equilíbrio já realizada pelos participantes antes da pesquisa. O treino consistiu em quatro sessões semanais de musculação, com volumes e intensidades controlados. As avaliações ocorreram antes e após oito semanas, avaliando-se a medida de massa muscular e força máxima (1RM no supino e agachamento). **RESULTADOS:** Foi evidenciado que o Grupo A apresentou aumento de 6,8% na massa muscular e 30% na força máxima, enquanto o Grupo B obteve 3% de aumento de massa e 15% de aumento de força. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A suplementação com Whey protein e Creatina mostrou-se eficaz para potencializar o ganho de massa muscular e o aumento da força em praticantes de musculação. Recomenda-se que o uso seja orientado por profissionais de nutrição e educação física, considerando as necessidades individuais de cada atleta. Esses resultados reforçam a importância da suplementação adequada associada ao treinamento resistido e a alimentação equilibrada.

REFERENCIAS:

1. CAMPBELL, CAMPBELL, B. et al. International Society of Sports Nutrition position stand: protein and exercise. *Journal of the International Society of Sports Nutrition*, 2007.
2. KREIDER, R. B. et al. International Society of Sports Nutrition position stand: creatine supplementation and exercise. *Journal of the International Society of Sports Nutrition*, 2017.
3. SANTOS, A. R.; LIMA, D. C. Efeitos ergogênicos da creatina e proteínas na musculação. *Revista Brasileira de Nutrição Esportiva*, 2019.

Área de conhecimento do CNPq: 4.09.00.00-2 - Educação Física

SAÚDE MENTAL DOS TRABALHADORES NO AMBIENTE DE TRABALHO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Eduardo Vitor de Souza (Curso de Enfermagem, CESEP)
Helen Moraes Alves Cabral (Orientadora, CESEP)
Carla Naves Toledo (Coorientadora, CESEP)

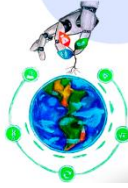
Palavras-chave: Saúde mental, Trabalho, Estresse ocupacional, Burnout, Qualidade de vida

Agência de fomento: CESEP/FEM

RESUMO: A saúde mental no ambiente de trabalho tem ganhado visibilidade crescente devido ao impacto direto sobre o bem-estar dos trabalhadores e sobre a produtividade organizacional. Transtornos como ansiedade, depressão e síndrome de burnout figuram entre as principais causas de afastamento laboral no mundo, sendo reconhecidos como um problema de saúde pública. O presente artigo tem como objetivo revisar a literatura científica referente à saúde mental no ambiente laboral, destacando fatores de risco, impactos psicossociais, políticas públicas, estratégias de promoção e experiências organizacionais. Trata-se de uma revisão bibliográfica que consultou artigos nacionais e internacionais publicados entre 2015 e 2024. Os resultados apontam que as transformações do mundo do trabalho, associadas à pressão por resultados, intensificação de atividades e relações interpessoais conflituosas, contribuem para o adoecimento psíquico. Conclui-se que a saúde mental dos trabalhadores deve ser compreendida de forma multidisciplinar e coletiva, sendo responsabilidade compartilhada entre Estado, organizações e indivíduos. **INTRODUÇÃO:** O ambiente de trabalho, além de ser um espaço de produção econômica, constitui também um ambiente de sociabilidade, identidade e realização pessoal. Entretanto, fatores organizacionais, estruturais e relacionais podem transformar o trabalho em fonte de sofrimento psíquico. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022), mais de 970 milhões de pessoas no mundo convivem com algum transtorno mental, sendo a depressão e a ansiedade os mais prevalentes. No Brasil, os transtornos mentais estão entre as principais causas de afastamento do trabalho, respondendo por cerca de 30% dos benefícios previdenciários por incapacidade temporária (INSS, 2021). Tais dados demonstram a necessidade de aprofundar os estudos sobre a saúde mental dos trabalhadores, compreendendo-a não apenas como ausência de doença, mas como um estado de equilíbrio e bem-estar emocional que permite enfrentar os desafios cotidianos e contribuir socialmente (FERREIRA; MENDES, 2018). **OBJETIVOS:** Revisar a literatura científica sobre a saúde mental dos trabalhadores no ambiente de trabalho, destacando fatores de risco, impactos, políticas e estratégias de promoção. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, realizada entre março e agosto de 2024, em bases de dados como SciELO, PubMed, Google Scholar e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde). Os critérios de inclusão foram artigos publicados entre 2015 e 2024, em português, inglês e espanhol, que abordassem saúde mental e trabalho. Foram utilizados descritores como: saúde mental, trabalhadores, estresse ocupacional, burnout e ambiente laboral. **RESULTADOS:** A implementação de políticas organizacionais que favoreçam a qualidade da relação entre empresa e trabalhador representa um fator estratégico para o aprimoramento do desempenho laboral e para o fortalecimento do reconhecimento profissional. A adoção de um plano estruturado de promoção da saúde mental contribui para a redução de comorbidades crônicas e psicossociais, possibilitando a diminuição de custos financeiros relacionados ao adoecimento ocupacional, bem como a mitigação do desgaste do quadro de funcionários. Nesse sentido, a organização assegura não apenas a manutenção quantitativa de sua força de trabalho, mas também a qualificação e valorização do capital humano, elementos indispensáveis para a sustentabilidade institucional. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A saúde mental no trabalho é um tema atual e de alta relevância social. O adoecimento psíquico relacionado ao trabalho compromete tanto a vida dos indivíduos quanto o desempenho das organizações. Conclui-se que: a) a prevenção é mais eficaz quando ocorre de forma integrada, envolvendo medidas organizacionais, políticas públicas e suporte individual; b) o investimento em saúde mental deve ser visto como estratégia de sustentabilidade e responsabilidade social; e c) é necessário ampliar pesquisas que analisem intervenções práticas no contexto brasileiro, a fim de subsidiar políticas públicas e empresariais.

REFERÊNCIAS:

1. CARVALHO, R. S.; SANTOS, F. J. Burnout em profissionais de saúde: uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 46, n. 1, 2021.
2. FERREIRA, M. A.; MENDES, A. L. *Promoção da saúde mental no trabalho: estratégias e desafios*. Saúde em Debate, v. 42, n. 118, p. 145-156, 2018.
3. INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS). *Boletim Estatístico da Previdência Social*. Brasília, 2021.
4. LIMA, G. F.; ROCHA, D. C. Estresse ocupacional e impactos na saúde mental de trabalhadores. *Psicologia & Sociedade*, v. 31, 2019.

	FACULDADE DE VIÇOSA - FDV ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA FDV 2025 <i>“Planeta Água: a cultura oceânica para enfrentar as mudanças climáticas no meu território”</i> 30 e 31 de outubro e 1º de novembro de 2025 Evento integrante da 22ª Semana Nacional da Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	
---	--	---

TRABALHOS DA ÁREA

CET

CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

CET-001

FUNÇÕES RECURSIVAS vs. ITERATIVAS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE LINGUAGENS E COMPILADORES

Arthur Gomides **GODOY** (Curso de Sistemas de Informação, FDV)
Márcio Balduino **SARAIVA** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Função recursiva, Função iterativa, Otimização, Linguagens de programação

Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A resolução de problemas computacionais pode ser abordada de diversas formas, sendo a recursão e a iteração duas das mais fundamentais. Ambas as estratégias são amplamente utilizadas para repetição de tarefas, mas diferem em sua estrutura, desempenho e tratamento pelo compilador ou interpretador, dependendo da linguagem de programação. A escolha entre uma função recursiva ou iterativa pode impactar significativamente o uso de memória, tempo de execução e legibilidade do código. Compreender como diferentes linguagens tratam essas abordagens é fundamental para o desenvolvimento de algoritmos eficientes. **OBJETIVOS:** Este artigo tem como objetivo realizar uma análise comparativa entre funções recursivas e iterativas, abordando aspectos conceituais, desempenho e comportamento em diferentes linguagens de programação. Também serão exploradas as estratégias de otimização aplicadas pelos compiladores modernos, como a eliminação de chamadas recursivas via *tail call optimization*.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: A pesquisa foi conduzida por meio de revisão bibliográfica de materiais acadêmicos, documentação oficial de linguagens de programação e artigos técnicos. Foram analisadas as implementações e comportamentos de funções recursivas e iterativas em linguagens como C, Java, Python e Haskell. Também foi estudado o tratamento de recursão pelos compiladores dessas linguagens, incluindo otimizações em tempo de compilação. **RESULTADOS:** Funções recursivas são aquelas em que uma função chama a si mesma. A abordagem recursiva é frequentemente aplicada a problemas naturalmente decompostos em subproblemas menores, como algoritmos de ordenação (ex: *quicksort*), busca em árvores e cálculos matemáticos (ex: fatorial, sequência de Fibonacci). Em linguagens como Python, a recursão é limitada pelo tamanho da pilha de chamadas, enquanto em C ela tende a ser mais eficiente, embora também consuma pilha. No caso de Haskell, por ser uma linguagem funcional, há um favorecimento ao uso da recursão, além de aplicar automaticamente a otimização de chamadas finais (*tail call optimization*). Funções iterativas, por outro lado, utilizam estruturas de repetição como *for*, *while* e *do-while*. Essas funções são geralmente mais eficientes em termos de uso de memória, pois não dependem da pilha de chamadas. Em linguagens como C e Java, funções iterativas costumam ser preferidas em aplicações críticas por sua previsibilidade e menor overhead. Iterações também são menos propensas a erros de estouro de pilha e permitem maior controle sobre o fluxo de execução. A comparação por linguagem revela que em C há suporte completo a ambas as abordagens, mas a otimização de *tail recursion* não é aplicada por padrão, o que leva a uma preferência por iteração, especialmente em sistemas embarcados. Em Java, embora haja suporte à recursão, não há otimização de *tail calls*, o que torna a iteração mais eficiente em ambientes de produção. A iteração em Python é geralmente preferida para problemas extensos por evitar o risco de *RecursionError*, causado pelo limite da pilha de chamadas. Além disso, não realiza otimização de *tail recursion*. Já Haskell, como linguagem funcional, favorece a recursão e possui suporte nativo a *tail recursion*, além de avaliação preguiçosa (*lazy evaluation*), tornando a recursão mais eficiente. O tratamento pelos compiladores varia: a otimização de chamadas finais (*Tail Call Optimization* - TCO) é uma técnica em que o compilador transforma chamadas recursivas em loops, evitando o crescimento da pilha. Compiladores como o GHC (Haskell) e LLVM podem aplicar essa otimização automaticamente. Compiladores podem aplicar *inlining* em chamadas recursivas simples, embora esse tipo de otimização seja menos comum do que em chamadas não-recursivas. Vale destacar que funções recursivas tendem a gerar rastros de pilha (*stack trace*) mais complexos, dificultando a depuração em ambientes que não aplicam TCO. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A escolha entre recursão e iteração depende do problema, da linguagem utilizada e dos requisitos de desempenho e clareza do código. Em linguagens que não otimizam chamadas recursivas, como Python e Java, a iteração é preferida por segurança e eficiência. Já linguagens como Haskell, que favorecem o paradigma funcional, tornando a recursão uma abordagem eficiente e bem integrada ao paradigma funcional da linguagem. Compreender como os compiladores lidam com essas estratégias é essencial para escrever código robusto, escalável e eficiente.

REFERÊNCIAS:

1. AHO, Alfred V.; LAM, Monica S.; SETHI, Ravi; ULLMAN, Jeffrey D. **Compiladores: princípios, técnicas e ferramentas**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2008.
2. DASGUPTA, Sanjoy; PAPADIMITRIOU, Christos; VAZIRANI, Umesh. **Algorithms**. New York: McGraw-Hill, 2006.
3. ORACLE. **Java SE documentation**. Disponível em: <https://docs.oracle.com/en/java/>. Acesso em: 30 jun. 2025.
4. PYTHON SOFTWARE FOUNDATION. **Python documentation**. Disponível em: <https://docs.python.org/>. Acesso em: 6 jul. 2025.

Área de conhecimento do CNPq: 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

CET-002

TIPOS DE ÁRVORES EM BANCO DE DADOS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE ESTRUTURAS DE INDEXAÇÃO

Arthur Gomides **GODOY** (Curso de Sistemas de Informação, FDV)
Márcio Balduino **SARAIVA** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Árvore binária, B-Tree, B+ Tree, Indexação, Banco de dados

Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: As estruturas de dados baseadas em árvores são essenciais para o funcionamento eficiente dos sistemas de banco de dados modernos. Dentre as mais utilizadas estão as árvores binárias, B-Trees e B+ Trees, cada uma com características que afetam diretamente o desempenho em operações de leitura, escrita e busca. Estas estruturas são fundamentais para a indexação de dados, promovendo acessos rápidos e organizados a grandes volumes de informação. Compreender o funcionamento e as diferenças entre essas árvores é crucial para decisões arquiteturais em bancos de dados relacionais e não relacionais. **OBJETIVOS:** Este artigo tem como objetivo realizar uma análise comparativa entre diferentes tipos de árvores utilizadas na indexação de bancos de dados, com foco em árvores binárias, B-Trees e B+ Trees. Serão abordadas suas características estruturais, complexidades (notação Big-O) nas operações de inserção, leitura e busca, bem como seus impactos práticos na indexação e performance do sistema de banco de dados. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A pesquisa foi conduzida com base em revisão bibliográfica de fontes acadêmicas, artigos científicos e manuais de sistemas de gerenciamento de banco de dados. Foram analisados conceitos teóricos, implementações práticas e *benchmarks* de performance para avaliar como cada tipo de árvore lida com operações comuns em bancos de dados. Foram utilizados materiais de referência sobre estruturas de dados, arquitetura de Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados (SGBDs) e funcionamento de índices. **RESULTADOS:** A Árvore Binária de Busca (BST) é uma estrutura simples onde cada nó possui no máximo dois filhos. As operações de busca, inserção e leitura possuem complexidade $O(\log n)$ em árvores balanceadas, mas podem se degradar para $O(n)$ em casos degenerados (como listas ligadas). Não é comum em sistemas de banco de dados devido à falta de balanceamento automático, o que afeta a previsibilidade de performance. A B-Tree é uma árvore balanceada de ordem m, onde cada nó pode conter múltiplos filhos e múltiplas chaves. É amplamente utilizada em SGBDs por sua eficiência em operações de disco. A complexidade para busca, inserção e leitura é $O(\log n)$. A B-Tree pode armazenar dados tanto nos nós internos quanto nas folhas, mas em implementações práticas de bancos de dados, é mais comum o uso da B+ Tree, que separa dados e índices para otimizar buscas sequenciais. A B+ Tree é uma variante da B-Tree em que todos os dados são armazenados apenas nas folhas, e os nós internos servem apenas como índices. Isso permite maior densidade de chaves por nó interno e melhor desempenho em operações de *range scan*. Em estruturas balanceadas como B-Trees e B+ Trees, as operações de busca, inserção e leitura apresentam complexidade $O(\log n)$, enquanto BSTs podem ter performance degradada em casos não balanceados. A B+ Tree facilita a varredura sequencial de dados, tornando-se ideal para consultas que envolvem faixas de valores. Na indexação em bancos de dados, essas árvores são usadas como estruturas de índice. Um índice baseado em árvore permite localizar registros de forma eficiente, evitando a varredura completa da tabela. As B+ Trees são frequentemente a estrutura padrão em bancos como MySQL (InnoDB) e Oracle devido à sua eficiência em consultas de intervalo e suporte otimizado a leitura sequencial. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** As árvores binárias, B-Trees e B+ Trees apresentam diferentes níveis de sofisticação e aplicabilidade em sistemas de banco de dados. Enquanto a árvore binária é mais didática e teórica, as B-Trees e B+ Trees são aplicadas em contextos reais, com vantagens práticas claras em termos de desempenho. A escolha da estrutura adequada depende das características das consultas predominantes e dos requisitos de performance. As B+ Trees se destacam por oferecer um equilíbrio ideal entre busca eficiente, leitura sequencial e uso racional de espaço, sendo amplamente adotadas em sistemas de banco de dados modernos.

REFERÊNCIAS:

1. COMER, D. **The Ubiquitous B-Tree**. ACM Computing Surveys, v. 11, n. 2, p. 121-137, 1979.
2. ELMASRI, R.; NAVATHE, S. B. **Sistemas de banco de dados**. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2019.
3. KNUTH, Donald Ervin. **The art of computer programming: sorting and searching**. 2. ed. v. 3. Boston: Addison-Wesley, 1998.
4. KORTH, H. F.; SILBERSCHATZ, A.; SUDARSHAN, S. **Sistemas de banco de dados**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2016.

Área de conhecimento do CNPq: 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

CET-003

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE FISIOLÓGICA DE SEMENTES DE SOJA DE DIFERENTES TAMANHOS

Matheus Pereira **MONTEIRO**

(Curso de Engenharia. Agrônômica, CESEP)

Camila Karen Reis **BARBOSA** (Orientadora, CESEP)

Kleso Silva **FRANCO JÚNIOR** (Coorientador, CESEP)

Palavras-chave: Germinação e vigor, *Glycine max.*, Peneira de sementes

Agência de fomento: Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado, CESEP-MG

RESUMO:

INTRODUÇÃO: Os fatores responsáveis para o sucesso das lavouras de soja no Sul de Minas são vários e dentre eles se destacam o clima favorável e a adaptabilidade dos materiais genéticos à região. Outro fator interessante é a sucessão de cultura, a qual é adotada pela maioria dos produtores de soja no verão e o milho vem logo depois na denominada safrinha. Ao longo dos anos se tornou comum essa sucessão, se tornando o principal sistema de sucessão no país, onde os agricultores enxergaram na soja uma oportunidade de crescimento e maior estabilidade no mercado. Uma das vantagens observadas pelos agricultores da região é o rápido escoamento da produção do grão, visto a grande necessidade de soja para exportação. A semente é considerada um insumo agrícola de elevada importância, pois por meio dela são conduzidas ao campo todas as características genéticas da planta, que é responsável pelo sucesso da lavoura, proporcionando elevadas produções. É essencial que se utilize sementes de alta qualidade, sendo cultivares altamente puras geneticamente e que apresente alta qualidade fisiológica, sanitária e física. Compõe a qualidade física da semente a pureza do lote e a classificação da semente por peso específico ou densidade e por peneira. O uso das sementes de variados tamanhos é motivo de várias pesquisas, contudo, não existe na literatura informações suficientes que afirmem com clareza o motivo de seu tamanho poder influenciar de forma direta na qualidade fisiológica das sementes. **OBJETIVOS:** Verificar a influência do tamanho da semente de soja na qualidade fisiológica. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A pesquisa foi realizada no Laboratório de Sementes do Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado, no período de outubro a dezembro de 2023. Foram utilizadas sementes de soja da Classe certificada. Categoria C2 classificadas por P1 (tratamento 2) e P2 (tratamento 1), de 3,0 mm e 5,5 mm, consideradas como pequenas e graúdas, respectivamente. O experimento foi instalado no delineamento experimental inteiramente casualizado (-DIC), com duas variedades de sementes e 10 repetições, totalizando 20 unidades experimentais. Foram avaliadas as seguintes características: germinação e vigor. Germinação, Teste 1º e 2º Contagem. Vigor, Teste 1º Contagem e Quantidade de Sementes danificadas. **RESULTADOS:** Os dados apontam diferença significativa entre os tratamentos 1 e 2, mostrando que o tamanho das sementes de soja pode ter influenciado no vigor pela primeira contagem. Os resultados contrapõem o que é apresentado por Soares et al. (2015, p.373), que afirmam que "o tamanho das sementes [de soja] não afetou [...] a primeira contagem". Espécies com sementes pequenas dependem de mais recursos, o seu suprimento nutricional é menor. Estas diferenças estão relacionadas com a plasticidade na alocação de biomassa em resposta a limitação de recursos. A análise de variância mostrou não haver diferença estatística entre os tratamentos para a variável germinação (%), plântulas anormais (%), plântulas infeccionadas (%). No entanto, houve também diferença estatística significativa entre os resultados obtidos nos tratamentos 1 e 2 para porcentagem de sementes mortas, sendo a maior porcentagem do tratamento 1, o que foi apontado também por Derre et al. (2017). **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** As análises apontam que o tamanho das sementes pode influenciar na média de vigor pela primeira contagem e para o número de sementes mortas. Sugere-se continuação dos trabalhos, avaliando sementes classificadas em peneiras diferentes de um mesmo campo de produção de sementes.

REFERÊNCIAS:

- DERRE, L. DE O.; DALTOÉ, J. A.; SARUBO, V.; ABRANTES, F. L. Influência do tamanho de sementes na germinação e vigor inicial da soja. *Colloquium Agrariae*, v. 13, n. Especial, p. 100-107, 2017.
- SOARES, M. M.; SANTOS JUNIOR, C. H.; SIMOES, M. G.; PAZZIN, D.; SILVA, L. J. Estresse hídrico e salino em sementes de soja classificadas em diferentes tamanhos. *Pesquisa Agropecuária*, v. 45, n. 4, Goiânia, 2015.

Área do conhecimento do CNPq: 5.01.00.00-9 - Agronomia

CET-004

Azospirillum brasilense NA PRODUÇÃO DE ALFACE

Eduardo Alfredo de Lima **DULLIUS**

(Curso de Engenharia Agrônômica)

Camila Karen Reis **BARBOSA** (Orientadora, CESEP)

Fabrizio Vilela Andrade **FIORINI** (Coorientador, CESEP)

Palavras-chave: *Lactuca sativa*, Adubação orgânica, Produção sustentável, Nutrição de plantas

Agência de fomento: Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado - CESEP-MG

RESUMO:

INTRODUÇÃO: Muitas moléculas bioativas estão sendo banidas do mercado em virtude da sua alta toxicidade ao homem e persistência no ambiente. Faz-se então necessário outras soluções para que se mantenha a produção em larga escala sem perdas na produtividade. Como na alface é consumida a folha, o cuidado com a aplicação de agrotóxico deve ser mais cuidadoso, sendo assim a utilização de produtos biológicos pode se tornar uma via para a produção sustentável e diminuição de aplicações de defensivos e insumos químicos. Os fertilizantes são indispensáveis, a demanda por nitrogênio é muito alta e está estritamente atrelada à produtividade (Malavolta, 2006), mas os preços dos insumos agrícolas, estão muito voláteis, sofrendo muitas alterações de acordo com o cenário de mercado. As rizobactérias são reconhecidas por se associarem com as raízes em simbiose, causando crescimento das mesmas e realizando a fixação de nitrogênio atmosférico (Freitas et al., 2003), ajudando as plantas com a absorção de nutrientes e refletindo diretamente na produtividade da cultura. **OBJETIVOS:** Avaliar a produção de alface em função da aplicação de *Azospirillum brasilense*. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A pesquisa foi realizada na propriedade Bela Vista, localizada na cidade de Campestre - MG, no sul de Minas Gerais, situada nas coordenadas geográficas 21°42'31"S 46°14'13"W de acordo com google Earth, 2024, com altitude de 1099 m. O experimento foi realizado em um canteiro, com a cultivar Cristina do tipo crespa, plantada num espaçamento de 25 cm entre plantas. Os canteiros possuíam 0,75 x 7 metros, totalizando um estande de 105 plantas, utilizando todas as plantas como tratamento útil, analisando todas as 5 plantas de cada parcela. O ensaio foi conduzido em delineamento experimental blocos casualizados com 3 tratamentos, 7 repetições, totalizando 21 unidades experimentais. Os tratamentos utilizados foram doses distintas de Mastefix L Gramíneas da Stoller®, sendo: Tratamento 1: 1,5 mL do produto por planta; Tratamento 2: 3 mL de produto por planta; Tratamento 3: testemunha, a qual não recebeu o produto. **RESULTADOS:** De acordo com a análise de variância, houve diferença estatística no número médio de folhas por planta (NMF). Para as outras variáveis estudadas, sendo elas peso médio (PM); área foliar média (AM) e diâmetro médio (DM) da alface, não foram estatisticamente influenciadas pelos tratamentos aplicados. O trabalho de Schmitt et al. (2024) apresenta resultado semelhante na alface quando aplicada a rizobactéria, não se diferindo estatisticamente da testemunha quando analisados número de folha, comprimento de parte aérea e matéria verde de parte aérea. Kirmse (2022) também avaliou a utilização de *Azospirillum* na cultura da alface, com diferentes doses de fertilizantes associados, o resultado obtido pelo autor no trabalho também não mostra diferença estatística na parte aérea na cultura da alface quando submetida ao tratamento com bactérias fixadoras. O número médio de folhas da alface no presente trabalho foi a única variável a apresentar diferença estatística, em ambas as aplicações, quando comparadas à testemunha. Esse fator pode estar ligado, entre outros, ao acúmulo de nitrogênio pela planta. Como é uma hortaliça folhosa pode responder rapidamente a esse nutriente. Como nos diz Santos et al. (2012), no qual diferentes doses de nitrogênio geram diferentes rendimentos de massa verde e folhas de alface. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A aplicação de *Azospirillum brasilense* na alface promoveu resultados positivos quanto ao número médio de folhas por planta, sendo assim, benéfico para o produtor e consumidor. Como a alface é vendida por unidade ou cabeça, o maior número de folhas gera um maior volume na embalagem, agregando valor ao produto na gôndola do mercado.

REFERÊNCIAS:

- MALAVOLTA, E. *Manual de nutrição mineral de plantas*. São Paulo: Agronômica Ceres, 2006.
- FREITAS, S. S.; MELO, A. M. T.; DONZELI, V. P. Promoção de crescimento de alface por rizobactérias. *Revista Brasileira de Ciência do Solo*, v. 27, p. 61-70, 2003.
- KIRMSE, R. *Cultivo de alface com uso de diferentes fontes de nitrogênio associados ou não a inoculação de microrganismos eficientes* 2022.49f. Monografia (Especialização em Ciências Ambientais) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - Campus Itapina, Colatina.
- SCHMITT, Patrick Zanette et al. Desempenho de alface crespa sob inoculação com *Azospirillum brasilense*. *Iguazu Science*, v. 2, n. 3, p. 19-23, 2024.

Área do conhecimento do CNPq: 5.01.00.00-9 - Agronomia

CET-005

AVALIAÇÃO DE FERTILIZANTE CONVENCIONAL E DE LIBERAÇÃO LENTA NO CAFEIEIRO

Tereza Cristina Prado de **OLIVEIRA**
(Curso de Engenharia Agrônômica)
Camila Karen Reis **BARBOSA** (Orientadora - CESEP)
Kleso Silva **FRANCO JÚNIOR** (Coorientador - CESEP)

Palavras-chave: *Coffea arabica*, Qualidade de bebida, Produção sustentável, Nutrição de plantas

Agência de fomento: Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado - CESEP-MG

RESUMO:

INTRODUÇÃO: Os fertilizantes são compostos minerais ou não-minerais, com a função de fornecer nutrientes às plantas de forma eficiente. Podem ser classificados em fertilizantes sintéticos ou naturais. As plantas precisam de mais 13 elementos minerais que são fornecidos pelo solo. Os quais são divididos em macronutrientes e micronutrientes (NEVES, 2015). O cafeieiro é uma planta perene de clima tropical, a adubação do café deve levar em conta 3 princípios básicos: exigência e estado nutricional da planta; a disponibilidade de nutriente no solo; e a eficiência da adubação. A demanda de nutrientes do cafeieiro depende da sua produção de biomassa: frutos + vegetação (BAPTISTELLA, 2019). Para se ter uma melhor disponibilidade de nutrientes no solo, é ideal manter os teores de nutrientes na faixa “adequada”. Quando a disponibilidade fica abaixo dessa faixa ideal, pode haver deficiência, nesse caso é necessário realizar a adubação de correção do café. E quando a disponibilidade fica acima da faixa ideal, não há resposta à adubação, bastando repor os nutrientes exportados na colheita. A adubação nitrogenada é feita de acordo com a expectativa de produção da área e teor foliar de N. A fonte, modo e época de aplicação dos adubos influenciam na eficiência da adubação. A eficiência da adubação química em geral é de 50% para o N; 70% para o K; menos de 20% para o P (NEVES, 2015). Mais de 60 fatores determinam a produtividade das culturas. As tecnologias dos fertilizantes, as condições climáticas e de solo e da adubação, o sistema de cultivo, a rotação de culturas e as exigências das culturas são alguns dos principais fatores que devem ser levados em consideração na escolha da dose de N adequado (GUELF, 2017). **OBJETIVOS:** Avaliar a eficiência do fertilizante convencional e de liberação lenta em cafeieiro. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A pesquisa foi realizada na propriedade Lagoa Santa, localizada na cidade de Carvalhópolis - MG, no sul de Minas Gerais, situada nas coordenadas geográficas 21°46'48" S e 45°52'55" W. O experimento foi realizado em uma lavoura de café de a cultivar Arara, com idade de 3 anos, plantada em espaçamento de 3 x 1m, sequeiro. O ensaio foi conduzido em delineamento experimental blocos casualizados com 2 tratamentos, 12 repetições, totalizando 24 unidades experimentais. Os tratamentos utilizados foram fontes distintas de adubações: 1, fertilizante convencional e; 2, fertilizante de liberação lenta Polyblen®. As dosagens recomendadas foram calculadas mediante a análise de solo e carga pendente, seguindo o Boletim 100 (BORETO, 2022). **RESULTADOS:** A análise de variância demonstra que houve efeito do fator na variável número e comprimento de ramos por planta para safra 2023 e 2024, sendo o tratamento 2, no qual houve aplicação de adubo de liberação lenta o que proporcionou maiores médias. O comprimento dos ramos pode ter um efeito considerável na produtividade de uma planta pois ramos mais longos permitem que a planta tenha mais folhas gerando aumento de quantidade de energia que a planta produz através da fotossíntese, porém ramos longos também podem levar a um crescimento desequilibrado, tornando a planta mais susceptível a doenças e pragas. A média do comprimento de ramos de uma planta é uma métrica importante para entender o crescimento e a produtividade do cafeieiro, essa métrica pode ser usada para avaliar a eficácia das práticas de manejo. O comprimento dos ramos de uma planta que pode fornecer insights importantes sobre a saúde e a produtividade do cafeieiro, ao avaliar essa métrica e alinhar as práticas de manejo, os produtores podem otimizar o crescimento das plantas e maximizar a produtividade. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui que a adubação feita com fertilizante de liberação lenta (Polyblen) tem maior eficiência em parâmetros de produtividade, como comprimento de ramo e número de rosetas quando comparado com fertilizante convencional.

REFERÊNCIAS:

1. BAPTISTELLA, C. L. J. **Adubação para café: simples e prática** (mais planilha). Blog agro, 17 dez. 2019. Disponível em: <<https://blog.agro.com.br/adubacao-para-cafe/>>. Acesso 05 de jun. 2022.
2. BORETO, M. R. **Fertilizantes: composição e garantias mínimas**. Boletim 100: Recomendações de Adubação e Calagem para o Estado de São Paulo. Instituto Agrônomo - IAC, Campinas - SP, 2022. p. 33 - 42.
3. GUELF, D. **Fertilizantes nitrogenados estabilizados, de liberação lenta ou controlada**. IPNI, International Plant Nutrition Institute, n. 15, p. 1-14, 2017
4. NEVES, L. C. J. **Análise de solo e recomendação de calagem e adubação**. Universidade Online de Viçosa, Viçosa-MG. CPT, p. 162, 2015.

Área do conhecimento do CNPq: 5.01.00.00-9 - Agronomia

CET-006

AVALIAÇÃO DA MATURAÇÃO DO TOMATE COM USO DE PERMANGANATO DE POTÁSSIO COMO ABSORVEDOR DE ETILENO

Raphael de Oliveira **RABELO**
(Curso de Engenharia Agrônômica)
Camila Karen Reis **BARBOSA** (Orientadora - CESEP)
Fabrício Vilela Andrade **FIORINI** (Coorientador - CESEP)

Palavras-chave: *Lycopersicon esculentum*, Pós-colheita, Vida de prateleira.
Agência de fomento: Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado - CESEP-MG

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O Brasil está entre os maiores produtores mundiais de produtos hortícolas e, embora boa parte da produção seja consumida internamente, há um alto volume de desperdício. Dentre os diversos produtos consumidos destaca-se o tomate. Segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), do IBGE (POF-2008/2009 e 2017/2018), o tomate segue como produto mais consumido pelos brasileiros em 10 anos (IBGE, 2024), sendo o Brasil também um dos maiores produtores mundiais, estando entre os dez maiores, produzindo aproximadamente 3,6 milhões de toneladas por ano (FAO, 2021). O maior produtor nacional de tomate é o estado de Goiás, produzindo 1 milhão de toneladas em 2023, segundo a SEAPA (Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2024). O tomate é fruto do tomateiro (*Solanum lycopersicum*), pertencente à família Solanaceae e que, apesar de botanicamente ser um fruto, é popularmente conhecido como hortaliça. Os tomates são frutos climatéricos, o que significa que continuam amadurecendo após a colheita. Essa maturação ocorre devido ao etileno (C₂H₄), que é um hormônio vegetal volátil e que pode se difundir a partir de fontes endógenas e exógenas, desempenhando um papel fundamental no amadurecimento e senescência dos frutos (VILAS BOAS, 2002). **OBJETIVOS:** Avaliar o amadurecimento do tomate em virtude da proximidade da banana e presença de KMnO₄. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** O experimento foi instalado em quatro laboratórios de Fitotecnia do Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado (CESEP), com bancadas de alvenaria e granito, localizado em Machado, estado de Minas Gerais, nas coordenadas geográficas latitude 21°41'0.55"S longitude 45°56'6.41"O e clima caracterizado como Cwa, segundo a classificação climática Köppen-Geiger. O experimento foi implementado em delineamento experimental inteiramente casualizado (DIC), sendo composto por 10 tratamentos e quatro repetições em um ensaio em fatorial 2x3x2, sendo: presença ou ausência de fonte liberadora de C₂H₄ (banana), 3 distâncias da fonte liberadora de etileno, associadas à presença ou ausência de absorvedor de C₂H₄. **RESULTADOS:** Os resultados obtidos na análise de variância indicaram não haver diferença estatisticamente significativa entre os tratamentos para as variáveis avaliadas: maturação (cor), aspecto visual (tempo de prateleira) e perda de massa fresca. A perda de massa fresca e maturação ocorreu de forma gradativa e semelhante em todos os tratamentos. Os aspectos visuais (tempo de prateleira), avaliados com base na presença de fungos, manchas ou apodrecimento, também não referem diferenças entre os tratamentos. Isso indica que nem o KMnO₄ nem a proximidade das bananas afetaram significativamente a conservação visual dos frutos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Embora o permanganato de potássio (KMnO₄) seja amplamente conhecido por sua capacidade de absorver C₂H₄, seu efeito não foi suficiente para causar mudanças significativas nos parâmetros analisados neste experimento. A ausência de diferenças significativas pode estar associada à baixa sensibilidade do tomate ao etileno nas condições avaliadas, bem como à possível dispersão do gás devido à ventilação natural nos laboratórios. Os resultados também levantam a possibilidade de que o método de aplicação do KMnO₄ (como sachês em atmosfera livre) e a quantidade utilizada possam ser ajustadas em futuros experimentos para maximizar o potencial de absorção de etileno.

REFERÊNCIAS:

1. FAO. **Food loss and waste database**. 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cb6527pt/cb6527pt.pdf>. Acesso em: 26 março 2024.
2. VILAS BOAS, E. V. B. Frutos climatéricos e não climatéricos: implicações na pós colheita. In: Simpósio de Controle de Doenças de Plantas, 2., 2002, Lavras, Anais... Lavras: UFLA, 2002b. p. 9-23.
3. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção Agropecuária: Tomate**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/tomate/br>. Acesso em: 23 de março de 2024.

Área do conhecimento do CNPq: 5.01.00.00-9 - Agronomia

CET-007

TERRAS RARAS - CARACTERÍSTICAS E APLICAÇÕES

Pedro Mendes DIAS (Curso de Agronomia, UNINCOR)
Allan Kardec Carlos DIAS (Orientador - CESEP)
Camila Karen Reis BARBOSA (Coorientadora, CESEP)

Palavras-chave: Terras raras, Histórico, Propriedades, Aplicações

Agência de fomento: Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado - CESEP-MG

RESUMO:

INTRODUÇÃO: Considerados minerais estratégicos, nos últimos anos, muito noticiou-se sobre os chamados terras-raras, sendo considerados elementos de grande importância, inclusive motivo de disputas de políticas internacionais devido a sua grande aplicação, principalmente para a tecnologia. Como minerais terras raras são considerados todos aqueles que possuem utilidade como matéria prima para a indústria produzir uma série de materiais distintos, sendo compostos por cerca de 17 diferentes elementos químicos que fazem parte da família dos lantanídeos, adicionando também o ítrio e o escândio. O primeiro elemento das terras raras descoberto foi o cério, em 1751, pelo mineralogista suíço A. F. Cronstedt, quando obteve um mineral pesado, a cerita. Porém, existem controvérsias quanto a este fato e atribui-se o ano de 1787 como o início da história das terras raras, quando Carl Axel Arrhenius encontrou um mineral escuro, a iterbíta (também conhecido como gadolinita), em uma pequena vila, Ytterby, próxima a Estocolmo. Por constituírem uma família que apresenta propriedades físicas e químicas semelhantes, exigindo um trabalho imenso para separá-los com a obtenção de espécies relativamente puras, este grupo de elementos foi pouco explorado durante anos e somente em 1907 é que praticamente todas as terras raras naturais foram conhecidas. **OBJETIVOS:** Mostrar algumas características e aspectos de interesse na aplicação das terras raras, suas características e classificação.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: Devido a grande relevância que o assunto terras-raras tem despertado a nível mundial, foi desenvolvido um levantamento onde buscou-se verificar características, propriedades, classificação e alguns aplicações deste grupo de metais. **RESULTADOS:** Atualmente, a China é o país com as maiores reservas de terras raras comprovadas, compondo 44 milhões de toneladas. O Brasil é o segundo colocado, com 22 milhões, junto com o Vietnã. Já a Rússia é a quarta, com 12 milhões e a Índia a quinta, com 6,9 milhões de toneladas. Todos esses dados são do Serviço Geológico Americano (USGS) de 2018. No Brasil, esses minerais são encontrados em areias monazíticas do litoral e em jazidas próximas a eventos onde havia anteriormente atividade magmática, como Araxá e Poços de Caldas em Minas Gerais, Catalão, em Goiás e Pitinga, no Amazonas. Segundo o professor Fernando Landgraf, da Escola Politécnica (Poli) da USP, é provável que as reservas sejam muito maiores do que as estimadas atualmente, especialmente na Amazônia. Grande é o interesse em aplicar as terras raras na investigação das propriedades e funções de sistemas bioquímicos e na determinação de substâncias biologicamente ativas. As terras raras são usadas principalmente como sondas espectroscópicas no estudo de biomoléculas e suas funções, por exemplo em traçadores biológicos. As inúmeras aplicações das terras raras são devidas às suas propriedades ímpares, principalmente as espectroscópicas e magnéticas. Sendo utilizados também para a datação geológica em alguns casos a depender dos elementos terra raras encontrados em determinadas rochas. Os elementos terras raras são utilizados na indústria de alta tecnologia, pois possuem as seguintes propriedades: dúcteis; maleáveis; baixa dureza; magnetizáveis; condutores de calor e condutores de eletricidade e, vários deles formam compostos luminescentes. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Foi objetivo deste trabalho mostrar alguma das propriedades das terras raras e suas de aplicações. Na indústria, as aplicações dos compostos de terras raras são inúmeras, com perspectivas de um aumento crescente a curto prazo. Nos sistemas biológicos os terras raras e seus íons são considerados amplamente importantes; além da sua grande relevância como marcadores em imunologia, são importantes na detecção de funções celulares *in vivo* para elucidação estrutural e função de enzimas e proteínas. Existem estudos promissores de lantanídeos radioativos para aplicação médica nuclear, por exemplo, no tratamento do câncer.

REFERÊNCIAS:

1. SANTOS, Celia Aparecida Lino dos; PANOSIAN. Revisão bibliográfica sobre metais de terras raras. São Paulo: *Revista IPT - Tecnologia e Inovação*, v. 1, n. 4, abr., 2017.
2. GSCHNEIDNER JR., Karl A. *Handbook on the physics and chemistry of rare earths* North Holland: Amsterdam, 2011. v. 33.
3. PITRON, Guillaume. A guerra dos metais raros: o lado negro da transição energética e digital. São Paulo: Livros Zigurate, 2025.
4. SOUSA FILHO, P. C. D.; SERRA, O. A. Terras raras no Brasil: histórico, produção e perspectivas. *Química Nova*, v. 37, p. 753-760, 2014.

Área de conhecimento do CNPq: 1.06.00.00-3 - Química

CET-008

SIGATOKA NEGRA: DOENÇA DE BANANEIRA

Pedro Mendes DIAS (Curso de Agronomia, UNINCOR)
Allan Kardec Carlos DIAS
(Curso de Agronomia, CESEP, Machado-MG, Orientador)
Camila Karen Reis BARBOSA
(Curso de Agronomia, CESEP, Machado-MG, Coorientadora)

Palavras-chave: Fungo, Bananeira, Sigatoka negra

Agência de fomento: CESEP - Machado-MG

RESUMO:

INTRODUÇÃO: Bananeiras são alvos de fungos em todo o mundo, capazes de adquirir doenças devastadoras como o Mal-do-Panamá, causado pelo fungo *Fusarium oxysporum*, e a Sigatoka amarela, causada pelo fungo *Mycosphaerella musicola*, doenças estas que surgiram e se espalharam globalmente, causando grandes prejuízos. O Mal-do-Panamá, é uma doença antiga e endêmica em muitas regiões produtoras de banana e, no Brasil, ocorre em todo o país, prejudicando severamente cultivos suscetíveis como a banana maçã. A Sigatoka amarela foi descoberta no estado do Amazonas em 1944, disseminando-se por todas as regiões produtoras de banana do Brasil, causando perdas de até 50% na produção, afetando o cultivo de variedades como a banana prata. Há, ainda, a Sigatoka negra, provocada pelo fungo *Mycosphaerella fijiensis*, também uma ameaça global, relatada no Brasil no final da década de 1990. **OBJETIVOS:** Neste trabalho objetivou-se informações sobre o fungo causador da Sigatoka negra, o *Mycosphaerella fijiensis*, uma das principais pragas e doenças das bananeiras, configurando-se como um fungo capaz de impactar negativamente a produtividade do bananal, considerado um forte inimigo dos produtores rurais. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Devido a relevância econômica da banana, principalmente na América Central e do Sul, pela redução que provoca no lucro de muitas plantações, foi desenvolvido um levantamento para verificar características, propriedades e modos de ação do fungo causador da Sigatoka negra. Um dos principais efeitos da Sigatoka negra na planta, é o escurecimento das folhas das bananeiras, acarretando danos à produtividade, já que este é um sintoma que prejudica, e muito, o processo natural de fotossíntese dos vegetais realizado para a produção de glicose e se manter viva. Os estômatos, pequenas estruturas localizadas nas folhas dos vegetais e responsáveis pela respiração celular, são danificados, prejudicando levar o xilema ao topo para retornar com floema. Assim, verifica-se que o pleno desenvolvimento da Sigatoka negra pelas bananeiras depende de elevados índices temperatura e umidade, ainda que sua presença seja verificada em regiões de clima atípico para ela. **RESULTADOS:** Após considerações sobre fungos em bananeiras, constata-se que a Sigatoka negra, causada pelo fungo *Mycosphaerella fijiensis* é, no momento, causadora pelos maiores prejuízos para os plantadores de banana. O combate às principais pragas e doenças da bananeira é feito, principalmente, pelo plantio de mudas resistentes à doença. Para combater a Sigatoka negra, a EMBRAPA desenvolveu a muda banana BRS Conquista. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** a Sigatoka negra é uma grave doença que afeta a cultura da banana, causada pelo fungo *Mycosphaerella fijiensis*, caracterizada por lesões necróticas nas folhas que, ao se unirem, reduzem a fotossíntese, comprometendo o desenvolvimento da planta e a qualidade e quantidade dos frutos. Sua disseminação pode ser fulminante e seus sintomas são manchas necróticas escuras nas folhas que evoluem e se espalham, diminuindo a capacidade fotossintética da planta. Como consequência, tem-se a redução do tamanho e número de cachos, maturação precoce dos frutos, e sabor e qualidade inferiores. As lesões evoluem gradativamente, começando com pequenos pontos amarelados que se transformam em estrias e, posteriormente, em grandes manchas negras com um halo amarelo ao redor e centro necrosado e, em casos severos, pode levar à morte da bananeira. O manejo e controle da doença são feitos pela resistência varietal ou pelo uso controlado de fungicidas, cuja aplicação deve ser feita de forma integrada para evitar o aparecimento de resistência. Como a doença é disseminada pelo ar, os esporos dos fungos podem ficar aderidos aos frutos e folhas, sendo importante o manejo adequado e o monitoramento das plantações.

REFERÊNCIAS:

3. GASPAROTTO, L.; PEREIRA, J. C. R.; HANADA, R. E.; MONTARROYOS, A. V. V. *Sigatoka negra da bananeira*. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2006. Disponível: <<https://mudasdelivery.com.br/blog/sigatoka-negra-doenca-da-bananeira-metodos-de-controle/>>. Acesso: 28 ago. 2025.
4. PEREIRA, J. C. R.; GASPAROTTO, L.; BENCHIMOL, R. L. Doenças da bananeira. In: GASPAROTTO, L.; PEREIRA, J. C. R. (Eds.). *A cultura da bananeira na região norte do Brasil*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2010. p.215-250.
5. NASCIMENTO, Fernanda dos Santos. Fontes de resistência à Sigatoka-negra entre diploides selvagens de bananeira. *Revista Brasileira de Friticultura*, v. 42, n. 4, 2020. Disponível: <<https://doi.org/10.1590/0100-29452020038>>. Acesso: 29. Set. 2025.

Área de Conhecimento do CNPq: 5.01.00.00-9 - Agronomia

CET-009

PÓS-COLHEITA DE RUCÚLA

Gabriel CARVALHO (Agronomia)

Camila Karen Reis BARBOSA (Orientadora, CESEP)

Fabrício Vilela Andrade FIORINI (Coorientador, CESEP)

Palavras-chave: Perda de massa fresca, Vida de prateleira, *Baby leaf***Agência de fomento:** Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado - CESEP - Machado-MG**RESUMO:**

INTRODUÇÃO: “Baby leaf” são hortaliças colhidas em um estágio antecipado. Apresentam uma aparência atraente devido à sua estrutura tridimensional e níveis mais baixos de dano oxidativo devido ao pequeno diâmetro do caule (MARTÍNEZ-SÁNCHEZ et al., 2012; DI GIOIA et al., 2017). Porém, vegetais folhosos possuem uma vida útil relativamente curta, em termos de parâmetros de qualidade, fazendo-se necessário o emprego de técnicas para prolongar seu armazenamento. As hortaliças folhosas são órgãos que não armazenam quantidade expressiva de carboidratos e a falta de reserva energética reduz seu potencial de armazenamento, exigindo assim seu consumo imediato ou o uso de técnicas de conservação pós-colheita (NUNES, 2013). A manutenção da qualidade de hortaliças deve-se a técnicas de conservação pós-colheita que reduzem as taxas respiratórias, ocasionando o retardo do amadurecimento e prevenção de desordens, sendo a refrigeração o método mais prático e eficaz (HILUEY et al., 2005). A condição ideal para a manutenção da qualidade de hortaliças folhosas é a combinação de baixas temperaturas com alta umidade. Baixas temperaturas reduzem a taxa respiratória, a perda de água por transpiração, a degradação de clorofila, o escurecimento dos tecidos danificados e o crescimento de microrganismos. Hortaliças folhosas devem ser mantidas em condição de alta umidade para inibir a perda de água. Entretanto, a presença de água livre nas folhas, quando associada a danos físicos, favorece o apodrecimento microbiano. É importante proporcionar a ventilação adequada das hortaliças colhidas para a remoção do calor produzido pela respiração. Entretanto, quando em excesso, ela acelera a transpiração e a perda de água (LANA, 2021). As embalagens ativas podem ser classificadas em dois tipos de sistemas: os sistemas absorvedores e os emissores (BRAGA e SILVA, 2017). Os sistemas absorvedores visam remover os compostos indesejáveis do espaço livre da embalagem ou ao redor do alimento, tais como: oxigênio, etileno, dióxido de carbono, água e outros compostos específicos que aceleram a degradação do produto alimentício (BRAGA; SILVA, 2017). **OBJETIVOS:** Avaliar a qualidade de rúcula baby em função de tratamentos pós-colheita. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A pesquisa foi realizada no laboratório de Fitopatologia do Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado - CESEP -, localizado na cidade de Machado-MG, no Sul de Minas Gerais, situada nas coordenadas geográficas 21°40'58.91" S e 45°56'03.49" W. O ensaio foi conduzido em esquema fatorial 3 x 2, com 6 tratamentos, 4 repetições, totalizando 24 unidades experimentais. Os tratamentos utilizados foram uso de embalagens e uso ou ausência de sachês: 1, ausência de embalagem e ausência de absorvedor de oxigênio; 2, ausência de embalagem com absorvedor de oxigênio; 3, embalagem pet com absorvedor de oxigênio; 4, embalagem pet sem absorvedor de oxigênio; 5, embalagem zip lock com absorvedor de oxigênio; 6, embalagem zip lock sem absorvedor de oxigênio.

RESULTADOS: O fator embalagem influenciou a significativamente na perda de massa fresca da rúcula. Já o absorvedor e a interação entre os dois fatores não tiveram diferenças significativas. Os resultados demonstram a importância de selecionar corretamente as embalagens, uma vez que a embalagem PET demonstrou ser mais eficiente. Os tratamentos 1, 2 e 3 tiveram uma menor perda de matéria fresca inicial, demonstrando ser mais estável ao longo do tempo, já os tratamentos 5 e 6 obtiveram maiores taxas de perda, principalmente de massa fresca já nos primeiros dias de vida de prateleira. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui que o fator embalagem influencia significativamente na qualidade e conservação pós-colheita da rúcula baby, já o absorvedor e a interação entre embalagem + absorvedor não apresentaram resultados significativos, ou seja, a escolha do tipo de embalagem é mais relevante que a utilização de absorvedores para a cultura e condições testadas.

REFERÊNCIAS:

1. NUNES, S. J. C. et al. Qualidade e pós-colheita da rúcula orgânica armazenada sob refrigeração. *Enciclopédia Biosfera*, Centro Científico Conhecer, Goiânia, v. 9, n. 7, p. 2283, 2013. Disponível em: <<https://conhecer.org.br/enciclop/2013b/CIENCIAS%20AGRARIAS/QUALIDADE%20E%20PO%20COLHEITA.pdf>>. Acesso: 9 maio 2024.
2. LANA, M. M. *Boas práticas na colheita e pós-colheita hortaliças folhosas*. Embrapa Hortaliças Brasília, DF, 2021. Disponível em: <<file:///C:/Users/terez/Downloads/MMLana-Doc-190-BPA-Folhosas.pdf>>. Acesso 6 de jun. 2024.
3. MARTÍNEZ-SÁNCHEZ, A.; GIL-IZQUIERDO, A.; GIL, M. I.; FERRERES, F. A comparative study of flavonoid compounds, vitamin C, and antioxidant properties of baby leaf Brassicaceae species. *Journal of agricultural and food chemistry*, 56(7), 2330-2340, 2008.
4. BRAGA, L. R.; SILVA, F. M. Embalagens ativas: uma nova abordagem para embalagens alimentícias. *Brazilian Journal of Food Research*, Campo Mourão, v. 8 n. 4, p. 170-186, out./dez. 2017.

Área do Conhecimento do CNPq: 5.01.00.00-9 - Agronomia

CET-010

INFLUÊNCIA DE DIFERENTES PROFUNDIDADES DE SEMEADURA E DO USO DE BIORREGULADOR NA GERMINAÇÃO DA SOJA

Joaquim Bárbara DA SILVA (Eng. agrônomo)

Camila Karen Reis BARBOSA (Orientadora - CESEP)

Giselle Prado BRIGANTE (Coorientador - CESEP)

Palavras-chave: Produtividade, Tratamento de sementes, Fito hormônios, Bioestimulante, *Glycine max*.**Agência de fomento:** Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado - CESEP - Machado-MG**RESUMO:**

INTRODUÇÃO: O cenário atual confirma as previsões da OCDE (2017), que projetaram o Brasil como maior produtor de soja do mundo. Acrescentaram que a produção de soja no Brasil será o maior crescimento dos entre os principais produtores, já que dispõe de mais terras, comparado à Argentina e aos Estados Unidos. De acordo com as previsões, a área plantada de soja deverá aumentar 26% no Brasil, considerando o período entre as safras de 2018/19 até 2028/29. Para isso, a área plantada de soja já ultrapassou 47 milhões de hectares. Com comportamento oposto, as áreas de pastagens, arroz e feijão diminuíram. Os sojicultor brasileiro já figura num alto patamar de produtividade, colhendo em média 3.560 kg . ha⁻¹ na safra 2024/2025 (CONAB, 2025). De acordo com Castro (2006), algumas culturas a exemplo da soja, já atingiram altos níveis tecnológicos, alcançando alta produtividade e já não estão condicionadas por limitações de ordem nutricional ou hídrica, o que tem levado ao emprego de biorreguladores, que podem ser compensadores além de econômicos. Reguladores vegetais ou biorreguladores são substâncias sintéticas que, aplicadas exógenamente, possuem ações similares aos grupos de hormônios vegetais conhecidos (auxinas, giberelinas, citocininas, inibidores, ácido abscísico e etileno) (VIEIRA, 2010). De acordo com Castro e Vieira (2002), essas substâncias, em baixas concentrações, inibem, promovem ou modificam processos morfológicos e fisiológicos dos vegetais. Vieira e Castro (2004) afirmam que os biorreguladores atuam sobre diversos processos fisiológicos fundamentais das plantas superiores, como: germinação, emergência de plântulas e produção de compostos orgânicos. **OBJETIVOS:** Avaliar o desenvolvimento inicial de soja semeada a em diferentes profundidades e submetida à aplicação de regulador de crescimento. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** O experimento foi conduzido na propriedade denominada Fazenda Grotão, localizada as margens da rodovia MG 179, km 44,8, bairro Machadinho Velho, no município de Poço Fundo, região Sul de Minas Gerais. Coordenadas geográficas: latitude 21°45'55" SUL e longitude 45°57'21" OESTE. O delineamento experimental utilizado foi o de blocos ao acaso, em esquema fatorial (3 x 2), sendo o primeiro fator profundidade (0,03 m, 0,05 m e 0,08 m) e o segundo fator sementes tratadas com biorregulador vegetal (650 ml 100 kg⁻¹ de sementes), e testemunha água destilada, com quatro repetições totalizando 24 parcelas unidades experimentais. Os tratamentos foram constituídos de combinações de profundidade de sementeira com presença ou ausência de biorregulador vegetal, totalizando seis tratamentos. Sendo eles: T1: Profundidade de 0,03 m com biorregulador; T2: Pprofundidade de 0,03 m sem biorregulador; T3: Pprofundidade de 0,05 m com biorregulador; T4: Pprofundidade de 0,05 m sem biorregulador; T5 Pprofundidade de 0,08 m com biorregulador e T6: Pprofundidade 0,08 m sem biorregulador. **RESULTADOS:** A análise de variância para as variáveis: índice de velocidade de emergência (IVE), tempo médio de emergência (TME), porcentagem de emergência (PE), altura de plântulas aos vinte dias após sementeira ALT 20DAS), altura de plântulas aos 40 dias após sementeira (ALT 40 DAS) não encontrou efeitos significativos dos tratamentos. Mortele et al. (2008) avaliando o efeito da aplicação de biorregulador no desempenho agrônomo das plantas e na produtividade de sementes na cultura da soja, de uma mesma cultivar por dois anos agrícolas (2005/06 e 2006/07), verificaram que não houve diferença significativa entre os tratamentos na produtividade no segundo ano agrícola, apesar dos resultados serem superiores aos obtidos do primeiro ano agrícola. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Uma das premissas para melhor eficácia do biorregulador na cultura da soja é a condição climática adversa. O que pode explicar o ocorrido no presente estudo, uma vez que durante todo experimento as parcelas foram irrigadas e não ocorreram intempéries climáticas.

REFERÊNCIAS:

1. CASTRO, P. R. C.; VIEIRA, E. L. Ação do Stimulate em sementes na germinação, desenvolvimento radicular e produtividade da soja (*Glycine Max* (L.) Merrill). In: REUNIAO DE PESQUISA DE SOJA DA REGIAO CENTRAL DO BRASIL, 24., 2002. São Pedro. *Resumos...* Londrina: Embrapa soja, 2002. p.201-202.
2. VIEIRA, E. L.; CASTRO, P. R. C. Ação de bioestimulante na cultura da soja (*Glycine max* (L.) Merrill). Cosmópolis: Stoller do Brasil, 2004.
3. VIEIRA, E. L.; SOUZA, G. S. de; SANTOS, A. R. dos; SANTOS SILVA, J. dos. *Manual de fisiologia vegetal*. São Luis: EDUFMA, 2010. p. 230.
4. FAO. *Perspectivas agrícolas OCDE-FAO*. Chile, 2017. Disponível em: <<http://www.fao.org/america/noticias/ver/pt/c/992188/>>. Acesso: 2 dez. 2017.

Área do Conhecimento do CNPq: 5.01.00.00-9 - Agronomia

CET-011

AUTOMAÇÃO EM ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO

Wagner Cardoso CALDEIRA

(Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária, FDV)

Michel Lopes DUARTE (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Estação de tratamento de esgoto, Automação, Eficiência**Agência de fomento:** FDV**INTRODUÇÃO:**

A expansão demográfica ocorreu sem o devido planejamento sanitário, degradando oceanos, lagos e rios. Desta forma, um grande percentual da população mundial sofre com doenças relacionadas à poluição da água (ROQUE, PEREIRA, BRANDÃO, 2011). A principal função de uma estação de tratamento de esgoto (ETE) é tratar os dejetos para reduzir a poluição a níveis aceitáveis antes de enviar os efluentes aos corpos hídricos receptores (FRITZ, 2017). Em estações de tratamento de esgotos existem vários processos, dependendo do tipo de tratamento a ser realizado. Estes processos têm em comum a utilização de bombas, motores, válvulas e sensores para o funcionamento do tratamento. Este trabalho objetiva encontrar soluções de automação, para conferir maior eficiência, tanto na operação quanto no controle dos parâmetros de qualidade da ETE.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: Esta pesquisa possui abordagem quantitativa e tem natureza descritiva. Os dados foram coletados de artigos científicos dos anos de 2011 a 2022. Foram coletados dados das plantas piloto dos projetos e os estudos de desempenho sobre estas plantas. A presente pesquisa é classificada como bibliográfica, uma vez que foi realizada em artigos, revistas e demais materiais produzidos sobre o tema. **RESULTADOS:** Os dados do artigo Pestana et al., (2022), mostram que após o processo de automação da Estação de Tratamento de Esgoto (EEE) estudada, houve uma melhora na eficiência de vários indicadores, tais como, Índice de Eficiência Energética (IEE), Carga de Demanda Biológica de Oxigênio Removida (CDBO) e Homem Hora em Manutenção Corretiva Emergencial (Homem-Hora em MCE). No Índice de Eficiência Energética (IEE), houve uma melhora de 2,43% no período de agosto a dezembro de 2017. Na Carga de DBO removida (CDBO) houve um aumento de eficiência de 9,53% no mesmo período citado acima. Já o indicador Homem-Hora em Manutenção Corretiva Emergencial (Homem-Hora em MCE) foi analisado em relação aos sopradores, que segundo o estudo, são os equipamentos mais críticos em relação a manutenção. Analisando os dados obtidos pelo software de automação, observou-se que houve uma redução nas horas aplicadas em manutenção corretiva emergencial (MCE) de 537,8 horas em 2017 para 30,43 horas em 2019. Portanto uma redução de 94% neste indicador. **CONCLUSÕES:** A partir dos resultados dessa pesquisa, conclui-se que a automação de Estações de Tratamento de Esgotos (ETE) pode ser uma ótima alternativa para aumentar o controle e a precisão das operações. Observou-se também a possibilidade de economia nos custos operacionais dos sistemas. Porém, os custos de instalação podem ser restritivos para Estações de Tratamento de Esgoto de menor porte, abrindo-se uma oportunidade para implementação e instalação de sistema de automação mais compactos e com custos mais competitivos.

REFERÊNCIAS:

- ROQUE, Luiz Alberto Oliveira Lima; PEREIRA, Natália Souto; BRANDÃO, Thiago Campanati. Um modelo para automação de Estações de Tratamento de Efluentes. *Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego*, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 5. N.2, p.91-108, 2012. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/boletim>. Acesso em 30 out. 2024.
- FRITZ, Rodrigo Tenório. Melhoria da Automação dos Processos de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). *Rio de Janeiro: UFRJ/Escola Politécnica*, 2017. Disponível em: <http://monografias.poli.ufrj.br/monopoli10021683>. Acesso em 30 out. 2024.
- RIBEIRO, Marco Antônio. Automação. Salvador: 2010, 9ª edição. SÃO PAULO. Norma Técnica Sabesp NTS 018: Elaboração de Projetos - Considerações Gerais. Sabesp, São Paulo, 2011.
- PESTANA, Allan dos Anjos; SANTOS, José Roberto dos; CAMUSSO, Daniel; VICENTINI, Ricardo Martinez; FERNANDES, Claudio Luis Magalhães. Automação em Estação de tratamento de Esgoto. Big data e Machine Learning no Saneamento. *Revista Brasileira de Mecatrônica*. São Caetano do Sul, SP, v. 4, n. 4, p.82-111. 2022. Disponível em: <https://revistabracmeca.ironica.sp.senai.br/ojs/index.php/revistabracmeca/article/view/170>. Acesso em 30 out. 2024.

Área do conhecimento do CNPq: 3.00.00.00-9 – Engenharias

CET-012

REUSO DE EFLUENTES DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO

Wagner Cardoso CALDEIRA

(Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária, FDV)

Michel Lopes DUARTE (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Reuso, Estação de tratamento de esgoto, Gestão sustentável**Agência de fomento:** FDV

INTRODUÇÃO: O lançamento de esgoto sanitário *in natura* ou indevidamente tratado nos corpos hídricos ocasiona poluição ambiental e diversos riscos à saúde humana, sobretudo em relação a transmissão de doenças (SILVA JÚNIOR et al., 2020). Após o tratamento do esgoto, o efluente resultante pode ter diversas aplicações potáveis e não potáveis (GLÓRIA et al., 2021). Entre as alternativas não potáveis, pode-se citar: lavanderias, caldeiras, torres de resfriamento, funcionamento de sistemas sanitários, irrigação de áreas verdes, agricultura, lavagem de veículos, combate a incêndios. Este Trabalho objetiva apontar alternativas para o reuso do efluente final de Estações de Tratamento de Esgoto (ETE), bem como a gestão sustentável dos recursos hídricos, através de soluções ambientais, econômicas e regulatórias viáveis. **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:** Esta pesquisa possui abordagem quantitativa e tem natureza descritiva. Os dados foram coletados de artigos científicos dos anos de 2005 a 2023. Foram coletados dados das plantas dos projetos e os estudos sobre o reuso dos efluentes nestas plantas. A presente pesquisa é classificada como bibliográfica, uma vez que foi realizada em artigos, revistas e demais materiais produzidos sobre o tema. **RESULTADOS:** As tabelas abaixo, retiradas do artigo Glória et al., (2021), mostram que os valores das concentrações dos poluentes no efluente final da ETE estudada, apresentam valores abaixo dos limites para reuso, exceto para os coliformes termotolerantes. Observou-se a necessidade da implementação da fase de desinfecção do efluente final. A tabela 1 apresenta um resumo dos parâmetros para reuso do efluente, desenvolvida por Resende (2016), e adaptada para este estudo.

Tabela 1. Síntese de critérios de qualidade para reuso de efluentes

Parâmetros	Irrestrito		Restrito		Residencial	
	+ rigoroso	ngoroso	+ rigoroso	ngoroso	+ rigoroso	ngoroso
DBO (mg/L)	≤ 10	≤ 30	≤ 20	≤ 30	≤ 5	≤ 10
SST (mg/L)	≤ 10	≤ 35	≤ 20	≤ 45	≤ 5	≤ 10
CF (NMP/100 mL)	ausentes	≤ 240	≤ 200	≤ 10 ⁴ (1)	ausentes	≤ 1000 ⁽³⁾
Turbidez (UNT) ⁽²⁾	≤ 1	≤ 20	≤ 2	≤ 5	≤ 2	≤ 10
pH	6,5 - 8,5	6,0 - 9,0	6,5 - 8,5	6,0 - 9,0	6,5 - 8,5	6,0 - 9,0
Ovos de helmintos /L	ausentes	≤ 1	ausentes	≤ 1	≤ 0,1	≤ 1
Óleos e graxas (mg/L)	VA	≤ 15	≤ 1	≤ 15	≤ 1	≤ 1
Cloro residual (mg/L)	≥ 0,2	≤ 10	0,2 - 2	> 0,5	0,2 - 2	≥ 0,1/0,4
Cor (UH) ⁽⁴⁾	≤ 10	≤ 30	≤ 40		≤ 10	

1. O valor mais praticado é ≤ 1000 NMP/100mL.

2. Na grande maioria dos critérios estudados a turbidez e a cor não são consideradas para usos restritos.

3. Os demais valores encontrados variaram de não detectáveis a 500 NMP/100mL.

4. VA: visualmente ausentes

Fonte: adaptado de Rezende, 2016.

Tabela 2. Caracterização do efluente da ETE

DBO(mg/L)	SST(mg/L)	CF(NMP/100mL)	pH	Turbidez(NTU)	Cor(UH)	OH(ovos/L)
5,2 ± 2,3	8,2 ± 2,4	2 x 10 ⁶	6,7 ± 0,4	2,4 ± 1,1	8,2 ± 1,4	ND

*ND - Não detectado

Fonte: Glória et al., (2021).

CONCLUSÕES:

A partir dos resultados dessa pesquisa, conclui-se que o reuso de efluentes sanitários tratados se apresenta como uma alternativa sustentável de gestão de recursos hídricos. Porém, há necessidade de investimentos, tanto na implantação de estações de tratamento de esgoto em localidades onde não há o tratamento, quanto na implantação de melhorias nas estações já existentes. Para que o efluente final esteja apto ao reuso, os parâmetros físico-químicos e microbiológicos deste efluente, precisam atender aos requisitos da legislação.

REFERÊNCIAS:

- SILVA JÚNIOR, Luís Carlos Soares da; OBRACZKA, Marcelo. Reuso de efluentes de estação de tratamento de esgoto no beneficiamento de concreto. *Mix Sustentável*, Florianópolis, v.6, n.4, p.85-92, Ago. 2020.
- GLÓRIA, Frederico Campos Velho; BARROSO JÚNIOR, José Carlos Alves; SILVA, Maria Cristina de Almeida; TAVARES, Lígia Conceição. *Estudo do reuso de efluente de uma estação convencional de tratamento de efluentes no Rio Grande do Sul*. Desvendando a Engenharia: Sua Abrangência e multidisciplinaridade, Guarujá, SP: Científica Digital, 2021.
- REZENDE, A.T. *Reuso de águas para fins não potáveis no Brasil*. Trabalho Final de Curso, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 106p, 2016.

Área do conhecimento do CNPq: 3.00.00.00-9 – Engenharias

CET-013

MÉTODOS DE DESINFECÇÃO DE EFLUENTES SANITÁRIOS

Wagner Cardoso CALDEIRA

(Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária, FDV)

Michel Lopes DUARTE (Orientador, FDV)

Carla Cristina da SILVA (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Desinfecção, Efluentes, Microrganismos, ETE
Agência de fomento: FDV

INTRODUÇÃO: A prática da desinfecção dos esgotos sanitários, tem como objetivo o controle da qualidade microbiológica das águas. O cloro é o desinfetante mais usado no Brasil e no mundo. Entretanto, a partir da década de 1970, foi identificado que a cloração das águas de abastecimento e esgoto contendo compostos orgânicos podia levar a formação de trihalometanos (THMs), sobre os quais há indicação da produção de efeitos prejudiciais à saúde (SILVA; DANIEL, 2015). Este trabalho objetiva encontrar alternativas para desinfecção de efluentes sanitários, que sejam eficientes no controle dos microrganismos patogênicos e ao mesmo tempo não gerem subprodutos tóxicos. **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:** Esta pesquisa possui abordagem quantitativa e tem natureza descritiva. Os dados foram coletados de artigos científicos dos anos de 2012 a 2021. Foram coletados dados das análises microbiológicas de efluentes e os estudos estatísticos sobre estas análises. A presente pesquisa é classificada como bibliográfica, uma vez que foi realizada em artigos, revistas e demais materiais produzidos sobre o tema. **RESULTADOS:** A tabela abaixo, retirada do artigo Voltolini et al., (2021), mostra a eficiência da desinfecção do efluente submetido a radiação ultravioleta.

Tabela 1- Valores médios do efluente antes e depois da radiação UV

Parâmetro	A/UV	D/UV	Eficiência da Redução (%)
CT (NMP ² 100mL ⁻¹)	5,38 x 10 ⁶	7,62 x 10 ⁵	85,83
CTermo (NMP ² 100mL ⁻¹)	3,52 x 10 ⁵	9 x 10 ⁴	74,43

CT: Coliformes Totais; CTermo: Coliformes Termotolerantes; ² Número Mais Provável

Observou-se que a turbidez e a presença de sólidos reduzem a eficácia da radiação, por não atingir inteiramente os microrganismos (PEDROSO et al., 2018). Observou-se também, uma eficiência satisfatória de 85,83% para coliformes totais e 74,43% para coliformes termotolerantes. A tabela abaixo, retirada do artigo Pedroso et al., (2018), mostra a eficiência da desinfecção do efluente submetido a radiação ultravioleta.

Tabela 2 - Eficiência de inativação (%) para o tempo de exposição de 30 segundos.

Altura da lâmina líquida (cm)	Eficiência de desinfecção CT (%)	Eficiência de desinfecção CTermo (%)
2	95	97
4	85	68
6	70	45

CT: Coliformes Totais; CTermo: Coliformes Termotolerantes

O melhor desempenho de desinfecção foi com uma lâmina de efluente de 2 cm, quando se obteve a eficiência de 95% para os coliformes totais e 97% para os Coliformes termotolerantes. A eliminação da carga microbiológica, bem como a qualidade do efluente, podem ser otimizados através de um manejo mais adequado do efluente, sobretudo em relação a diminuição da turbidez (SOUZA et al., 2012). **CONCLUSÕES:** A partir dos resultados dessa pesquisa, conclui-se que a radiação ultravioleta pode ser uma ótima alternativa na desinfecção de efluentes. Porém, a qualidade do efluente final tem importante influência nesta eficiência. Parâmetros como a turbidez e a presença de sólidos, precisam ser controlados para não prejudicar a ação da radiação UV.

REFERÊNCIAS:

- VOLTOLINI, L.C.; GARAY, D.F.A.; SOUZA, C.F. Esterilizador ultravioleta em estação de tratamento de esgoto visando o reúso agrícola. *Revista Ciência, Tecnologia & Ambiente*, vol. 11, e11190, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/2359-664311190>. Acesso em 26 set. 2024.
- PEDROSO, C.R.; SOUSA, J.B.; KOVÁLSKI, T.; VIDAL, C.M.S.; MARINS, C.R. Inativação e microrganismos indicadores de contaminação fecal por radiação ultravioleta e avaliação dos fenômenos de fotoreativação e recuperação no escuro. *Eng. Sanit. Ambient.*, v.23, n.5, p. 987-994, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-41522018164557>. Acesso em 26 set. 2024.
- SOUZA, J. B.; VIDAL, C. M. de S.; CAVALLINI, G. S.; QUARTAROLI, L.; & MARCON, I. R. C. (2012). Avaliação do emprego da radiação ultravioleta na desinfecção de esgoto sanitário. *Seminário: Ciências Exatas e Tecnologia*, 33 (2), 117-126. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1679-0375.2012v33n2p117>. Acesso em 26 Set. 2024.
- SILVA, G.H.R., & DANIEL, L.A. Desinfecção de efluente anaeróbio com uso de ozônio/cloro. *Eng. Sanit. Ambient.*, v. 20, n. 2, p. 279-288, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-41522015020000083662>. Acesso em: 26 set. 2024.

Área do conhecimento do CNPq: 3.00.00.00-9 – Engenharias

CET-014

RESÍDUOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL: COMO REAPROVEITAR OS RESÍDUOS DE MATERIAIS EM VIÇOSA MG

Andrey Barreto GOMES (Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária, FDV)

Aline Santana de OLIVEIRA (Coorientadora, FDV)

Carla Cristina da SILVA (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Educação ambiental, Sustentabilidade, Formação cidadã
Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A construção civil é uma das maiores geradoras de resíduos, com forte impacto ambiental e sobre os recursos naturais. Embora inevitável, a produção de resíduos pode ser mitigada por meio de práticas sustentáveis. Este estudo propõe alternativas para reutilização desses materiais, ressaltando benefícios ambientais, econômicos e sociais, além dos desafios enfrentados. A má gestão pode gerar degradação do solo, contaminação hídrica e sobrecarga de aterros; por outro lado, a reutilização contribui para economia de recursos, redução de energia e emissões. **OBJETIVO:** Analisar e propor práticas eficazes para o reaproveitamento de resíduos na construção civil, demonstrando como uma gestão adequada pode reduzir impactos ambientais, conservar recursos e promover sustentabilidade. Busca-se ainda evidenciar os benefícios econômicos e sociais, como geração de empregos e fortalecimento da economia circular. **METODOLOGIA:** A pesquisa combina abordagens qualitativa, exploratória e quantitativa. Inclui levantamento e classificação dos resíduos nas fases construtivas, elaboração de um Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGR), estudos de caso e pesquisa-ação com empresas para avaliar intervenções. Também será realizada uma coleta de dados sobre práticas de gestão, com monitoramento contínuo e registro dos resultados para identificar avanços e melhorias. **RESULTADOS:** Entrevistas com profissionais do setor revelaram que a gestão de resíduos de cimento é positiva, com reaproveitamento na própria obra, mas a madeira e a ferragem não são adequadamente recicladas. A análise dos dados qualitativos identificou padrões e tendências, destacando a necessidade de melhorar a gestão de resíduos de madeira e ferragem. A Tabela 1 abaixo resume práticas de gestão de resíduos em uma empresa específica:

Tabela 1 – Práticas de gestão de resíduos na empresa Andrade & Rodrigues Engenharia Ltda.

Empresa Referência:	Práticas de Gestão de Resíduos	Desafios	Sugestões/Recomendações
ANDRADE & RODRIGUES ENGENHARIA LTDA. VIÇOSA - MG	Reaproveitamento de Resíduos de Cimento	Implementar um sistema de separação mais abrangente	Avaliar a viabilidade de utilizar resíduos de cimento em outras obras
	Reaproveitamento de Resíduos de Ferragem	Desenvolver procedimentos específicos para identificar oportunidades de reaproveitamento	Investigar a possibilidade de reciclagem de resíduos de ferragem
	Descarte de Resíduos de Madeira	Implementar um programa de reciclagem de madeira	Promover a reutilização de resíduos de madeira em outras obras

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A gestão adequada dos resíduos na construção civil é urgente para a sustentabilidade e preservação ambiental. A adoção de práticas como reaproveitamento, reciclagem e design sustentável pode reduzir os impactos ambientais, conservar recursos naturais e promover uma indústria mais responsável. A pesquisa confirmou a importância de práticas sustentáveis e alinhou-se com a literatura existente, destacando a necessidade de mais estudos sobre métodos inovadores de reciclagem e novas tecnologias. Promover a sustentabilidade na construção civil envolve não apenas empresas e profissionais, mas também a conscientização de todos os envolvidos, desde projetistas até consumidores finais. A educação e a sensibilização são fundamentais para promover mudanças.

REFERÊNCIAS:

- COSTA, I. (2014). Resíduos de construção e demolição: fatores determinantes para a sua gestão integrada e sustentável. Universidade Nova de Lisboa. EUROSTAT. (2019).
- Generation of municipal waste per capita. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/bookmark/94e83ba6-bbe2-41db-ab9b876e97645bb3?lang=en>

Área do conhecimento do CNPq: 3.00.00.00-9 – Engenharias

CET-015

SISTEMAS GESTÃO DE QUALIDADE NA LOJA DE MOVEIS EM CAJURI-MG

Andrey Barreto **GOMES** (Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária, FDV)
Aline Santana de **OLIVEIRA** (Orientadora, FDV)
Carla Cristina da **SILVA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Gestão de qualidade, Clientes, Satisfação de cliente, Excelência de produtos

Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O estudo evidencia a importância da gestão da qualidade em lojas de móveis, fundamental em um mercado competitivo e voltado à satisfação do cliente. A pesquisa aplicada, de caráter qualitativo, buscou identificar falhas e propor melhorias por meio de entrevistas e questionários com vendedores e clientes. Introdução em um cenário de alta competitividade, a gestão da qualidade torna-se essencial para garantir excelência em produtos e atendimento. No setor moveleiro, práticas consistentes de qualidade são decisivas para diferenciação e sucesso. **METODOLOGIA:** foram realizadas entrevistas e questionários, além da análise de processos e políticas já existentes. Os dados permitiram identificar lacunas de desempenho e oportunidades de aprimoramento no sistema de gestão da qualidade. **RESULTADOS:** A análise apontou ganhos potenciais como maior durabilidade dos produtos, eficiência operacional, redução de custos e aumento da satisfação dos clientes. Os questionários forneceram percepções relevantes sobre melhorias no atendimento e nos processos internos. Investir em gestão da qualidade mostra-se estratégico para o crescimento sustentável, aumento da competitividade e sucesso a longo prazo das lojas de móveis, a formação contínua dos colaboradores e busca por melhorias, resultando em melhor organização, redução de custos e maior competitividade.

Número do Cliente	Data da Resposta	Avaliação de 1 a 5	Comentários
001	20/04/2024	5	"Adorei a variedade de opções disponíveis na loja e a equipe foi muito prestativa ao me ajudar a encontrar o móvel perfeito para minha casa."
002	20/04/2024	4	"Fiquei satisfeito com a qualidade dos móveis que comprei. A entrega foi rápida e o atendimento foi muito bom."
003	20/04/2024	3	"Tive alguns problemas com a entrega do meu pedido e a comunicação com a equipe da loja foi um pouco confusa."
004	20/04/2024	4	"A qualidade dos móveis é excelente e o processo de compra foi muito simples. Recomendando esta loja para quem procura móveis de qualidade."

Essa tabela permite registrar as respostas dos clientes sobre o sistema de gestão de qualidade da loja de móveis, incluindo a avaliação numérica, a data da resposta e eventuais comentários adicionais dos clientes. Esses dados podem ser analisados para identificar padrões, pontos fortes e áreas de melhoria no sistema de gestão de qualidade da loja. **CONCLUSÃO:** A implementação de um sistema de gestão da qualidade em uma loja de móveis em Cajuri, MG, melhora a durabilidade e estética dos produtos, aumentando a satisfação e fidelização dos clientes. Envolve padronização de procedimentos, formação contínua dos colaboradores e busca por melhorias, resultando em melhor organização, redução de custos e maior competitividade. A liderança deve promover uma cultura de qualidade, refletindo na percepção dos clientes e atraindo novos mercados. Este sistema é um investimento estratégico, essencial para a sobrevivência e prosperidade da loja em um cenário econômico desafiador, assegurando crescimento sustentável e desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS:

1. CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditora contábil: teoria e prática**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
2. DAVILA, Marcos Oliveira. **Conceitos e técnicas de controle interno de organização**. São Paulo: Nobel, 2002.
3. GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
4. GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Área de conhecimento do CNPq: 9.02.00.00-6 - Administração

CET-016

ANÁLISE DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE UM LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DE VIÇOSA-MG

Andrey Barreto **GOMES** (Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária, FDV)
Aline Santana de **OLIVEIRA** (Orientadora, FDV)
Carla Cristina da **SILVA**

Palavras-chave: Resíduos sólidos, Laboratório de análises clínicas, Resíduos biológicos; Descarte de material biológico

Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O gerenciamento adequado dos resíduos sólidos de serviços de saúde (RSS) é essencial para a proteção da saúde pública e do meio ambiente. Laboratórios de análises clínicas, como geradores de resíduos biológicos, químicos e perfurocortantes, devem seguir rigorosamente os critérios de segregação, acondicionamento, coleta e destinação final, conforme legislações sanitárias e ambientais. Em Viçosa (MG), polo educacional e de saúde da Zona da Mata mineira, destacam-se diversos laboratórios, entre eles o **Laborguima Laboratório de Análises Clínicas**, referência local. No entanto, há carência de estudos práticos sobre a aplicação das normas nesse tipo de estabelecimento, o que motiva esta pesquisa. **OBJETIVO:** Analisar as práticas de gerenciamento de resíduos sólidos no Laborguima, verificando a conformidade com a legislação ambiental e sanitária, e propor melhorias a partir de observações, dados coletados e revisão bibliográfica. **METODOLOGIA:** A pesquisa tem caráter qualitativo e quantitativo, com natureza aplicada e fins descritivos. As técnicas utilizadas foram: a) Entrevista semiestruturada com a responsável técnica, Sra. Regina Maria de Oliveira Nascimento; b) Observação direta in loco em duas unidades (Matriz - Rua Dr. Milton Bandeira e Laborguima II - Rua Padre Serafim), c) Análise documental de relatórios da empresa ECOMINAS, encarregada da coleta e transporte; e e) Questionário técnico aplicado aos profissionais sobre conhecimento e práticas relativas ao gerenciamento dos RSS. **RESULTADO:** A coleta de dados, realizada em 17 de abril de 2025, possibilitou identificar os quantitativos de resíduos gerados em cada unidade, apresentados no Quadro abaixo:

Unidade	Resíduo de Saúde (kg)	Perfurocortantes (kg)
Laborguima Matriz	10,07	1,8
Laborguima II	1,27	0
Total	11,34	1,8

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Os resíduos foram coletados pelo funcionário Ramon Vieira Daniel, com o veículo placa RFD0G21, conforme relatório do sistema "Meu Resíduo". Pelos questionários e entrevistas verificou-se que a equipe faz segregação correta nos pontos de geração. Há PGRSS implantado, mas com ajustes necessários. O uso de EPIs é incentivado, porém nem todos aderem totalmente, há falhas em treinamentos contínuos e na conscientização sobre a periculosidade dos resíduos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Laborguima possui gerenciamento de resíduos ativo, com coleta terceirizada e PGRSS em vigor, mas ainda apresenta fragilidades no conhecimento técnico, na formalização de procedimentos e na educação ambiental. A literatura destaca a importância de treinamentos regulares, aplicação da legislação, fiscalização e planejamento das etapas. Em conformidade com a RDC nº 222/2018 (ANVISA) e Resolução nº 358/2005 (CONAMA), recomenda-se ampliar capacitação, realizar auditorias internas e monitoramento periódico. O estudo reforça a relevância de uma gestão eficaz dos RSS e pode servir de referência para outros laboratórios de Viçosa e região.

REFERÊNCIAS:

1. ANVISA. **RDC nº 222**, de 28 mar. 2018. Regulamento para gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
2. CONAMA. **Resolução nº 358**, de 29 abr. 2005. Tratamento e disposição final dos resíduos de saúde.
3. CÂMARA, J. M. D. A.; SOARES, A. M. **Análise do plano de gerenciamento de resíduos em um laboratório de análises clínicas**.

Área do conhecimento do CNPq: 3.00.00.00-9 – Engenharias

PLANETA ÁGUA: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E IOT PARA MONITORAMENTO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Felipe Batista da SILVA (Curso de Sistemas de Informação, FDV)
Margareth Machado DUARTE (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Inteligência artificial, Internet das coisas, Monitoramento ambiental, Mudanças climáticas

Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O agravamento das mudanças climáticas e o aumento da escassez de recursos hídricos exigem soluções inovadoras para o monitoramento e a preservação ambiental. A integração entre Inteligência Artificial (IA) e Internet das Coisas (IoT) tem se mostrado uma das estratégias mais promissoras nesse cenário. Sensores conectados à IoT permitem a coleta contínua de dados sobre temperatura, pH, turbidez, oxigênio dissolvido, níveis de poluição e variações de correntezas em rios, lagos e oceanos. Esses dados são processados por algoritmos de IA capazes de identificar padrões, prever anomalias e emitir alertas automáticos em situações críticas. Assim, é possível detectar vazamentos, despejos irregulares e fenômenos de eutrofização com antecedência, possibilitando ações imediatas. Essa integração tecnológica fortalece a cultura oceânica, apoiando políticas de sustentabilidade e a conscientização sobre o uso responsável da água.

OBJETIVOS: Este estudo busca analisar o papel da IA e da IoT no monitoramento e na preservação dos recursos hídricos, destacando como essas tecnologias podem contribuir para reduzir impactos ambientais, otimizar o uso da água e apoiar comunidades locais no enfrentamento das mudanças climáticas. Além disso, o trabalho pretende compreender como o uso de algoritmos inteligentes e redes de sensores pode auxiliar na formulação de estratégias preventivas e na gestão sustentável dos ecossistemas aquáticos.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: A pesquisa adota abordagem descritiva e qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise de estudos de caso sobre o uso de IA e IoT na área ambiental. Foram avaliadas plataformas de monitoramento hídrico automatizado, sensores de qualidade da água, drones equipados com câmeras térmicas e redes inteligentes para análise preditiva. O estudo também considera iniciativas nacionais e internacionais que utilizam aprendizado de máquina para prever secas, controlar poluição e otimizar a distribuição de água em regiões afetadas por eventos climáticos extremos. Essa abordagem permitiu identificar os principais avanços tecnológicos, suas limitações práticas e o potencial de integração com políticas públicas de proteção ambiental. **RESULTADOS:** Os resultados apontam que a combinação de IA e IoT melhora significativamente a eficiência no monitoramento ambiental, tornando a coleta e análise de dados mais rápidas e precisas. A automação de processos permite detectar poluentes, prever enchentes e antecipar eventos de escassez hídrica, reduzindo perdas e danos ambientais. Além disso, a integração de IA em sistemas IoT favorece a criação de plataformas colaborativas que conectam universidades, órgãos ambientais e comunidades locais. Desafios ainda persistem, como o custo de implementação, a necessidade de infraestrutura tecnológica adequada e a dependência de conectividade em áreas remotas. No entanto, os benefícios em termos de sustentabilidade e educação ambiental superam as limitações atuais. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A aplicação de IA e IoT na gestão e preservação dos recursos hídricos representa um avanço significativo na luta contra os efeitos das mudanças climáticas. Essas tecnologias possibilitam um monitoramento inteligente, autônomo e contínuo, promovendo decisões baseadas em dados reais e fortalecendo a cultura oceânica. O investimento em soluções digitais ambientais é essencial para garantir a qualidade da água, preservar ecossistemas e conscientizar a sociedade sobre o papel coletivo na proteção do meio ambiente. Dessa forma, o uso de IA e IoT se consolida como um aliado estratégico na construção de territórios mais sustentáveis e resilientes.

REFERÊNCIAS:

1. RIBEIRO, D. S.; SOUSA, F.; OLIVEIRA, A. R. Detecção de Intrusão em Sistemas IoT Baseada em Inteligência Artificial. Anais do Simpósio Brasileiro de Segurança da Informação e de Sistemas Computacionais (SBSEG), 2023. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/sbseg/article/view/27224/27040>. Acesso em: 27 set. 2025
2. URBANO, A. C.; LIMA, J. R. Detecção Inteligente de IPs Maliciosos através de Aprendizado de Máquina para Segurança em Redes. SBC Undergraduate Research (SBCup), 2024. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/sbcup/article/view/29399>. Acesso em: 27 set. 2025.
3. DE MEDEIROS, K.; et al. A Survey of AI-Based Anomaly Detection in IoT and Sensor Networks. 2023 Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9920825/>. Acesso em: 28 out. 2025.
4. PATEL, R.; SINGH, M. Anomaly Detection in IoT Using Machine Learning. American Journal of Artificial Intelligence and Data Science, vol. 1, no. 6, 2024. Disponível em: <https://assets.ctfassets.net/e0h7lzmer4zr/612m1AutFdJY1Caxfunu8/242215a610933d9a3ef63c3560d46468/AAIDSML-1-1006.pdf>. Acesso em: 28 out. 2025.

Área do conhecimento do CNPq: 6.07.00.00-9 - Ciência da Informação

MONITORIA DIVERTIQUÍMICA: IMPACTO DE AULAS PRÁTICAS E LÚDICAS NA QUÍMICA

Paulo Vítor Flores de BARROS (Curso de Química, UEMG)
Raphael Campos CUSATI (Orientador, UEMG, FDV)

Palavras-chave: Ensino de química, Metodologias ativas, Protagonismo estudantil

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O mundo atual é marcado por conhecimento, inovação e tecnologia, exigindo que os estudantes compreendam e atuem criticamente em seu contexto. Nesse sentido, a cultura científica se mostra tão essencial quanto o letramento e o pensamento matemático, especialmente em países com grandes desigualdades sociais, como o Brasil (Santos, 2015). O ensino de Química enfrenta desafios como a falta de docentes qualificados e infraestrutura adequada, além da predominância de aulas voltadas à memorização, o que limita a compreensão dos conceitos e o interesse dos alunos (Pereira, 2021; McClellan, 1984). A carência de recursos e o predomínio de métodos expositivos tradicionais comprometem a qualidade do ensino e o engajamento dos alunos. Os PCNs e a BNCC enfatizam a importância de práticas investigativas, experimentais e do uso de tecnologias digitais para o desenvolvimento das Ciências da Natureza. A adoção de estratégias como experimentos e jogos educativos tem se mostrado eficaz para estimular a motivação, o pensamento crítico e a consolidação de conceitos (Paloschi *et al.*, 1998). **OBJETIVOS:** Enfrentar as limitações estruturais e financeiras de escolas públicas que dificultam a realização de aulas práticas e o uso de tecnologias, especialmente em Química. O projeto propõe, portanto, aulas mais dinâmicas e interativas, estimulando a curiosidade e a compreensão da Ciência em contextos do cotidiano. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** O projeto foi desenvolvido em etapas sequenciais, incluindo a seleção das escolas e turmas participantes, análise da infraestrutura e necessidades, planejamento e implementação das atividades, e avaliação dos resultados. Foram escolhidas duas escolas públicas de Minas Gerais, com turmas do 1º ao 3º ano do Ensino Médio, totalizando cerca de 65 alunos. A análise inicial considerou laboratórios disponíveis, recursos tecnológicos e possibilidades de aplicação das atividades durante o horário regular. As intervenções incluíram experimentos práticos com materiais alternativos, jogos educativos e simuladores digitais alinhados à BNCC. Além disso, foi aplicado um questionário aos estudantes para compreender suas percepções sobre a disciplina e as metodologias utilizadas. E ao final do projeto foi aplicado outro questionário para analisar se as atividades trouxeram benefícios no desempenho dos estudantes. **RESULTADOS:** O questionário aplicado ao final das atividades revelou que 92,3% dos alunos nunca haviam participado de monitoria, mas 87,7% avaliaram a experiência positivamente, destacando os experimentos práticos como metodologia preferida. Em relação ao aprendizado, 55,4% relataram grande melhoria, 33,8% progresso moderado e 10,8% sem mudanças significativas. De certa forma, os resultados indicam que metodologias ativas e lúdicas aumentam o engajamento e favorecem a compreensão de Química, embora casos de desempenho menor apontem a necessidade de acompanhamento individualizado. De forma geral, 64 dos 65 alunos recomendaram a continuidade do projeto, evidenciando seu sucesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Os resultados reforçam o papel das metodologias ativas como ferramentas centrais para transformar o ensino de Química em um processo mais significativo e conectado à realidade dos alunos. Além disso, atividades como experimentos com materiais alternativos, *quizzes* interativos e jogos educativos destacaram-se como as mais eficazes para promover a interação, o raciocínio crítico e o protagonismo estudantil. Recomenda-se, portanto, a expansão e adaptação dessa proposta para diferentes realidades educacionais, destacando a importância do investimento em metodologias que valorizem a experimentação, a ludicidade e a inclusão de tecnologias digitais no processo de ensino. Assim, é possível fomentar uma educação mais eficaz, equitativa e capaz de formar estudantes críticos, autônomos e preparados para os desafios do mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS:

1. MCCLELLAN, A. L. **Guia do professor para química:** uma ciência experimental, Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação, 1984. 863 p.
2. PALOSCHI, R.; ZENI, M.; RIVEROS, R. **Cromatografia em giz no ensino de química:** didática e economia. Química Nova na Escola, n. 7, p. 35-36, 1998.
3. PEREIRA, R. F. **Formação de monitores:** desafios e oportunidades. Educação em Foco, v. 19, n. 4, p. 78-90, 2021.
4. SANTOS, P. R. C. D. **Show da química:** relato de um projeto de extensão. Revista Diálogos da Extensão. V.1, n. 1, 2015.

Áreas de conhecimento do CNPq:
7.08.00.00-6 – Educação / 1.06.00.00-0 - Química

CET-019

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO EM AMBIENTES CORPORATIVOS: ESTRUTURA, IMPLEMENTAÇÃO E ANÁLISE DE CUSTOS

Eric Mansur Botelho **FREITAS** (Curso de Sistemas de Informação, FDV)
Márcio Balduino **SARAIVA** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Segurança da Informação, ISO/IEC 27001, Gestão de Riscos, LGPD

Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A informação digital está presente em todas as operações corporativas, abrangendo dados financeiros, registros de clientes e propriedade intelectual. Com o aumento da criticidade das informações e da sofisticação dos ciberataques, crescem riscos financeiros, reputacionais e legais, especialmente diante da LGPD. A Segurança da Informação protege ativos informacionais com medidas técnicas e organizacionais, prevenindo vulnerabilidades corporativas.

OBJETIVOS: Esse artigo tem por objetivo analisar a implementação de um Sistema de Gestão de Segurança da Informação, detalhando pilares essenciais, modelo de implantação baseado em normas ISO/IEC 27000 e avaliação de custos e benefícios estratégicos. **ABORDAGEM**

METODOLÓGICA: Este artigo utiliza Revisão Bibliográfica Exploratória com abordagem qualitativa e descritiva, baseada em literatura especializada, normas ISO/IEC 27001 e 27002, legislação como a LGPD e relatórios de mercado. A análise da implementação da Segurança da Informação é organizada pelo Ciclo PDCA, enfatizando planejamento, execução, verificação e melhoria contínua. **RESULTADOS:** A análise demonstra que uma implementação eficaz da SI não se resume à aquisição de ferramentas, mas envolve cultura organizacional e aplicação de controles baseados nos pilares e riscos identificados. A tríade Confidencialidade, Integridade e Disponibilidade (CID) deve ser estendida para Autenticidade e Irretratabilidade. A Confidencialidade garante acesso apenas a autorizados, via Controle de Acesso (RBAC), Criptografia e DLP; a Integridade assegura informações precisas, com backups e controle de versão; a Disponibilidade garante acesso contínuo, usando Planos de Continuidade e recuperação de desastres. Autenticidade se mantém por Autenticação Multifator e certificados digitais, e Irretratabilidade por logs imutáveis. O roadmap de implementação inicia com Governança e Planejamento, com Análise de Riscos e Política de SI alinhada à LGPD. Na fase de controles (Do), aplicam-se medidas técnicas, como firewalls, IDS/IPS, EDR, IAM, e controles humanos, incluindo treinamento contínuo, mitigando vulnerabilidades do fator humano. O monitoramento e resposta (Check & Act) utilizam SOC e plataformas SIEM, além de Plano de Resposta a Incidentes. A SI deve ser vista como investimento estratégico. Custos diretos e contínuos são compensados pelo ROI, reduzindo vulnerabilidade humana e tempo de contenção de ataques. O custo de um incidente inclui perdas financeiras, produtividade, investigação, multas e danos à marca, tornando a prevenção mais racional economicamente. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A Segurança da Informação é um processo contínuo e estratégico. A adoção de um SGSI baseado na ISO/IEC 27001 fortalece Confidencialidade, Integridade, Disponibilidade, Autenticidade e Irretratabilidade. Mais que questão tecnológica, envolve governança, gestão de riscos e fator humano. Empresas que investem em segurança tornam-se mais resilientes e competitivas.

REFERÊNCIAS:

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **ABNT NBR ISO/IEC 27001 e 27002:** Tecnologia da informação – Técnicas de segurança – Sistemas de gestão da segurança da informação – Requisitos. Rio de Janeiro, 2013.
2. BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2018.
3. KIM, S.; SOLOMON, M.; ROMNEY, M. **Auditoria de Sistemas de Informação.** Cengage Learning, 2021.
4. SCHNEIER, Bruce. **Secrets and Lies: Digital Security in a Networked World.** Wiley, 2000.

Área de conhecimento do CNPq: 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

CET-020

SISTEMAS ERP E A INTEGRAÇÃO DE PROCESSOS EMPRESARIAIS

Eric Mansur Botelho **FREITAS**
(Curso de Sistemas de Informação, FDV)
Márcio Balduino **SARAIVA** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: ERP, Integração de processos, Gestão empresarial
Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O ambiente empresarial contemporâneo, caracterizado pela globalização, competitividade intensa e necessidade de respostas ágeis, demanda estratégias de gestão integradas. Sistemas fragmentados historicamente criavam “ilhas de automação”, prejudicando a eficiência e a tomada de decisão (Davenport, 1998). Nesse contexto, os Sistemas ERP consolidam dados e processos essenciais, promovendo padronização, integração entre departamentos e visão global da empresa (O’Leary, 2000). **OBJETIVOS:** Esse artigo tem por objetivo analisar o papel dos Sistemas ERP como catalisadores da integração de processos empresariais, identificando benefícios e desafios em sua implementação e operação, incluindo arquitetura, estratégias e metodologias recomendadas. **ABORDAGEM**

METODOLÓGICA: O estudo adota abordagem qualitativa e exploratória, baseada em revisão bibliográfica sistemática. Foram analisadas publicações acadêmicas consolidadas sobre Sistemas de Informação, Gestão Estratégica e ERP, enfocando conceitualização, arquitetura, integração de processos, impactos estratégicos e metodologias de implementação. A coleta e análise visam construir arcabouço teórico robusto para sustentar as discussões e as considerações finais do estudo. **RESULTADOS:** Um Sistema ERP integra todas as funções essenciais de uma empresa (Finanças, RH, Supply Chain, Manufatura, Vendas) em um único ambiente, compartilhando a mesma base de dados (O’Leary, 2000). Seus módulos interconectados processam transações, atualizando automaticamente informações correlatas, garantindo dados consistentes e em tempo real. A integração horizontal conecta funções operacionais ao longo do fluxo de valor, eliminando interfaces manuais; a vertical transforma dados transacionais em indicadores estratégicos (KPIs), apoiando a tomada de decisão (Davenport, 1998). A integração promovida pelo ERP gera benefícios operacionais, como redução de custos, eliminação de redundâncias e otimização de estoques; financeiros, com melhoria do fluxo de caixa e relatórios em tempo real; estratégicos, permitindo decisões mais ágeis e análises preditivas; e de gestão, assegurando padronização, governança e controle rigoroso de processos (O’Leary, 2000). A implementação de um ERP é complexa, exigindo gestão de mudanças e alinhamento organizacional. Envolve planejamento e definição de escopo, análise de lacunas, configuração do sistema, treinamento, testes e suporte pós-implantação (Parr & Shanks, 2000). Principais desafios incluem resistência à mudança, má gestão do escopo e falhas na migração de dados, sendo essencial o comprometimento da alta gestão para o sucesso do projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Os Sistemas ERP são essenciais à empresa moderna, não apenas automatizando tarefas, mas sustentando a integração de processos. Ao unificar informações, transformam departamentos isolados em organização coesa, promovendo desempenho, compliance e visão estratégica aprimorada. O sucesso depende de gestão de mudanças, adaptação de processos e comprometimento da alta gestão, resultando em diferencial competitivo sustentável.

REFERÊNCIAS:

1. DAVENPORT, T. H. **Putting the Enterprise into the Enterprise System.** Harvard Business Review, v. 76, n. 4, p. 121–131, 1998.
2. O’LEARY, D. E. **Enterprise resource planning systems:** Systems, lifecycle, electronic commerce, and risk. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
3. PARR, A.; SHANKS, G. **A taxonomy of ERP implementation approaches.** The Journal of Computing and Information Technology, v. 8, n. 3, p. 203–219, 2000.

Área de conhecimento do CNPq: 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

CET-021

IA NA PROGRAMAÇÃO: UMA FERRAMENTA QUE AUXILIA OU QUE PREJUDICA OS PROGRAMADORES?

Isaque Godoy de **OLIVEIRA** (Curso de Sistemas de Informação, FDV)
Márcio Balduino **SARAIVA** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Inteligência artificial, Programação, Produtividade
Agência de fomento: FDV.

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A Inteligência Artificial (IA) vem transformando significativamente o cenário tecnológico, impactando a programação de software. Ferramentas como assistentes de código, sistemas de autocompletar e plataformas de depuração automatizada já integram o cotidiano de desenvolvedores (GOODFELLOW, 2016; RUSSELL, 2013). Embora haja receio de substituição do profissional humano, especialistas defendem que a IA complementa habilidades humanas, e não representa ameaça (MITCHELL, 2019). Este artigo discute os impactos da IA na programação, enfatizando benefícios de sua aplicação e riscos percebidos à força de trabalho.

OBJETIVOS: Esse artigo tem por objetivo analisar o papel da IA na programação, identificando como auxilia desenvolvedores, os riscos de substituição humana e respondendo sobre eficiência, produtividade e limites de sua aplicação.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: Este estudo foi realizado por pesquisa bibliográfica e descritiva, analisando fontes secundárias como artigos acadêmicos, livros técnicos e relatórios de instituições de tecnologia (GOODFELLOW, 2016; RUSSELL, 2013; MITCHELL, 2019). Foram consideradas publicações sobre o uso de IA em desenvolvimento de software, incluindo GitHub Copilot, ChatGPT e Amazon CodeWhisperer, identificando padrões de aplicação, benefícios e preocupações quanto ao futuro da profissão.

RESULTADOS: Os dados indicam que a Inteligência Artificial tem potencial para aumentar significativamente a produtividade dos programadores (GOODFELLOW, 2016; RUSSELL, 2013). Ferramentas de IA auxiliam na geração de trechos de código, sugerem soluções para erros comuns, realizam revisões automatizadas e criam testes unitários, liberando tempo para tarefas criativas e de maior valor agregado (MITCHELL, 2019). A análise das fontes confirma que a IA, longe de ser uma ameaça, é uma ferramenta poderosa de apoio à programação, automatizando tarefas repetitivas, acelerando a escrita de código e melhorando a qualidade das soluções desenvolvidas. A IA atua como assistente, sugerindo caminhos, identificando erros e facilitando o aprendizado, especialmente para iniciantes. Apesar das incertezas iniciais, estudos indicam que sua incorporação estratégica promove uma programação mais ágil, segura e eficiente. A substituição completa do programador é considerada improvável, pois a criação de software exige julgamento ético, compreensão de contexto e criatividade - habilidades humanas que máquinas ainda não replicam. Assim, a IA complementa e potencializa a atuação do programador, reforçando seu papel no desenvolvimento de soluções complexas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Este estudo demonstra que a Inteligência Artificial deve ser vista como aliada na programação, aumentando eficiência e produtividade (GOODFELLOW, 2016; RUSSELL, 2013; MITCHELL, 2019). Embora haja riscos, como perda de autonomia ou substituição de tarefas básicas, esses desafios podem ser superados com abordagem crítica e responsável. O futuro da programação será marcado pela colaboração entre humanos e máquinas, em que a IA atua como apoio estratégico, e não substituta do programador. Pesquisas futuras podem explorar ética e desenvolvimento de competências humanas.

REFERÊNCIAS:

1. GOODFELLOW, Ian; BENGIO, Yoshua; COURVILLE, Aaron. **Deep Learning**. Cambridge: MIT Press, 2016.
2. MITCHELL, Melanie. **Artificial Intelligence: A Guide for Thinking Humans**. New York: Penguin Books, 2019.
3. RUSSELL, Stuart J.; NORVIG, Peter. **Inteligência Artificial: uma abordagem moderna**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

Área de conhecimento do CNPq: 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

CET-022

IMPACTO DAS METODOLOGIAS ÁGEIS NA QUALIDADE E EFICIÊNCIA DE PROJETOS DE SOFTWARE

Isaque Godoy de **OLIVEIRA** (Curso de Sistemas de Informação - FDV)
Márcio Balduino **SARAIVA** (Orientador - FDV)

Palavras-chave: Metodologias ágeis, Qualidade de software, Gestão de projetos

Agência de fomento: FDV.

RESUMO:

INTRODUÇÃO: Nos últimos anos, as metodologias ágeis revolucionaram a condução de projetos de software, substituindo modelos tradicionais por abordagens flexíveis, colaborativas e adaptativas (BECK et al., 2001; SCHWABER, 2020). Práticas como Scrum, Kanban e Extreme Programming (XP) promovem ciclos curtos de desenvolvimento, feedback contínuo e entrega incremental de valor ao cliente. Essas metodologias enfatizam a auto-organização das equipes, a comunicação constante e a rápida adaptação a mudanças, fatores essenciais para o sucesso em ambientes dinâmicos. Este estudo analisa seus impactos na qualidade do software (CERVONE, 2011; HIGHSMITH, 2009).

OBJETIVOS: Esse artigo tem por objetivo analisar os efeitos das metodologias ágeis na qualidade do software, observando redução de erros, satisfação do cliente, produtividade e melhoria contínua, além da influência da cultura ágil nas equipes.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: Foi realizada pesquisa bibliográfica com livros, artigos científicos e estudos de caso sobre a aplicação de metodologias ágeis em projetos de software. A análise considerou impactos nas etapas de desenvolvimento, testes e entrega, levando em conta indicadores de produtividade e qualidade. Também foram observados desafios enfrentados e estratégias adotadas para maximizar os resultados ágeis.

RESULTADOS: Os dados indicam que o uso de metodologias ágeis contribui para a detecção precoce de falhas, maior engajamento da equipe e produtos mais alinhados às necessidades dos usuários (BECK et al., 2001; SCHWABER, 2020). Práticas como reuniões diárias, revisões constantes e integração contínua promovem melhorias na qualidade do software e maior previsibilidade no desenvolvimento. Além disso, a entrega incremental permite que ajustes sejam feitos rapidamente, reduzindo retrabalho e aumentando a satisfação do cliente. Estudos de caso mostram que equipes que adotam Scrum, Kanban ou XP apresentam maior colaboração, comunicação mais efetiva e maior capacidade de adaptação a mudanças. Os resultados finais apontam que projetos conduzidos de maneira ágil apresentam índices mais altos de sucesso, maior transparência nos processos e ciclos de entrega mais curtos. O envolvimento constante do cliente garante que o produto atenda às suas expectativas, refletindo diretamente na qualidade percebida do software. Observou-se também que a cultura organizacional que valoriza a comunicação aberta e a melhoria contínua potencializa os benefícios das metodologias ágeis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: As metodologias ágeis mostram-se eficazes em promover desenvolvimento colaborativo, adaptativo e centrado na entrega de valor. Quando bem implementadas, aumentam qualidade, produtividade e satisfação do cliente. Recomenda-se capacitação contínua das equipes e incentivo à cultura ágil, valorizando comunicação aberta, flexibilidade, aprendizado constante e comprometimento de todos os envolvidos.

REFERÊNCIAS:

1. BECK, Kent et al. **Manifesto Ágil**. Disponível em: <https://agilemanifesto.org>. Acesso em: set. 2025.
2. CERVONE, H. **Agile Project Management**. OCLC Systems & Services, 2011.
3. HIGHSMITH, Jim. **Adaptive Software Development**. Addison-Wesley, 2009.
4. SCHWABER, Ken; SUTHERLAND, Jeff. **Guia do Scrum**. Scrum.org, 2020.

Área de conhecimento do CNPq: 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

CET-023

PROGRAMAÇÃO ORIENTADA A OBJETOS COMO BASE PARA O DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE

Isaque Godoy de OLIVEIRA (Curso de Sistemas de Informação, FDV)
Márcio Balduino SARAIVA (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Programação orientada a objetos; Desenvolvimento de software, Engenharia de software

Agência de fomento: FDV.

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A Programação Orientada a Objetos (POO) consolidou-se como uma das principais abordagens no desenvolvimento de software contemporâneo, oferecendo uma estrutura organizada baseada em classes, objetos, encapsulamento, herança e polimorfismo. Essa metodologia permite modelar sistemas de forma mais próxima ao mundo real, favorecendo clareza estrutural e redução da complexidade. Sua aplicação abrange desde soluções simples até grandes sistemas corporativos, o que contribui para sua ampla adoção na engenharia de software. Além disso, a POO possibilita maior produtividade e reutilização de código, fatores que justificam sua permanência como paradigma dominante (BOOCH, 2007). **OBJETIVOS:** Este artigo tem como objetivo apresentar os fundamentos da Programação Orientada a Objetos e destacar sua relevância no desenvolvimento de software, analisando vantagens, organização do código e aplicações práticas. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A pesquisa foi desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico em livros, artigos técnicos e documentações oficiais de linguagens de programação. Foram analisados conceitos fundamentais da Programação Orientada a Objetos e sua aplicação prática em projetos reais. Também foram considerados relatos de profissionais da área para compreender a utilização da POO como padrão no desenvolvimento moderno de software. **RESULTADOS:** Os resultados obtidos a partir do levantamento bibliográfico e da análise de aplicações práticas indicam que a Programação Orientada a Objetos permanece como uma base sólida e atual para o desenvolvimento de software. Mesmo com o surgimento de novas abordagens, como a programação funcional e a programação reativa, a POO continua amplamente utilizada devido à sua capacidade de promover modularidade, reutilização e clareza estrutural no código. A possibilidade de organizar programas por meio de classes e objetos permite representar entidades do mundo real de forma mais natural, facilitando o processo de desenvolvimento, manutenção e expansão de sistemas. Outro aspecto relevante identificado foi a importância do encapsulamento na proteção de dados e no controle do acesso às informações. A herança, por sua vez, favorece a extensão de funcionalidades sem necessidade de reescrever código, enquanto o polimorfismo torna os sistemas mais flexíveis e adaptáveis. Essas características refletem diretamente na produtividade das equipes de desenvolvimento e na redução de custos de manutenção. Além disso, observou-se que linguagens modernas como Java, Python e C# continuam adotando a POO como paradigma principal, reforçando sua relevância acadêmica e profissional no cenário atual da engenharia de software. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A Programação Orientada a Objetos demonstrou ser eficaz na redução da complexidade de sistemas e na melhoria da organização do código por meio da modularização e reutilização de componentes. A clareza estrutural proporcionada pela definição de classes e hierarquias facilita a manutenção e evolução de projetos de software. Os exemplos analisados evidenciam que a POO continua sendo um paradigma relevante e amplamente utilizado em linguagens modernas. Assim, seu domínio permanece essencial para profissionais da área, independentemente da linguagem escolhida ou do contexto de aplicação.

REFERÊNCIAS:

1. BOOCH, Grady. **Object oriented design with applications**. Addison-Wesley, 2007.
2. HORSTMANN, Cay. **Core Java Volume I**. Prentice Hall, 2022.
3. FOWLER, Martin. **UML Distilled: A brief guide to the standard object modeling language**. Addison-Wesley, 2004.
4. DEITEL, Paul. **Java: How to program**. Pearson, 2019.

Área de conhecimento do CNPq: 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

CET-024

BENEFÍCIOS DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA VIDA PESSOAL E PROFISSIONAL

Isaque Godoy de OLIVEIRA (Curso de Sistemas de Informação, FDV)
Márcio Balduino SARAIVA (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Tecnologia da informação, Cotidiano, Qualidade de vida
Agência de fomento: FDV.

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A Tecnologia da Informação (TI) tornou-se parte essencial da vida moderna, influenciando interações pessoais e atividades profissionais (CASTELLS, 1999). O acesso crescente a dispositivos e à internet transformou a comunicação, o aprendizado, o trabalho e o entretenimento (TAPSCOTT, 1998). Essa revolução digital facilita tarefas cotidianas e cria oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional (TURBAN et al., 2016). Compreender os impactos positivos da TI é relevante para promover o uso consciente dessas tecnologias, que podem melhorar a eficiência, a produtividade e a qualidade de vida das pessoas (NICHOLSON, 2011). **OBJETIVOS:** Esse artigo tem por objetivo analisar os benefícios da Tecnologia da Informação no cotidiano, analisando impactos positivos na vida pessoal e profissional, contribuições para qualidade de vida, produtividade e áreas mais afetadas. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** O estudo utilizou pesquisa bibliográfica e descritiva, com fontes secundárias como livros, artigos acadêmicos e relatórios internacionais sobre TI. Foram analisadas publicações sobre seus impactos em comunicação, educação, trabalho e saúde. Os dados, coletados de bases acadêmicas e bibliotecas digitais, foram interpretados qualitativamente, identificando padrões e tendências nos benefícios relatados pela literatura (CASTELLS, 1999; TAPSCOTT, 1998; TURBAN et al., 2016). **RESULTADOS:** A análise dos dados indica que a Tecnologia da Informação (TI) oferece benefícios significativos em diversas áreas do cotidiano. Na comunicação, a TI permite a conexão instantânea entre pessoas em diferentes locais, promovendo a troca eficiente de informações (CASTELLS, 1999). Na educação, amplia o acesso ao conhecimento, com recursos digitais e plataformas de aprendizado online que facilitam o ensino à distância (TAPSCOTT, 1998). No ambiente de trabalho, a TI automatiza processos, aumenta a produtividade e possibilita novas formas de trabalho, como o home office, promovendo equilíbrio entre vida pessoal e profissional (TURBAN et al., 2016). Na saúde, contribui para o monitoramento de pacientes, gestão de dados médicos e disseminação de informações sobre saúde pública (NICHOLSON, 2011). Os resultados confirmam que a TI democratiza o acesso à informação, facilita a socialização e torna as interações mais rápidas e eficientes. Ferramentas digitais, redes sociais e cursos online proporcionam flexibilidade, acessibilidade e novas oportunidades de aprendizado. O trabalho remoto exemplifica a transformação do ambiente laboral, enquanto recursos de TI na saúde aumentam a eficiência no cuidado e na prevenção de doenças. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Os benefícios da Tecnologia da Informação abrangem comunicação, educação, trabalho e saúde, melhorando a qualidade de vida e a produtividade. Seu uso consciente potencializa oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. Entretanto, devem-se considerar riscos relacionados à privacidade e segurança, que pesquisas futuras podem explorar para maximizar os benefícios da TI.

REFERÊNCIAS:

1. CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
2. NICHOLSON, Brian. **A globalização da tecnologia da informação: oportunidades e desafios**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
3. TAPSCOTT, Don. **Geração digital: a tecnologia e a sociedade em rede**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
4. TURBAN, Efraim; POLLARD, Carol; WOOD, Gregory. **Tecnologia da informação para gestão: transformando os negócios na era digital**. 6. ed. São Paulo: Bookman, 2016.

Área de conhecimento do CNPq: 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

CULTIVO SOLTEIRO E CONSORCIADO DE SALSA

Paula Aparecida Rodrigues **SIMÃO** (Eng. agrônoma)
Camila Karen Reis **BARBOSA** (Orientadora - CESEP)
Kleso Silva **FRANCO JÚNIOR** (Coorientador - CESEP)

Palavras-chave: Horticultura, Cebolinha, Manjerição
Agência de fomento: CESEP-FEM

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O consórcio é um sistema utilizado quando se cultiva duas ou mais culturas ao mesmo tempo e na mesma área, possibilitando melhor aproveitamento do espaço. Como benefícios, podem ser citados um uso mais eficiente da água, aproveitamento dos nutrientes e da luminosidade, podendo potencializar a produção. Há diversas formas viáveis para consorciar hortaliças, porém as formas mais utilizadas são o consórcio em faixas e em linhas, onde as demais espécies, seja uma ou mais, são revezadas com a cultura principal. (RESENDE & VIDAL, 2008). Há muitos anos o cultivo em consórcio vem sendo usado pelos agricultores, principalmente em regiões tropicais. Se destaca a utilização do consórcio especialmente por pequenos produtores, que precisam produzir com pouco, então buscando alcançar maiores benefícios aproveitam ao máximo os recursos ofertados. Muitos estudos apontam a eficiência do consórcio principalmente para pequenos produtores que cultivam hortaliças, com vantagens no aumento da produtividade e na diminuição de danos causados, favorecendo o equilíbrio ecológico (TEIXEIRA et al., 2005).

OBJETIVOS: Comparar o desempenho de salsa/linha cultivada isoladamente e em consórcio com outras culturas. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** O presente trabalho foi realizado no município de Alfenas, situado a 882 metros de altitude com as seguintes coordenadas geográficas: Latitude 21° 25' 46" Sul, Longitude 45° 56' 50" Oeste. Condição climática varia de 11°C a 29°C durante o ano. O experimento foi conduzido em delineamento em blocos casualizados tendo 3 tratamentos e 7 repetições, totalizando 21 unidades experimentais. Cada parcela foi constituída de canteiros de 6 m². Os tratamentos foram constituídos de: 1) Salsa solteira; 2) Salsa e Cebolinha; 3) Salsa, cebolinha e manjerição. Em cada parcela foram utilizadas 12 plantas, sendo que nas parcelas em que houve consórcio foram plantadas de duas em duas espécies alternadamente até somar 12 plantas no total, com espaçamento de 15 cm entre plantas e 40 cm entre fileiras. As variáveis avaliadas foram altura, peso fresco e seco da salsa. Os dados foram submetidos à análise de variância e as médias comparadas entre si pelo teste Tukey a 5% de probabilidade utilizando o software Sisvar® (Ferreira, 2019). **RESULTADOS:** A análise de variância demonstra que, em relação à altura das plantas, não houve diferença significativa entre os tratamentos testados. No entanto, haver diferença significativa entre os tratamentos para a variável peso fresco. O teste de médias indica melhor desenvolvimento de peso fresco da salsa cultivada solteira, em comparação aos demais tratamentos. A análise de variância demonstra também efeitos significativos dos tratamentos no peso seco de salsa. Nota-se que o primeiro tratamento apresentou maior média de peso seco, assim como no peso fresco. A salsa acumulou maior massa seca quanto menor o número de espécies em consórcio. De acordo com Teixeira, Mota e Silva (2005), quando ocorre uma expansão no número de plantas em determinado espaço, a concorrência entre cultivares dá-se pelos mesmos motivos do seu desenvolvimento, como por exemplo luz, nutrientes, água e oxigênio, restringindo a demanda de fatores necessários para cada uma delas, inibindo fases importantes para o desenvolvimento das plantas como a fotossíntese e evapotranspiração. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A partir desses resultados encontrados é possível perceber que o manjerição por ser uma planta arbustiva e ramificada provavelmente causou sombreamento nas demais cultivares ao seu redor, prejudicando a quantidade de luz necessária para o seu total desenvolvimento.

REFERÊNCIAS:

1. RESENDE, F. V.; VIDAL, M. C. *Organização da Propriedade no Sistema Orgânico de Produção*. Circular Técnica, 63. Brasília, DF: Embrapa Hortaliças, 2008, p. 8 – 9.
2. TEIXEIRA, I. R.; MOTA, A. G.; SILVA, A. G. da. Consórcio de Hortaliças. *Semina: Ciências Agrárias*, Londrina, v. 26, n. 4, p. 507-514, 2005.
3. TEIXEIRA, J.P.F. et al. *Essential oil contents in two cultivars of basil cultivated on NFT-hydroponics*. In: Proceedings of the First Latin-American Symposium on the Production of Medicinal, Aromatic and Condiments Plants, Acta Horticulturae, v.569, p. 203-208, 2002
4. FERREIRA, Daniel Furtado. *SISVAR: A computer analysis system to fixed effects split plot type designs*. *Revista brasileira de biometria*, [S.l.], v. 37, n. 4, p. 529-535, dec. 2019. ISSN 1983-0823. Available at: <<http://www.biometria.ufba.br/index.php/BBJ/article/view/450>>. Date accessed: 10 feb. 2020. doi: <https://doi.org/10.28951/rbb.v37i4.450>

Área do Conhecimento do CNPq: 5.01.00.00-9 - Agronomia

EFEITO DO BORO NO CULTIVO DE BRÓCOLIS

Ederson Pereira Simões **EVANGER** (Eng. agrônoma)
Camila Karen Reis **BARBOSA** (Orientadora - CESEP)
Fabrício Vilela Andrade **FIORINI** (Coorientador - CESEP)

Palavras-chave: Brócolis, *Brassica oleracea* var. *itálica*, Boro, Horticultura
Agência de fomento: CESEP/FEM

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O brócolis é conhecido popularmente também como brócoli, brocolou ou couve-brócolo, pertence ao mesmo gênero e espécie de todos os tipos de couve (couve-rábano, couve-flor, couve-manteiga, couve-de-bruxelas e repolho). Divide-se em dois tipos, ramoso e cabeça única. O grupo das brássicas é um dos mais exigentes em boro e a deficiência deste elemento pode causar o surgimento de coloração escura na parte central do caule (MALAVOLTA et al, 1997). O autor ainda afirma que nos solos brasileiros os micronutrientes Boro (B) e zinco (Zn) são os que estão em menor quantidade. Portanto, a adubação com boro para brássicas no Brasil é recomendada com frequência, tendo em vista que os poucos resultados existentes indicam resposta positiva para utilização deste micronutriente (BERGAMIN et al., 2005). O boro é o micronutriente de maior demanda pelas brássicas, sendo sua deficiência um problema comum em condições de campo. Os sintomas de deficiência são pontuações de coloração bronzeada, caule oco, cabeças pequenas, pouco compactas e com partes escuras e, na couve-flor, coloração bronzeada na inflorescência (FILGUEIRA, 2003). O boro, além de ser nutriente de plantas, é essencial para o homem e atua no metabolismo de nutrientes e de substratos energéticos, no funcionamento do cérebro e na performance psicomotora e cognitiva (NIELSEN, 1997). A ingestão diária de B por uma pessoa adulta deve ser de 1 a 13 mg e as suas principais fontes são as frutas, os grãos de leguminosas e as hortaliças. A aplicação foliar consiste no suprimento de nutrientes por pulverização nas partes aéreas das plantas, principalmente nas folhas. Quando o nutriente é depositado na folha pode ocorrer absorção.

OBJETIVOS: Avaliar o efeito da aplicação de boro na cultura do brócolis.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: O experimento foi conduzido durante o ano de 2020, no município de Pouso Alegre - MG. O local encontra-se localizado às coordenadas de latitude 22° 13' 32" S, longitude 45° 55' 08" W, e altitude de 817 m acima do nível do mar. Segundo a classificação climática de Köppen, o clima da região é do tipo cwa: clima quente e temperado com inverno seco e verão quente, a temperatura média anual de 19,9 °C e a pluviosidade média anual é 1410 mm. O delineamento experimental utilizado foi o delineamento em blocos casualizados, em esquema fatorial 2x5, sendo duas variedades de brócolis (Avenger e a Logan) e 5 doses de boro (0; 2,5; 5; 7,5; 10 g.L⁻¹ de Bo) e 2 6 repetições, totalizando 260 unidades experimentais. Cada unidade experimental foi composta de três plantas 1 planta dispostas em vasos de capacidade 8 L, com 0,32 m² de volume, na qual foi transplantada uma muda de brócolis em cada vaso. As variáveis avaliadas foram número de folhas por planta, altura de plantas (cm), comprimento e largura de folhas por planta (cm). Os dados que foram submetidos à análise de variância e regressão às médias comparadas pelo teste Tukey a 5% de probabilidade utilizando o software Sisvar®.

RESULTADOS: A análise de variância demonstrou efeito apenas da variedade de brócolis na altura das plantas, não havendo, portanto, influência da dose de boro e a interação entre os fatores para este ou demais variáveis avaliadas. A diferenciação entre as variedades de brócolis Avenger e Logan e este resultado ocorreu devido a aproximação de características de variedade, sendo que a variedade Logan obteve maior altura pelas suas características inerentes genéticas. Em trabalho realizado por Leão Junior (2019), o aumento na disponibilidade de boro no solo promoveu maior crescimento das plantas, pois o boro atua na cimentação da parede e no alongamento celular e ainda mantém a integridade da membrana das células, além de atuar nas regiões meristemáticas de crescimento da planta durante o desenvolvimento vegetativo. Esses fatores podem ter contribuído para o aumento na altura da planta com o incremento na dose de boro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Nas condições deste experimento, não houve influência da aplicação do micronutriente para o brócolis.

REFERÊNCIAS:

1. BERGAMIN, L. G.; CRUZ, M. C. P.; FERREIRA, M. E.; BARBOSA, J. C. **Produção de repolho em função da aplicação de boro associada a adubo orgânico. Horticultura Brasileira**, Brasília, 23:311-315, 2005.
2. MALAVOLTA, E.; VITTI, C.G.; OLIVEIRA, S.A. **Avaliação do estado nutricional das plantas: princípios e aplicações**. Piracicaba: Associação Brasileira para Pesquisa da Potassa e do Fosfato, 1997, 319p.
3. FILGUEIRA, F. A. R. **Novo manual de olericultura: cultura e comercialização de hortícolas**. Viçosa, MG, 4 UFV. 2003. 412p.
4. LEÃO JUNIOR, L. A. **Produtividade do repolho irrigado submetido a diferentes fontes e doses de boro** - Ceres.Gov. IFG. 2019. 15p.

Área do Conhecimento do CNPq: 5.01.00.00-9 - Agronomia

	FACULDADE DE VIÇOSA - FDV ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA FDV 2025 <i>“Planeta Água: a cultura oceânica para enfrentar as mudanças climáticas no meu território”</i> 30 e 31 de outubro e 1º de novembro de 2025 Evento integrante da 22ª Semana Nacional da Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	
---	--	---

TABALHOS DA ÁREA

CHS

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

CHS-001

ASPECTOS LEGAIS DO USO DE CÂMERAS CORPORAIS USADAS COMO PARTE DO UNIFORME DA POLÍCIA MILITAR

Thiago Dias de **SOUZA** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Câmeras, Uniforme da Polícia, BodyCam
Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: Com o avanço da tecnologia observa-se uma evolução tecnológica, onde a interação com o indivíduo se intensifica cada vez mais em favor de nossas necessidades, sendo uma delas a segurança pública. Como exemplo tem-se o uso de câmeras corporais adaptadas, chamadas BodyCam no uniforme da Polícia Militar. A utilização dessa tecnologia encontra algumas indagações como o direito ao uso de imagem e a privacidade, além da sobrecarga de armazenamento no banco de dados. Tem-se, também, a questão da insuficiência de câmeras em relação ao número de agentes. Já foi registrado que alguns agentes compraram suas próprias câmeras, levando em consideração que a utilização da câmera ajuda na segurança do próprio agente, um importante instrumento de trabalho. **OBJETIVO:** o presente trabalho tem como objetivo mostrar a importância da implementação do dispositivo e salientar o quanto ele se faz essencial, devendo ser usado como instrumento de trabalho no cotidiano do policial. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Pesquisa usando a metodologia bibliográfica e de campo, de natureza explicativa. Partiu-se da análise de materiais bibliográficos e, em seguida, analisou-se os argumentos apresentados pelos autores conforme a abordagem qualitativa com alguns policiais da Polícia Militar de Minas Gerais e a coleta de informações com o Tenente Anderson da 10ª CIA PMMG. **RESULTADO E DISCUSSÕES:** A implementação da BodyCam se faz benéfica quanto a redução do uso excessivo de força, trazendo transparência e tornando mais eficiente a investigação e o acúmulo de provas, protegendo o policial e o cidadão quanto a uma irregularidade. o método da utilização de câmeras encontra apoio em forma de projetos, como PL nº 3295/24, que torna obrigatório o uso de câmeras existindo também projetos institucionais das forças de segurança pública que apoiam essa iniciativa como o "projeto piloto" da PMMG. Entretanto, existem limitações referente a esse projeto, como limites orçamentários e um banco de dados suficiente para suportar o armazenamento de todas essas BodyCam, ressaltando também que nem todos os agentes se sentem confortáveis com tais câmeras, sob a alegação de infringir seus direitos constitucionais, como por exemplo, o Art.: 5º inciso X da Constituição Federal que diz: são invioláveis a honra, a imagem, a vida privada, a intimidade...". Esse dispositivo garante que a imagem de uma pessoa, incluindo imagens captadas por câmeras, só podem ser utilizadas com seu consentimento ou em situações excepcionais". Tanto o agente pode ser afetado em seu âmbito psicossocial quanto dificultar a obtenção de provas por um cidadão que sinta seus direitos de imagem ameaçados através de uma denúncia ou relato. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que a utilização das BodyCam deve ser vista como uma ferramenta complementar e não definitiva, sendo garantido todos os direitos do agente e da comunidade, logo a aplicabilidade desse método precisa ser melhor implementado em paralelo com ações de políticas públicas, conscientizando a comunidade a respeito dos benefícios da utilização das BodyCam durante as abordagens.

REFERÊNCIAS:

1. CAMPOS, J. R.; SILVA, Jardel da. Monitoramento das ações policiais por meio do uso de câmeras de porte individual: uma análise de sua utilização nas atividades operacionais. *Revista Ordem Pública*, 2 de jul/dez 2015. Disponível em: <https://rop.emnuvens.com.br/rop/article/viewFile/141/135>.
2. CNN BRASIL. Entenda como funciona as câmeras corporais usadas pela PM em SP. Reportagem CNN Brasil.05 de dezembro de 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/entenda-como-funcionam-as-cameras-corporais-usadas-pela-pm-em-sp/>.
3. GERHARDT F. MARCEL. Uma imagem vale mais do que mil palavras? os usos das imagens das câmeras individuais da PMSC no processo judicial. Programa de Pós-Graduação SC PUCSC. 2022. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/102652/Marcelo_Gerhardt_Faber_Dis.pdf.
4. PATOS NOTÍCIAS. PMMG testa projeto-piloto com uso de câmeras no fardamento. Reportagem do jornal Patos Notícias, 28 de maio 2022. Disponível em: <https://patosnoticias.com.br/pmmg-testaprojeto-piloto-com-uso-de-cameras-no-fardamento/>.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-002

PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO COMO FORMA DE MELHORIA DA ADMINISTRAÇÃO CARCERÁRIA

Thiago Dias de **SOUZA** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Agência de fomento: FDV

Palavras-chave: Penitenciária, Detento, Privatização de presídios

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O sistema penitenciário brasileiro, na atualidade, sofre com uma grande crise carcerária seu alto índice de superlotação, ambientes insalubres e inóspitos, infringindo os direitos fundamentais do detento, onde por muitas vezes sofrem com a falta de segurança dentro do próprio estabelecimento, afetando diretamente o seu processo de ressocialização, ocasionando o seu retorno para a sociedade ainda pior ou associado a alguma organização criminosa; entretanto por mais que existam leis que versam sobre a administração e infraestrutura do sistema prisional, como a Lei nº 7.210/1984 que trata das execuções penais, essas medidas acabam se tornando ineficazes tendo como uma das opções de melhora a privatização do sistema penitenciário. **OBJETIVO:** O presente trabalho tem por objetivo mostrar que uma das soluções para a crise carcerária brasileira seria a privatização do sistema penitenciário. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Para o desenvolvimento do presente estudo foram realizadas revisões bibliográficas e análise qualitativa sobre o tema, foram também analisadas as legislações pertinentes citadas anteriormente. **RESULTADO E DISCUSSÕES:** As penitenciárias tem função punitiva, assegurando a privação de liberdade, mas também tem a função preventiva, devendo a penitenciária garantir meios para a ressocialização do indivíduo respeitando os direitos e a dignidade da pessoa humana, no entanto, a funcionabilidade do método de ressocialização fica inviável devido a desestrutura carcerária; uma solução seria a privatização do presídio através da PPP (Parcerias Público Privada), mudando a administração para a administração privada, melhorando a infraestrutura, aumentando a segurança interna e externa e dando mais atenção ao processo de ressocialização do detento, todavia essa aplicabilidade de privatização sairia mais caro aos cofres públicos. Por outro lado, evitaria a reincidência do preso e consequentemente o seu retorno ao estabelecimento tornando-o reabilitado a sociedade. Existem atualmente no Brasil 32 unidades prisionais geridas por empresas privadas, essas unidades trazem resultados significativos que comprovam a efetividade da iniciativa privada como o número de fugas, violência e homicídios por superlotação praticamente chegando a zero. (BREMBATTI, 2019). **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que a maioria das pessoas concentram suas expectativas na eficiência administrativa e na racionalidade econômica que as empresas particulares geralmente possuem deixando de lado o fato que sairia 25 a 50 por cento mais caro aos cofres públicos, no entanto os direitos e a dignidade dos presos estariam sendo respeitados dentro da legislação vigente e seu processo de ressocialização seria mais efetivo, garantindo os direitos fundamentais e sociais combatendo o encarceramento em massa evitando o corporativismo e a má administração, trazendo melhoras no âmbito estrutural e administrativo e como consequência melhorando a ressocialização do preso.

REFERÊNCIAS:

1. BREMBATTI, Katia; FONTES, Julia. Presídios privados no Brasil. Reportagem do Jornal Gazeta do Povo. 14 de junho de 2019. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/politica/presidios-privados-no-brasil/>.
2. MATHEUS, C. B. de Lima. Privatização das penitenciárias: o papel da PPP, quanto um possível agente modificador da realidade carcerária brasileira. Monografia UPE. 8. 2022. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2022/6/2022_06_1591_1626.pdf.
3. POMPEU, Gina M. Vidal. A privatização de presídios e a ideia neoliberal de criação de um estado mínimo. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*. v. 8, n. 1, abril, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/thiago/Downloads/4839-22567-2-PB.pdf>.
4. VALLORY T. Lucas. A privatização dos presídios: a experiência americana e a sua introdução no Brasil. Dissertação de mestrado, USP. 2020 São Paulo. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-09052021-00154/publico/8044911_Dissertacao_Parcial.pdf.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

JUIZ DAS GARANTIAS: IMPACTOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

Marcos Felipe Lelis **VIEIRA** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Juiz das garantias, Processo penal, Imparcialidade, Sistema acusatório, Garantias fundamentais

Agência de fomento: FDV

RESUMO:

A Lei 13.964/2019 instituiu o juiz das garantias para separar as fases investigativa e decisória no processo penal, buscando reforçar a imparcialidade judicial. Embora represente avanço constitucional, sua aplicação enfrenta entraves estruturais - como falta de magistrados em várias comarcas - e resistência cultural de operadores do Direito. Além disso, discute-se o impacto na celeridade processual e a necessidade de mudanças institucionais e formativas para viabilizar o novo modelo. Este estudo analisa esses desafios e aponta caminhos para consolidar o instituto como garantia efetiva dos direitos fundamentais. **INTRODUÇÃO:** A imparcialidade do juiz é um dos pilares de um processo penal justo e democrático, mas no Brasil esse princípio tem sido colocado em dúvida devido à atuação concentrada de um único magistrado desde a investigação até a sentença. Essa prática compromete a neutralidade da decisão, já que o juiz pode formar um juízo antecipado com base nas provas colhidas durante a fase investigativa. Diante disso, a criação do juiz das garantias pela Lei nº 13.964/2019 surge como uma tentativa de alinhar o sistema processual penal brasileiro às normas constitucionais e internacionais que asseguram os direitos fundamentais dos acusados. Mesmo com sua previsão legal, a efetivação desse instituto tem enfrentado forte resistência por parte de setores do Judiciário e dificuldades estruturais em diversas regiões do país. Neste contexto, este trabalho busca responder à seguinte pergunta: quais são os principais impactos, desafios e perspectivas envolvidos na implementação do juiz das garantias no processo penal brasileiro? **OBJETIVOS:** O estudo tem como objetivo principal avaliar os efeitos da implantação do Juiz de Garantias na dinâmica do processo penal brasileiro, especialmente no que diz respeito à imparcialidade judicial. Objetiva-se também compreender os entraves estruturais e institucionais que comprometem sua eficácia, refletindo sobre soluções possíveis para torná-lo funcional no cenário jurídico atual e juridicamente seguro. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica e documental. O estudo se baseou em doutrina especializada, como Aury Lopes Jr., Geraldo Prado e Cezar Roberto Bitencourt, além de artigos publicados em veículos como a Revista Consultor Jurídico e o Boletim IBCCrim. Também foram analisados dispositivos legais e decisões judiciais relacionadas ao tema. **RESULTADOS:** A criação do juiz das garantias parte de uma premissa básica: o mesmo juiz que decide sobre medidas invasivas não deve ser aquele que julga. Para Aury Lopes Jr. (2020), essa separação evita o chamado "contágio cognitivo" - quando o juiz, ao tomar decisões na fase investigativa, já internaliza uma narrativa acusatória que pode comprometer sua imparcialidade posterior. Nesse sentido, o juiz das garantias atuaria apenas na fase pré-processual, decidindo sobre prisões, quebras de sigilo e outras medidas, sem participar da fase de instrução e julgamento. Apesar de seu caráter garantista, a proposta sofre forte resistência, especialmente por parte de setores do Judiciário e do Ministério Público. Um dos principais argumentos contrários é a suposta dificuldade estrutural: muitas comarcas do país não têm sequer um juiz titular, o que inviabilizaria, na prática, a separação das funções. Cezar Roberto Bitencourt (2020) alerta para esse problema, reconhecendo o mérito da medida, mas apontando sua difícil aplicabilidade no Brasil real. Outro ponto de crítica está na alegação de que o novo modelo atrasaria ainda mais o já moroso processo penal brasileiro. Contudo, como bem destaca Geraldo Prado (2020), não se pode sacrificar a imparcialidade em nome de uma "celeridade aparente". Julgar rapidamente, mas com parcialidade, é uma distorção do próprio conceito de justiça. Há ainda o desafio cultural. A tradição inquisitória, fortemente enraizada na formação jurídica brasileira, faz com que muitos magistrados resistam à ideia de renunciar ao controle da investigação. A mudança não é apenas técnica e exige uma reconfiguração da cultura judiciária, demandando tempo, formação continuada e compromisso com princípios constitucionais. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O juiz das garantias não deve ser visto como um luxo processual, mas como resposta necessária a um sistema que vem tolerando a sobreposição de papéis incompatíveis com a imparcialidade. Embora seu reconhecimento seja um avanço, a implementação encontra entraves estruturais e culturais que precisam ser enfrentados com seriedade. Para que se torne realidade, será necessário um pacto institucional que vá além da letra da lei. O compromisso com um processo penal justo depende da superação da lógica inquisitória e da construção de um Judiciário comprometido com a Constituição e com os direitos fundamentais. A efetivação da figura não representa só inovação normativa, mas um passo firme rumo à consolidação de um sistema acusatório autêntico, alinhado aos preceitos constitucionais e aos tratados internacionais de direitos humanos.

REFERÊNCIAS:

1. BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal*: parte geral, v. 1, 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.
2. BRASIL. Lei nº 13.964, de 24/12/2019. Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3/10/1941 (Código de Processo Penal), e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei13964.htm. Acesso em: 15 maio 2025.
3. DAMIANI, André; FOCHI, Vinícius. A hora e a vez do juiz das garantias. *Consultor Jurídico*, São Paulo, 6 dez. 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-dez-06/a-hora-e-a-vez-do-juiz-das-garantias>. Acesso em: 25 jun. 2025.
4. LOPES JR., Aury; RITTER, Ruiz. Juiz das garantias: para acabar com o faz de conta que existe igualdade cognitiva. *Boletim IBCCrim*, São Paulo, v. 28, n. 330, maio 2020. Acesso em: 25 jun. 2025.
5. LOPES JR., Aury; ROSA, Alexandre Moraes da. Entenda o impacto do juiz das garantias no processo penal. *Consultor Jurídico*, São Paulo, 27/12/2019. Disponível: <https://www.conjur.com.br/2019-dez-27/entenda-impacto-juiz-garantias-processo-penal>. Acesso: 25/jun. 2025.

Área de conhecimento do CNPQ: 6.01.00.00-1 - Direito

DIFICULDADES DE ACESSO A MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO PELO SUS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS JURÍDICAS

Marcos Felipe Lelis **VIEIRA** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Medicamentos de alto custo, Sistema Único de Saúde, Direito à saúde.

Agência de fomento: Faculdade de Viçosa, FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O acesso a medicamentos de alto custo ainda representa um dos maiores desafios do SUS. Embora o direito à saúde esteja garantido no artigo 196 da Constituição Federal, a realidade mostra barreiras econômicas, burocráticas e políticas que dificultam sua efetivação. O Estado só fornece tratamentos e medicamentos se estes estiverem previstos em normas como a Renam ou o SIGTAP, em respeito ao Princípio da Legalidade Administrativa. Esse cenário revela um conflito entre o direito à vida digna e os limites das finanças públicas, agravando desigualdades e impulsionando a judicialização da saúde. Diante disso, o presente trabalho busca responder à seguinte pergunta-guia: Quais são os principais obstáculos enfrentados no acesso aos medicamentos de alto custo pelo SUS? **OBJETIVOS:** O objetivo central deste trabalho é investigar os principais entraves que dificultam o acesso a medicamentos de alto valor pelo SUS, avaliando o papel do Estado na garantia desse direito e discutindo os impactos da judicialização da saúde como mecanismo alternativo de acesso. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica e documental. Foram utilizados artigos científicos, legislações, relatórios oficiais e decisões judiciais. As fontes foram obtidas em repositórios de conteúdos acadêmicos, tais como SciELO, Oásis, Scopus, bem como em sites institucionais do Ministério da Saúde e do Supremo Tribunal Federal (STF), a fim de garantir uma visão crítica e atualizada do tema. **RESULTADOS:** Um dos maiores problemas identificados no que tange ao acesso amplo e irrestrito ao direito à saúde, é a fragilidade orçamentária do sistema público de saúde. Muitos medicamentos de alto valor não estão incluídos na RENAME ou, quando estão, enfrentam falhas constantes de abastecimento por falta de verba, logística deficiente ou atrasos administrativos. Nessa lacuna, a judicialização surge como uma resposta emergencial. Pacientes recorrem ao Judiciário em busca de medicamentos que o Estado não fornece, e, em muitos casos, obtêm decisões favoráveis. Contudo, isso gera novos dilemas: nem todos têm acesso à informação ou recursos para contratar advogados, o que torna o acesso desigual. Além disso, decisões judiciais isoladas podem desequilibrar o orçamento público, afetando o planejamento de políticas coletivas. Outro ponto crítico é a lentidão na incorporação de novos tratamentos. Muitos medicamentos já consolidados em outros países demoram a ser disponibilizados no SUS por falta de políticas de avaliação tecnológica e ausência de investimento em inovação. Isso acaba reforçando a dependência da rede privada, aprofundando as desigualdades sociais. Além da carência estrutural, existe também uma omissão normativa em relação a mecanismos eficientes de controle e distribuição. Sem um sistema transparente e bem fiscalizado, o acesso a medicamentos de alto valor segue sendo privilégio de poucos — e não um direito garantido. Nesse sentido, em sede de apreciação do Recurso Extraordinário nº. 566471, o STF fixou a tese de repercussão geral nº. 06, na qual restou sedimentado o entendimento que “[a] ausência de inclusão de medicamento nas listas de dispensação do Sistema Único de Saúde - SUS (RENAME, RESME, REMUME, entre outras) impede, como regra geral, o fornecimento do fármaco por decisão judicial, independentemente do custo”, contudo a Corte Constitucional excepciona a regra se, dentre outros requisitos, restar comprovada a incapacidade financeira do paciente em custear o tratamento, a impossibilidade de utilização efetiva de outro tratamento ou medicamento, a demonstração de evidências científicas contundentes de que o tratamento é o único eficaz, a negativa administrativa no seu fornecimento, dentre outros (STF, 2024). Desse modo, embora o direito à uma vida digna seja elemento estruturante da órbita constitucional brasileira, o Estado impõe e encontra limitações de ordem financeira para custear a saúde pública em todo país, o que é corroborado pelas longas filas de espera para a realização desde simples procedimentos, até o fornecimento de tratamento e medicamentos que se apresentam como únicos meios de garantia de sobrevivência dos cidadãos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O que se percebe é que o direito à saúde, especialmente no que diz respeito ao acesso a medicamentos de alto custo, ainda está distante de ser plenamente garantido. O SUS, apesar de sua importância histórica e constitucional, enfrenta limitações sérias que comprometem sua capacidade de atender às necessidades da população mais vulnerável. É necessário repensar o modelo atual, com mais investimento, planejamento e uma política farmacêutica voltada à equidade. A judicialização, embora útil em muitos casos, não pode substituir o dever estatal de assegurar saúde pública de forma estruturada e preventiva. O enfrentamento desse problema exige o diálogo entre Judiciário, Executivo e sociedade, com o foco em soluções que não sejam apenas individuais, mas coletivas e duradouras.

REFERÊNCIAS:

- 1- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 25 jun. 2025.
- 2- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/assistencia-farmacautica>. Acesso: 25 jun. 2025.
- 3- BRASIL. Ministério da Saúde. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME). Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/assistencia-farmacautica/renam>. Acesso: 25 jun. 2025.
- 4- SOUZA, Pedro Henrique; LIMA, Mariana A. Judicialização da saúde e acesso a medicamentos no SUS: uma análise crítica. *Revista Brasileira de Direito Sanitário*, v. 23, n. 2, p. 125-140, 2022. Disponível em: <https://www.rbdsaude.com.br/artigo/125>. Acesso: 25 jun. 2025.
- 5- MARTINS, Luciana F.; SOUZA, Carlos E. Acesso a medicamentos de alto custo no SUS: desafios e soluções. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 3, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/csc/a/dpJwVbtZ3h9ZP7z9zGzmFJz?lang=pt>. Acesso: 25 jun. 2025.

Área de conhecimento do CNPQ: 6.01.00.00-1 - Direito

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) DA LOAS: DIREITO SOCIAL E DESAFIOS DE ACESSO

Marcos Felipe Leis **VIEIRA** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: BPC, LOAS. Direitos sociais, Assistência social, Vulnerabilidade
Agência de fomento: FDV

RESUMO:

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) da LOAS garante um salário-mínimo mensal a idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade, mas seu acesso é limitado por critérios econômicos rígidos (renda per capita inferior a 1/4 do salário-mínimo), burocracia excessiva e exigência de provas formais. A digitalização do pedido exclui quem não domina ferramentas eletrônicas, especialmente em áreas rurais, e o INSS mantém postura restritiva mesmo após decisões do STF que flexibilizam critérios. Este estudo identifica esses entraves e aponta a urgência de políticas públicas que ampliem a rede de atendimento, simplifiquem procedimentos e fortaleçam a assistência social para efetivar o direito. **INTRODUÇÃO:** O BPC, instituído pela LOAS, deveria ser porta de entrada para a dignidade de idosos e pessoas com deficiência em situação de pobreza, mas na prática esbarra em normas econômicas inflexíveis, processos burocráticos complexos e exclusão digital. Essa realidade revela um descompasso entre a previsão legal e a experiência dos requerentes, que dependem de provas formais, acesso à internet e boa orientação para conquistar um direito que é constitucional. Diante desse cenário, este trabalho busca responder à seguinte pergunta: **quais são os principais desafios para garantir o acesso efetivo ao BPC da LOAS no Brasil?** **OBJETIVOS:** O objetivo principal desta pesquisa é discutir os principais entraves enfrentados por pessoas que tentam acessar o BPC. Além disso, o estudo busca refletir sobre a importância desse benefício enquanto direito social e sugerir caminhos possíveis para tornar sua concessão mais justa, especialmente no contexto atual de desigualdade social. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A investigação foi conduzida por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental. Foram consultadas leis, jurisprudência, publicações acadêmicas e dados de sites oficiais. A análise foi feita com foco qualitativo, buscando compreender como o BPC está sendo aplicado na prática e quais fatores contribuem para sua dificuldade de acesso. Também foram considerados casos concretos e posicionamentos recentes do STF e do INSS sobre o tema. **RESULTADOS:** O BPC assegura um salário mínimo mensal a pessoas com deficiência e a idosos a partir de 65 anos, desde que a renda per capita da família seja inferior a 1/4 do salário mínimo. Esse critério econômico é uma das maiores barreiras ao acesso. Muitas famílias que vivem em condições de vulnerabilidade ficam de fora por pequenas variações de renda, mesmo quando claramente precisam do benefício. Além disso, o processo para solicitar o BPC é bastante complexo. Exige avaliações médicas e sociais, documentos específicos e, atualmente, é feito principalmente pela internet. Isso acaba excluindo muitas pessoas que não têm acesso digital ou que têm baixa escolaridade. Em comunidades rurais e regiões mais afastadas, o problema é ainda mais evidente. Há também uma questão cultural envolvida. Ainda existem famílias que não solicitam o BPC por vergonha ou por não entenderem que se trata de um direito, e não de um favor do governo. E mesmo quando todos os requisitos são preenchidos, o benefício muitas vezes é negado por "falta de provas suficientes", o que demonstra um excesso de formalismo no processo. Mesmo após decisões do STF, como no caso do RE 580963, que autorizou a flexibilização do critério de renda, o INSS segue adotando uma postura bastante restritiva. Isso mostra como, na prática, o caminho entre o reconhecimento judicial e a efetivação do direito ainda é longo. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Apesar de o BPC ser um direito garantido pela Constituição Federal e regulamentado pela LOAS, sua efetivação ainda é marcada por entraves significativos. A exigência de critérios econômicos rígidos, somada a um processo burocrático complexo e à crescente digitalização dos serviços, exclui justamente os mais vulneráveis - aqueles a quem o benefício deveria atender prioritariamente. Mesmo com decisões do STF que apontam para uma interpretação mais flexível e inclusiva da legislação, o INSS persiste em uma prática administrativa formalista, o que demonstra o distanciamento entre o que prevê a norma e sua aplicação prática. Torna-se urgente a reformulação das políticas públicas voltadas à assistência social, com foco na eliminação das barreiras de acesso, ampliação da rede de atendimento presencial e capacitação dos agentes públicos. Só assim será possível transformar o BPC de um direito promissor em uma realidade efetiva para milhões de brasileiros em situação de vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS:

1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 jun. 2025.
2. BRASIL. Lei nº 8.742/1993 (LOAS). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm. Acesso em: 25 jun. 2025.
3. BRASIL. Ministério da Cidadania. Benefício de Prestação Continuada. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/beneficio-de-prestacao-continuada>. Acesso em: 25 jun. 2025.
4. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Recurso Extraordinário RE 580963. Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 17/03/2010. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br>. Acesso em: 25 jun. 2025.
5. SILVA, Ana L.; MENDES, Fabiana R. BPC: direito à renda mínima ou desafio institucional? *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 11, n. 2, 2022. Acesso em: 25 jun. 2025.

Área de conhecimento do CNPQ: 6.01.00.00-1 - Direito

DIREITO DO TRABALHO E O TELETRABALHO: IMPACTOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA ERA DIGITAL

Marcos Felipe Leis **VIEIRA** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Teletrabalho, Trabalho a distância, Tecnologias da informação e comunicação

Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A intensificação do teletrabalho no Brasil, especialmente após a pandemia de COVID-19, transformou profundamente as relações laborais, impulsionada pelo avanço das tecnologias da informação. Regulamentado pela Reforma Trabalhista de 2017, o teletrabalho se distingue do home office por não exigir que as atividades ocorram no domicílio do empregado, desde que utilizem meios digitais. Apesar de seus benefícios, como flexibilidade e eliminação de deslocamentos, surgem desafios quanto ao controle da jornada, à saúde mental e ao direito à desconexão. Assim, este trabalho propõe-se a responder: **Como a institucionalização do teletrabalho pode implicar nos direitos de descanso, desconexão e na saúde dos empregados submetidos a esse regime?** **OBJETIVOS:** Este estudo tem como finalidade central problematizar os efeitos concretos do teletrabalho nas relações de emprego no Brasil, considerando as perspectivas de empregadores e empregados. Assim, busca-se compreender os impactos do teletrabalho na saúde ocupacional. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A pesquisa adota a abordagem qualitativa de cunho exploratório, fundamentada em levantamento bibliográfico e análise documental. Foram utilizadas obras de renomados autores no âmbito do Direito do Trabalho, tais como Delgado (2023) e Oliveira (2022), além de artigos acadêmicos. As fontes foram consultadas em plataformas de repositórios acadêmicos, como SciELO, Scopus, Google Scholar e repositórios digitais especializados em Direito do Trabalho. **RESULTADOS:** Estudos empíricos, como o realizado pela Fundação Getúlio Vargas (2021), apontam que o teletrabalho tem potencial para elevar a produtividade [...]. A Fundação Getúlio Vargas (2021) identificou melhora no desempenho de trabalhadores submetidos ao regime remoto. Contudo, essa modalidade também expõe lacunas estruturais: ausência de mobiliário ergonômico, escassez de equipamentos tecnológicos adequados e a sobreposição entre vida pessoal e profissional. No plano psicossocial, evidencia-se o agravamento de quadros de ansiedade, depressão e esgotamento profissional (burnout), fenômenos amplamente registrados em pesquisas da Organização Mundial da Saúde (OMS). O trabalho remoto, quando desprovido de limites e suporte institucional, tende a gerar sobrecarga e desconexão social. Juridicamente, há precedentes jurisprudenciais reconhecendo o dever das empresas de oferecer infraestrutura mínima e respeitar o direito à desconexão. Por outro lado, é importante considerar que prestando serviços fora das dependências do empregador, grande parte dos ônus financeiros da relação laboral, a exemplo de contas de luz, água, organização de um ambiente adequado de trabalho, recaem sobre o empregado. Além disso, restam prejudicados os períodos de descanso de empregado, tais como os intervalos intrajornada e interjornada, o que pode acarretar o esgotamento físico-psíquico do empregado, inclusive com o desenvolvimento de doenças ocupacionais. Ademais, dada a dificuldade de submeter os empregados em regime de teletrabalho ao controle de jornada, quando inexistem mecanismos para tanto, eventuais horas extraordinárias, e supressão de períodos de descanso não são remunerados pelo empregador. Ademais disso, a necessidade de uma permanente conexão às tecnologias de informação e comunicação geram um passivo muito grande aos empregados, que acabam trabalhando de forma mais desgastante do que nas dependências do empregador. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O teletrabalho representou uma mudança significativa nas formas de organização do trabalho, mas sua consolidação demanda mais do que apenas adaptação tecnológica. É imprescindível que o ordenamento jurídico evolua de maneira proporcional às transformações sociais e digitais em curso, assegurando a efetividade de direitos trabalhistas fundamentais, como já argumenta Delgado (2023) ao tratar da adaptação do Direito do Trabalho frente às novas formas de prestação de serviço e digitais em curso, garantindo a efetividade de direitos trabalhistas fundamentais, como o controle de jornada, o direito à desconexão e o fornecimento de infraestrutura adequada. Os impactos psicossociais, evidenciados em pesquisas nacionais e internacionais, indicam a urgência de políticas públicas voltadas à saúde mental e à humanização das relações de trabalho no ambiente remoto. A regulamentação do teletrabalho deve, portanto, equilibrar a eficiência produtiva com a dignidade da pessoa humana, priorizando um modelo de trabalho economicamente viável, juridicamente seguro e socialmente justo.

REFERÊNCIAS:

1. BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 25 jun. 2025.
2. BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm. Acesso em: 25 jun. 2025.
3. BRASIL. Medida Provisória nº 1.108, de 25 de março de 2022. Regulamento o teletrabalho. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2022/mpv/mpv1108.htm. Acesso em: 25 jun. 2025.
4. DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 19. ed. São Paulo: LTR, 2023.
5. OLIVEIRA, Vólia Bomfim. *Teletrabalho e o direito à desconexão*. São Paulo: Método, 2022.

Área de conhecimento do CNPQ: 6.01.00.00-1 - Direito

DOLO EVENTUAL OU CULPA CONSCIENTE EM CRIMES DE TRÂNSITO

Natália Eduarda Rosa **MURTINHO** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Dolo eventual, Culpa consciente, Crime de trânsito
Agente de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: No ordenamento brasileiro para conceitar algum delito como crime é preciso que a conduta seja típica, ilícita e culpável. Pelo princípio da culpabilidade para que alguém seja responsável por cometer algum crime é preciso que haja dolo ou culpa, dividindo os crimes em doloso escrito no artigo 18, I, do Código Penal (CP), que é quando o agente tem a intenção de chegar ao resultado final e crime culposo escrito no artigo 18, II, do CP, quando o agente não tem a intenção do resultado mas acaba acontecendo. Por outro lado, quanto aos crimes de trânsito estão tipificados no Código de Trânsito Brasileiro, as infrações passam ser crimes quando resultam em algo mais grave como lesão corporal ou homicídio, podendo a pena ser agravada dependendo da gravidade da conduta e do nível de responsabilidade do condutor. Dentro da classificação de crime doloso e culposo há uma subdivisão onde é encontrado o dolo eventual e a culpa consciente que são bem parecidos em conceito, mas diferenciam em alguns aspectos, em ambos os casos o risco é previsto e o agente assume o risco, mas no dolo eventual o agente ignora o risco e pouco se importa se acontecer. Já na culpa consciente o risco é assumido mas o agente acredita fortemente conseguir evitar o resultado indesejado. A maior dificuldade para a legislação é enquadrar os crimes de trânsito como dolo eventual ou culpa consciente, pois devem ser analisados não só as circunstâncias do momento do crime, mas também o acontecido anteriormente, como as condições e intenções do condutor. **OBJETIVOS: O presente trabalho** discutirá a diferença entre dolo eventual e culpa consciente em casos de crime de trânsito. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Revisão bibliográfica utilizando-se de abordagem qualitativa. **RESULTADOS:** Não há legislação específica para os crimes de dolo eventual e culpa consciente nos crimes de trânsito, mas segundo o Ministro Reynaldo Soares da Fonseca através do HC 678.195 do STJ dolo e dolo eventual são diretamente compatíveis, já a sexta turma pelo Resp 1.829.601 do STJ de Brasília-DF reconhece a compatibilidade do dolo eventual com a qualificadora de crueldade, trazendo então aumento de pena nos crimes de lesão corporal dolosa e homicídio doloso cometidos por condutor automotor, quando comprovado o dolo eventual, por exemplo, em situações de embriagues. Quando comprovado a culpa consciente o agente será enquadrado no artigo 302 do CTB em caso de homicídio culposo e no artigo 303 do CTB em caso de lesão corporal culposa, ambos os casos com aumento de pena pela previsibilidade e negligência ao achar conseguir evitar. É necessário saber diferenciar dolo eventual de culpa consciente, já a diferença nas penas são grandes, a condição anterior ao acontecimento de fato são de extrema importância para fazer tal diferenciação, já que dolo eventual e culpa consciente estão muito ligados com o que o agente pretendia, se de fato não se importava com o que poderia acontecer ou se acreditava conseguir evitar. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Nos crimes de trânsito é de fato difícil diferenciar dolo eventual de culpa consciente, já que depende de fatores anteriores ao acontecimento. O fator "acidente" para algumas pessoas não configura dolo, mas o fato de assumir o risco imputa ao agente a responsabilidade. Ao enquadrar o condutor na modalidade errada pode trazer ao mesmo penas injustas, podendo ser beneficiado por pena menor se enquadrado em culpa consciente ou prejudicado com uma pena maior se enquadrado em dolo eventual.

REFERÊNCIAS:

1. COSIMO, Elisa. A diferença entre dolo eventual e culpa consciente. [S.l.] jusbrasil. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-diferenca-entre-dolo-eventual-e-culpa-consciente/1811735596>. Acesso em 21 de junho de 2025
2. CAMPELO, Marcelo. O que é crime. [S.l.] Migalhas. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/395374/o-que-e-crime>. Acesso em 21 de junho de 2025
3. ADVOGADOS, adj. Jusbrasil. Disponível em: https://djmadv.jusbrasil.com.br/?_gl=1*m9b9nw*_gcl_au*MjAxMjY1Ni1OTMzLjE3NDk1OTMzMjg_*_ga*MTM4MDC0NiQ0Ni4xNzQxNzI5NzZm*_ga_QCSXBQ8XP*_czE3NTA1MDIxODQkbzEYjGxrcjJHcXNzUwNTA5ODk4JG01NvRyMSCRoMa. Acesso em 21 de junho de 2025
4. A jurisprudência do STJ sobre dolo eventual em homicídio. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portaltj/Paginas/Comunicacao/Noticias/12062022-Resultados-previstos-riscos-assumidos-o-dolo-eventual-no-crime-de-homicidio.aspx>. Acesso em 26 de junho de 2025.

Área de conhecimento do CNPQ: 6.01.00.00-1 - Direito

RESPONSABILIDADE MÉDICA EM CASOS DE PROCEDIMENTOS ESTÉTICOS

Natalia Eduarda Rosa **MURTINHO** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Responsabilidade médica, Procedimentos estéticos, Indenização

Agente de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: É notável que com o passar dos anos cada vez mais pessoas ao buscarem por um padrão de beleza imposto como ideal pela sociedade e influenciado pelos famosos, muitas pessoas vem buscando por cirurgias e procedimentos estéticos, o aumento na procura por esses procedimentos aumenta também o número de pessoas irresponsáveis que não tem formação ou capacitação necessária para realizá-los. Ainda não ha definição pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) de quais procedimentos devem ser realizados por médicos, mas segundo a Res. 2372/23, além das cirurgias plásticas, todos os procedimentos que atingem a derme e a epiderme é de competência exclusiva de realização médica, mas por diversos motivos muitos procedimentos vem dando errado ou não atingindo o resultado desejado. Em casos de procedimentos estéticos o médico não tem responsabilidade de meio como nas cirurgias reparadoras mas sim de resultado, já que não são procedimentos de urgência.

OBJETIVOS: Discutir sobre a responsabilidade dos medicos em procedimentos esteticos e como respondem pelos danos causados.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: Revisão literária utilizando-se de abordagem qualitativa.

RESULTADOS: Conforme art. 14 do CDC "o fornecedor de serviço responde, independentemente da existencia de culpa, pela reparação de danos causados aos consumidores por defeitos relativos a prestação de serviços bem como por informação insuficiente ou inadequadas sobre sua fruição e risco." Dito isto, o médico ao fornecer serviço estetico tem a obrigação de resultado positivo para com seu cliente, sendo assim se responsabiliza por qualquer dano causado, defeito ou insatisfação indepedente de culpa, tendo de reparar o dano em forma de indenização material, moral e estética. O termo de consentimento quando devidamente fornecido com todas as orientações de como cuidar do pós procedimento devem ser explicados claramente pelo profissional da saúde. A súmula 387 do STJ diz: "É lícita a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral", esta súmula traz a tona a validade da cumulação da indenização de dano moral e dano estético que apesar de parecidas se diferenciam pelo fato que a indenização de dano moral tem mais a ver com o fato de afetar a auto estima da pessoa e o dano estético com a obrigação de reparação do dano causado ao cliente, alem do dano material que é levado pelo fato de algumas pessoas precisarem gastar com tratamentos e medicamentos devido a complicações advindas desses procedimentos. O médico será responsabilizado penalmente quando o procedimento resultar em lesão corporal ou morte. O art. 47 do Decreto-Lei 3.688/41 traz o seguinte texto "Exercer profissao ou atividade econômica ou enunciar que a exerce, sem preencher as condições a quem por lei está subordinado o seu exercicio", neste caso não será necessário que o procedimento resulte dano prejudicial ao paciente para que o profissional seja penalizado, então qualquer pessoa que realize procedimentos estéticos de competência dos médicos sem que esteja escrito no CFM responderá penalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O médico será responsabilizado civilmente quando comprovado negligência, imprudência ou imperícia, sendo punido ao pagamento de indenização de danos morais, materiais e estéticos. Em caso de lesão corporal ou morte o médico irá responder penalmente, não sendo necessário comprovar o dano quando for realizado no exercício ilegal da profissão.

REFERÊNCIAS:

1. OZONO, Junior. Responsabilidade civil dos médicos em procedimentos estéticos.[S.l]. **Jusbrasil**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/responsabilidade-civil-dos-medicos-em-procedimentos-esteticos/2727761086> Acesso: 19. jun. 2025.
2. VOGADO, Milena. Médico ou esteticista? Veja quais procedimentos exigem formação em medicina. [S.l]. Terra. Disponível em: <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/saude/medico-ou-esteticista-veja-qual-procedimento-exige-formacao-em-medicina-3b40e5d8a4b760023df02c402d7145ac5tnd8.html>. Acesso: 19. jun. 2025
3. COSTA, Ivan dos Santos; SOUSA, Deisy Sangelard de. Reparação de danos por imprudência, negligência ou imperícia médica: responsabilidade civil do cirurgião plástico. [S.l]. **Revistaft**. Disponível em: <https://revistaft.com.br/preparacao-de-danos-por-imprudencia-negligencia-ou-impericia-medica-responsabilidade-civil-do-cirurgiao-plastico/> Acesso: 19. jun. 2025
4. RENO, Adriano Castilho. Procedimentos estéticos e o exercício ilegal da medicina: A responsabilidade penal de falsos profissionais e clínicas de estéticas. [S.l]. Jusbrasil. Disponível <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/procedimentos-esteticos-e-exercicio-ilegal-da-medicina-a-responsabilidade-penal-de-falsos-profissionais-e-clinicas-esticas/3042271965> Acesso: 19. jun. 2025.

Área de conhecimento do CNPQ: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-009

CONCESSÃO DE MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA NO ÂMBITO DA LEI MARIA DA PENHA FERE OS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO?

Carlos Henrique HELENO (Curso de Direito, FDV)
Diogo Abdo JORGE (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Medida protetiva de urgência, Igualdades, Violência doméstica

Agência de fomento: Faculdade de Viçosa-FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A violência contra a mulher é um problema sério e persistente em nossa sociedade. Para enfrentar essa realidade, surgiu a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), importante ferramenta de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica. Uma das principais inovações foi a previsão de medidas protetivas de urgência, especialmente aquelas concedidas sem ouvir previamente o suposto agressor. Isso ocorre quando há risco iminente e o juiz precisa agir rápido para proteger a vítima. Surge, então, a dúvida: essa possibilidade não afronta direitos fundamentais, como contraditório e ampla defesa, garantias previstas na Constituição Federal (art. 5º, LV e LVI)? Então, por que permitir exceção nesse caso? É sobre esse tema que este trabalho pretende debater. **OBJETIVO:** O objetivo principal é entender se a concessão de medida protetiva sem oitiva prévia do suspeito viola os princípios da ampla defesa e do contraditório. Especificamente, compreender as bases legais e constitucionais, verificar doutrina e analisar o posicionamento dos Tribunais Superiores sobre possível inconstitucionalidade. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Foi usada abordagem qualitativa e bibliográfica, baseada em doutrina, legislação e jurisprudência, especialmente Constituição, Lei Maria da Penha e decisões do STJ. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A questão envolve tensão entre dois valores: a proteção imediata da mulher em risco e o direito do suposto agressor de se defender antes da decisão judicial. A Lei Maria da Penha, em seu artigo 22, § 3º, permite ao juiz conceder medidas protetivas de urgência, inclusive antes de ouvir o acusado, desde que haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. O magistrado poderá requisitar, inclusive, auxílio da força policial. Alguns juristas, como Luciano Andrade Marques (2020), defendem que isso pode configurar violação ao devido processo legal, já que o indivíduo não tem chance de se manifestar antes de sofrer restrições graves, como afastamento do lar e proibição de contato com os filhos. Por outro lado, diante da vulnerabilidade da mulher, essas medidas são necessárias, pois o Estado deve agir rápido para evitar danos, mesmo postergando temporariamente o contraditório. A jurisprudência tem dado respaldo a essa visão. Em julgado recente, o STJ entendeu que a concessão de medida protetiva sem audiência prévia não ofende o contraditório e ampla defesa quando demonstrada a real necessidade de proteção à mulher em situação de violência doméstica. De outra forma, o Tribunal reconheceu que, embora fundamental, o contraditório pode ser postergado em situações urgentes, respeitando-se a proporcionalidade e razoabilidade. Na prática, o suposto agressor não perde o direito de defesa, já que terá essa oportunidade posteriormente, em audiência de justificação ou contestação. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que a concessão de medida protetiva sem oitiva prévia do autor não viola os princípios da ampla defesa e contraditório, desde que aplicada com responsabilidade e dentro dos limites legais. A Lei Maria da Penha trouxe avanços ao reconhecer a vulnerabilidade da mulher em contextos de violência doméstica, de forma que a prioridade deve ser a proteção imediata da vítima. Isso não significa ignorar o direito de defesa, que será garantido em momento posterior, após a emergência ser contida. Portanto, a medida protetiva de urgência é necessária e constitucionalmente válida, desde que aplicada com prudência, proporcionalidade e respeito aos direitos de ambas as partes.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1998. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 de abr. 2025
- BRASIL. Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13718.htm. Acesso em: 15 de junho 2025.
- CRISTINA, M. A (in)eficácia das medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha. JusBrasil. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-in-eficacia-das-medidas-protetivas-de-urgencia-da-lei-maria-da-penha/803250447>. Acesso em 25 de junho de 2025.
- CASTRO, Thais. Violência doméstica e a proteção da Lei Maria da Penha. Migalhas, 2024. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/415035/violencia-domestica-e-a-protecao-da-lei-maria-da-penha>. Acesso em: 15 junho. 2025.

Área de conhecimento do CNPQ: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-010

POSSIBILIDADE DE *BIS IN IDEM* NAS ESFERAS MILITAR E COMUM

Carlos Henrique HELENO (Curso de Direito, FDV)
Diogo Abdo JORGE (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Princípio do *bis in idem*, Crimes militares, Justiça Militar, Justiça comum

Agência de fomento: Faculdade de Viçosa-FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O conceito de *bis in idem* no Direito Penal é aquele em que se proíbe dupla punição pelo mesmo fato. Está previsto implicitamente na Convenção Americana sobre Direitos Humanos - Pacto de San Jose da Costa Rica (art. 8º, item 4). A aplicação desse critério no campo militar provoca discussões jurídicas. **OBJETIVOS:** O objetivo desse trabalho é explorar a possibilidade de o mesmo fato gerar duas infrações distintas (militar e comum). **METODOLOGIA ADOTADA:** A abordagem metodológica buscou análise clara e embasada do tema para facilitar o entendimento, sendo utilizado posicionamento da doutrina e jurisprudência para elucidar a temática. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Os sistemas de julgamento da Justiça Militar e da Justiça Comum são distintos em competências. O julgamento de delitos militares é atribuição da Justiça Militar, conforme estipula o Código Penal Militar (CPM) enquanto à Justiça Comum, compete o julgamento de crimes previstos no Código Penal Brasileiro (CPB). O art. 124 da Constituição Federal estabelece que a Justiça Militar julga crimes militares, delegando à lei infraconstitucional os detalhes organizacionais e funcionais. Em seu art. 125, § 4º, estipula-se que compete à Justiça Militar estadual processar e julgar militares dos Estados nos crimes militares definidos em lei e ações contra atos disciplinares, ressalvada a competência do Tribunal do Júri quando a vítima for civil. Já o § 5º do mesmo artigo estabelece que compete aos juizes de direito militares processar e julgar singularmente crimes militares contra civis e ações contra atos disciplinares, cabendo ao Conselho de Justiça, sob presidência do juiz, julgar os demais crimes militares. Essa divisão mostra que os dois sistemas operam sob legislações e princípios distintos, gerando a possibilidade de dupla punibilidade: o réu pode ser punido nas duas esferas, decorrendo da natureza das infrações. Um militar pode ser processado pela Justiça Militar por crime relacionado ao serviço e, simultaneamente, pela Justiça Comum, se o ato também configurar crime comum. Isso não configura *bis in idem*, pois os sistemas tratam do mesmo fato sob diferentes enfoques legais, enquadrando-se no princípio da especialidade, que garante coerência e segurança jurídica. Ademais, o art. 9º do CPM prevê que as disposições militares se aplicam aos crimes militares, definindo um conceito amplo de crime militar, abrangendo crimes do referido Código, bem como da lei penal comum, praticados por militares. Assim, a punição em uma esfera não impede a da outra, visto que cada sistema tem características e finalidades distintas. A jurisprudência e entendimento dos Tribunais brasileiros reconhecem a possibilidade de dupla punição em casos em que as condutas se enquadram em ambas as esferas. O STJ tem se posicionado no sentido de que a aplicação das sanções em ambas as esferas não ofende o princípio do *bis in idem*, desde que respeitadas as especificidades de cada sistema. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A possibilidade de ocorrer *bis in idem* quando o réu é punido na esfera militar e na justiça comum é limitada pelas características distintas das duas esferas. O Direito Penal Militar e o Direito Comum atuam em contextos diferentes, com legislações específicas, de forma que a responsabilização nas duas esferas não caracteriza *bis in idem*, desde que cada condenação decorra da proteção de bens jurídicos distintos, em conformidade com o princípio da especialidade e com a jurisprudência consolidada do STF e do STJ.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1998. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 20 abr. 2024
- BRASIL. Código Penal Militar do Brasil de 1969. Brasília: Planalto, 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm. Acesso em 19/03/2025
- BRASIL. Código Penal de 1940. Brasília: Planalto, 1940. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/608973>. Acesso em 25/03/2025
- GONÇALVES, Fernanda. Princípios aplicáveis ao direito penal militar. Jusbrasil, 2024. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/principios-aplicaveis-ao-direito-penal-militar/75722829#_ftnref1. Acesso em 19/03/2025

Área de conhecimento do CNPQ: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-011

IMPACTOS DA DESCRIMINALIZAÇÃO DO PORTE DE MACONHA PARA USO PESSOAL

Carlos Henrique **HELENO** (Curso de Direito, FDV)
 Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)
 Diogo Abdo **JORGE** (Coorientador, FDV)

Palavras-chave: Porte de drogas, Descriminalização, Usuário, População carcerária.

Agência de fomento: Faculdade de Viçosa-FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: Tráfico de drogas é um dos motivos para aumento da população carcerária no país. Esse trabalho se trata do impacto da descriminalização do porte de maconha para o uso pessoal na população carcerária no Brasil, antes do julgamento do Recurso Extraordinário nº 635.659, pelo Supremo Tribunal Federal. A Suprema Corte julgou a constitucionalidade do Artigo 28 da Lei de Drogas Lei 11.343/2006, com o objetivo de diferenciar usuários de traficantes, a norma prevê penas alternativas de prestação de serviços à comunidade, advertência sobre os efeitos das drogas e comparecimento obrigatório a curso educativo. A lei deixou de prever a pena de prisão, mas, manteve a ilicitude. Sendo assim, usuários de drogas ainda eram alvos de inquérito policial e processos judiciais que buscavam o cumprimento das penas alternativas. A maioria dos ministros decidiu manter a validade da lei, mas entendeu que as punições previstas contra usuários não possuem natureza criminal. **OBJETIVOS:** Esse trabalho busca analisar os impactos, no sistema de justiça e no sistema prisional, relacionados aos cenários de critérios objetivos para descriminalização do porte de *cannabis* e buscar estimar a quantidade de réus processados por tráfico que poderiam ser considerados usuários. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Foi realizada uma estimativa de custos por preso no Brasil, baseado em um estudo realizado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), com base em dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), do Ministério da Justiça, para o ano de 2022. Sendo seus argumentos também embasados e interpretados de acordo com o artigo 28 da Lei 11.343/06, e na análise da decisão do Recurso Extraordinário 635.659, e de conceitos doutrinários e posições jurisprudenciais para esclarecer de forma sucinta o assunto em questão. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** No Brasil, gasta-se por ano para manter nas prisões pessoas condenadas por portar até 25 gramas de maconha, que somam 8.591 presos, que correspondem a 1% da população carcerária no país, em um custo total por ano de R\$ 262.712.780, de acordo com o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Já os presos com até 100 gramas, somam 19.348, em um custo de R\$ 591.661.840, correspondendo a 2,4% da população carcerária. São 19.348 pessoas condenadas e que estão presas nessa situação no país, com custo individual de R\$ 30.580 ao ano. Ao todo, o Brasil tem 852 mil presos, sendo 650 mil em regime fechado e 200 mil em prisão domiciliar. Deste total, 199.198 cumprem pena por tráfico de drogas. Essa estimativa de custos por preso foi feita pelo Ipea. O julgamento do citado recurso no STF estabeleceu o limite de 40 gramas para o porte ou posse para o uso e consumo pessoal da maconha. Em termos de custo, significaria uma economia para sistema prisional de R\$ 260 milhões a R\$ 490 milhões anuais. A maconha continua ilegal no país, não houve a legalização da droga. Os artigos 28 e 33 da Lei 11.343, estabelece a distinção entre traficante e usuários, mas, a falta de critérios mais bem definidos vinha dificultando a diferenciação e impactando no aumento da população carcerária no Brasil. O aumento na quantidade de pessoas classificadas como criminosos, que, em vez de receberem o tratamento de saúde ou penas alternativas, acabavam sendo tratadas dentro do sistema prisional, contribuindo para agravar a situação carcerária no país. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Ficou evidenciado que a decisão do Recurso Extraordinário 635.659, sobre a relatoria do presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, foi de suma importância para trazer critérios objetivos, até mesmo um referencial de quantidade, para que se possa enquadrar alguém como usuário ou traficante. O Supremo Tribunal Federal definiu um limite de 40 gramas ou seis plantas-fêmea, a decisão poderá ter impacto em milhares de processos em todo o país e beneficiar pessoas que foram processadas ou presas portando essa determinada quantidade considerado para o uso pessoal. Na decisão, a conduta deixou de ser crime, mas continuará sendo um ato ilegal e será um ilícito administrativo. O artigo 28 da Lei nº 11.343/06 continuará aplicável para as demais drogas ilícitas, como a cocaína, crack, dentre outras, bem como os procedimentos operacionais vigentes, uma vez que o dispositivo legal continua em vigor no Brasil. Vale ressaltar que o consumo de droga é um problema de saúde pública, que vai além do dano pessoal, pois, há o dano para a sociedade.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Câmara dos Deputados. Deputados comentam decisão do STF a favor da descriminalização da maconha para uso pessoal. 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1076859>. Acesso: 26 jun. 2025
- BRASIL. Lei Nº 11.343, 23 ago. 2006. Brasília: Planalto, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/bricivil_03/Atos2004-2006/2006/Lei/11343.htm. Acesso: 20 abr. 2024
- RASSI, João Daniel; GREGO Filho, Vicente. Lei de drogas anotada. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- STABILE, Arthur. Brasil gasta quase R\$ 600 milhões ao ano com presos condenados por portar até 100 gramas de maconha, aponta Ipea. g1, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/06/26/brasil-gasta-quase-r-600-milhoes-ao-ano-com-presos-condenados-por-portar-ate-100-gramas-de-maconha.ghtml>. Acesso: 26 abr. 2024

CHS-115 Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-012

DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

Rosária Cal **BASTOS** (Curso de Direito, FDV)
 Allysson Eduardo Botelho de **OLIVEIRA** (Orientador, FDV)
 Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Políticas públicas, Ciclo de políticas públicas, Direito, Participação popular

Agente de fomento: Faculdade de Viçosa-FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A relação entre Direito e políticas públicas é importante, pois as normas jurídicas influenciam todo o ciclo dessas políticas, desde sua concepção até sua avaliação, buscando resolver problemas sociais. As Políticas Públicas, por serem de natureza multidisciplinar, são analisadas de várias perspectivas e guiam a atuação do Estado por meio de leis, programas e projetos. No Brasil, a ampliação dessas políticas foi impulsionada pela redemocratização, mas ainda enfrenta desafios na implementação efetiva. Nesse contexto, o Direito vem desempenhando um papel essencial na estruturação e orientação das políticas públicas, cuja eficácia depende da coordenação entre instituições, regulamentações claras e participação social, que precisa ser mais robusta nas etapas decisivas. **OBJETIVOS:** O estudo objetiva analisar produções científicas nacionais sobre políticas públicas, ciclo de políticas e participação popular no contexto jurídico, atualizando referenciais teóricos e promovendo reflexões críticas sobre o papel do Direito na eficácia e democratização dessas políticas. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Adotou-se a revisão integrativa da literatura, envolvendo formulação da questão de pesquisa, critérios de inclusão/exclusão, extração e categorização de dados, análise interpretativa e síntese. A busca em CAPES e Google Acadêmico identificou 64 artigos, dos quais 38 foram selecionados para análise. **RESULTADOS:** A análise dos artigos revelou que a literatura nacional tem consolidado o entendimento de políticas públicas como ações do Estado voltadas à solução de problemas coletivos, formuladas e executadas com base em normas jurídicas, mas atravessadas por diversos atores sociais. A abordagem teórica do Ciclo de Políticas Públicas, baseada nos estudos de Lasswell apud Souza (2006) e seus desdobramentos por autores como Secchi (2010) e Frey (2000), aparece como estrutura central para compreender a dinâmica das políticas, permitindo mapear seus estágios: agenda, formulação, implementação e avaliação. O Direito, segundo a análise, se apresenta como um elemento transversal no ciclo, fornecendo base legal, legitimidade e instrumentos normativos para a execução das políticas públicas (Bucci, 2006, 2019, 2022). Ou seja, o Direito é como o alicerce legal que sustenta e guia toda as etapas das políticas públicas. Contudo, a literatura aponta limitações como burocratização, judicialização excessiva e desarticulação entre os entes federativos, que prejudicam a eficácia das políticas. A participação popular também surge como ponto primordial: embora reconhecida como essencial na Constituição de 1988 e nos marcos legais da democracia participativa, permanece concentrada nas etapas de implementação e avaliação, com pouco impacto na formulação e definição da agenda pública. Outro aspecto relevante diz respeito às tipologias de políticas públicas (redistributivas, regulatórias, distributivas e constitutivas), que demandam diferentes formas de regulação jurídica e articulação com a sociedade civil (Bucci, 2019; Frey, 2000). O papel do Direito, portanto, é ambíguo: ao mesmo tempo que pode viabilizar a justiça social, também pode ser obstáculo quando mal articulado ou instrumentalizado para interesses restritos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O estudo revela que o Direito tem um papel essencial na estruturação, regulação e legitimação das políticas públicas, sendo importante para garantir os direitos sociais. No entanto, a atuação do Direito só é realmente eficaz quando está inserida/integrada em processos participativos, dinâmicos e interinstitucionais. A revisão integrativa evidencia que, apesar dos avanços legais e teóricos, ainda há uma grande distância entre o que está previsto na legislação e o que realmente acontece na prática no Brasil. Para enfrentar esse desafio, é fundamental fortalecer a participação da sociedade desde a fase inicial da formulação das políticas, melhorar a articulação entre os diferentes níveis de governo e repensar o papel do Judiciário no acompanhamento, supervisão e na garantia das ações públicas. Desta forma, o estudo contribui para a construção de um modelo mais democrático e eficiente de políticas públicas, em que o Direito atua como um instrumento crítico na busca por justiça social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, Belo Horizonte, MG, v. 5, n. 11, p. 121-36, 2011.
- BUCCI, Maria Paula Dallari. O conceito de política pública em direito. In: BUCCI, Maria Paula Dallari Bucci (org.). *Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 39.
- BUCCI, Maria Paula Dallari. Método e aplicações da abordagem direito e políticas públicas (DPP). *Rei-Revista estudos institucionais*, v. 5, n. 3, p. 791-832, 2019.
- BUCCI, Maria Paula Dallari; SOUZA, Matheus Silveira de. A abordagem Direito e políticas públicas: temas para uma agenda de pesquisa. *Sequência* (Florianópolis), v. 43, n. 90, p. e85500, 2022.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-013

APLICAÇÃO DE MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA PARA HOMENS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA LEI MARIA DA PENHA?

Carlos Henrique **HELENO** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Violência doméstica, Medida protetiva de urgência, Igualdade
Agência de fomento: Faculdade de Viçosa-FDV.

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) foi criada com o objetivo principal de proteger as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Segundo a lei, "configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial." Desde sua aprovação, trouxe avanços significativos no combate à violência contra a mulher em âmbito nacional. Quanto às medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público (MP) ou a pedido da ofendida, conforme o art. 19 da lei, não havendo necessidade do mesmo ser subscrito por advogado, independentemente de audiência das partes e de manifestação do MP. Sendo possível a decretação da prisão preventiva em caso de descumprimento injustificado da medida protetiva. Também e perfeitamente cabível a utilização do *Habeas Corpus* para combater uma decisão que a aplicou. Esse remédio constitucional deve ser também conhecido e concedido sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. Logo, se a medida protetiva foi abusiva, e cabível a utilização desse remédio, visando tutelar a liberdade de locomoção do homem. No entanto, nos últimos anos, tem crescido o número de relatos de homens que também sofrem violência doméstica, muitas vezes em contextos familiares e por parte de suas parceiras. Essa realidade tem gerado dúvidas quanto à possibilidade jurídica de aplicação das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha a esses homens. Será que essa lei permite que eles sejam beneficiados? Ou ela só se aplica às mulheres? E possível concessão de medida protetiva de urgência a um homem vítima de violência doméstica? O objetivo deste trabalho é responder a essa pergunta com base em fundamentos legais, doutrinários e jurisprudenciais, apresentando uma análise crítica e embasada sobre o tema. **OBJETIVO:** Verificar se a Lei Maria da Penha autoriza a concessão de medidas protetivas de urgência a homens que sofrem violência doméstica. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Pesquisa qualitativa, com análise dos dados através da revisão bibliográfica. As principais fontes são a Lei 11.340/06, a CF (Constituição Federal), Código Penal (CP) e o CPC (Código de Processo Penal), além de artigos doutrinários e julgados dos tribunais superiores e estaduais. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A Lei Maria da Penha, especialmente o seu artigo 1º, percebe-se que ela foi elaborada com foco específico na proteção da mulher. A redação diz claramente que seu objetivo é "criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher". Isso pode levar a entender que tais medidas são exclusivas para o público feminino. Porém, quando olhamos para os princípios constitucionais, especialmente o princípio da igualdade, preconizado no artigo 5º da CF/88, vemos que todos devem ser tratados de forma igual perante a lei. Ninguém deve ser discriminado por gênero, raça, religião ou qualquer outra condição. Se todos têm direito à proteção estatal diante de uma situação de violência, negar esse direito ao homem parece ir contra a CF. Por força do art. 42 da lei em questão, acrescentou-se o inciso III ao art. 313 do CPP, que passou admitir decretação da prisão preventiva nos crimes dolosos se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da lei específica, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência. Essa previsão é uma inconstitucionalidade da Lei Maria da Penha. Permite-se que qualquer que seja o crime doloso, ainda que apenado com detenção, uma ameaça, por exemplo, seja decretada a prisão preventiva, bastando que estejam presentes os indícios da autoria e prova da existência do crime, conforme preconiza o art. 312, CPP, e que a prisão seja necessária para garantir a execução das medidas protetivas de urgência. A lei criou este requisito a ensejar a prisão preventiva. Não sendo mais necessária a demonstração dos requisitos da garantia da ordem pública ou econômica, conveniência da instrução criminal e aplicação da lei penal etc. No entanto, em casos concretos, desde que haja violência doméstica, mesmo sendo o homem a vítima, a lei pode ser usada como fundamento legal para a concessão de medidas protetivas. Na prática, já existem decisões judiciais que reconhecem essa possibilidade. Um caso conhecido é o do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (Apelação Cível nº 70071240644), em que foi concedida uma medida protetiva a um homem que sofria violência da ex-companheira. Essa inversão da concessão de medida protetiva, no entanto, é controversa no Judiciário. Pois, a maioria dos magistrados entende que a lei se aplica especificamente para mulheres. Não há posição formada sobre a aplicação da Lei Maria da Penha para homens nos tribunais superiores. Tramitou no Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação declaratória de constitucionalidade (ADC) 19 para que fosse declarada a constitucionalidade da lei, havia questionamentos de que a lei não deixava homem e mulher em condições de igualdade, como prevê a Constituição. Por votação unânime, o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou, em 2012, a constitucionalidade dos artigos 1º, 33 e 41 Lei Maria da Penha. Há um projeto de lei, PL 5685/2009, de autoria do deputado Federal Gonzaga Patriota, do PSB/PE, que cria o Estatuto de Saúde e Segurança Doméstica e Familiar do Homem e dá outras providências. Isso mostra que há uma tendência no cenário político e social brasileiro de reconhecer e proteger também os homens em situações de vulnerabilidade, incluindo a violência doméstica. Sobre o tema posicionou a Janaina Paschoal, que disse: "O perigo que vislumbramos na nova lei é justamente o de, novamente, prevalecer o caminho mais fácil, qual seja o de simplesmente prender-se o agressor, tratando-se como uma "safada" que gosta de apanhar que, depois de denunciar, se opõe a essa prisão. (...) A ideia de que a Mulher precisa se libertar, psicologicamente, de seu agressor é totalitária, e tão preconceituosa como a que deve se submeter às vontades do marido". **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Mesmo com a Lei Maria da Penha voltada especificamente para a proteção da mulher, não há impedimento jurídico para que homens vítimas de violência doméstica sejam beneficiados pelas medidas protetivas. Negar essa possibilidade seria ferir princípios constitucionais básicos, como a igualdade e a dignidade humana. Portanto, é sim possível aplicar as medidas protetivas de urgência a homens, desde que preenchidos os requisitos legais necessários. O sistema jurídico brasileiro comporta essa interpretação mais abrangente, sobretudo diante da evolução social e do reconhecimento de novas formas de violência doméstica. O papel do Poder Judiciário, assim como do Ministério Público, deve ser o de garantir proteção efetiva a todas as pessoas em situação de risco, independentemente de gênero. Afinal, a violência doméstica não escolhe vítimas, e o Direito deve estar pronto para acolher a todos que precisam de proteção.

REFERÊNCIA:

- BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2006.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1998. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 de abril 2025
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=443583>. Acesso em: 20 de abr. 2025
- PASCHOAL, Janaina. Mulher e direito penal. Coordenadores: Miguel Reale Júnior, Janaina Paschoal, Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 3.
- TARTUCE, Flávio. Direito civil: teoria geral e parte geral. 14. ed. São Paulo: Método, 2020.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-014

IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE HISTÓRICA NO ESTUDO DO DIREITO.

Rosária Cal **BASTOS** (Curso de Direito, FDV)
Moises Albuquerque da Costa **FREITAS** (Orientador, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Análise histórica, Evolução do direito, Transformações contemporâneas

Agente de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O Direito é um campo dinâmico que evolui com as transformações sociais, políticas e econômicas, incorporando valores que transcendem contextos históricos específicos. Estudar sua trajetória permite compreender melhor as leis contemporâneas e sua função social. Desde normas de sociedades pré-escritas até sistemas jurídicos modernos, a codificação do Direito organizou a vida social e refletiu interesses e relações de poder ao longo do tempo. A abordagem histórica evidencia padrões de permanência e ruptura, bem como a influência de fatores culturais, sociais, econômicos e políticos na formulação e aplicação das normas. **OBJETIVO:** Este trabalho analisa a evolução histórica do Direito, seus marcos principais e sua influência na compreensão das leis atuais, destacando contribuições para a regulamentação da vida em sociedade. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Revisão bibliográfica qualitativa e interpretativa, consultando autores clássicos e contemporâneos, correlacionando períodos históricos e suas contribuições para o pensamento jurídico. **RESULTADOS:** A evolução do Direito reflete transformações sociais, políticas e filosóficas que moldaram os sistemas jurídicos ao longo do tempo. **1) Na Antiguidade**, o Código de Hamurábi (1754 a.C.) estabeleceu a lei escrita e pública, baseada no princípio da retaliação, influenciando ordenamentos posteriores, como o Direito Romano. **2) Na Grécia Antiga**, filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles discutiram a relação entre leis divinas e humanas, contribuindo para a construção da justiça como princípio universal e influenciando o pensamento jurídico ocidental. **3) Em Roma**, o Corpus Juris Civilis (século VI), compilado por Justiniano, consolidou o Direito Civil, servindo de base para legislações contemporâneas. Durante a Idade Média, Santo Agostinho e Tomás de Aquino integraram moralidade e lei. **4) No Renascimento**, Hobbes defendeu o contrato social absolutista, enquanto Locke enfatizou direitos naturais, limitação do poder estatal e direito à revolução, preparando o terreno para o Direito moderno; Montesquieu introduziu a teoria da separação dos poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), essencial para prevenir abusos de poder; Beccaria revolucionou o Direito Penal ao se opor à tortura e à pena de morte, defendendo penas proporcionais aos crimes. Considerado o fundador do Direito Penal moderno, Beccaria sustentava que, segundo Freitas (2025) "não importa a capa do processo, e sim o que ocorreu, o fato". **5) Século XX:** O Direito passou por significativas transformações, impulsionadas por diversas correntes teóricas, dentre as quais se destacam: **a) Positivismo Jurídico** de Hans Kelsen (1881-1973): Essa teoria separa o Direito da moral e propõe uma estrutura hierárquica das normas, conhecida como Teoria Pura do Direito; **b) Teorias dos Direitos Humanos:** Norberto Bobbio (1909-2004) destacou a evolução e formalização dos direitos fundamentais, promovendo o reconhecimento universal das garantias individuais e coletivas. No Brasil, Rocha e Cunha (2020) apontam que a Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, consolidou direitos fundamentais e sociais, fortalecendo a organização do Estado (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) e trazendo avanços como: Introdução do mandato de segurança coletivo; Ampliação e proteção dos direitos trabalhistas (limitação da jornada de trabalho, férias remuneradas, licença-maternidade e paternidade); Fortalecimento da legislação ambiental. **6) Século XXI:** O avanço do Neoconstitucionalismo e a intensificação da Globalização trouxeram novos desafios para o Direito, como a regulamentação de temas emergentes, entre eles o Direito Digital e o Direito Ambiental, ampliando as fronteiras da regulação jurídica e exigindo respostas mais dinâmicas às transformações sociais e tecnológicas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O estudo da história do Direito é importante para a interpretação crítica das leis, possibilitando uma compreensão mais profunda de sua aplicação no contexto contemporâneo. O Direito não é estático; ao contrário, transforma-se constantemente sob a influência de fatores econômicos, políticos e culturais, sendo fundamental analisar sua evolução ao longo dos séculos para construir um sistema jurídico mais justo e democrático. Compreender as raízes históricas das normas jurídicas contribui para formar profissionais capazes de enfrentar os desafios atuais, promovendo uma prática jurídica alinhada às demandas sociais e à busca pela equidade.

REFERÊNCIAS:

- FREITAS, Moisés Albuquerque da Costa. **Comunicação pessoal.** Aula ministrada na disciplina Introdução ao Estudo do Direito, Faculdade de Viçosa, 21.2.2025.
- FREITAS, Moisés Albuquerque da Costa. **Material preliminar:** introdução ao estudo do direito, Faculdade de Viçosa. Viçosa, MG. 22 fev 2025.
- REIS, Luis Fernando Scherma; SCHERMA, Fernando. **O direito surgiu antes da escrita.** Conpedi, 2014.
- VERDI, Maria Cecilia Patricia Braga Braille. **A importância histórica do direito natural para a justiça.** 2005.
- SANTOS, Eucléia Gonçalves. **A história do direito romano e sua permanência.** Cadernos da Escola de Direito, n. 21, p. 85-94, 2014.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-015

HISTÓRIA E FILOSOFIA DO DIREITO: REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE SUA EVOLUÇÃO E IMPACTO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Rosária Cal **BASTOS** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: História do direito, Filosofia, Sociedade,
Transformações

Agente de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: Compreender o Direito historicamente é essencial para uma interpretação crítica e aprofundada das leis contemporâneas. As normas jurídicas não surgem isoladas, mas refletem dinâmicas sociais, culturais, econômicas e políticas, incorporando conflitos, interesses e transformações das sociedades ao longo do tempo. Estudar sua história permite identificar as raízes, motivações e ideologias que sustentam os ordenamentos legais, oferecendo uma visão crítica sobre a legitimação do poder, a conformação das estruturas sociais e as lutas por direitos. Assim, o Direito se revela ora como instrumento de desigualdade, ora como mecanismo de resistência e transformação. **OBJETIVO:** Investigar historicamente o Direito, compreendendo criticamente a construção das normas, seu papel na regulação social e sua influência nas desigualdades, no poder e nas transformações sociais. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** O trabalho adotou a revisão bibliográfica, baseada em autores como Wehling (2021), Reale (2002) e Nader (2014), interpretando diferentes concepções sobre a evolução do Direito e seu impacto social. **RESULTADOS:** A análise dos dados evidencia que o Direito é fortemente influenciado pelos acontecimentos históricos que moldaram sua estrutura, que conectam leis, normas e princípios com os contextos históricos em que foram criados (WEHLING, 2021). Nesse sentido, Miguel Reale (2002) afirma que o Direito deve ser entendido a partir da história, como expressão de ideias jurídicas que fazem parte da cultura e do momento histórico de cada sociedade. Assim, a análise histórica permite entender como as sociedades criaram suas leis para responder a necessidades sociais e políticas, incorporando novos valores ao longo do tempo. Dentro da perspectiva do jusnaturalismo, Reale (2002) destaca a existência de princípios universais e permanentes que sustentam o Direito, mesmo acima das leis do Estado. O Direito Natural defende a ideia de uma justiça baseada em valores que vão além das normas criadas pela sociedade em determinado tempo. No entanto, quando o estudo da história do Direito se limita a uma sequência de fatos e datas, sem reflexão crítica, perde-se o valor desse conhecimento. Essa visão faz parecer que o Direito é algo distante do presente, enfraquecendo a compreensão dos alunos sobre sua importância social e histórica (WEHLING, 2021; REIS; SCHERMA, 2014). A Filosofia do Direito, por outro lado, permite resgatar essa dimensão crítica, ajudando a entender o Direito como resultado das contradições sociais, das disputas de poder e dos conflitos ideológicos (REALE, 2002; OLIVEIRA, 2012). Nessa visão, o Direito não é neutro, mas sim uma construção marcada por interesses, valores e relações sociais, o que permite compreender que as normas jurídicas não surgem de verdades absolutas, mas de situações concretas e históricas (NADER, 2014). Essa reflexão filosófica é fundamental para formar uma consciência ética e crítica no futuro profissional do Direito. Ao reconhecer que o Direito é histórico, como demonstram os códigos Penal (BRASIL, 1940), Civil (BRASIL, 2002) e de Trânsito (BRASIL, 1997), o estudante entende que as leis podem (e devem) ser questionadas e transformadas. Isso fortalece seu compromisso com a justiça social e com o pensamento autônomo, aspectos fundamentais da formação jurídica (MATTOS, 2025). Desta forma, unir História e Filosofia do Direito é essencial para entender como o Direito pode tanto manter quanto transformar as estruturas sociais, contribuindo para uma formação mais crítica, ética e comprometida com a sociedade. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A abordagem histórica revela-se fundamental para situar o Direito em um contexto de mudanças sociais, econômicas e culturais contínuas, permitindo uma compreensão mais profunda de como as normas jurídicas são formadas e aplicadas, além de contribuir para uma interpretação crítica e contextualizada das leis contemporâneas. A análise histórica, portanto, não apenas amplia o entendimento teórico do Direito, como também fornece subsídios relevantes para a reflexão sobre os rumos da ciência jurídica. Conclui-se que o estudo do Direito a partir de sua trajetória histórica é indispensável à promoção de uma justiça mais equitativa, crítica e alinhada às demandas da sociedade atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BRASIL. Código de Trânsito Brasileiro. Lei nº 9.503, de 23/9/1997. Art. 161 e 162. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24/9/1997. Disponível: <https://www.planalto.gov.br/Acesso/26/3/2025>.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7/12/1940. Código Penal. Art. 121. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 31/12/1940. Disponível: <https://www.planalto.gov.br/Acesso/26/3/2025>.
- BRASIL. Lei nº 10.406, de 10/1/2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11/1/2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/Acesso/26/3/2025>.
- OLIVEIRA, André Gualtieri de. *Filosofia do direito*. São Paulo: Saraiva, 2012. (Coleção saberes do direito; 50).

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-016

ANÁLISE DE CUSTOS NA PRODUÇÃO DE MILHO E FEIJÃO: UM ESTUDO DE CASO NO AGRONEGÓCIO FAMILIAR

Humberto Gabriel Veloso **MAIA** (Curso de Ciências Contábeis, FDV)
Carla Cristina da **SILVA** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Custo de produção, Milho, Feijão, Agricultura familiar
Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A gestão de custos é essencial para a sustentabilidade econômica da agricultura familiar (Wander e Silva, 2014). Milho e feijão têm importância na alimentação e na geração de renda no Brasil (Furlaneto e Esperancini, 2010), mas pequenos produtores enfrentam oscilações de preços, dificuldades de crédito e altos custos, afetando a rentabilidade (Osti et al., 2019). Em Minas Gerais, limitações econômicas e estruturais reforçam a necessidade de estratégias de otimização (Igreja et al., 2023). Este estudo analisa uma propriedade familiar em Porto Firme dedicada ao cultivo dessas culturas. **OBJETIVOS:** Este estudo busca analisar os custos de produção de milho e feijão em uma propriedade familiar no interior de Minas Gerais, identificando fatores que influenciam a rentabilidade e propondo melhorias na gestão financeira rural. **JUSTIFICATIVA:** A agricultura familiar é fundamental para a produção de alimentos e a economia rural (Galvão, Matos e Gueiber, 2019). Este estudo visa auxiliar pequenos produtores na gestão eficiente dos recursos, promovendo o desenvolvimento sustentável do setor. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Esta pesquisa possui natureza descritiva e abordagem quantitativa. Os dados foram coletados por meio de entrevistas com o produtor e análise comparativa dos custos de produção das safras de 2022, 2023 e 2024. **RESULTADOS:** As tabelas 1 e 2 a seguir apresentam os custos estimados, a produtividade e a receita das culturas de milho e feijão na propriedade, localizada no município de Porto Firme/MG, nas safras de 2022, 2023 e 2024. Entre 2022 e 2024, os custos de insumos aumentaram significativamente: o adubo passou de R\$ 3.600,00 para R\$ 5.700,00 em ambas as culturas; a semente de milho subiu de R\$ 4.200,00 para R\$ 6.000,00, enquanto no feijão utilizou-se semente própria, contabilizando-se apenas o custo de oportunidade de 6 sacas reservadas. A mão de obra do feijão é maior que a do milho devido à colheita manual; em 2022, os custos foram R\$ 10.027,00 (feijão) e R\$ 7.272,00 (milho), aumentando em 2024 para R\$ 11.672,00 e R\$ 8.872,00, respectivamente. O trator, alugado 14 h/safra, teve custo entre R\$ 150,00 e R\$ 200,00/h. A produtividade caiu drasticamente em 2024 devido à estiagem, já que não há irrigação: milho caiu de 120 para 40 sacas/ha e feijão de 16 para 10 sacas/ha (6 sacas sempre reservadas para replantio). O preço da saca impactou a receita: feijão teve maior receita em 2022 (R\$ 600,00/saca) que em 2023 (R\$ 400,00), e milho variou de R\$ 80,00 (2022) para R\$ 65,00 (2023) e R\$ 90,00 (2024). Todos os dados são estimativas do produtor, sem registros contábeis, evidenciando a informalidade na gestão de custos da agricultura familiar, o que dificulta o planejamento. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O estudo mostra fragilidades na gestão de custos da agricultura familiar, principalmente pela ausência de registros formais. As variações nos preços dos insumos e os efeitos climáticos afetaram diretamente os custos e a produtividade do milho e do feijão, reforçando a necessidade de controles contábeis simples para apoiar o planejamento e a sustentabilidade das propriedades rurais.

Tabela 1. Dados estimados da produção de MILHO (2022 A 2024)

ITENS	2022 (R\$)	2023 (R\$)	2024 (R\$)
ADUBOS (30 SACOS 50 kg)	3.600,00	4.500,00	5.700,00
SEMENTES (6 SACOS 20 kg)	4.200,00	4.800,00	6.000,00
ROUNDUP (30 LITROS)	3.000,00	1.500,00	1.950,00
FORMICIDA (30 PACOTES)	210,00	240,00	300,00
ALUGUEL DE TRATOR (14 h)	2.100,00	2.520,00	2.800,00
MÃO DE OBRA	7.272,00	7.920,00	8.872,00
TOTAL DE CUSTOS	20.382,00	21.480,00	25.622,00
PRODUTIVIDADE (SACOS)	600	720	240,00
RECEITA ESTIMADA (6 ha)	48.000,00	47.520,00	21.600,00
LUCRO/PREJUÍZO ESTIMADO	27.618,00	26.040,00	-4.022,00

Tabela 2. Dados estimados da produção de FEIJÃO (2022 A 2024)

ITENS	2022 (R\$)	2023 (R\$)	2024 (R\$)
ADUBOS (30 SACOS 50 kg)	3.600,00	4.500,00	5.700,00
SEMENTES (6 SACOS 20 kg)	3.600,00	3.600,00	2.400,00
ROUNDUP (30 LITROS)	3.000,00	1.500,00	1.950,00
FORMICIDA (30 PACOTES)	210,00	240,00	300,00
ALUGUEL DE TRATOR (14 h)	2.100,00	2.520,00	2.800,00
MÃO DE OBRA	10.027,00	10.720,00	11.672,00
TOTAL DE CUSTOS	22.537,00	23.080,00	24.822,00
PRODUTIVIDADE (SACOS)	90	90	54
RECEITA ESTIMADA (6 ha)	54.000,00	38.000,00	21.600,00
LUCRO/PREJUÍZO ESTIMADO	31.463,00	19.920,00	-3.222,00

REFERÊNCIAS:

- FURLANETO, Fernanda de Paiva Badiz; ESPERANCINI, Maura Seiko Tsutsumi. Custo de produção e indicadores de rentabilidade da cultura do milho safrinha. *Pesquisa Agropecuária Tropical*, v. 40, n. 3, p. 297-303, jul./set. 2010.
- GALVÃO, Giovane; MATOS, Simone Nasser; GUEIBER, Ezequiel. Precificação no agronegócio: um mapeamento sistemático. *Revista de Extensão e Estudos Rurais*, v. 8, n. 1, p. 123-142, 2019.
- IGREJA, Abel Ciro Minniti; TIRADO, Geovana; MARTINS, Sônia Santana; ROCHA, Marina Brasil. Expectativa de rentabilidade na lavoura de milho no Brasil: situação nas regiões geográficas. *AgEcon Search*, 2006.
- OSTI, Alice Medeiros et al. Rentabilidade do milho e do feijão submetidos a diferentes lâminas de irrigação em Mato Grosso. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 57, n. 4, p. 505-518, 2019.

Área de conhecimento do CNPq: 9.02.00.00-4 - Administração Rural

CHS-017

AUDITORIA CONTÁBIL EXTERNA

Thayrine da Silveira de **CARVALHO** (Curso de Ciências Contábeis, FDV)
Paulo Lima **VERARDO** (Orientador, FDV)
Carla Cristina da **SILVA** (Coorientadora, FDV)

Palavras chaves: Auditoria, Transparência, Contabilidade, Terceiro setor
Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O terceiro setor ganhou espaço através das mudanças socioeconômicas ocorridas em meados do século XX, no Brasil. Para Almeida (2002, p. 1-5), "o surgimento da auditoria externa está relacionado como parte da evolução do sistema capitalista, conforme as empresas foram crescendo sentiram a necessidade de expandir seus negócios e precisavam de capital de terceiros, devido a isso os investidores perceberam a necessidade de se ter uma avaliação detalhada das demonstrações contábeis das empresas no qual iriam aplicar recursos, e o profissional responsável por isso é o auditor externo." Para empresas sem fins lucrativos é fundamental a auditoria externa, pois elas dependem de doações, financiamentos, incentivos governamentais dentro outros, o que exige uma prestação de contas rigorosa. Os auditores independentes analisam registros contábeis, controles internos e fontes de financiamento, verificando se os princípios contábeis e normativos estão sendo seguidos. O resultado dessa auditoria contribui para uma gestão mais eficiente, fortalecendo a governança e a sustentabilidade da entidade. **OBJETIVO GERAL:** Assim o objetivo deste estudo é verificar a percepção dos gestores das entidades sem fins lucrativos na cidade de Visconde do Rio Branco sobre a auditoria externa na corroboração da transparência para a sociedade. "A auditoria compreende o exame de documentos, livros e registros, inspeções e obtenção de informações e confirmações, internas e externas, relacionados com o controle do patrimônio, objetivando mensurar a exatidão desses registros e das demonstrações contábeis deles decorrentes." (FRANCO; MARRA, 2001, p. 28). **OBJETIVO ESPECÍFICO:** Para análise de dados, elaboramos a seguinte questão específica: qual a percepção dos gestores das fundações privadas e associações sem fins lucrativos da cidade de Visconde do Rio Branco, quanto à importância da auditoria externa como instrumento de transparência à sociedade?" **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Para coleta de dados por meio qualitativo, utilizamos um questionário composto por quinze questões. Este foi separado por três unidades: primeira unidade verifica o perfil de profissionais ativos na gestão de terceiro setor: segunda unidade traça o perfil da entidade pesquisada e, por fim, a terceira unidade analisa a percepção dos benefícios da auditoria externa no processo de transparência as empresas sem fins lucrativos. **RESULTADOS:** Diante as perguntas e respostas coletados no questionário, percebeu-se que o ponto mais indicado pela instituição foram a melhoria nos controles internos, que juntos melhoram a gestão interna, tomada de decisões e gerenciamento de recursos. Percebeu-se também melhorias no relacionamento com parceiros, doadores e investidores e na imagem na entidade pois quanto mais transparente a organização é mais facilmente captamos financiadores e parceiros. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Levantamos a opinião através deste estudo a importância que o trabalho do auditor externo é importante e eficaz para as entidades, gerando credibilidade, informações, confiança aos investidores e doadores etc. Além de auxiliar na gestão dos controles internos e práticas de melhorias, pois a transparência não é uma opção no terceiro setor, é a base da confiança que sustenta cada doação.

REFERÊNCIAS:

1. CAMARGO, M. F. *Gestão do terceiro setor no Brasil: estratégias de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos*. São Paulo: Futura, 2002.
2. HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2002.
3. PAES, J. E. S. *O estado brasileiro e as organizações sociais: reflexões a respeito da constitucionalidade da parceria contida na Lei 9.637/98 nos termos da ADI nº 1.923 em Julgamento no STF. Direito em ação*, Brasília, v. 9, n. 1, jul/dez, 2012.
4. FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto, *Auditoria contábil*. São Paulo: Atlas, 2001.
5. ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. *Auditoria: um curso moderno e completo*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Área de conhecimento do CNPq: 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas - Ciências Contábeis

CHS-018

IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM UMA EMPRESA DE SOM E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS EM VIÇOSA-MG

Glauciele Macedo **OLIVEIRA** (Curso de Ciências Contábeis, FDV)
Carla Cristina da **SILVA** (Orientadora, FDV)

Palavra-chave: Análise, Planejamento estratégico, Estratégia, Porter
Agência de fomento: FDV

RESUMO:**INTRODUÇÃO:**

O planejamento estratégico é um instrumento essencial para empresas, pois estabelece parâmetros para melhorar o desempenho e garantir crescimento e permanência no mercado, por isso é recomendado utilizar ferramentas de gestão contábil, para que possam ter uma orientação visando melhorar a organização da empresa e condução de liderança. Uma das principais ferramentas de gestão é o planejamento estratégico, que é utilizado para buscar e desenvolver melhores resultados a fim de diminuir as dificuldades enfrentadas pela empresa com eficiência. De acordo com Chiavenato e Sapiro (2003) práticas como missão, visão, análise interna e externa e o plano de ação são consideradas os principais critérios de gestão, pois relaciona-se com a viabilidade da empresa e com seus objetivos estratégicos. **OBJETIVO:** Esta pesquisa tem como objetivo propor um modelo de planejamento estratégico para a empresa de som e acessórios automotivos, visando contribuir para o crescimento da mesma e obter liderança no mercado de cunho mercadológico. E através do planejamento estratégico, se faz necessário seguir alguns objetivos específicos como: descrever aspectos estratégicos da organização, como missão, visão, valores, análise interna e externa, plano de ação. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Esta pesquisa possui natureza descritiva e abordagem qualitativa. Os dados foram coletados na empresa de som e acessórios automotivos, através de questionários aplicados aos funcionários da empresa e uma breve entrevista. **RESULTADOS:** Abaixo são apresentados alguns dados coletados durante a pesquisa, que se fazem necessários para um planejamento estratégico.

• MISSÃO: Oferecer um serviço de qualidade e proporcionar a satisfação dos clientes.
• VISÃO: Ser referência no setor que atuamos em termos de qualidade, atendimento e serviços oferecidos aos clientes.
• VALORES: Respeito, comprometimento, foco em resultado e melhoria contínua.

FONTE: Dados da pesquisa

O planejamento estratégico é um processo que define a estratégia da empresa para alcançar seus objetivos a longo prazo. As decisões tomadas irão determinar como a empresa se relacionará com o ambiente externo. Através desse planejamento a empresa pode buscar novas áreas de mercados, mas isso exige que seja feita uma análise das futuras ameaças e oportunidades. Para isso, foi elaborada uma análise SWOT.

FATORES INTERNOS	
FORÇAS	FRAQUEZAS
Qualidade no atendimento e serviços	Pouca habilidade no marketing
Atende por seguros	Espaço limitado
Referência na cidade	Falta de organização e controle e estoque
Boa localização	Funcionários limitados para serviços externos.

FATORES EXTERNOS	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Investimentos em serviços externos	Novos concorrentes mais capacitados
Novas parcerias com seguros e cooperativas	Aumentos de custos de produtos ofertados
Implementar o marketing digital	Perda de colaboradores
Atendimento personalizado e fidelização do cliente	Comentários negativos de clientes

FONTE: Dados da pesquisa

O plano de ação consiste em verificar os indicadores de desempenho da empresa, dividindo o plano estratégico em etapas menores, para facilitar o acompanhamento de forma mais assertiva se tudo está ocorrendo de acordo com o plano, caso os objetivos não estiverem sendo cumpridos, devem ser tomadas decisões para corrigir qualquer problema que venha ocorrer. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a partir dos resultados desta pesquisa a empresa, tem uma visão melhorada de seu planejamento, com mais conhecimento de seus pontos fortes e pensando também em oportunidades e ameaças que possa vir a ter, assim a empresa consegue se organizar e planejar melhor sua estratégia para alcançar seus objetivos.

REFERÊNCIAS:

1. CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. *Planejamento estratégico: fundamentos e aplicações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
2. OLIVEIRA, Fernando Italo Silva. *Planejamento estratégico: a importância do planejamento estratégico nas empresas de micro e pequeno porte*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso de Administração - Imperatriz, Maranhão, 2022. Disponível: https://repositorio.pgscogna.com.br/bitstream/123456789/47266/1/FERNANDO_ITALO_ATIVIDADE3.pdf. Acesso: 18 ago. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 9.02.00.00-6 - Administração

CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COMO MODELO ANALÍTICO NO ÂMBITO DO DIREITO

Natália Ancelmo **TEIXEIRA** (Curso de Direito, FDV)
 Allysson Eduardo Botelho de **OLIVEIRA** (Orientador, FDV)
 Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Ciclo de políticas públicas, Direito, Participação social

Agente de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A literatura sobre políticas públicas costuma apresentar sua elaboração em etapas bem definidas, conhecidas como Ciclo de Políticas Públicas. Esse modelo é dividido em quatro fases: formação da agenda, formulação, implementação e avaliação. É uma abordagem clássica para entender como o Estado atua na solução de problemas sociais, servindo como ferramenta útil para acompanhar o desenvolvimento das políticas, desde a identificação do problema até a análise de seus resultados (Figura 1).



Figura 1 - Ciclo de políticas públicas (Fonte: Baptista e Rezende (2011)).

O processo das políticas públicas começa com a identificação de demandas sociais, passa pela formulação de propostas, implementação por instrumentos legais e administrativos, e termina com a avaliação dos resultados. No Brasil, o Direito tem papel central em todas essas etapas, especialmente após a Constituição de 1988, que ampliou direitos sociais, descentralização e participação popular. As políticas públicas envolvem diversos atores e dependem de instrumentos jurídicos, administrativos e financeiros. A relação entre Direito e políticas públicas é fundamental, pois as normas jurídicas orientam todo o processo, da definição de prioridades à avaliação final. **OBJETIVOS:** O presente trabalho tem como objetivo analisar o Ciclo de Políticas Públicas como ferramenta teórica e prática para compreender a atuação do Estado e identificar os principais desafios em cada uma de suas etapas. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** O estudo foi realizado por meio de uma revisão de literatura clássica e contemporânea sobre o Ciclo de Políticas Públicas, com base em autores como Souza (2006), Secchi (2010), Baptista e Rezende (2011), entre outros. **RESULTADOS:** O modelo do ciclo de políticas públicas envolve etapas como identificação de problemas, formulação de soluções, execução e avaliação (Dye, 2009). O Direito orienta todas essas fases com base legal e institucional. Porém, a eficácia depende também da articulação entre instituições, de normas adequadas e da participação social, ainda limitada (Lotta, 2019). Essa relação fortalece a democracia e a institucionalidade que incluem a fase da decisão, destacando o papel das normas na participação e judicialização (Farranha, Miranda e Pereira, 2018). No Brasil, o ciclo é influenciado pela Constituição de 1988. Na área ambiental, há dificuldade de articulação (Gomes e Carvalho, 2021), e na saúde, cumprir as normas de cada fase é essencial (Schroer e Reck, 2022). Calçada e Reck (2020) defendem a participação social em todas as etapas para legitimar as ações do Estado. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O Ciclo de Políticas Públicas é uma ferramenta útil para planejar e revisar políticas, mas suas etapas nem sempre seguem uma ordem fixa. Sua efetividade depende do contexto institucional, da qualidade da gestão e da participação social. Por isso, a articulação com o Direito é essencial para garantir ações legítimas, eficazes e justas do Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BAPTISTA, Tatiane W. Faria.; REZENDE, Mônica. A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. In: MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. *Caminhos para análise das políticas de saúde*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2011. p. 138-172. Disponível: <<http://www.ims.uerj.br/ccaps>>. Acesso: 3 abril, 2025.
- CALÇADA, Luís Antonio Zanotta; RECK, Jannê Rodrigues. Democracia e participação social no ciclo das Políticas públicas. *Revista Jurídica Cesumar-Mestrado*, v. 20, n. 3, p. 425-443, 2020.
- CUSTÓDIO, André Viana; DA ROSA MOREIRA, Rafael Bueno. O programa Bolsa Família no contexto da política pública de assistência social do Brasil: Medidas estratégicas para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. *Revista de Estudos Jurídicos da UNESP*, v. 23, n. 38, 2019.
- DYE, T. R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Org.). *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: UNB, 2009. p. 99-129.
- FARRANHA, Ana Claudia; MIRANDA, Juliana Gomes; PEREIRA, PAULO Fernando Soares. Direito e análise de políticas públicas: o que há de novidade? Uma experiência de ensino e uma metodologia para pesquisa. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, v. 5, n. 2, 2018.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Thayrine da Silveira de **CARVALHO** (Ciências Contábeis, FDV)
 Paulo Lima **VERARDO** (Orientador - FDV)
 Carla Cristina da **SILVA** (Coorientadora, FDV)

Palavras chaves: Organização, Planejamento, Empresa

Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O planejamento tributário é essencial para a boa gestão empresarial, pois permite que a empresa reduza legalmente sua carga tributária, evitando penalidades e otimizando recursos. Segundo Marins (2002, p. 24), "planejamento tributário deve-se designar tão só a técnica de organização preventiva de negócios, visando a uma lícita economia de tributos". No entanto, muitas micro e pequenas empresas não aplicam essa prática, seja pela complexidade da legislação fiscal brasileira, seja pela falta de orientação especializada. Isso compromete o cumprimento das obrigações acessórias e resulta em prejuízos financeiros evitáveis.

OBJETIVOS: Este trabalho teve como objetivo identificar os principais desafios enfrentados por micro e pequenas empresas no cumprimento de suas obrigações tributárias e destacar a importância do apoio contábil para a elaboração de um planejamento tributário eficaz. Conforme Gubert (2003, p. 33), o planejamento consiste em um conjunto de ações lícitas que visam reduzir, postergar ou mitigar o impacto fiscal sobre o contribuinte. A esse respeito, Borges (2000, p. 64) ressalta que o gerenciamento eficaz de tributos como IPI, ICMS e ISS é indispensável para garantir a competitividade e sustentabilidade das empresas, sendo o planejamento uma ferramenta essencial nesse processo.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: A pesquisa utilizou abordagem qualitativa, com coleta de dados realizada por meio de entrevistas com profissionais do setor fiscal de um escritório de contabilidade localizado em Visconde do Rio Branco/MG. O estudo buscou compreender, na prática, os principais obstáculos à implementação do planejamento tributário em empresas de pequeno porte atendidas por esse escritório. **RESULTADOS:** Os dados obtidos revelaram que os principais desafios enfrentados são: complexidade das obrigações acessórias, constantes alterações na legislação, alta carga tributária, digitalização do fisco, retorno insuficiente de informações por parte dos clientes e desconhecimento técnico dos empresários. Os entrevistados também apontaram os elementos essenciais para um bom planejamento, como: previsão de faturamento, custos com pessoal, margem de lucro, despesas operacionais e, sobretudo, a escolha de um contador qualificado para assessorar a empresa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Conclui-se que o planejamento tributário é uma ferramenta estratégica que, quando bem aplicada, reduz riscos fiscais, minimiza custos e contribui para a eficiência financeira das micro e pequenas empresas. A atuação proativa do contador é essencial nesse processo, permitindo ao empresário tomar decisões mais seguras e sustentáveis. Em um cenário de legislação complexa e elevada carga tributária, o planejamento tributário deixa de ser uma opção e passa a ser uma necessidade para a sobrevivência e crescimento das empresas.

REFERÊNCIAS:

- MARINS, James. *Tributação e antielisão*. Curitiba: Juruá, 2002.
- BORGES, Humberto Bonavides. *Gerência de impostos: IPI, ICMS e ISS*. 3. ed. São Paulo, Atlas, 2000.
- GUBERT, P. A. Pinheiro. *Planejamento tributário: análise jurídica e ética*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2003.

Área de conhecimento do CNPq: 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas

POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITO: ARTICULAÇÃO PARA A EFETIVIDADE SOCIAL

Igor Damasceno de **FARIA** (Curso de Direito, FDU)
Allysson Eduardo Botelho de **OLIVEIRA** (Orientador, FDU)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Coorientadora, FDU)

Palavras-chave: Políticas públicas, Direito, Estado, Sociedade, Justiça social

Agente de fomento: FDU

RESUMO:

INTRODUÇÃO: As políticas públicas são ferramentas usadas pelo Estado para enfrentar problemas coletivos e garantir direitos sociais. Têm caráter interdisciplinar, envolvendo áreas como ciência política, sociologia, administração pública e Direito. Expressam-se em leis, programas e projetos nas áreas de saúde, educação e assistência social, refletindo as relações entre Estado e sociedade e exigindo escolhas sobre prioridades e uso de recursos. Envolvem diferentes atores (Estado, sociedade civil, setor privado e organismos internacionais), etapas (formulação, execução e avaliação) e instrumentos (jurídicos, administrativos e financeiros). No Brasil, podem ser classificadas como distributivas, redistributivas, regulatórias ou constitutivas. A perspectiva jurídica destaca que essas ações são orientadas e legitimadas pelo ordenamento jurídico, que estrutura e direciona a atuação do Estado. **OBJETIVOS:** O trabalho tem como objetivo analisar a relação entre Direito e políticas públicas, compreendendo suas definições, características e responsabilidades estatais na garantia de direitos e justiça social. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** O estudo consistiu em revisão de literatura sobre políticas públicas na perspectiva jurídica, destacando a relação entre Direito, Estado e sociedade, além de estudos de caso sobre programas sociais e participação popular, com base em autores como Secchi (2013), Bucci (2019, 2022) e Calçada e Reck (2020). **RESULTADOS:** A análise dos artigos evidencia que as políticas públicas são compreendidas como instrumentos do Estado voltados à garantia de direitos, à redução das desigualdades e ao bem-estar coletivo, sempre mediadas pela relação entre Direito, Estado e sociedade. Machado Lopes (2025) e Arlindo Silva e Marques Ribeiro (2024) definem as políticas públicas como respostas do Estado a demandas sociais. Da Silva et al. (2017) reforçam seu papel na promoção de direitos e na mitigação de conflitos. Christmann et al. (2023) vinculam as políticas públicas ao desenvolvimento sustentável, enquanto Fonte (2023) destaca sua função mediadora entre Estado e sociedade, sustentadas por normas jurídicas. Farranha, Miranda e Pereira (2018) defendem a integração entre Direito e políticas públicas como meio de fortalecer instituições e a democracia, destacando o papel do Direito na regulação, garantia de direitos e judicialização. Estudos de caso, como o Bolsa Família (Custódio; Da Rosa Moreira, 2019) e o "Água para Todos" (Andréa, 2017), mostram a importância da articulação federativa e da participação popular. Schroer e Reck (2022) apontam desafios jurídicos e operacionais na área ambiental e de saúde, respectivamente. Calçada e Reck (2020) defendem a participação social como elemento central para a legitimidade democrática das políticas. Assim, a articulação entre Direito e políticas públicas é essencial para a efetividade estatal, exigindo marcos legais robustos, controle social e compromisso com a justiça social. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A articulação entre Direito e políticas públicas revela-se essencial para a consolidação de um Estado socialmente responsável e democraticamente comprometido. O Direito não apenas legitima, mas estrutura e viabiliza a ação pública, tornando-se condição indispensável para a efetividade das políticas e a promoção da justiça social. Diante de um cenário marcado por desigualdades e crescentes demandas sociais, é imperativo fortalecer os marcos jurídicos, fomentar a participação popular e assegurar a continuidade de políticas que integrem técnica, norma e compromisso ético-político com os direitos sociais.

REFERÊNCIAS:

1. ANDRÉA, Gianfranco Faggin Mastro. O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água-Água para Todos: uma análise do desenho jurídico-institucional e seu funcionamento. *Revista Justiça do Direito*, v. 31, n. 2, p. 432-457, 2017.
2. ARLINDO SILVA, Edson; MARQUES RIBEIRO, Bruno. Direito e Políticas Públicas de Adoção no Brasil: Reflexões Doutrinárias e Legais. *Direito UNIFACS-Debate Virtual-Qualis A2 em Direito*, n. 294, 2024.
3. BUCCI, Maria Paula Dallari. Método e aplicações da abordagem direito e políticas públicas (DPP). *Rei-Revista estudos institucionais*, v. 5, n. 3, p. 791-832, 2019.
4. _____, Maria Paula Dallari; SOUZA, Matheus Silveira de. A abordagem Direito e políticas públicas: temas para uma agenda de pesquisa. *Sequência (Florianópolis)*, v. 43, n. 90, p. e85500, 2022.
5. CALÇADA, Luís Antonio Zanotta; RECK, Janriê Rodrigues. Democracia e participação social no ciclo das Políticas públicas. *Revista Jurídica Cesumar-Mestrado*, v. 20, n. 3, p. 425-443, 2020.
6. CHRISTMANN, Luiza Landerdahl; OESTERICH, Carolina; BURGER, Nuria Paula de Oliveira Ramiro. CONAMA: A participação popular como garantia da legitimidade nas decisões sobre a política ambiental e o decreto federal nº 9.806/2019. *Revista Jurídica Editora Mizuno*, v. 2, n. 1, 2023.
7. CUSTÓDIO, André Viana; DA ROSA MOREIRA, Rafael Bueno. O programa Bolsa Família no contexto da política pública de assistência social do Brasil: Medidas estratégicas para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. *Revista de Estudos Jurídicos da UNESP*, v. 23, n. 38, 2019.
8. DA SILVA, Allan Gustavo Freire et al. A Relação entre Estado e Políticas Públicas: Uma análise teórica sobre o caso brasileiro. *Revista debates*, v. 11, n. 1, p. 25-42, 2017.
9. FARRANHA, Ana Claudia; MIRANDA, Juliana Gomes; PEREIRA, PAULO Fernando Soares. Direito e análise de políticas públicas: o que há de novidade? Uma experiência de ensino e uma metodologia para pesquisa. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, v. 5, n. 2, 2018.
10. MACHADO LOPES, Iara Maria. A Eficácia da Análise de Impacto Legislativo no Anteprojeto da Lcpd Penal. *Direito UNIFACS-Debate Virtual-Qualis A2 em Direito*, n. 296, 2025.
11. SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 133 p.
12. SCHROER, Joice; RECK, Janriê. Diferenças Jurídicas entre a Formulação e a Implementação da Política Pública de Saúde. *Direito Público*, v. 19, n. 103, 2022.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CONTRIBUIÇÃO DA CONTABILIDADE PARA A GESTÃO DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO TERCEIRO SETOR

Thayrine da Silveira de **CARVALHO** (Ciências Contábeis, FDU)
Paulo Lima **VERARDO** (Orientador, FDU)
Carla Cristina da **SILVA** (Coorientadora, FDU)

Palavras-chaves: Transparência, Educação financeira, Responsabilidade social, Planejamento

Agência de fomento: FDU

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A educação infantil representa a base essencial para o desenvolvimento humano, sendo um dos pilares para a formação cognitiva, emocional e social das crianças. No Brasil, uma parcela significativa das instituições que oferecem esse serviço é mantida por organizações sem fins lucrativos, fundações e entidades do terceiro setor, muitas vezes em parcerias com poder público. Neste contexto, a atuação do contador torna-se estratégica para garantir a sustentabilidade financeira, conformidade legal e a eficiência administrativa dessas organizações. Segundo Iudícibus (2009), "a contabilidade é um sistema de informação indispensável para tomada de decisões, especialmente em ambientes que lidam com recursos públicos ou doações, como ocorre frequentemente na educação infantil." **OBJETIVOS:** Analisar a contribuição do contador na gestão eficiente e transparente de instituições de educação infantil, especialmente no contexto do terceiro setor. Identificar as funções do contador dentro de instituições sem fins lucrativos voltadas à educação infantil; discutir a importância da contabilidade para a captação de recursos via incentivos fiscais; apontar os impactos da contabilidade na transparência e prestação de contas dessas instituições. **METODOLOGIA:** Esta pesquisa é de natureza qualitativa e baseada em revisão bibliográfica. Foram consultadas obras clássicas e contemporâneas da área de contabilidade, bem como artigos acadêmicos relacionados à administração pública, terceiro setor e gestão educacional. A análise foi orientada pela busca de compreender, por meio de autores consagrados, a interface entre a contabilidade e a educação infantil em contextos institucionais. A pesquisa também considerou legislações pertinentes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e a Lei nº 12.594/2012, que regulam aspectos importantes da atuação dessas entidades. **RESULTADOS:** Segundo Marion (2015), a contabilidade aplicada ao terceiro setor deve prezar pela transparência, responsabilidade e utilidade da informação. Isso é particularmente relevante para instituições de educação infantil que recebem recursos oriundos de fundos públicos ou doações via incentivos fiscais. Além disso, o contador pode atuar diretamente na elaboração de projetos para captação de recursos por meio de doações incentivadas do Imposto de Renda, conforme previsto na Lei nº 12.594/2012. Isso possibilita o ingresso de novos recursos financeiros, ampliando a capacidade de atendimento das instituições. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Ao garantir a regularidade fiscal, orientar gestores, elaborar projetos financeiros e promover uma prestação de contas clara e eficiente, o contador contribui não apenas para a estabilidade financeira da instituição, mas também para a melhoria direta da qualidade educacional oferecida às crianças. Dessa forma, o profissional da contabilidade torna-se um elo importante entre a boa gestão e o desenvolvimento social, reforçando seu papel como agente de transformação dentro do terceiro setor. Conforme destaca Nascimento (2020), a contabilidade é uma ferramenta de gestão que, quando bem aplicada, fortalece a governança institucional e aumenta a credibilidade da entidade perante financiadores e a sociedade.

REFERÊNCIAS:

1. BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.
2. BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.
3. IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2009.
4. MARION, José Carlos. *Contabilidade Básica*. São Paulo: Atlas, 2015.
5. NASCIMENTO, Renata C. do. A contabilidade como ferramenta de gestão nas entidades do terceiro setor. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, 2020.

Área de conhecimento do CNPq: 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas

CHS-023

GESTÃO DE CONFLITOS NAS ORGANIZAÇÕES: TIPOS, CAUSAS, FERRAMENTAS ESTRATÉGICAS DE MEDIAÇÃO

Igor Brunelle da **SILVA** (Curso de Administração, FDV)
Carla Cristina da **SILVA** (Orientadora, FDV)
Alan de Freitas **BARBIERI** (Coorientador, FDV)

Palavras-chave: Conflitos, Gestão, Ambiente Organizacional.
Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A gestão de conflitos é um elemento essencial para o sucesso e a harmonia no ambiente organizacional. Em um cenário empresarial cada vez mais complexo e competitivo, os conflitos entre indivíduos e equipes são inevitáveis, surgindo de diferenças de interesses, valores e objetivos. O modo como esses conflitos são gerenciados pode determinar o futuro de uma organização, influenciando desde a produtividade até o clima organizacional. Diante disso, é fundamental que as organizações desenvolvam uma abordagem estratégica na resolução de conflitos, transformando situações potencialmente prejudiciais em oportunidades de crescimento e aprimoramento contínuo. A capacidade de lidar com divergências de forma construtiva é um diferencial competitivo que fortalece a coesão da equipe e contribui para um ambiente de trabalho mais saudável (Carvalho; Teixeira, 2017, p. 219-225). **OBJETIVOS:** O objetivo geral deste estudo é analisar os diferentes tipos de conflitos que ocorrem nas organizações e identificar as ferramentas de mediação mais eficazes para sua gestão. Os objetivos específicos são: 1) identificar e classificar os tipos de conflitos mais comuns no ambiente organizacional; 2) analisar as principais causas que originam esses conflitos; e 3) investigar as ferramentas e técnicas de mediação mais utilizadas para a sua resolução. Com a demonstração da abordagem estratégica, busca-se melhorar o ambiente e aumentar a produtividade e a coesão entre os colaboradores. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Esta pesquisa é de natureza descritiva, com uma abordagem qualitativa, e está baseada em uma revisão bibliográfica. O método explicativo-qualitativo descreve os tipos de conflitos e a utilização das ferramentas de mediação, visando explicar de forma prática e direta a maneira de mediá-los. **RESULTADOS:** Os conflitos nas organizações são normais e podem surgir de diversas causas, como divergências de interesses, objetivos e personalidades. Os tipos de conflitos mais comuns são: conflito de papéis, que ocorre por falta de clareza nas responsabilidades; conflito de interesses, quando os objetivos são incompatíveis; conflito de comunicação, que surge de falhas e mal-entendidos; e conflito de poder, relacionado à disputa por liderança e controle. Para mediar esses conflitos, as principais ferramentas incluem: a negociação, onde as partes buscam concessões mútuas; a mediação, com o auxílio de um mediador imparcial; a prática de feedback construtivo regular, que ajuda a evitar o surgimento de conflitos; e técnicas de resolução colaborativa, como o método Harvard de negociação, que busca soluções ganha-ganha. Essas ferramentas, quando aplicadas de maneira estratégica, promovem o diálogo e a resolução eficaz dos problemas, transformando as divergências em oportunidades de crescimento. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A gestão de conflitos nas organizações é essencial para garantir um ambiente de trabalho produtivo e harmônico. Estratégias como a mediação, negociação e feedback constante são fundamentais para mitigar conflitos. Uma gestão eficaz não apenas resolve problemas pontuais, mas também previne futuras desavenças e melhora a comunicação. Além disso, o desenvolvimento da inteligência emocional e a criação de uma cultura organizacional que valorize a transparência e o respeito são ferramentas poderosas nesse processo. Por fim, a liderança tem um papel crucial, pois líderes capacitados para gerenciar conflitos podem transformar situações adversas em oportunidades de crescimento e inovação.

REFERÊNCIAS:

1. CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
2. CARVALHO; TEIXEIRA. Gestão de conflito organizacional. Revista da Faculdade Itop, v. 1, n. 2, p. 219-225, 2017.
3. GIL, Antônio Carlos. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas, 2014.
4. MARRAS, Jean Pierre. Administração de recursos humanos: o operacional ao estratégico. 3. Ed. São Paulo: Futura, 2000.

Área de conhecimento do CNPq: 9.02.00.00-6 - Administração

CHS-024

IMPACTOS DA NOVA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2026 NAS EMPRESAS BRASILEIRAS

Thayrine da Silveira de **CARVALHO** (Curso de Ciências Contábeis, FDV)
Paulo Lima **VERARDO** (Orientador, FDV)
Carla Cristina da **SILVA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chaves: Reforma tributária, Empresas brasileiras, Imposto sobre valor adicionado, IVA, Contabilidade tributária

Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO:

A Reforma Tributária de 2026 representa uma das mudanças mais significativas no sistema fiscal brasileiro nas últimas décadas. A proposta visa simplificar a complexa estrutura de tributos indiretos e diretos, unificando impostos como PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS em um único Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), além da criação do Imposto Seletivo. Essas alterações visam aumentar a transparência, reduzir a cumulatividade e tornar o sistema mais eficiente. No entanto, os impactos dessa transição sobre as empresas ainda são objeto de estudo e debate. Especialistas como Bernard Appy (2023), Everardo Maciel (2022) e Ives Gandra Martins (2021), contribuem com diferentes visões sobre os efeitos esperados da reforma. Enquanto alguns apontam benefícios como maior transparência e eficiência, outros alertam para desafios na implementação e possíveis efeitos colaterais temporários. **OBJETIVOS:** Este trabalho tem como objetivo analisar os principais efeitos da reforma tributária de 2026 sobre as empresas brasileiras: Discutir os possíveis ganhos de eficiências tributária; identificar os principais desafios para as empresas durante a implementação da reforma. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, com base em revisão bibliográfica e análise documental. Foram utilizadas fontes secundárias, como estudos técnicos da receita federal, artigos e publicações de especialistas em política fiscal e tributária. Os principais autores considerados para esta análise foram: Bernard Appy (2023), economista e coordenador técnico da proposta da reforma; José Roberto Afonso (2022), economista e pesquisador da área de finanças; Ives Gandra Martins (2021), jurista especializado em direito tributário; Everardo Maciel (2022), ex-secretário da receita federal e crítico de diversas propostas da reforma. **RESULTADOS:** A análise permitiu identificar que a implementação do IVA dual poderá gerar importantes ganhos de eficiência tributária. Entre os principais benefícios, destaca-se a redução da cumulatividade dos impostos sobre o consumo, uma vez que o novo modelo visa tributar apenas o valor agregado em cada etapa da cadeia produtiva. Outro ponto relevante é o aumento da transparência e da neutralidade tributária, aspectos que podem favorecer um ambiente de negócios mais justo. Um dos principais desafios é a necessidade de atualização dos sistemas contábeis e fiscais das empresas, que terão de se adaptar a uma nova estrutura de apuração, escrituração e recolhimento de tributos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A reforma tributária de 2026 configura-se como um marco histórico na tentativa de tornar o sistema tributário brasileiro mais simples, justo e eficiente. Os ganhos de eficiência, transparência e segurança jurídicas são promissores, mas seu alcance pleno dependerá da qualidade da implementação, do suporte governamental e da capacitação contínua dos profissionais envolvidos. A principal limitação deste estudo é a ausência de dados empíricos, já que a reforma ainda está em fase inicial de aplicação. Estudos futuros poderão avaliar seus efeitos reais sobre a economia e a contabilidade empresarial.

REFERÊNCIAS:

1. APPY, Bernard. **Reforma tributária: fundamentos e expectativas**. Brasília: Ministério da Fazenda, 2023.
2. AFONSO, José Roberto. **Sistema tributário brasileiro: diagnóstico e propostas**. Rio de Janeiro: FGV, 2022.
3. GANDRA MARTINS, Ives. **Aspectos jurídicos da reforma tributária**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.
4. MACIEL, Everardo. **Reforma tributária: realidade ou ficção?** Brasília: Instituto Brasileiro de Direito Público, 2022.

Área de conhecimento do CNPq: 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas

CHS-025

PRÁTICAS EFICIENTES PARA A RETENÇÃO DE TALENTOS EM PEQUENAS EMPRESAS

Igor Brunelle da SILVA (Curso de Administração, FDV)

Alan de Freitas BARBIERI (Coorientador, FDV)

Carla Cristina da SILVA (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Retenção de talentos, Pequenas empresas, Gestão de pessoas

Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A retenção de talentos representa um dos principais desafios enfrentados pelas pequenas empresas, que competem diretamente com grandes corporações na busca por profissionais qualificados. Enquanto organizações de maior porte oferecem salários elevados e pacotes de benefícios atrativos, as pequenas empresas precisam desenvolver práticas diferenciadas de gestão de pessoas, capazes de motivar e engajar seus colaboradores (Cielo; Silva, 2018). Nesse contexto, a valorização do capital humano torna-se essencial para reduzir custos de rotatividade, assegurar a continuidade das atividades e promover o crescimento sustentável do negócio. **OBJETIVOS:** O objetivo geral deste estudo é analisar estratégias eficazes de retenção de talentos em pequenas empresas, identificando práticas que favoreçam o engajamento, a satisfação e a permanência dos colaboradores. Especificamente, busca-se: 1. Identificar os fatores que influenciam a permanência dos talentos em pequenas empresas; 2. Explorar as estratégias mais eficazes utilizadas para promover a retenção e reduzir a rotatividade; 3. Compreender a relação entre práticas de gestão de pessoas, cultura organizacional e motivação dos colaboradores.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: Trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva e abordagem qualitativa, fundamentada em revisão de literatura, onde foram analisadas publicações acadêmicas. **RESULTADOS:** Os estudos achados revelam que a retenção de talentos em pequenas empresas depende de práticas organizacionais que reconheçam o capital humano como fator estratégico. Chiavenato (2014) ressalta que reter talentos significa investir em desenvolvimento, motivação e reconhecimento contínuos. Dutra (2012) complementa afirmando que a permanência dos colaboradores está relacionada à clareza de papéis, às oportunidades de crescimento e à confiança estabelecida dentro da organização. Marras (2017) destaca que a cultura organizacional alinhada aos valores pessoais dos funcionários fortalece a identificação com a empresa, o que favorece a retenção. Já Motta (2013) defende que a proximidade entre líderes e liderados em pequenas empresas possibilita maior eficácia no reconhecimento, no desenvolvimento profissional e no fortalecimento de vínculos. Dessa forma, práticas como comunicação clara, feedback frequente, oportunidades de aprendizado e autonomia no trabalho se destacam como estratégias viáveis para reduzir a rotatividade. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** a retenção de talentos em pequenas empresas requer a adoção de estratégias centradas no desenvolvimento humano e no fortalecimento da cultura organizacional. A valorização dos colaboradores, por meio de reconhecimento individual, feedbacks constantes e oportunidades de crescimento, mostra-se essencial para o engajamento e a satisfação no trabalho. Mesmo diante de limitações financeiras, pequenas empresas podem se destacar ao criar ambientes colaborativos e promover uma gestão de pessoas estratégica.

REFERÊNCIAS:

1. CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
2. DUTRA, Joel Souza. **Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
3. MARRAS, Jean Pierre. **Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
4. MOTTA, Fernando C. Prestes. **Cultura organizacional e gestão**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
5. CIELO, Álvaro; SILVA, Silvana Barp da. Estratégias voltadas para retenção de talentos em pequenas empresas. **Anuário Pesquisa e Extensão Unesc São Miguel do Oeste**, v. 3, e17028, 2018.

Área de conhecimento do CNPq: 9.02.00.00-6 - Administração

CHS-026

GESTÃO DE ESTOQUE NO SUPERMERCADO MINEIRO: UMA ANÁLISE DE GESTÃO

Rafael Silva GOMES (Curso de Administração, FDV)

Carla Cristina da SILVA (Orientadora, FDV)

Márcio Balduino SARAIVA (Coorientador, FDV)

Palavras-chave: Administração da produção, Gestão de estoques, Análise de gestão, Supermercados

Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O controle de estoques é uma atividade essencial para a competitividade das empresas, especialmente no setor supermercadista, pois impacta diretamente a disponibilidade de produtos, a satisfação dos clientes e a lucratividade do negócio (Torres, 2017). Uma gestão eficiente evita excessos, que geram custos e desperdícios, bem como rupturas que ocasionam perdas de vendas. Além disso, possibilita identificar padrões de consumo, auxiliando na reposição estratégica e na negociação com fornecedores. Nesse contexto, torna-se relevante analisar como o Supermercado Mineiro realiza sua gestão de estoques, compreendendo práticas, dificuldades e oportunidades de melhoria. **OBJETIVO:** Analisar o processo de gestão de estoques no Supermercado Mineiro, identificando as práticas adotadas, as dificuldades enfrentadas e as oportunidades de melhoria, a fim de propor estratégias que aumentem a eficiência operacional e reduzam perdas. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A pesquisa apresenta natureza exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa. Foram utilizados dados primários (entrevistas, observação in loco e questionários aplicados a gestores e funcionários do setor de estoque) e secundários (relatórios internos, notas fiscais, planilhas de controle e literatura científica sobre gestão de estoques e administração da produção). A coleta de dados permitiu compreender rotinas de reposição, armazenamento, controle de validade e práticas de monitoramento. **RESULTADO:** A análise quantitativa evidenciou que os produtos perecíveis apresentaram maior rotatividade, demandando reposição frequente, mas também concentraram as maiores perdas por vencimento e conservação inadequada. Já os itens de limpeza e higiene apresentaram excesso de estoque, indicando falhas na previsão de demanda. Verificou-se ainda que, nos três primeiros meses analisados, o nível real de estoque esteve acima do ideal, gerando custos operacionais adicionais. Na análise qualitativa, destacaram-se a ausência de sistemas informatizados, dificuldades na previsão de demanda especialmente em produtos sazonais e falhas de comunicação entre os setores de compras, estoque e vendas, comprometendo a eficiência operacional. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que a gestão de estoques do Supermercado Mineiro carece de maior controle, planejamento e integração entre setores. Recomenda-se a implementação de sistemas informatizados de gestão, a capacitação da equipe e a adoção de práticas estratégicas de previsão de demanda e integração intersetorial, com vistas à redução de desperdícios, otimização de recursos e fortalecimento da competitividade no mercado varejista.

REFERÊNCIAS:

1. CHIAVENATO, Idalberto. **Administração da produção**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
2. CORRÊA, Henrique L.; CORRÊA, Carlos A. **Administração da produção e operações**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
3. MARTINS, Petrônio G.; ALT, Paulo R. C. **Administração de materiais e recursos patrimoniais**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
4. TORRES, Fábio. **Gestão de estoque e operações no varejo**. São Paulo: Atlas, 2017.

Área de conhecimento do CNPq:
6.02.03.00-5 - Administração de Setores Específicos

CHS-027

IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Maria Eduarda Floresta Silva **VICENTE** (Curso de Pedagogia, FDV)
Renato Salles **MATTOS** (Orientador, FDV)
Raja Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chaves: Literatura, Desenvolvimento infantil, Importância
Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A literatura infantil exerce um papel fundamental no processo de desenvolvimento das crianças, sendo muito mais do que uma simples atividade de entretenimento. Desde os primeiros anos de vida, o contato com histórias, personagens e mundos imaginários contribui significativamente para a formação emocional, cognitiva, social e linguística dos pequenos. Por meio da leitura, a criança amplia seu vocabulário, desenvolve a criatividade, aprende a lidar com sentimentos e situações cotidianas, além de construir valores e visões de mundo CUNHA (2003). "A importância da literatura infantil se dá quando a criança toma contato oralmente com ela, e não somente quando se tornam leitores, dessa forma, ouvir histórias tem uma importância que vai além do prazer, é através dela que a criança pode conhecer coisas novas, para que seja iniciada a construção da linguagem, da oralidade, de ideias, valores e sentimentos, os quais ajudam na sua formação pessoal". Ao promover o prazer pela leitura desde cedo, a literatura infantil se torna uma ferramenta poderosa na formação de leitores críticos, sensíveis e reflexivos. COSTA (2007) "A convivência com poemas, narrativos ou textos dramáticos, além da ilustração ou das imagens visuais, que passaram a integrar necessariamente o livro de literatura infantil, faz com que a criança desenvolva habilidades de manuseio, de entendimento e de relações entre linguagens diversas". Além disso, o momento da leitura também fortalece os vínculos afetivos entre a criança e o adulto que lê com ela, criando um espaço de troca, escuta e acolhimento. Segundo Paulo Freire, "a leitura do mundo precede a leitura da palavra". **OBJETIVOS:** Demonstrar a importância da literatura infantil no desenvolvimento integral da criança e destacando seus benefícios. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Foi desenvolvido um estudo de campo e pesquisa bibliográfica, de natureza descritiva e abordagem qualitativa utilizando como instrumento de coleta um questionário padronizado com perguntas abertas aplicados a 2 professoras da instituição de ensino. Os dados coletados em campo foram analisados à luz do Referencial Teórico. **RESULTADOS:** Os resultados da pesquisa revelam que os professores reconhecem a importância da literatura infantil no desenvolvimento integral da criança, compreendendo que o contato com os livros desde a primeira infância contribui significativamente para o desenvolvimento da linguagem oral e escrita, da imaginação, da empatia e da capacidade de interpretar o mundo ao seu redor. Essa percepção vai ao encontro do que afirma Abramovich (2003, p. 17), ao destacar que é por meio das histórias que as crianças têm a oportunidade de conhecer outros lugares, tempos, modos de agir e de ser, acessando diferentes áreas do conhecimento como História, Geografia, Filosofia e Sociologia - tudo isso de forma prazerosa, sem o peso da didatização. Assim, os professores compreendem que a literatura infantil não é apenas um recurso pedagógico, mas uma potente ferramenta de formação humana e abertura para o mundo. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O estudo permite concluir a importância da literatura infantil no desenvolvimento da criança indo muito além do entretenimento, ela contribui de formas significativas para o desenvolvimento cognitivo, linguístico e social, estimula a criatividade, o pensamento crítico e a criatividade da criança. Foi possível observar que os professores compreendem essa importância e utilizam frequentemente a literatura em suas aulas, assim, fortalecer o acesso à literatura infantil e incentivar momentos de leitura na escola proporciona as crianças um momento rico, sensível e significativo para sua infância e desenvolvimento. Preparando a criança para o mundo e para relações com o próximo de maneira mais empática, reflexiva e respeitosa.

REFERÊNCIAS:

1. ABRAMOVICH, F. *Literatura infantil: gostosuras e bobices*. São Paulo: Scipione, 1997.
2. COSTA, Marta Morais. *Metodologia do ensino da literatura infantil*. Curitiba: IBPEX, 2007.
3. CUNHA, Maria Antonieta Antunes. *Literatura Infantil: teoria e prática*. São Paulo: Ática, 2003.
4. ZILBERMAN, Regina. *A literatura na escola*. São Paulo: Global, 2006.

Área de conhecimento do CNPQ: 7.08.00.00-6 - Educação

CHS-028

IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Maria Eduarda Floresta Silva **VICENTE** (Curso de Pedagogia, FDV)
Renato Salles **MATTOS** (Orientador, FDV)
Raja Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chaves: Matemática, Educação infantil, Ensino
Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O ensino da matemática na educação infantil desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das crianças, como por exemplo, no desenvolvimento cognitivo, é nesse período que as crianças constroem bases para o raciocínio lógico, a resolução de problemas e a compreensão do mundo ao seu redor. De acordo com a BNCC a matemática, na educação infantil, deve ser vivenciada em situações nas quais as crianças possam explorar, manipular e construir significados sobre os números, as formas, as medidas e as relações espaciais. HUALDE (1996) "A matemática é uma ciência em si mesma totalmente abstrata portanto, pode se desenvolver a partir de raciocínios lógicos e consequentemente, independentemente da realidade que lhe deu origem. É por esse motivo que, mais que nenhuma outra ciência, seu ensino deve ser contextualizado". Muito além de números e operações, a matemática, quando bem trabalhada desde os primeiros anos, contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico, da autonomia e da capacidade de tomar decisões. Através de atividades lúdicas, concretas e contextualizadas, é possível despertar o interesse dos pequenos pela disciplina, mostrando que ela está presente no cotidiano e é essencial para diversas situações da vida. SMOLE (2000) "Uma proposta de trabalho de matemática para a educação infantil deve encorajar a exploração de uma variedade de ideias matemáticas, não apenas numéricas, mas também aquelas relativas à geometria, às medidas e às noções de estatística". Assim, investir em um ensino de matemática significativo desde a infância é garantir uma aprendizagem mais sólida e duradoura ao longo da trajetória escolar. **OBJETIVOS:** Mostrar a importância da matemática na educação infantil e formas de utilizá-la de maneira lúdica. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Foi desenvolvido um estudo de campo e pesquisa bibliográfica, de natureza descritiva e abordagem qualitativa utilizando como instrumento de coleta um questionário padronizado com perguntas abertas aplicados a 2 professoras da instituição de ensino. Os dados coletados em campo foram analisados à luz do Referencial Teórico. **RESULTADOS:** Os resultados da pesquisa demonstram que os professores reconhecem a relevância do ensino da matemática na educação infantil como parte essencial do desenvolvimento integral das crianças. Eles compreendem que a matemática vai além da simples contagem ou operação com números, sendo uma ferramenta rica para estimular o raciocínio e a criatividade. Nesse sentido, é possível perceber que muitos educadores recorrem ao uso de atividades lúdicas em suas aulas, justamente por entenderem que o brincar é uma forma eficaz de aprendizagem. Essa prática está alinhada ao pensamento de Vygotsky (2000, p. 81), que afirma que "o lúdico é fonte de desenvolvimento e de aprendizagem", permitindo que a criança adote novos papéis e desenvolva habilidades que impulsionam seu processo cognitivo e social. De acordo com Vygotsky: "O lúdico é fonte de desenvolvimento e de aprendizagem, constituindo uma atividade que impulsiona o desenvolvimento, pois a criança se comporta de forma diferentemente na vida cotidiana, exercendo papéis e desenvolvendo ações que mobilizam novos conhecimentos, habilidades e processos de desenvolvimento e de aprendizagem" (VYGOTSKY, 2000, p. 81). **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O estudo permite concluir a importância do ensino da matemática na educação infantil a matemática na educação infantil vai muito além da simples memorização de números ou operações. Ela representa uma linguagem essencial para a compreensão do mundo e deve ser inserida no cotidiano das crianças de forma lúdica, significativa e acessível. Ao estimular o raciocínio lógico, a resolução de problemas e a criatividade, o ensino da matemática nessa etapa inicial contribui para o desenvolvimento integral do aluno, respeitando seu tempo e suas experiências.

REFERÊNCIAS:

1. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional: conhecimento de mundo, matemática*. v. 3. BRASÍLIA: MEC/SEF, 1998.
2. DUHALDE, Maria Helena. *Encontros Iniciais com a matemática: contribuições a educação infantil*. Porto Alegre: Artes médicas, 1996.
3. SMOLE, Katia Cristina Stocco. *A matemática na educação infantil: a teoria das inteligências múltiplas na prática escolar*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
4. VYGOTSKY, Lev Semionovitch. *O papel do brinquedo no desenvolvimento*. In: A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Área de conhecimento do CNPQ: 7.08.00.00-6 - Educação

ACESSO À JUSTIÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL: CONTRIBUIÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS

Igor Damasceno de **FARIA** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)
Allysson Eduardo Botelho de **OLIVEIRA** (Coorientador, FDV)

Palavras-chave: Acesso à justiça, Políticas públicas, Direitos sociais, Cidadania

Agente de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O acesso à justiça é importante para a cidadania e a igualdade material no Estado Democrático de Direito. A Constituição de 1988 amplia direitos sociais e estabelece políticas públicas de inclusão (Cappelletti e Garth, 1988; Canotilho, 2010). Entretanto, a desigualdade social restringe seu alcance, especialmente para grupos vulneráveis, como pessoas em pobreza extrema, mulheres, negros, LGBTQIA+, indígenas e comunidades tradicionais. Políticas sociais, como a Defensoria Pública e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), reduzem barreiras financeiras e institucionais, promovendo equidade, efetivando direitos e fortalecendo a participação cidadã.

OBJETIVOS: O trabalho tem como objetivo analisar o impacto das políticas públicas sociais no acesso à justiça no Brasil, buscando compreender quais políticas contribuem para ampliar esse acesso e identificar os principais desafios relacionados à sua implementação.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: Utilizou-se a abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada em revisão bibliográfica, realizada por meio de busca no Google Acadêmico, visando analisar os artigos científicos sobre políticas públicas e acesso à justiça. **RESULTADOS:** Os resultados indicam que a Defensoria Pública é a principal política de acesso à justiça, atendendo milhões, apesar do déficit de defensores em diversas regiões (Sarlet, 1988). Programas sociais complementares, como Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Juizados Especiais e inclusão digital, aproximam cidadãos das instâncias de proteção e fortalecem a cidadania. Segundo Souza (2006), persistem desigualdades estruturais e regionais, manifestas na carência de defensores, na limitada informação sobre direitos e na morosidade judicial. Mastrodi (2021) ressalta que a integração entre educação, assistência social e justiça fortalece a democratização do acesso à justiça. Historicamente, a "Era Vargas" (1930-1945) instituiu a proteção social com a CLT (Brasil Escola, s/d). Posteriormente, a Constituição de 1988 ampliou direitos sociais, e a década de 2000 trouxe políticas de combate à pobreza e maior presença estatal em regiões vulneráveis (Brasil de Fato, 2021). Nos anos 2020, houve desmonte e subfinanciamento de políticas sociais. Silva et al. (2017) afirmam que o Estado deve garantir serviços universais, regulando a sociedade para assegurar dignidade e igualdade. Portanto, Defensoria Pública e programas sociais são centrais na efetivação do acesso à justiça, aproximando cidadãos de proteção e resolução de conflitos. Contudo, desafios estruturais, regionais e institucionais exigem integração de políticas públicas em múltiplas áreas, investimentos contínuos, planejamento estratégico e articulação entre políticas sociais, garantindo universalidade e equidade. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** As políticas públicas sociais são fundamentais para o acesso à justiça, especialmente para populações vulneráveis, ao possibilitar a reivindicação de direitos. Apesar de avanços normativos, a insuficiência de recursos, desigualdades regionais e barreiras sociais ainda limitam seu alcance. A Defensoria Pública e programas complementares aproximam cidadãos das instâncias de proteção e resolução de conflitos. Sua efetividade depende de investimentos contínuos, articulação intersetorial e ações que promovam equidade, inclusão social e cidadania. Recomenda-se pesquisas futuras que avaliem a eficácia dessas iniciativas e o impacto de programas inovadores, como inclusão digital e educação em direitos, na ampliação do acesso à justiça e na consolidação de uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BRASIL DE FATO. Como foram construídas as Políticas Públicas no Brasil? 2021. Disponível: <https://www.brasiledefato.com.br/2021/10/07/opinio-como-foram-construidas-as-politicas-publicas-no-brasil/>. Acesso: 23 ago. 2025.
- BRASIL ESCOLA. Trajetória histórica das políticas públicas no Brasil: instrumentos de garantia do bem-estar social. Disponível: <https://monografias.brasilescuela.uol.com.br/direito/trajetoria-historica-das-politicas-publicas-no-brasil-instrumentos-de-garantia-do-bem-estar-social.htm>. Acesso: 23 ago. 2025.
- CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à justiça. Porto Alegre: Fabris, 1988.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. O princípio da sustentabilidade como princípio estruturante do direito constitucional. *Revista de estudos políticos*, v. 8, n. 13, p. 007-018, 2010.
- MASTRODI, J. Políticas públicas: conceito. Enciclopédia Jurídica da PUC-SP, 2021. Disponível: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/561/edicao-1/politicas-publicas-conceito>. Acesso: 21 ago. 2025.
- SARLET, Ingo Wolfgang. Os direitos sociais como direitos fundamentais: contributo para um balanço aos vinte anos da Constituição Federal de 1988. *Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica*, v. 20, p. 163-206, 1988.
- SILVA, A. G. F.; MOTA, L. A.; DORNELAS, C. S. M.; LACERDA, A. V. A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, 2017.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

DESAFIOS DO EMPREENDEDORISMO JOVEM EM PORTO FIRME-MG

Humberto Gabriel Veloso **MAIA**
(Curso de Ciências Contábeis, FDV)
Alan de Freitas **BARBIERI** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Empreendedorismo jovem, Porto Firme-MG, Barreiras estruturais, Políticas públicas, Mercado local

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: O empreendedorismo jovem é vital para o crescimento econômico e social, promovendo independência financeira e inovação (Reis; Santos, 2021). No Brasil, os jovens empreendedores enfrentam desafios como burocracia, crédito limitado e falta de experiência na gestão, afetando a sustentabilidade dos negócios (Oliveira; Longo, 2023). Políticas públicas são importantes para reduzir essas barreiras e incentivar novos empreendimentos (Zouain; Oliveira; Barone, 2007). Em Porto Firme, Minas Gerais, essas dificuldades se agravam devido à infraestrutura precária, acesso restrito a financiamento e escassez de capacitação, dificultando a estruturação e expansão dos pequenos negócios. **OBJETIVOS:** O estudo investiga os desafios do empreendedorismo jovem em Porto Firme-MG, identificando estratégias para a sustentabilidade dos negócios. Especificamente, analisa barreiras estruturais e econômicas, o impacto das políticas públicas e a influência da capacitação no sucesso dos empreendimentos.

JUSTIFICATIVA: O empreendedorismo jovem impulsiona o emprego e o crescimento econômico. Vieira e Marques (2019) destacam a influência da formação acadêmica no sucesso empresarial. O estudo visa contribuir para políticas públicas e iniciativas em Porto Firme.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: Esta pesquisa é de natureza descritiva, com abordagem qualitativa. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas com jovens empreendedores de Porto Firme, buscando compreender os desafios enfrentados e as estratégias adotadas para a sustentabilidade de seus negócios. **RESULTADOS:** A pesquisa qualitativa com três jovens empreendedores de Porto Firme-MG identificou desafios e oportunidades do empreendedorismo local. As entrevistas mostraram que burocracia, acesso limitado ao crédito, falta de capacitação em gestão e mercado reduzido impactam diretamente o desenvolvimento dos negócios, sendo a burocracia e os altos custos com impostos apontados como principais obstáculos à formalização e à segurança financeira das empresas. Um deles afirmou que "mesmo sendo mais fácil conseguir empréstimo hoje em dia, a gente fica com um pé atrás, com medo de não conseguir arcar com essa dívida." A falta de capacitação em gestão foi outro ponto citado. Apesar do domínio técnico sobre os serviços, a ausência de formação em administração compromete decisões estratégicas e a sustentabilidade dos negócios. O mercado consumidor reduzido limita o crescimento, exigindo criatividade para atrair clientes. Apesar das dificuldades, os empreendedores demonstram resiliência, utilizando redes sociais como o Instagram e fortalecendo vínculos com a comunidade, estratégias que ajudam a consolidar os negócios e fidelizar clientes. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Os jovens empreendedores de Porto Firme enfrentam desafios como burocracia, falta de capacitação em gestão e dificuldade de acesso ao crédito. Contudo, demonstram adaptação ao usar redes sociais, diversificar produtos e fortalecer vínculos com a comunidade. Incentivar a formação empreendedora e políticas públicas que facilitem a formalização e o financiamento pode fortalecer os negócios e o desenvolvimento econômico local.

REFERÊNCIAS:

- OLIVEIRA, E. M. D.; LONGO, L. B. F. *Empreendedorismo jovem: um estudo de caso sobre a percepção dos jovens empreendedores da Região da Zona da Mata Mineira*. 2023.
- REIS, T. L.; SANTOS, R. H. *Empreendedorismo jovem: motivações, dificuldades e particularidades*. Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, 2021.
- ZOUAIN, D. M.; OLIVEIRA, F. B.; BARONE, F. M. *Construindo o perfil do jovem empreendedor brasileiro: relevância para a formulação e implementação de políticas de estímulo ao empreendedorismo*. Revista de Administração Pública, 2007.
- VIEIRA, G. A.; MARQUES, D. *Perfil do jovem empreendedor: estudo de caso sobre o perfil empreendedor dos alunos e egressos do curso de Administração de uma faculdade particular de Juiz de Fora/MG*. Gestão - Revista Científica, 2019.

Área de conhecimento do CNPq: 6.03.00.00-9 - Ciências Contábeis

CHS-031

**IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
ESTUDO REALIZADO EM UM COLÉGIO DE VIÇOSA-MG**

Giovana Martins **BATISTA** (Curso de Pedagogia, FDU)
Renato Salles **MATTOS** (Orientador, FDU)
Raja Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDU)

Palavras-chave: Educação infantil, Brincar, Criança, Ludicidade
Agência de fomento: FDU

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O brincar é uma atividade fundamental na educação infantil, pois contribui para o desenvolvimento integral da criança, abrangendo aspectos cognitivos, emocionais, sociais e motores. Segundo Vygotsky (1984), "é no brinquedo que a criança se comporta além do comportamento habitual da sua idade" (p. 117), evidenciando que, por meio da ludicidade, a criança explora novas formas de aprendizado e interação. A relevância do estudo está na necessidade de compreender como o brincar influencia o aprendizado e como pode ser melhor inserido nas práticas pedagógicas, de acordo com diretrizes educacionais como a Base Nacional Comum Curricular. **OBJETIVOS:** O objetivo geral da pesquisa foi analisar a importância do brincar na educação infantil, destacando seu papel no desenvolvimento cognitivo, emocional, social e motor da criança. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** O estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. A pesquisa fundamentou-se em um estudo de campo, contemplando autores como Piaget, Vygotsky e Kishimoto, bem como documentos oficiais, a exemplo da BNCC. Além disso, foi feita a observação em campo em turmas da educação infantil, registrando práticas lúdicas espontâneas e orientadas. Os dados foram analisados em categorias relacionadas às dimensões cognitiva, social, emocional e motora, possibilitando uma interpretação crítica e fundamentada do fenômeno investigado. **RESULTADOS:** Nesta etapa iremos observar e analisar os dados coletados em um colégio por uma professora da educação infantil. Essa análise conta com suporte das ideias e autores apresentados no referencial teórico.

	COMO OS PROFESSORES PODEM INCENTIVAR O BRINCAR NA ESCOLA?
P1	Criando ambientes lúdicos, oferecendo materiais diversificados, respeitando o tempo da criança e valorizando as brincadeiras como parte no currículo.

Tabela 1. Fonte: Dados do questionário

Brincar é muito mais do que uma simples diversão para a criança, é uma forma completa de aprender e crescer. Quando a criança brinca, ela desenvolve seu corpo (aspectos físicos), aprende a lidar com sentimentos (aspectos emocionais), interage com outras crianças (aspectos sociais) e estimula seu pensamento e criatividade (aspectos cognitivos). Os professores ajudam as crianças a brincarem mais na escola quando criam espaços que são divertidos e que estimulam a imaginação. Eles também devem oferecer diferentes tipos de materiais para brincar, respeitar o ritmo de cada criança e entender que brincar é uma parte importante do aprendizado - não é só um momento de descanso, mas algo que deve fazer parte das atividades planejadas no dia a dia escolar. "A atividade lúdica, o jogo, o brinquedo, a brincadeira, precisam ser melhorados, compreendidos e encontrar maior espaço para ser entendido como educação. Na medida em que os professores compreenderem toda sua capacidade potencial de contribuir no desenvolvimento infantil, grandes mudanças irão acontecer na educação e nos sujeitos que estão inseridos nesse processo. Goés (2008, p. 37) **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Por meio do brincar, a criança explora o mundo ao seu redor, desenvolve a imaginação, expressa sentimentos e emoções, além de construir conhecimentos importantes para sua formação. As brincadeiras simbólicas, motoras, sensoriais e os jogos de construção são essenciais nesse processo, pois estimulam a criatividade, a coordenação motora, a percepção sensorial e a interação com os colegas. Cada tipo de brincadeira possui um papel específico no desenvolvimento infantil, tornando-se uma ferramenta pedagógica indispensável no ambiente escolar. Brincar é uma atividade indispensável no processo de desenvolvimento infantil, pois vai além do simples ato de se divertir. Ele contribui de forma significativa para o crescimento físico, emocional, social e cognitivo da criança, promovendo um desenvolvimento integral e harmonioso. Por meio das brincadeiras, as crianças aprendem a lidar com suas emoções, interagir com os outros, resolver problemas e desenvolver a criatividade.

REFERÊNCIAS:

1. GÖES, M. C. A natureza social do desenvolvimento psicológico. Cadernos CEDES, Campinas, n. 24, 1991.
2. CARVALHO, S. H. **Construindo o saber: metodologia científica - fundamentos e técnicas**. 17. ed. São Paulo: Papius, 2006.
3. FROEBEL, Federico. **La educación del hombre**. Biblioteca virtual universal, 2003. Disponível: <http://www.biblioteca.org.ar/libros/88736.pdf> Acesso: 10 maio 2024.
4. VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

CHS-032

**MATEMÁTICA FINANCEIRA PARA PEQUENOS
EMPREENDEDORES:
ESTRATÉGIAS DE CONTROLE E CRESCIMENTO**

Ana Alice Santos **ALMEIDA** (Curso de Ciências Contábeis, CESEP)
Bruna de Oliveira **GONÇALVES** (Orientadora, CESEP)

Palavras-chave: Matemática financeira, Pequenas empresas, Gestão financeira, MPEs

Agência de fomento: Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado - CESEP -, Machado-MG

RESUMO: O estudo destaca a relevância da matemática financeira na gestão de MPEs, auxiliando no planejamento e na tomada de decisões. Ferramentas como fluxo de caixa, capital de giro e investimentos otimizam o uso dos recursos e reduzem riscos. Contudo, a falta de capacitação financeira e falhas no controle comprometem a eficiência dos negócios. **INTRODUÇÃO:** A matemática financeira é uma ferramenta importante para pequenos empreendedores, pois ela permite maior controle e ajuda na tomada de decisões estratégicas na empresa, maximizando os seus resultados. Segundo SEBRAE (2013), uma estrutura gerencial organizada permite analisar os resultados alcançados em determinado período, servindo como base para decisões assertivas. Assaf Neto (2020), reforça que o planejamento financeiro desempenha um papel essencial para identificar as necessidades de caixa e evitar crises de liquidez. Entretanto, é comum muitos gestores enfrentarem obstáculos, como a falta de capacitação em finanças e dificuldades no controle do fluxo de caixa o que pode resultar em tomadas de decisões ineficientes. **OBJETIVOS:** Este estudo busca mostrar de que forma conceitos como fluxo de caixa, capital de giro, juros, descontos e investimentos podem ser aplicados na prática empresarial, garantindo maior desenvolvimento e segurança financeira. **REFERENCIAL TEÓRICO:** O planejamento financeiro desempenha um papel essencial nas organizações, pois garante formalidade e clareza na definição dos objetivos econômicos, de acordo com Ross (1998), ele funciona como uma declaração do que a empresa pretende alcançar no futuro. A literatura aponta que o uso adequado de fluxos de caixa, capital de giro e demais ferramentas financeiras promove eficiência operacional, permite a análise de investimentos e apoia decisões estratégicas que fortalecem a competitividade das empresas. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Este trabalho foi elaborado por meio de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo e descritivo. Foram utilizados artigos científicos, trabalhos acadêmicos e materiais técnicos que abordam conceitos e aplicações da matemática financeira no contexto de empreendedores. O trabalho foi desenvolvido a partir de seleção criteriosa de fontes atuais e relevantes, seguida da leitura atenta do material, análise crítica e da organização das informações. Por fim, os resultados e a discussão foram escritos de forma clara e coerente, garantindo a interpretação adequada do tema estudado. **RESULTADOS:** A literatura evidencia que a matemática financeira é essencial para a gestão de micro e pequenas empresas (MPEs), que representam mais de 99% das empresas brasileiras e geram cerca de 70% dos empregos formais (SEBRAE, 2022). Contudo, essas empresas enfrentam desafios de sobrevivência em um ambiente competitivo e incerto. Soluções promissoras incluem o uso de tecnologia na gestão, fortalecimento da educação financeira e políticas públicas inclusivas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O estudo conclui que a matemática financeira é um instrumento estratégico para micro e pequenas empresas, proporcionando maior segurança, controle e eficiência na gestão dos recursos. A análise demonstrou que as micro e pequenas empresas (MPEs) são fundamentais para a economia brasileira, gerando empregos e promovendo desenvolvimento socioeconômico. Contudo, enfrentam dificuldades na gestão financeira, como falta de planejamento, controle inadequado do fluxo de caixa, baixa capacitação dos gestores e carência de políticas públicas eficazes de apoio. Dessa forma, o uso eficaz da matemática financeira transforma-se em elemento essencial para o crescimento, inovação e sustentabilidade das empresas no cenário econômico brasileiro.

REFERÊNCIAS:

1. ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
2. PEREIRA, Flaviana Ferreira. **Educação financeira e gestão de pequenos negócios**. Fortaleza: SEBRAE/CE, 2013.
3. SEBRAE. **A taxa de sobrevivência das empresas no Brasil**. Disponível: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/a-taxa-de-sobrevivencia-das-empresas-no-brasil>
4. ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JORDAN, B. D. **Princípios de administração financeira**. São Paulo: Rev. Ciênc. Empres. UNIPAR, Umuarama, v. 13, n. 1, p. 29-40, jan./jun. Atlas, 1995.

Área de conhecimento do CNPq: 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas - Ciências Contábeis

CHS-033

MOTIVAÇÃO E RELACIONAMENTO NO SETOR BANCÁRIO: IMPACTOS NA GESTÃO E NO DESEMPENHO ORGANIZACIONAL

Eduarda Ferreira **RAMOS** (Curso de Ciências Contábeis, CESEP)
Bruna de Oliveira **GONÇALVES** (Orientadora, CESEP)

Palavras-chave: Motivação, Relacionamento interpessoal, Desempenho organizacional

Agência de fomento: Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado - CESEP -, Machado-MG

RESUMO: Este trabalho analisa a relação entre motivação e relacionamentos interpessoais no setor bancário brasileiro e seus impactos na gestão e desempenho organizacional. A pesquisa bibliográfica qualitativa sintetiza estudos sobre o tema. Os resultados mostram que motivação, reconhecimento, desenvolvimento e relações interpessoais de qualidade são essenciais para engajamento e contribui para a satisfação de clientes. A liderança humanizada reforça esses efeitos, evidenciando que valorizar o capital humano é estratégico para o sucesso das instituições financeiras.

INTRODUÇÃO: O desempenho de um banco não depende só de sistemas e processos: ele está ligado ao engajamento e bem-estar dos funcionários. No cenário atual do setor, que passa por mudanças rápidas e pressão por resultados, a motivação e os relacionamentos entre colegas de trabalho são fundamentais para o bom funcionamento. Com o aumento da automação, a maneira que os funcionários lidam com problemas complexos e se relacionam com clientes e colegas se torna um diferencial. Por isso, cuidar das pessoas não é mais só função do RH; é uma estratégia que impacta diretamente a produtividade e a resiliência da instituição.

OBJETIVOS: O estudo busca compreender de que forma a motivação e os relacionamentos interpessoais impactam a gestão e o desempenho das equipes bancárias. Analisando o que faz os colaboradores se engajarem, como a liderança e o clima organizacional interferem no dia a dia, e de que forma essas interações afetam tanto o bem-estar dos funcionários quanto o relacionamento com clientes e a capacidade de adaptação das instituições a mudanças do mercado.

REFERENCIAL TEÓRICO: Segundo Chiavenato (2004), motivação é tudo aquilo que faz a pessoa se mexer para atingir um objetivo. No banco, isso é relevante, porque metas altas e pressão constante exigem engajamento real. Teorias como a Hierarquia das Necessidades de Maslow (1943) e a Teoria dos Dois Fatores de Herzberg (1959) mostram que, além do salário e da segurança, reconhecimento e oportunidades de crescimento fazem diferença para manter a equipe motivada. A liderança transformacional motiva a equipe, gera autonomia e favorece um ambiente colaborativo.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: O estudo foi feito de forma qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica. Foram analisados artigos, livros e estudos sobre motivação e relacionamento no setor bancário, buscando entender como esses fatores afetam a gestão de pessoas, a produtividade e a adaptação às mudanças do mercado.

RESULTADOS: Os resultados evidenciam que a motivação, o reconhecimento, o desenvolvimento profissional e as relações interpessoais de qualidade constituem elementos essenciais para a construção de um ambiente de trabalho resiliente e inovador. Nesse sentido, a motivação e o bom relacionamento configuram-se como pilares do sucesso no setor bancário. Colaboradores que se sentem valorizados, com oportunidades de crescimento e inseridos em um ambiente pautado pelo respeito, empatia e comunicação transparente, tendem a apresentar maior engajamento e produtividade. Ademais, a atuação de líderes capazes de inspirar e apoiar suas equipes contribui diretamente para a formação de um clima organizacional positivo e preparado para enfrentar mudanças. Embora a competitividade e a transformação digital representem desafios, quando abordados a partir do desenvolvimento de competências e da promoção do bem-estar, transformam-se em oportunidades para a inovação e excelência no atendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O estudo reforça que valorizar as pessoas é essencial para o sucesso do setor bancário. Tecnologia é importante, mas o verdadeiro diferencial está em engajar e desenvolver equipes. Criar um ambiente motivador, com boas relações interpessoais e liderança inspiradora, transforma os colaboradores no motor principal de inovação, produtividade e sustentabilidade das instituições financeiras hoje.

REFERÊNCIAS:
1. CATALYST. *Why diversity and inclusion matter*. 2019. Disponível em: <https://www.catalyst.org/>. Acesso em: 2 set. 2025.
2. CHIAVENATO, Idalberto. *Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações*. 2. ed. Barueri: Manole, 2004.
3. CLAMPITT, Phillip G. *Communicating for managerial effectiveness*. 6th ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2017.
4. CORREIA, M. et al. *Motivação e desempenho no setor bancário: um estudo de caso*. Revista Portuguesa de Gestão e Comportamento Organizacional, v. 1, n. 1, p. 45-60, 2018.

Área de conhecimento do CNPq: 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas - Ciências Contábeis

CHS-034

IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE GERAL COMO SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA A GESTÃO

Bruno de Souza Reis **FERREIRA**
(Curso de Ciências Contábeis, CESEP)
João Paulo Telini **DOMINGUES** (Orientador, CESEP)

Palavras-chave: Contabilidade geral, Sistema de informação, Gestão, Tomada de decisão

Agência de fomento: Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado - CESEP -, Machado-MG

RESUMO: A contabilidade é um instrumento essencial para a gestão, atuando não apenas no registro das operações, mas também na análise, interpretação e comunicação de informações econômicas. Sua função estratégica possibilita maior transparência, credibilidade e apoio à tomada de decisão. Este trabalho discute sua evolução, aplicações e integração com a tecnologia, evidenciando sua relevância social e organizacional.

INTRODUÇÃO: Historicamente, a contabilidade acompanhou a evolução das sociedades, desde os registros rudimentares da Antiguidade até os modernos sistemas informatizados. Atualmente, é reconhecida como linguagem universal dos negócios, fundamental para orientar gestores, investidores e demais stakeholders. No cenário contemporâneo, marcado pela globalização e pela alta competitividade, seu papel ultrapassa o caráter técnico, assumindo relevância estratégica e institucional.

OBJETIVOS: O artigo tem como objetivo geral analisar a importância da contabilidade como sistema de informação gerencial. Especificamente, busca compreender seu papel na comunicação entre empresas e stakeholders, na tomada de decisão, no planejamento estratégico, no controle patrimonial e financeiro, além de discutir os impactos da tecnologia da informação em sua modernização.

REFERENCIAL TEÓRICO: A literatura evidencia que a contabilidade, além de atender obrigações legais, é essencial para reduzir incertezas, apoiar investimentos e orientar estratégias. Autores como Iudícibus (2017) e Padoveze (2019) reforçam sua função de transformar dados em conhecimento, enquanto a integração tecnológica amplia sua precisão e agilidade, fortalecendo a governança corporativa e a credibilidade organizacional.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: A pesquisa é de natureza qualitativa, descritiva e exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica. Foram consultados livros e artigos científicos de autores clássicos e contemporâneos que tratam da contabilidade como sistema de informação e ferramenta de gestão.

RESULTADOS: Os resultados demonstram que a contabilidade evoluiu para um sistema de inteligência organizacional. Destacam-se: maior confiabilidade e comparabilidade das informações; contribuição decisiva na tomada de decisões e no planejamento estratégico; fortalecimento do controle patrimonial e financeiro; e integração com tecnologias digitais, que ampliam sua aplicabilidade inclusive em pequenas e médias empresas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Conclui-se que a contabilidade deve ser compreendida como um sistema dinâmico e estratégico, essencial para a sustentabilidade e competitividade empresarial. Mais do que registrar fatos, ela fornece informações qualificadas que orientam decisões, asseguram transparência e reforçam a legitimidade institucional. Ao integrar-se à tecnologia da informação, amplia sua relevância, mas impõe novos desafios, como a adaptação profissional e a proteção de dados.

REFERÊNCIAS:

1. CREPALDI, Silvio Aparecido. *Contabilidade gerencial: teoria e prática*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
2. HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. *Teoria da contabilidade*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
3. IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da contabilidade*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
4. MARION, José Carlos. *Contabilidade empresarial*. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
5. PADOVEZE, Clóvis Luís. *Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
6. SÁ, Antonio Lopes de. *Teoria da contabilidade*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Área de conhecimento do CNPq: 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas - Ciências Contábeis

CHS-035

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS REGIMES DE TRIBUTAÇÃO PARA O PRODUTOR RURAL: PESSOA FÍSICA X PESSOA JURÍDICA

Gabriel Adriano da Silva **BARROZO**
(Curso de Ciências Contábeis, CESEP)

Albino Ramos de **ANDRADE** (Orientador, CESEP)

Palavras-chave: Agronegócio, Produtor rural, Pessoa física, Pessoa jurídica, Tributação Rural.

Agência de fomento: Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado - CESEP -, Machado-MG

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A eficiência tributária é determinante para competitividade, rentabilidade e sustentabilidade do agronegócio, sobretudo onde convivem propriedades familiares e operações de maior escala, tornando a escolha entre Pessoa Física (PF) e Pessoa Jurídica (PJ) uma decisão estratégica de planejamento tributário e de governança, com impactos nas bases de cálculo, alíquotas, contribuições e obrigações acessórias ao longo do ano-calendário. **OBJETIVOS:** Analisar comparativamente os regimes aplicáveis ao produtor rural, identificando condições em que PF ou PJ tendem a maior eficiência fiscal-operacional; mapear incidências (IR/CSLL, PIS/COFINS, FUNRURAL/INSS, ICMS e ITR), comparar cargas efetivas em faixas de receita e avaliar custos de conformidade e complexidade de cada regime. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Pesquisa descritiva, qualitativa, com estudo comparativo documental e simulações em três receitas anuais (R\$ 500 mil, R\$ 1 milhão e R\$ 1,5 milhão), adotando premissas de despesas (60%, 55% e 50%), folha (R\$ 60 mil, R\$ 120 mil e R\$ 180 mil) e cenários previdenciários por faturamento (FUNRURAL) ou folha (INSS) para PF, além de Simples, Lucro Presumido e Lucro Real para PJ; no Lucro Real, os cálculos de PIS/COFINS não cumulativos foram apresentados sem créditos para simplificação. **RESULTADOS:** Na PF, a presunção de 20% da receita gerou alíquota efetiva estável de aproximadamente 5,5% e superou o livro-caixa nas premissas com margens relativamente elevadas e folhas proporcionais moderadas, enquanto o livro-caixa passa a ser competitivo quando a margem líquida cai ou a base previdenciária em folha se altera de modo relevante. Nas PJs, o Lucro Presumido mostrou desempenho consistente e previsível (cargas próximas a 8% nas simulações), superando o Simples nas hipóteses de alíquota média de 9% e o Lucro Real sem créditos, que tende a ser vantajoso apenas com margens estreitas e efetivo aproveitamento de créditos de PIS/COFINS, depreciação e outros ajustes. Observou-se crescimento monotônico da diferença em valores absolutos entre PF por presunção e PJ Presumido com o aumento da receita, apesar do gap percentual constante por construção das premissas, recomendando atenção simultânea a percentuais e montantes em reais. A complexidade e o custo operacional aumentam do PF para o PJ, sendo máximos no Lucro Real, o que pode neutralizar economias nominais quando a escala e a governança não comportam escrituração plena e controles de créditos, exigindo sistemas, processos e assessoria técnica mais robustos para mitigar riscos de glosa e sustentar elisão lícita. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A decisão PF x PJ é dinâmica e deve ser revisitada anualmente com simulações parametrizadas por margens, estrutura de custos, base previdenciária (receita ou folha), regime de PIS/COFINS e custos de conformidade, além das obrigações acessórias como LCDPR e DITR, a fim de alinhar eficiência fiscal, governança, acesso a crédito e sustentabilidade do negócio rural. Implicações: Em menor escala e com despesas proporcionais moderadas, PF por presunção tende a equilibrar simplicidade e baixa carga; com crescimento e previsibilidade, o Lucro Presumido oferece previsibilidade e inserção bancária; já o Lucro Real demanda maturidade contábil para capturar créditos e só se torna vantajoso quando a economia obtida supera o overhead de conformidade. Parâmetros didáticos (anexo/faixa do Simples, ausência de créditos no Lucro Real e particularidades estaduais do ICMS) sugerem novas simulações específicas por atividade, praça e estrutura de custos, incorporando mensuração explícita do "carga + conformidade" na tomada de decisão.

REFERÊNCIAS:

- BRESSA, Andrieli Bittencourt; SCHWERZ, Maicon Bazzan. **Produtores rurais: pessoa física ou jurídica, qual a melhor opção?** Cruz Alta: UNICRUZ, 2016.
- BRASIL. Receita Federal do Brasil. **Apurar resultado da atividade rural**. Brasília, DF: RFB, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/rfb/pt-br/servicos/apurar-resultado-da-atividade-rural>. Acesso em: 26 ago. 2025.
- FRANK, Ana Cláudia; RODNISKI, Cleber Marcos. **Planejamento tributário para produtor rural: estudo de caso**. 2017. Disponível em: <http://www.ensinosuperior.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/ITCC-Ana-Claudia-Frank.pdf>. Acesso: 26 ago. 2025.
- MANO FILHO, Ben-Hur Carvalho Cabrera. **Tributação da atividade rural no Brasil: análise crítica**. São Paulo: Insper, 2019. Disponível em: <https://repositorio.insper.edu.br/bitstreams/b834a81f-2670-4b49-9e12-134e9c8db52a/download>. Acesso: 26 ago. 2025.

Área de conhecimento do CNPq: 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas - Ciências Contábeis

CHS-036

IMPACTO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA GESTÃO E SUSTENTABILIDADE DE MICROEMPRESAS NO BRASIL EM 2025

Eduarda Signoretti **CAMPOS**
(Curso de Ciências Contábeis, CESEP)
Albino Ramos **ANDRADE** (Orientador, CESEP)

Palavras-chave: Microempresas, Gestão financeira, Educação financeira, Sustentabilidade

Agência de fomento: Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado - CESEP -, Machado-MG

RESUMO:

INTRODUÇÃO: Este estudo investiga a influência da educação financeira na gestão e sustentabilidade de microempresas brasileiras, que representam a maioria dos negócios formais e uma parcela significativa dos empregos. A pesquisa surge da constatação de que, apesar da importância crítica da gestão financeira, muitos microempreendedores carecem de formação específica, resultando em erros e alta taxa de mortalidade empresarial. O objetivo central é analisar como a educação financeira impacta a saúde e a longevidade dessas empresas em 2025, buscando sintetizar práticas de gestão, avaliar seu impacto em indicadores financeiros e propor diretrizes. A justificativa reside na necessidade de reduzir a mortalidade empresarial e fortalecer o setor econômico e social do país. **DESENVOLVIMENTO:** O desenvolvimento aprofunda a discussão sobre a gestão financeira como fator crucial para a sobrevivência das microempresas, frequentemente mais determinante que a falta de capital. Destacam-se três pilares essenciais: o Controle do Fluxo de Caixa, vital para monitorar entradas e saídas; a Formação de Preço e Análise de Custos, para assegurar a lucratividade; e a Tomada de Decisão Baseada em Dados, que substitui a intuição por análises concretas. A ausência de domínio sobre esses pilares gera um ciclo de endividamento e decisões precipitadas. A educação financeira é apresentada como um capital humano estratégico, capacitando o empreendedor a interpretar dados, planejar com segurança e negociar eficazmente, transformando a gestão do negócio em um investimento para o crescimento. **METODOLOGIA:** A metodologia adotada é qualitativa e exploratória, baseada em revisão narrativa da literatura e análise documental. Foram examinados 47 estudos publicados entre 2018 e 2024, selecionados em bases como Scopus, Web of Science, SciELO e Google Scholar, utilizando descritores como "educação financeira" e "gestão de microempresas". A análise documental complementou a revisão bibliográfica com relatórios do SEBRAE, Banco Central do Brasil (BCB) e OCDE. A força metodológica reside na triangulação dos dados, que compara e enriquece a visão acadêmica com a perspectiva prática e institucional, permitindo uma análise crítica e multifacetada dos achados. **RESULTADOS:** Os resultados revelam um cenário de contrastes. Problemas fundamentais de gestão financeira persistem, como falhas no controle do fluxo de caixa (apontado por 65% dos estudos) e na precificação (38%), que continuam sendo as principais causas da mortalidade de microempresas. Contudo, observa-se uma evolução no acesso ao conhecimento, facilitada pela tecnologia, com aplicativos e plataformas online tornando a educação financeira mais acessível e prática. Os dados confirmam que a educação financeira gera resultados tangíveis: empresas com gestores capacitados demonstram maior resiliência a crises, aumento de lucros, redução de dívidas e decisões mais estratégicas, culminando em maior sustentabilidade e competitividade no mercado. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O estudo conclui que a educação financeira é um fator decisivo para o sucesso e a sustentabilidade das microempresas. A habilidade do gestor em aplicar conceitos financeiros básicos é diretamente proporcional à prosperidade do negócio. A principal contribuição do trabalho é evidenciar que, apesar dos desafios financeiros persistentes, as soluções se modernizaram e se tornaram mais acessíveis, e os benefícios da capacitação são claros e mensuráveis. Uma limitação identificada é a ausência de pesquisa de campo, sugerindo para futuros estudos a investigação direta do impacto de programas de capacitação nos resultados financeiros das empresas. Em suma, o domínio financeiro é a ferramenta mais poderosa para o microempreendedor transformar esforço em resultado e garantir a prosperidade a longo prazo.

REFERÊNCIAS:

- ASSAF NETO, A. **Finanças corporativas e valor**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. The economic importance of financial literacy: theory and evidence. *Journal of Economic Literature*, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014.
- ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **OECD/INFE Toolkit for Measuring Financial Literacy and Financial Inclusion**. Paris: OECD, 2024.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Sobrevivência das Empresas no Brasil**. Relatório Técnico. Brasília, DF: SEBRAE, 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas - Ciências Contábeis

PAPEL DA CONTROLADORIA NA GESTÃO DE CUSTOS EM PEQUENAS EMPRESAS: UMA ANÁLISE CONTEMPORÂNEA

Nelson Alves da **LUZ NETO** (Curso de Ciências Contábeis, CESEP)
Albino Ramos **ANDRADE** (Orientador, CESEP)

Palavras-chave: Controladoria. Gestão de custos. Pequenas empresas. Informação gerencial

Agência de fomento: Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado - CESEP -, Machado-MG

RESUMO: Na pesquisa examina-se o papel da controladoria na gestão de custos em pequenas empresas brasileiras, num ambiente de intensa competitividade, inflação de insumos e necessidade de adaptação tecnológica. As micro e pequenas empresas representam mais de 90% dos negócios formais e 54% dos empregos, mas sofrem com limitações de capital e falta de profissionalização. Nesse cenário, a gestão de custos torna-se instrumento estratégico de sobrevivência, e a controladoria evolui de uma função de suporte contábil para agente de planejamento e decisão.

INTRODUÇÃO: Com o aumento da complexidade econômica, a controladoria passou a integrar planejamento, execução e controle, fornecendo informações de qualidade para decisões. Em pequenas empresas, essa profissionalização é essencial, mas exige adaptação às restrições de recursos. O estudo busca responder: qual é o papel da controladoria na gestão de custos em pequenas empresas no Brasil de 2025? Os objetivos incluem identificar instrumentos e métodos, avaliar benefícios e barreiras e apontar tendências tecnológicas.

REFERENCIAL TEÓRICO: A controladoria surgiu no início do século XX em grandes corporações norte-americanas e consolidou-se no Brasil a partir dos anos 1980. Hoje, é definida como o sistema de informação que otimiza resultados econômicos, integrando contabilidade de custos, orçamentos e avaliação de desempenho. Entre as funções centrais destacam-se: planejamento e controle orçamentário, análise de custos e precificação, avaliação de investimentos e apoio à formulação de estratégias. A gestão de custos busca mensurar e controlar gastos para garantir eficiência. Pequenas empresas enfrentam dificuldades para adotar métodos sofisticados, recorrendo a custeio por absorção simplificado ou custeio variável. A integração da controladoria com a contabilidade de custos permite alinhar planejamento estratégico e decisões sobre mix de produtos e investimentos.

METODOLOGIA: Trata-se de pesquisa qualitativa e exploratória, baseada em revisão bibliográfica sistemática de 46 estudos nacionais e internacionais publicados entre 2020 e 2025. A análise de conteúdo seguiu o método temático de Bardin (2016), organizando os achados em quatro categorias: instrumentos, impactos, barreiras e tendências tecnológicas.

RESULTADOS: Cerca de 60% dos estudos apontam o orçamento empresarial e análise de variações como instrumentos mais relevantes. Aproximadamente 45% destacam KPIs e o uso crescente de Business Intelligence (BI) e dashboards em tempo real, permitindo decisões rápidas e maior controle financeiro. Benefícios: cerca de 70% dos trabalhos relatam ganhos de acurácia na precificação, maior previsibilidade do fluxo de caixa e capacidade de identificar produtos deficitários. Evidências empíricas mostram redução média de 12% nos custos operacionais com a implementação da controladoria. Barreiras: em torno de 55% dos estudos mencionam a escassez de profissionais especializados, além de limitações financeiras e resistência cultural dos gestores a controles formais.

Tendências: a popularização de softwares em nuvem, o uso de inteligência artificial em análises preditivas e a integração de sistemas de pagamento, e-commerce e contabilidade em tempo real - citadas em cerca de 45% dos estudos - tornam as ferramentas de controladoria mais acessíveis.

DISCUSSÃO: Os achados confirmam que a controladoria não é apenas suporte operacional, mas elemento estratégico de sustentabilidade financeira. O desafio, entretanto, é também cultural: pequenas empresas costumam ter gestão centralizada e informal, exigindo treinamento de gestores e soluções escaláveis para superar resistências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A controladoria exerce papel crucial na gestão de custos, conectando informação contábil e estratégia. Garante decisões mais assertivas, melhora a rentabilidade e contribui para a sustentabilidade de longo prazo. Apesar da falta de dados primários e do foco em literatura brasileira, o estudo atinge seus objetivos ao identificar instrumentos, benefícios, barreiras e tendências, reforçando que a profissionalização da gestão de custos é indispensável para a consolidação das pequenas empresas em um mercado competitivo.

REFERÊNCIAS:

1. BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
2. CATELLI, A. *Controladoria: uma abordagem da gestão econômica*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
3. FERREIRA, L. A. Desafios da controladoria em micro e pequenas empresas em 2025. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 19, n. 2, p. 45-63, 2025.
4. MARTINS, E. *Contabilidade de custos*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

Área de conhecimento do CNPq: 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas - Ciências Contábeis

TRIBUTAÇÃO PROGRESSIVA COMO FORMA DE DIMINUIÇÃO DE DESIGUALDADE DE RIQUEZA E RENDA

Renata Domingues **LEITE** (Curso de Ciências Contábeis, CESEP)
Flávio de Paula **MARTINS** (Orientador, CESEP)

Palavras-chave: Tributação progressiva, Desigualdade de renda, Redistribuição, Justiça fiscal, Política tributária, Sistema tributário

Agência de fomento: Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado - CESEP -, Machado-MG

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A desigualdade de renda e riqueza é um dos maiores problemas das sociedades atuais, trazendo impactos negativos para a estabilidade política, a coesão social e o desenvolvimento econômico. Nesse contexto, a tributação progressiva - sistema em que as pessoas mais ricas pagam impostos proporcionalmente maiores que as mais pobres - surge como um instrumento essencial para reduzir desigualdades e promover maior justiça social. No Brasil, esse debate é especialmente relevante, já que o país possui elevados níveis de desigualdade e um sistema tributário considerado regressivo, ou seja, que pesa mais sobre os mais pobres porque tributa principalmente o consumo e não a renda ou a riqueza.

OBJETIVOS: O estudo tem como objetivo analisar a tributação progressiva como instrumento de redução das desigualdades sociais e econômicas, buscando compreender suas bases teóricas, avaliar evidências práticas de sua efetividade, examinar experiências internacionais de países que aplicam esse modelo, identificar os principais desafios e limitações de sua implementação e, por fim, discutir suas implicações para o desenho e a reforma das políticas tributárias no Brasil.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: A pesquisa se baseia em revisão bibliográfica, isto é, análise de estudos acadêmicos e dados já existentes, bem como em experiências internacionais comparadas. Também utiliza dados secundários (estatísticas econômicas e tributárias) e combinação de análise qualitativa (interpretação de conceitos e políticas) com evidências quantitativas (números e indicadores sobre desigualdade e arrecadação).

RESULTADOS: O artigo demonstra que a tributação progressiva possui fundamentação teórica sólida, baseada no princípio da capacidade contributiva e na teoria da utilidade marginal da renda, e que evidências internacionais confirmam sua eficácia na redução de desigualdades, como mostram os casos dos países nórdicos e períodos históricos nos Estados Unidos. No entanto, no Brasil, apesar de o Imposto de Renda apresentar caráter progressivo, seu impacto redistributivo é limitado devido à baixa participação na arrecadação e às distorções como a isenção de dividendos. As experiências internacionais indicam que o sucesso desse modelo depende de fatores como capacidade administrativa do Estado, desenho institucional adequado, acessível social e integração com outras políticas públicas, sendo seus principais desafios a resistência política das elites, a mobilidade do capital e o risco de perda de incentivos econômicos quando as alíquotas não são bem ajustadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O estudo conclui que a tributação progressiva é uma ferramenta necessária na luta contra as desigualdades, mas sua eficácia depende de fatores como o formato das leis, a capacidade do Estado de fiscalizar e a integração com políticas de saúde, educação e assistência. No Brasil, as reformas são urgentes, já que o sistema atual reforça as desigualdades em vez de reduzi-las. Reformas no Imposto de Renda, tributação de dividendos e, eventualmente, uma regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas podem aumentar a justiça fiscal. Além disso, experiências internacionais mostram que os países proporcionam progressividade e crescimento econômico conciliáveis quando há instituições sólidas e políticas públicas bem articuladas. Em resumo, sistemas tributários progressivos, quando bem desenhados, não apenas contribuem para as diferenças entre ricos e pobres, mas também são importantes para o desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo, ajudando a construir sociedades mais justas.

REFERÊNCIAS:

1. BOMFIM, Gilson Pacheco. Panorama da tributação progressiva sobre a renda no Brasil: anomalias, perspectivas e desafios. *Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul*, v. 1, n. 96, p. 293-318, 2024.
2. CARVALHO GONÇALVES, Ricardo. A progressividade do imposto de renda da pessoa física no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 2, p. 405-448, 2017.
3. SILVEIRA, Fernando Gaiger. *Tributação, previdência e assistência sociais: impactos distributivos*. In: CASTRO, Jorge Abrahão; SANTOS, Cláudio Hamilton; RIBEIRO, José Aparecido (Orgs.). *Tributação e equidade no Brasil: um registro da reflexão do IPEA no biênio 2008-2009*. Brasília: IPEA, 2010.
4. TITELMAN, Daniel et al. *Experiência internacional do Imposto sobre Grandes Fortunas na OCDE*. Observatório de Política Fiscal - IBRE/FGV, 2019.

Área de conhecimento do CNPq: 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas - Ciências Contábeis

PAPEL DA CONTABILIDADE PÚBLICA NA TOMADA DE DECISÃO DOS GESTORES MUNICIPAIS

Laiz Camargo **MELLO** (Curso de Ciências Contábeis, CESEP)
João Paulo Telini **DOMINGUES** (Orientador - CESEP)

Palavras-chave: Contabilidade pública; Gestão municipal; Tomada de decisão; Transparência; Planejamento orçamentário

Agência de fomento: Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado - CESEP -, Machado-MG

RESUMO: Este artigo analisa a contabilidade pública como instrumento estratégico para a tomada de decisão municipal. A pesquisa qualitativa e descritiva, baseada em revisão bibliográfica e análise documental, evidencia que, embora essencial para planejamento, controle e transparência, sua utilização enfrenta limitações, como restrição de relatórios e falta de capacitação. A integração entre contadores e gestores é fundamental para eficiência e responsabilidade fiscal. **INTRODUÇÃO:** A contabilidade pública é essencial para a gestão municipal, fornecendo informações para planejamento, controle e tomada de decisão. Fundamentada na Lei nº 4.320/1964, na LRF e nas NBC TSP, promove transparência e responsabilidade fiscal. Apesar disso, sua utilização ainda é limitada em muitos municípios, reduzida a obrigação legal. Este estudo investiga como gestores municipais usam a contabilidade pública, suas funções, limitações e boas práticas recomendadas. **OBJETIVOS:** Este estudo visa analisar o papel da contabilidade pública na tomada de decisão municipal, identificar como os relatórios contábeis são utilizados, apontar limitações e desafios na integração entre contabilidade e gestão e sugerir boas práticas que fortaleçam o uso estratégico da contabilidade pública. **REFERENCIAL TEÓRICO:** O referencial teórico evidencia a contabilidade pública como ferramenta estratégica para a gestão municipal, destacando seu papel na organização, controle e planejamento dos recursos públicos. Diferente da contabilidade empresarial, orienta-se pelo interesse coletivo, promovendo transparência, prestação de contas e responsabilidade fiscal, respaldada pela legislação brasileira, como a Lei nº 4.320/1964, a LRF (Lei Complementar nº 101/2000) e as NBC TSP. Suas funções incluem registro, controle, planejamento, transparência, accountability e apoio à tomada de decisão, assegurando que políticas públicas sejam fundamentadas em informações confiáveis e tempestivas. A utilização adequada de relatórios contábeis, como balanços orçamentário, financeiro, patrimonial e demonstração das variações patrimoniais, permite aos gestores analisarem receitas, despesas e resultados, contribuindo para decisões mais racionais, sustentáveis e alinhadas às necessidades da população. A integração entre contabilidade e gestão fortalece a governança, promove eficiência administrativa e assegura maior transparência e controle social. Assim, a contabilidade pública transcende o cumprimento legal, constituindo-se em instrumento essencial para planejamento estratégico e eficácia da administração municipal. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A pesquisa é qualitativa e descritiva, visando compreender o papel da contabilidade pública na tomada de decisão municipal. Foram realizadas pesquisa bibliográfica, com livros, artigos e legislações como a LRF e o MCASP, e pesquisa documental, analisando balanços e relatórios contábeis de portais de transparência. Essa abordagem permitiu identificar como a contabilidade é utilizada pelos gestores, evidenciando sua relação com planejamento, controle e decisões administrativas. **RESULTADOS:** A análise indicou que a contabilidade pública apoia o planejamento orçamentário, a definição de prioridades, o acompanhamento da execução e a avaliação de resultados, além de fortalecer a transparência e o controle social. Contudo, limitações como uso restrito de relatórios, baixa capacitação técnica, distanciamento entre contadores e gestores, resistência política e carência de tecnologia comprometem seu pleno potencial estratégico. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A contabilidade pública é ferramenta estratégica essencial para a gestão municipal, apoiando planejamento, execução, controle e avaliação das políticas públicas. Quando bem utilizada, fortalece transparência, responsabilidade fiscal e desenvolvimento social. Desafios como baixa capacitação, uso limitado de relatórios e falta de integração precisam ser superados para maximizar seu papel em governança e accountability.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 maio 2000.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (Brasil). NBC TSP – Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público. Brasília: CFC, 2021.
- KOHAMA, Hélio. Contabilidade pública: teoria e prática. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- SILVA, José dos Santos. Contabilidade aplicada ao setor público. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Área de conhecimento do CNPq: 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas - Ciências Contábeis

IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.

Samyra Venancio Lima **SOUZA** (Curso de Ciências Contábeis, CESEP)
João Paulo Telini **DOMINGUES** (Orientador, CESEP)

Palavras-chave: Contabilidade, Micro e pequenas empresas, Planejamento tributário, Tomada de decisão, Sustentabilidade empresarial

Agência de fomento: Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado - CESEP -, Machado-MG

RESUMO: As micro e pequenas empresas são essenciais à economia brasileira, mas enfrentam desafios como tributação complexa e falta de planejamento. A contabilidade surge como ferramenta estratégica, apoiando decisões, planejamento tributário, controle financeiro e redução da mortalidade empresarial. Apesar dos benefícios, muitos gestores ainda a veem apenas como obrigação legal, limitando seu potencial na gestão e sustentabilidade dos negócios. **INTRODUÇÃO:** As micro e pequenas empresas (MPEs) representam 90% dos negócios formais no Brasil e enfrentam alta competitividade e complexidade tributária. A contabilidade se destaca como ferramenta estratégica, apoiando decisões, planejamento e sustentabilidade, embora muitos gestores ainda a vejam apenas como obrigação legal. Este estudo analisa sua importância para gestão financeira, tributária e patrimonial, redução da mortalidade empresarial e crescimento sustentável das MPEs. **OBJETIVOS:** O estudo visa analisar a contabilidade como ferramenta estratégica para MPEs, destacando sua relevância na gestão financeira, tributária e patrimonial; identificar benefícios gerenciais e socioambientais; avaliar obstáculos à implementação contábil; investigar impactos da reforma tributária e digitalização; e propor diretrizes para integrar a contabilidade à gestão, fortalecendo sustentabilidade, governança e profissionalização. **REFERENCIAL TEÓRICO:** O referencial teórico apresenta os fundamentos e práticas da contabilidade aplicada às micro e pequenas empresas, destacando seu papel estratégico na gestão, sustentabilidade e sobrevivência desses negócios. As MPEs, definidas pela Lei Complementar nº 123/2006, são responsáveis por grande parte da economia e enfrentam desafios como alta competitividade, tributação complexa e elevada mortalidade empresarial. A contabilidade se revela essencial para o planejamento tributário, a tomada de decisão gerencial, o controle financeiro e patrimonial, o cumprimento de obrigações legais e fiscais, e o apoio ao crescimento sustentável. Além disso, evidencia-se a importância da contabilidade socioambiental e do alinhamento às práticas ESG para gerar valor e fortalecer a governança corporativa. Apesar dos benefícios, muitos gestores ainda apresentam resistência à contabilidade gerencial, limitando seu uso estratégico. A superação dessa barreira depende da conscientização, capacitação e da atuação do contador como parceiro estratégico, transformando dados financeiros em inteligência gerencial, reduzindo custos, aumentando a eficiência e promovendo a resiliência das MPEs. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** O estudo adotou abordagem qualitativa, exploratória e bibliográfica, com revisão de literatura especializada, análise documental de legislações recentes e comparação de práticas contábeis operacionais e gerenciais. A síntese analítica permitiu identificar contribuições da contabilidade para decisões estratégicas, sustentabilidade, redução da mortalidade empresarial e superação de barreiras de gestão nas MPEs. **RESULTADOS:** Os resultados mostram que a contabilidade é ferramenta estratégica essencial para planejamento tributário, decisões gerenciais, controle financeiro e patrimonial e sustentabilidade das MPEs. Sua adoção reduz a mortalidade empresarial, supera barreiras de gestão, otimiza regimes fiscais e integra dados financeiros e socioambientais, fortalecendo eficiência, produtividade, governança e modelos de negócios resilientes e competitivos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A contabilidade vai além do cumprimento fiscal, atuando como ferramenta estratégica nas MPEs, apoiando planejamento tributário, decisões gerenciais, controle financeiro e patrimonial, conformidade legal e sustentabilidade. Superar a resistência dos gestores exige conscientização e capacitação, reconhecendo o contador como parceiro estratégico. Práticas contábeis eficazes fortalecem competitividade, longevidade e profissionalização dos negócios.

REFERÊNCIAS:

- BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. Sustentabilidade empresarial: conceitos e práticas. São Paulo: Saraiva, 2012.
- IUDÍCIBUS, S. de. Contabilidade gerencial: fundamentos e aplicações. São Paulo: Atlas, 2021.
- MARION, J. C. Planejamento tributário e gestão fiscal. São Paulo: Atlas, 2020.
- OLIVEIRA, M. A. de. Sistema tributário brasileiro: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Forense, 2021.
- PADOVEZE, C. L. Contabilidade gerencial para pequenas empresas. São Paulo: Atlas, 2019.
- SEBRAE. Relatórios e estudos sobre micro e pequenas empresas no Brasil. Brasília, DF: SEBRAE, 2023-2025.
- SILVA, R. T. Impacto da contabilidade gerencial na sobrevivência das MPEs. Belo Horizonte: UFMG, 2020.
- SILVA, R. T.; COSTA, L. F. Percepções dos gestores sobre contabilidade gerencial. São Paulo: Atlas, 2020.
- TINOCO, M. L. F.; KRAEMER, M. E. P. Contabilidade socioambiental: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2011.

Área de conhecimento do CNPq: 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas - Ciências Contábeis

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO FERRAMENTA DE REDUÇÃO DE CUSTOS NO ICMS DE UMA TRANSPORTADORA

Taylla de Paiva **SILVA** (Curso de Ciências Contábeis, CESEP)
Flávio de Paula **MARTINS** (Orientador, CESEP)

Palavras-chave: Planejamento tributário, ICMS, Transporte rodoviário, Crédito de combustível, Gestão fiscal
Agência de fomento: Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado - CESEP -, Machado-MG

RESUMO:
INTRODUÇÃO: O transporte rodoviário de cargas é responsável por aproximadamente 65% da movimentação de mercadorias no Brasil, desempenhando papel central na economia nacional (CNT, 2024). Apesar de sua relevância, o setor enfrenta entraves significativos relacionados à elevada carga tributária, à burocracia e às constantes alterações na legislação fiscal. Entre os tributos incidentes, destaca-se o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que exerce forte impacto sobre a formação do preço do frete e a estrutura de custos das transportadoras. Nesse contexto, a adoção de práticas de planejamento tributário mostra-se uma ferramenta fundamental para garantir competitividade, sustentabilidade financeira e conformidade legal. **OBJETIVOS** O estudo tem como objetivo demonstrar a importância do planejamento tributário como ferramenta de redução de custos no ICMS no setor de transporte rodoviário de cargas, examinar a legislação incidente com foco no regime monofásico sobre combustíveis, analisar o direito ao crédito de ICMS sobre o óleo diesel como insumo estratégico no transporte, avaliar os impactos financeiros e competitivos do uso do planejamento tributário em transportadoras, investigar os requisitos legais, controles internos e documentações necessários para a correta apropriação dos créditos, apresentar um estudo prático sobre a redução do ICMS a partir da utilização de créditos do diesel. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A metodologia científica adotada no presente artigo será estruturada com base em uma pesquisa bibliográfica e documental. Para tanto, adotar-se-á uma abordagem metodológica de natureza exploratória e descritiva. A pesquisa documental baseou-se na análise aprofundada de legislações pertinentes, como a Lei Complementar nº 192/2022 e os Convênios ICMS 199/2022 e 26/2023 do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, além de consultas tributárias e artigos científicos que abordam o planejamento tributário e o ICMS no setor de transporte rodoviário de cargas. **RESULTADOS:** O artigo demonstra que o planejamento tributário na redução de custos com ICMS, apresenta-se um exemplo prático de uma transportadora em 2025, referentes aos meses de junho, julho e agosto. Os valores demonstram a economia gerada pelo aproveitamento dos créditos de ICMS sobre o diesel.

JUNHO	VALOR
VALOR FATURAMENTO	R\$ 2.362.516,62
VALOR DO IMPOSTO ICMS A PAGAR	R\$ 175.117,72
VALOR DE NOTAS FISCAIS DE DIESEL	R\$ 1.505.148,01
VALOR DO CRÉDITO REF. AS NOTAS FISCAIS	R\$ 165.557,87
ICMS FINAL A PAGAR	R\$ 9.559,85

JULHO	VALOR
VALOR FATURAMENTO SP	R\$ 2.774.029,97
VALOR DO IMPOSTO ICMS A PAGAR	R\$ 204.611,14
VALOR DE NOTAS FISCAIS DE DIESEL	R\$ 1.689.302,02
VALOR DO CRÉDITO REF. AS NOTAS FISCAIS	R\$ 194.997,56
ICMS FINAL A PAGAR	R\$ 9.613,58

AGOSTO	VALOR
VALOR FATURAMENTO SP	R\$ 2.886.907,92
VALOR DO IMPOSTO ICMS A PAGAR	R\$ 207.620,46
VALOR DE NOTAS FISCAIS DE DIESEL	R\$ 1.552.228,57
VALOR DO CRÉDITO REF. AS NOTAS FISCAIS	R\$ 183.649,47
ICMS FINAL A PAGAR	R\$ 23.970,99

diesel, especificamente, emergiu como uma estratégia legítima e altamente eficaz para a redução de custos, conforme evidenciado pelas legislações de 2025. As principais contribuições deste trabalho incluem a elucidação da importância do planejamento tributário para o setor de transporte, a demonstração, por meio de um exemplo prático, da significativa economia que pode ser alcançada com o creditamento de ICMS sobre o diesel, e o reforço da necessidade de conformidade fiscal e de consultoria especializada para a correta aplicação dessas estratégias. A análise dos resultados confirmou que a otimização fiscal pode liberar recursos substanciais que podem ser reinvestidos na modernização da frota, na capacitação de pessoal e na adoção de novas tecnologias, impulsionando a eficiência operacional e a inovação.

REFERÊNCIAS:
1. Blog Carvalho Associados. Crédito fiscal de ICMS: aquisição de combustíveis. Disponível em: <https://www.blog.carvalhoassociados.com.br/credito-fiscal-do-icms-na-aquisicao-de-combustiveis/>. Acesso em: 25 set. 2025.
2. CONFAZ. Convênio ICMS 199/2022. Disponível em: https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/convenios/2022/CV199_22. Acesso em: 25 set. 2025.
3. CONFAZ. Convênio ICMS 26/2023. Disponível em: https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/convenios/2023/CV026_23. Acesso em: 25 set. 2025.

Área de conhecimento do CNPq: 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas - Ciências Contábeis

IMPACTO DA GESTÃO DE CUSTOS NA LUCRATIVIDADE DE PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS

Thais Maria de Oliveira **SILVA**
(Curso de Ciências Contábeis, CESEP)
Albino Ramos de **ANDRADE** (Orientador, CESEP)

Palavras-chave: Gestão de custos, Lucratividade rural, Pequenas propriedades
Agência de fomento: Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado - CESEP -, Machado-MG

RESUMO:
INTRODUÇÃO: As pequenas propriedades rurais desempenham um papel fundamental na produção de alimentos e no equilíbrio socioeconômico do meio rural brasileiro, representando aproximadamente 84% dos estabelecimentos agropecuários do país. Contudo, esses empreendimentos frequentemente operam com margens de lucro reduzidas devido à instabilidade de preços dos commodities, ao alto custo dos insumos agrícolas e à baixa capacidade de negociação no mercado. Nesse cenário desafiador, a gestão de custos emerge como uma ferramenta estratégica indispensável para garantir a sustentabilidade financeira e a competitividade desses negócios. Estudos recentes demonstram que a maioria dos pequenos produtores rurais ainda não adota práticas estruturadas de controle financeiro, limitando seu potencial de crescimento e resiliência diante das oscilações do mercado. **OBJETIVOS:** Este estudo buscou analisar o impacto da gestão de custos na lucratividade das pequenas propriedades rurais, identificando como a adoção de práticas de controle financeiro e a incorporação de ferramentas digitais acessíveis podem fortalecer a sustentabilidade econômica desses empreendimentos no cenário projetado para 2025, considerando as transformações tecnológicas do agronegócio. **REFERENCIAL TEÓRICO:** A literatura especializada em contabilidade rural aponta que a gestão de custos constitui um fator determinante para a manutenção da lucratividade no campo. Segundo Crepaldi (2021), a distinção entre custos fixos e variáveis representa o primeiro passo fundamental para um diagnóstico financeiro acurado, permitindo ao produtor compreender a real estrutura de gastos de sua propriedade. A ausência desse controle sistemático resulta em margens de lucro menores e na dificuldade de realizar investimentos estratégicos (Silva & Souza, 2023). Com o avanço da transformação digital no campo, ferramentas tecnológicas acessíveis, como aplicativos de gestão financeira, tornam-se decisivas para a competitividade, permitindo que pequenos produtores otimizem recursos e tomem decisões mais informadas (Souza et al., 2024). **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Foi desenvolvido um estudo de natureza qualitativa e exploratória, por meio de uma revisão bibliográfica sistemática. A pesquisa abrangeu publicações científicas entre 2020 e 2025 nas principais bases de dados acadêmicas, incluindo SciELO, Google Scholar e periódicos especializados em agronegócio. Utilizaram-se os descritores "gestão de custos", "lucratividade rural" e "pequenas propriedades". Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 18 estudos que abordavam a relação entre as variáveis no contexto brasileiro. **RESULTADOS:** A análise sistemática dos estudos revelou três descobertas centrais. Primeiro, o controle sistemático dos custos eleva significativamente a margem de lucro, pois permite a identificação de desperdícios e oportunidades de otimização de recursos. Segundo, o uso crescente de ferramentas digitais acessíveis potencializa o impacto da gestão de custos, democratizando o acesso a práticas de controle financeiro que anteriormente eram restritas a grandes empreendimentos rurais. Terceiro, a tendência para 2025 indica que a adoção dessas tecnologias será um fator decisivo para a sobrevivência e competitividade das pequenas propriedades. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que a gestão de custos transcende sua função contábil, posicionando-se como estratégia indispensável para a sustentabilidade econômica das pequenas propriedades rurais. Sua implementação, apoiada por tecnologias digitais acessíveis, fortalece a lucratividade e a capacidade de adaptação do produtor às demandas do mercado. Recomenda-se a ampliação de políticas públicas de capacitação e soluções digitais que incentivem tais práticas.

REFERÊNCIAS:
1. CREPALDI, S. *Contabilidade rural*: uma abordagem de gestão do agronegócio. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
2. SILVA, L. R.; SOUZA, P. F. *Gestão de custos e lucratividade em pequenas propriedades rurais*. Revista Brasileira de Gestão Rural, v. 12, n. 2, p. 45-60, 2023.
3. SOUZA, M. A. et al. Digitalização e gestão de custos no campo: impactos na lucratividade de pequenos produtores. *Revista de Administração Rural Contemporânea*, v. 6, n. 1, p. 88-104, 2024.
4. BRUNI, A. L.; FAMÁ, R. *Gestão de custos e formação de preços*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

Área de conhecimento do CNPq: 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas - Ciências Contábeis

CHS-043

IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE FINANCEIRA COMO FERRAMENTA DE GESTÃO PARA A SUSTENTABILIDADE DOS PEQUENOS NEGÓCIOS

Carlos Roberto Bellini **PIMENTA** (Curso de Ciências Contábeis, CESEP)
Danilo Eustáquio de **OLIVEIRA FILHO** (Orientador, CESEP)

Palavras-chave: Contabilidade financeira, Gestão de pequenos negócios, Sustentabilidade empresarial, Ferramentas de gestão, Controle financeiro

Agência de fomento: Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado - CESEP -, Machado-MG

RESUMO: O artigo foca em contabilidade financeira, gestão de pequenos negócios, sustentabilidade empresarial, ferramentas de gestão e controle financeiro, destacando sua relevância para empreendedores e PMEs. **APRESENTAÇÃO:** estudo de caso em uma PME de autopeças com serviço de guincho mostra que a organização do estoque (Curva ABC), a padronização do atendimento (SERVQUAL) e a integração do guincho à loja aumentam eficiência, satisfação do cliente e vendas. Pequenas mudanças de gestão têm grande impacto, e a profissionalização dos processos garante competitividade e fidelização. O setor de autopeças e guincho tende a crescer em 2025 devido ao envelhecimento da frota. Contudo, PMEs enfrentam problemas como desorganização, baixa integração e atendimento irregular. O estudo busca estratégias para aumentar eficiência e vendas, mostrando a contabilidade como apoio essencial à tomada de decisões e à sustentabilidade do negócio. **OBJETIVOS:** O objetivo geral é propor e analisar estratégias que aumentem a eficiência e as vendas de uma PME de autopeças com guincho, evidenciando a contabilidade financeira como ferramenta fundamental para a gestão estratégica e a sustentabilidade. **REFERENCIAL TEÓRICO:** A contabilidade é apresentada como suporte essencial à gestão, permitindo controle de custos, cumprimento fiscal e planejamento financeiro. Destacam-se conceitos de Curva ABC para estoque, SERVQUAL para atendimento, além de teorias de estratégia (Porter, Chiavenato) e integração de serviços (Kotler & Keller). A tecnologia e softwares contábeis são apontados como aliados na gestão moderna. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Foi realizada pesquisa qualitativa por meio de estudo de caso único, exploratório e descritivo. A coleta de dados envolveu análise documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas. A análise dos dados utilizou a técnica de conteúdo temática, relacionando práticas observadas aos conceitos teóricos (Curva ABC, SERVQUAL e estratégia competitiva). **RESULTADOS:** A Curva ABC revelou que poucos itens do estoque geravam quase todo o faturamento, enquanto outros imobilizavam capital. O SERVQUAL mostrou falhas de confiabilidade e responsividade, corrigidas com protocolos que reduziram em 15% o tempo de atendimento. A integração do guincho à loja gerou aumento de 12% no faturamento em duas semanas. O estudo conclui que gestão organizada, contabilidade e integração estratégica fortalecem competitividade, fidelizam clientes e garantem sustentabilidade.

REFERÊNCIAS:

1. CRESWELL, J. W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. Sage Publications, 2010.
2. GUEDES, M. F. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2014.
3. LOPES, M. S. Revisão de literatura: conceitos, métodos e estratégias. *Revista Brasileira de Educação em Ciências*, v. 15, n. 2, p. 251-267, 2015.
4. MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
5. PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
6. SEBRAE. **Contabilidade para pequenos negócios**. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br>. Acesso em: 16 set. 2025.

Área de conhecimento do CNPq: 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas - Ciências Contábeis

CHS-044

CONTABILIDADE NA TOMATICULTURA: UMA FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA A GESTÃO DA PRODUÇÃO E VENDA DE TOMATE

Hermison Teixeira **LEITE** (Curso de Ciências Contábeis, CESEP)
Danilo Eustáquio de **OLIVEIRA FILHO** (Orientador, CESEP)

Palavras-chave: Contabilidade rural, Tomaticultura, Ativos biológicos, CPC 29, Gestão agrícola, Custos de produção, Sustentabilidade, Planejamento tributário

Agência de fomento: Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado - CESEP -, Machado-MG

O estudo trata de contabilidade rural, tomaticultura, ativos biológicos, CPC 29, gestão agrícola, custos de produção, sustentabilidade e planejamento tributário, destacando a contabilidade como ferramenta estratégica na produção de tomate. **RESUMO:** A pesquisa evidencia a importância da contabilidade rural para enfrentar desafios da tomaticultura, como riscos climáticos, pragas, oscilações de preços e altos custos. Seguindo normas como o CPC 29, a contabilidade auxilia no controle de custos, mensuração de ativos biológicos e planejamento tributário, fortalecendo a sustentabilidade e a competitividade do setor. **INTRODUÇÃO:** O tomate é uma das principais culturas brasileiras, mas enfrenta riscos que afetam a rentabilidade. A contabilidade rural surge como ferramenta essencial não apenas para obrigações fiscais, mas também para decisões gerenciais, permitindo maior profissionalização da gestão agrícola e ampliando a competitividade. **OBJETIVOS:** O artigo busca analisar a relevância da contabilidade na tomaticultura como instrumento estratégico de gestão, destacando como sua aplicação pode aumentar a competitividade e a rentabilidade. **REFERENCIAL TEÓRICO:** O setor agrícola enfrenta alta carga tributária e custos elevados de produção. O artigo destaca diferentes regimes fiscais (livro-caixa, lucro presumido, lucro real, Simples Nacional), bem como tributos relevantes como ITR, Funrural, ICMS, PIS/COFINS. A literatura mostra que o planejamento tributário, aliado ao controle contábil, é essencial para a sustentabilidade da tomaticultura, e o contador especializado tem papel estratégico nesse processo. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** O estudo adota pesquisa bibliográfica e documental, de caráter exploratório e qualitativo, baseada em livros, artigos, legislações e normas contábeis (como o CPC 29). Também utiliza dados secundários de órgãos oficiais como o IBGE e entidades ligadas ao agronegócio, permitindo compreender como os conceitos contábeis são aplicados na prática da tomaticultura. **RESULTADOS:** Os resultados mostram que a contabilidade rural na tomaticultura traz clareza sobre custos de produção, mensuração da rentabilidade por hectare e planejamento tributário. O CPC 29 aparece como marco regulatório para ativos biológicos, aumentando a transparência contábil. Além disso, a integração com tecnologias (ERP Rural, drones, sensores, GPS) fortalece a gestão, aumenta a eficiência e promove sustentabilidade. Assim, a contabilidade é consolidada como ferramenta indispensável para a competitividade e o crescimento da atividade.

REFERÊNCIAS:

1. BRASIL. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. CPC 29 – **Ativo biológico e produto agrícola**. Brasília, 2009.
2. CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural: uma abordagem decisória**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
3. MARION, José Carlos. **Contabilidade rural**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
4. SILVA, Francisco de Assis. **Gestão de custos na agricultura**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.
5. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção agrícola municipal – tomate**. Brasília, 2024.
6. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Pronunciamento técnico CPC 16 – estoques**. Brasília, 2013.

Área de conhecimento do CNPq: 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas - Ciências Contábeis

CHS-045

**GESTÃO DE ESTOQUE NO SUPERMERCADO MINEIRO:
UMA ANÁLISE DE GESTÃO**

Rafael Silva **GOMES** (Curso de Administração, FDV)
Carla Cristina da **SILVA** (Orientadora, FDV)
Márcio Balduino **SARAIVA** (Coorientador, FDV)

Palavras-chave: Administração da produção, Gestão de estoques, Análise de gestão, Supermercados

Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O controle de estoques é uma atividade essencial para a competitividade das empresas, especialmente no setor supermercadista, pois impacta diretamente a disponibilidade de produtos, a satisfação dos clientes e a lucratividade do negócio (Torres, 2017). Uma gestão eficiente evita excessos, que geram custos e desperdícios, bem como rupturas que ocasionam perdas de vendas. Além disso, possibilita identificar padrões de consumo, auxiliando na reposição estratégica e na negociação com fornecedores. Nesse contexto, torna-se relevante analisar como o Supermercado Mineiro realiza sua gestão de estoques, compreendendo práticas, dificuldades e oportunidades de melhoria. **OBJETIVO:** Analisar o processo de gestão de estoques no Supermercado Mineiro, identificando as práticas adotadas, as dificuldades enfrentadas e as oportunidades de melhoria, a fim de propor estratégias que aumentem a eficiência operacional e reduzam perdas. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A pesquisa apresenta natureza exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa. Foram utilizados dados primários (entrevistas, observação *in loco* e questionários aplicados a gestores e funcionários do setor de estoque) e secundários (relatórios internos, notas fiscais, planilhas de controle e literatura científica sobre gestão de estoques e administração da produção). A coleta de dados permitiu compreender rotinas de reposição, armazenamento, controle de validade e práticas de monitoramento. **RESULTADO:** A análise quantitativa evidenciou que os produtos perecíveis apresentaram maior rotatividade, demandando reposição frequente, mas também concentraram as maiores perdas por vencimento e conservação inadequada. Já os itens de limpeza e higiene apresentaram excesso de estoque, indicando falhas na previsão de demanda. Verificou-se ainda que, nos três primeiros meses analisados, o nível real de estoque esteve acima do ideal, gerando custos operacionais adicionais. Na análise qualitativa, destacaram-se a ausência de sistemas informatizados, dificuldades na previsão de demanda especialmente em produtos sazonais e falhas de comunicação entre os setores de compras, estoque e vendas, comprometendo a eficiência operacional. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que a gestão de estoques do Supermercado Mineiro carece de maior controle, planejamento e integração entre setores. Recomenda-se a implementação de sistemas informatizados de gestão, a capacitação da equipe e a adoção de práticas estratégicas de previsão de demanda e integração intersetorial, com vistas à redução de desperdícios, otimização de recursos e fortalecimento da competitividade no mercado varejista.

REFERÊNCIAS:

1. CHIAVENATO, Idalberto. **Administração da produção**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
2. CORRÊA, Henrique L.; CORRÊA, Carlos A. **Administração da produção e operações**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
3. MARTINS, Petrônio G.; ALT, Paulo R. C. **Administração de materiais e recursos patrimoniais**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
4. TORRES, Fábio. **Gestão de estoque e operações no varejo**. São Paulo: Atlas, 2017.

Área de conhecimento do CNPq: 6.02.03.00-5 – Administração de Setores Específicos

CHS-046

**ADULTIZAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: UM ENSAIO TEÓRICO SOBRE
POLÍTICAS PÚBLICAS E RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL**

Rosária Cal **BASTOS** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientador, FDV)
Alysson Eduardo Botelho de **OLIVEIRA** (Coorientador, FDV)

Palavras-chave: Adultização infantil; Políticas públicas; Direitos da criança; ECA

Agente de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A adultização infantil constitui fenômeno social e jurídico que evidencia a atribuição precoce de responsabilidades, comportamentos e papéis próprios da vida adulta a crianças, comprometendo seu desenvolvimento integral. O trabalho surge a partir da repercussão midiática do caso do psicólogo Felca (2025), que denunciou práticas de exploração infantil em plataformas digitais, destacando a necessidade de reflexão sobre a atuação do Estado, Judiciário, sociedade e família na proteção da infância. O estudo enfatiza que a proteção infantil transcende o âmbito normativo, exigindo articulação intersetorial e engajamento social contínuo. **OBJETIVO:** Analisar a adultização infantil no Brasil, discutindo suas causas, consequências e formas de enfrentamento, articulando aportes jurídicos, políticas públicas e responsabilidade institucional. Busca-se compreender os limites das ações do Estado e do Judiciário e refletir sobre a corresponsabilidade da sociedade civil na promoção de uma infância protegida. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Trata-se de um ensaio teórico com revisão integrativa da literatura, realizado por meio de busca nos portais CAPES, SciELO e Google Acadêmico. Dos 32 artigos identificados, 10 atenderam aos critérios de inclusão e foram sistematizados em quadro analítico, permitindo a identificação de categorias temáticas para fundamentar a discussão. **RESULTADOS:** A análise evidencia que a adultização infantil se manifesta de forma multidimensional, incluindo trabalho precoce, superexposição digital, erotização e sobrecarga de responsabilidades, violando direitos fundamentais (ECA, 1990; CF, 1988). Apesar de políticas públicas como programas de transferência de renda, Plano Nacional de Educação (PNE) e proteção social, há lacunas entre norma e prática (Oliveira, Silva e Paschoal, 2020; Da Silva, 2023), agravadas por limitações estruturais, resistências culturais e novas formas de exploração digital. O Estado tem papel central na formulação de políticas preventivas, mas enfrenta desafios de integração e fiscalização (Ferreira, Ferreira e De Farias Melo, 2021). O Judiciário atua como guardião de direitos, embora de forma reativa (Lima e Dos Passos Júnior, 2024). Sociedade e família compartilham a responsabilidade, mediando o consumo midiático, promovendo o brincar e evitando a naturalização de comportamentos adultos (Vectore et al., 2018; De Souza Rocha e Ferreira, 2023). Ações educativas, campanhas de conscientização e regulação da participação infantil em plataformas digitais são essenciais para mitigar a adultização precoce (Beck e Felipe, 2022). **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O ensaio reforça que a proteção da infância é responsabilidade compartilhada que exige mais que leis: demanda estratégias culturais, educativas e sociais capazes de assegurar o desenvolvimento integral. Este ensaio, em construção, busca organizar inquietações e convocar outros pesquisadores ao debate. Que a reflexão apresentada não apenas aprofunde a discussão sobre a adultização infantil no Brasil, mas também provoque articulações efetivas entre políticas públicas, direitos fundamentais e responsabilidades institucionais.

REFERÊNCIAS:

1. BECK, Dinah Quesada; FELIPE, Jane. **Trabalho infantil na internet: investigando youtubers mirins e a proeminente profissionalização na infância**. Anais do VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, IV Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e IV Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade, Campina Grande: Realize Editora, 2022.
2. BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 29 ago. 2025.
3. BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 abril 2025.
4. DA SILVA, Nádia Grazielly Bezerra. Educação sexual infantil como instrumento para proteção e autoproteção de crianças nas políticas sociais de Mossoró-RN. **ANAIS DO IX CONEDU** em 2023.
5. DE SOUZA ROCHA, Ávila Nara; FERREIRA, Bruna Milene. Adultização precoce nas mídias contemporâneas: por onde anda a responsabilidade familiar? **EDUCAÇÃO E CULTURA EM DEBATE**, v. 9, n. 1, p. 98-118, 2023.
6. FELCA. **Adultização**. [S.l.]: YouTube, 6 set. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FpsCzFGL1LE>. Acesso em: 8 set. 2025.
7. FERREIRA, Hugo Monteiro; FERREIRA, Fernando Ilídio; DE FARIAS MELO, Bruno César. A adultização infantil na contemporaneidade: as escolhas das crianças. **Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 68, p. 208-223, 2021.
8. LIMA, Mateus Borges; DOS PASSOS JÚNIOR, Edy César. A cultura da adultização infantil na era da atualidade: o reflexo no ordenamento jurídico brasileiro. **Facit Business and Technology Journal**, v. 2, n. 56, 2024.
9. OLIVEIRA, Marta Regina Furlan de; SILVA, Larissa Delgado Bueno da; PASCHOAL, Jaqueline Delgado. **Os lugares da infância nos editoriais de moda: uma análise sobre a adultização da criança na sociedade do consumo**. 2020.
10. VECTORE, Celia et al. "Ele foi orçado, mas não planejado!": a infância na contemporaneidade. **CES Psicologia**, v. 11, n. 2, p. 37-52, 2018.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-047

QUANDO O TRABALHO ADOECE: UMA ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES PSÍQUICAS E LEGAIS DO ASSÉDIO MORAL LABORAL

Silviane das Graças Manzell **CRUZ** (Curso de Direito, FDV)
Sara **FIALHO** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Assédio moral, Tratamento degradante,
Incapacidade, Trabalho, direitos

Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: Em sua essência, o ambiente de trabalho é visualizado como um local de crescimento e amadurecimento profissional, um despertar de oportunidades para melhores colocações no mercado, espaço de *networking*, construção de vínculos diários com colegas de trabalho. No entanto, as doenças do trabalho vêm atingindo índices cada vez mais alarmantes, sendo motivadas por exercícios repetitivos, ausência ou utilização inadequada de equipamentos de proteção individual e, sobretudo, pelo assédio moral. O assédio moral traduz-se em uma forma de violência psicológica que pode ter consequências graves para a saúde mental e física dos trabalhadores. Tratam-se de atos que podem ser praticados tanto por superiores hierárquicos ao empregado, quanto por colegas de trabalho, consistentes em desvalorizar o trabalho desempenhado pelo obreiro, atribuir atividades além da sua capacidade, ou mesmo não atribuir nenhuma tarefa, dentre outras. Embora o ordenamento juslaboral caracterize a conduta como um dano extrapatrimonial ao obreiro, a previsão legal não é capaz por si de representar um desestímulo à reprodução de tais práticas e, muito menos, de reparar, na acepção literal do termo, os danos psíquicos aos trabalhadores, indagando-se, aassim, **Como o assédio moral pode comprometer a vida dos trabalhadores, e quais são os principais desafios à sua reparação e desestímulo?** **OBJETIVOS:** Investigar os principais impactos do assédio moral no ambiente de trabalho, analisando suas consequências sobre a vida dos trabalhadores. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Trata-se de pesquisa exploratória, empreendida a partir de um levantamento bibliográfico e documental dos principais autores, jurisprudências e legislações que tratam do tema abordado. Por conseguinte, as literaturas e dados levantados foram analisados a partir de uma abordagem qualitativa. **RESULTADOS:** De acordo com o CNJ (Agência CNJ Notícias, 2025), entre os anos de 2020 e 2024 foram distribuídas cerca de 468.164 ações trabalhistas que envolviam a ocorrência de assédio moral. No ano de 2024, aproximadamente 440 mil pessoas foram afastadas do trabalho em decorrência de quadros de depressão, transtorno de ansiedade, dentre outras enfermidades psíquicas, sendo que dentre essas muitas deflagradas por ambientes de trabalho hostis (Laboissière, 2025). Já o estudo "Mapa do Assédio no Brasil 2024" aponta que 46% dos entrevistados relataram já terem sido vítimas de assédio moral no ambiente de trabalho, sendo que cerca de 90% informaram não ter denunciado a violência psicológica sofrida (KPMG, 2024). A jurisprudência tem apontado o caráter punitivo-pedagógico das ações de reparação pelos danos extrapatrimoniais causados pelo assédio moral, de forma que, averiguada a capacidade financeira das partes, as indenizações devem ser fixadas em atenção à extensão do dano provocado, capacidade financeira do ofensor, etc. Por outro lado, os danos infringidos sobre a psique dos trabalhadores, tais como depressão, transtorno de ansiedade, auto-depreciação se prolongam para muito além da duração de uma reclamação trabalhista e demandam um processo de auto-redescobrimto, impactando na vida familiar e profissional dos obreiros. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Desse modo, na tratativa do assédio moral laboral, ainda, faz-se necessária a adoção de medidas preventivas que incluam a implementação de códigos de conduta internos nas empresas, a capacitação contínua de líderes e gestores para a identificação e combate ao assédio, a criação de canais seguros e confidenciais de denúncia, dentre outros.

REFERÊNCIAS:

1. AGÊNCIA CNJ NOTÍCIAS. Em cinco anos, Justiça do Trabalho julgou mais de 450 mil casos de assédio moral. **Agência CNJ Notícias**, 06.05.2025. Disponível: <https://www.cnj.jus.br/em-cinco-anos-justica-do-trabalho-julgou-mais-de-450-mil-casos-de-assedio-moral/>. Acesso: 16 set. 2025.
2. LABOISSIÈRE, Paula. Saúde mental: afastamentos dobram em dez anos e chegam a 440 mil. **Agência Brasil**, 11.03.2025. Disponível: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2025-03/afastamentos-por-transtornos-mentais-dobram-em-dez-anos-chegam-440-mil>. Acesso: 16 set. 2025.
3. KPMG. Pesquisa revela que 30% dos profissionais já sofreram assédio no ambiente de trabalho. **Mapa do Assédio no Brasil 2024**. Disponível: <https://kpmg.com/br/pt/home/insights/2024/11/pesquisa-mapa-assedio-brasil-2024.html#:~:text=O%20ass%C3%A9dio%20moral%20psicol%C3%B3gico%20foi,dessas%20pr%C3%A1ticas%20em%20ambientes%20profissionais>. Acesso: 16 set. 2025.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-048

ANÁLISE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO BRASIL: IMPACTOS E DESAFIOS

Silviane das Graças Manzell **CRUZ** (Curso de Direito, FDV)
Sara **FIALHO** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: LGPD, Proteção de dados, Privacidade, Direito fundamental.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Com o avanço da tecnologia e a migração de sistemas de atendimento da saúde, Judiciário, instituições de ensino e repartições públicas de forma geral para o formato digital, as relações sociais passaram a ser construídas e/ou desenvolvidas em algum grau de forma virtual, o que evidenciou uma lacuna regulamentatória. Nesse cenário, em 2018 foi editada a Lei nº 13.709 criando um marco regulatório para a proteção de dados, visando à concretização dos direitos constitucionais à intimidade e à privacidade, aplicando-se não apenas as relações virtuais. Contudo, problemas como o vazamento de dados, ataques *hackers* às instituições financeiras ainda não foram contornados, além da dificuldade de adaptação de sistemas e operadores às novas regras de tratamento e compartilhamento de dados. Desse modo, o presente artigo orienta-se pela seguinte pergunta de pesquisa: **Quais são os principais efeitos positivos e desafios encontrados para a efetividade das normas de proteção de dados insculpidas pela LGPD?** **OBJETIVO:** Discutir os principais impactos positivos e desafios da implementação da Lei Geral de Proteção de Dados no Brasil. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Trata-se de pesquisa exploratória, instrumentalizada por levantamento bibliográfico e documental dos principais autores e dados referentes ao tema estudado. Para o levantamento bibliográfico empreendeu-se pesquisas nos principais repositórios acadêmicos, notadamente *Oásis* e *Scielo*. Os dados e literaturas levantadas foram interpretadas a partir de uma abordagem qualitativa. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A LGPD trouxe avanços significativos na proteção de dados no Brasil, sobretudo no que diz respeito ao tratamento de informações pessoais em instituições financeiras, operadoras de telefonia, repartições públicas, setores que vêm migrando para o formato digital. Trata-se de instrumento normativo apto a garantir a dignidade da pessoa humana, em sua acepção ampla, nas relações que envolvem a guarda e compartilhamento de dados, sobretudo no ambiente digital. A LGPD introduz no ordenamento jurídico balizas para a atuação das iniciativas privada e pública nos expedientes rotineiros, sobretudo no que se refere a privacidade dos consumidores e usuários de plataformas digitais. Nesse sentido, os agentes de tratamento são aqueles que recebem a incumbência legal-funcional da guarda de dados, devendo empregar toda a diligência, perícia e prudência no seu tratamento e compartilhamento. Embora a LGPD represente um grande avanço, ainda são grandes os desafios a serem superados, a exemplo da necessidade de treinamento e adesão a mecanismos de proteção e criptografia de dados pelas empresas, identificação dos usuários e documentos acessados, atualização dos *softwares* internos de empresas e repartições públicas, treinamento de agentes de tratamento, dentre outras (Lopes et. al., 2024). Deve-se lidar, ainda, com a constante invasão *hacker* a instituições como o Banco Central, INSS, Judiciário, apontando que o caminho rumo à efetiva implementação da LGPD ainda é longo e demanda contínuo investimento no aperfeiçoamento de sistemas de criptografia e na regulamentação punitiva dos invasores/infratores. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A LGPD implicou em grandes transformações para o tratamento de dados, sigilo de informações e documentos, mas também enfrenta grandes desafios para a sua efetiva implementação que demandam além de investimentos, em capacitação profissional, a divulgação das consequências do tratamento imprudente e antiético dos dados.

REFERÊNCIAS:

1. BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm. Acesso em: 19 set. 2025.
2. DONEDA, Danilo. **Da privacidade à proteção de dados pessoais**. 3. ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2021.
3. LOPES, Eloisa Karine Braga; LOPES, Filipe Henrique; COLONELLO, Nívine Aguiar; BARROS, Fernando Passos Cupertino de; AVELAR, Renato Silva. Desafios da implementação da Lei Geral de Proteção de Dados em serviços de saúde que fazem uso da telemedicina: uma revisão integrativa. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário, [S. l.]**, v. 14, n. 1, 2025. DOI: 10.17566/ciads.v14i1.1238. Disponível em: <https://prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/1238>. Acesso em: 29 set. 2025.
4. MENDES, Laura Schertel; DONEDA, Danilo; TEIXEIRA, Ingo Wolfgang. **Comentários à lei geral de proteção de dados pessoais**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

DESAFIOS À EFETIVIDADE DO DIREITO À SAÚDE NO BRASIL

Silviane das Graças Manzell **CRUZ** (Curso de Direito, FDV)
Sara **FIALHO** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Direito à Saúde, Judicialização, Desafios
Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: O direito à saúde é um dos pilares fundamentais para a garantia constitucional à dignidade da pessoa humana, representando um direito coletivo e dever do Estado (Brasil, 1988). Apesar da existência do SUS, que tem como princípios fundantes a universalidade, distributividade, integralidade e equidade, a efetivação deste direito enfrenta obstáculos práticos e estruturais. Problemas como a judicialização de questões afetas à saúde, a insuficiência de recursos, a desigualdade no acesso aos serviços e a ineficiência administrativa ainda comprometem a sua efetividade para a toda a população. Devem ser consideradas as fragilidades relacionadas à infraestrutura no Brasil, a exemplo da dificuldade de chegada de médicos e fármacos em determinadas localidades do país, a redução dos investimentos em pesquisas, bem como as desigualdades regionais que repercutem também na esfera do maior ou menor acesso à saúde. Dessa forma, o artigo orienta-se pela pergunta: **Quais os principais desafios jurídicos e institucionais à efetivação do direito à saúde no Brasil?** **OBJETIVO:** Discutir os principais desafios à plena efetivação do direito constitucional à saúde, apontando os principais elementos de ordem legal, institucional envolvidos nesse contexto.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: Este trabalho é de cunho exploratório, adotando uma abordagem qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e documental. Foram consultadas legislações, doutrinas, artigos científicos e dados de órgãos oficiais, como o Ministério da Saúde e o CNJ. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Ao debruçar-se sobre os dados referentes à saúde no Brasil encontra-se um arcabouço jurídico robusto para garantir o direito à saúde, especialmente por meio da CF/88, da Lei Lei nº 8.080/1990 e de políticas públicas que estruturam o SUS. A efetividade desse direito ainda é um desafio, haja vista que os principais obstáculos encontrados referem-se a: (i) desigualdades regionais; (ii) má gestão e falta de planejamento estratégico; (iii) judicialização, que tem garantido acesso a tratamentos, mas gera também um desequilíbrio orçamentário. A judicialização de temáticas envolvendo o fornecimento de medicamentos, tratamentos, internações tem desempenhado papel relevante na efetivação do direito à saúde, garantindo a pacientes o acesso a medicamentos e procedimentos que foram negados administrativamente, ou que não encontram-se no âmbito de cobertura do SUS por serem de alto custo, ou de efetividade ainda discutida pela comunidade científica. Contudo, a escalada na judicialização de ações de saúde também gera impactos orçamentários e pode comprometer a equidade do sistema, uma vez que o orçamento público é previamente delimitado pela Lei Orçamentária Anual, de forma que as ordens judiciais de fornecimento de medicamentos não encontra-se integralmente contempladas, o que ocasiona gastos que não foram previstos, e, portanto um desequilíbrio orçamentário. Soma-se, ainda, que a atuação do Poder Público é orientada pelo Princípio da Legalidade, de modo que se um determinado fármaco não encontra-se na Relação Nacional de Medicamentos ofertados pelo SUS, não pode o agente público fornecê-lo ao cidadão, somente podendo atuar diante da autorização legal para tanto. O STF, no Tema 06 de repercussão geral, estabeleceu parâmetros para o fornecimento de medicamentos não incorporados pelo SUS, buscando conciliar a proteção individual e o equilíbrio orçamentário. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Embora o Brasil tenha um sistema jurídico avançado para a proteção do direito à saúde, a efetivação desse direito enfrenta obstáculos complexos, que vão desde problemas de financiamento e gestão até desigualdades sociais e regionais. É necessário fortalecer o SUS, aprimorar a gestão pública, sendo que somente com esforços integrados entre Poder Público, sociedade civil e Judiciário será possível a plena efetividade de tal direito.

REFERÊNCIAS

1. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 19 set. 2025.
2. **BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/8080.htm. Acesso: 19 set. 2025.
3. **BARROSO, Luís Roberto. O direito constitucional e a efetividade de suas normas.** 7. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2021.
4. **CNJ. Judicialização da saúde no Brasil: dados e perspectivas.** Brasília, 2024. Disponível: <https://www.cnj.jus.br>. Acesso: 19 set. 2025.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

DANO ESTÉTICO NO DIREITO DO TRABALHO

Silviane das Graças Manzell **CRUZ** (Curso de Direito, FDV)
Sara **FIALHO** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Dano estético, Direito do trabalho. Reparação, Compensação

Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A legislação brasileira define o acidente de trabalho como aquele sofrido pelo trabalhador no exercício de suas atividades laborativas, provocando lesão corporal ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho (Brasil, 1991). Uma das principais discussões que permeiam a ocorrência do acidente de trabalho é a geração de dano estético ao trabalhador. Nesse cenário, o dano estético pode ser entendido como uma lesão à saúde ou à integridade física do obreiro, gerando repercussões em sua aparência. Trata-se de lesões que deixam marcas no corpo ou que diminuem sua funcionalidade. Apesar do dano estético encontrar-se no âmbito da reparação civil, o instituto é alvo de grandes questionamentos, haja vista a incidência de uma reparação de natureza diversa do dano sofrido pelo obreiro. Isso porque a reparação é financeira, enquanto o dano encontra-se sobre a imagem e o sentimento de autoestima do funcionário acidentado, o que pode gerar efeitos psíquicos e danos que se prolongam no tempo sobre o indivíduo. Surgindo o questionamento se a natureza jurídica da indenização por dano estético tem potencial reparador, voltando ao status quo do empregado, ou apenas uma compensação. Dessa forma, o presente resumo orienta-se pela pergunta: **As indenizações por dano estético no âmbito do direito do trabalho possuem efetivamente o potencial de reparação ou apenas compensação?** **OBJETIVOS:** Identificar e discutir os principais elementos caracterizadores do dano estético no âmbito do direito do trabalho, como discutir sua natureza jurídica reparadora ou apenas compensatória.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: A pesquisa é exploratória, adotando uma revisão de literatura de obras sobre o tema em plataformas de periódicos, como Scielo e repositório da Capes. A pesquisa adotou uma técnica documental de coleta de dados, na busca por instrumentos normativos e jurisprudenciais sobre o tema, os quais foram analisados a partir de uma abordagem qualitativa. **RESULTADOS:** O dano estético comumente encontra-se associado à ocorrência de acidente de trabalho, cuja base jurídica encontra-se nos arts. 19 a 23 da Lei 8.213/1991. Observa-se que a doença profissional e a doença do trabalho são consideradas equiparadas a acidente de trabalho (Cisneiros, 2018). Constitui direito dos trabalhadores serem reparados diante da ocorrência de um acidente de trabalho, da mesma forma, a CLT admite a indenização de danos de natureza extrapatrimonial aos trabalhadores, dentre eles os danos morais e estéticos. O dano estético é aquele que gera um dano exteriorizado na imagem do empregado, o que lhe causa uma aparência disforme, decorrendo do sofrimento gerado pela deformação de qualquer parte do corpo com sequelas permanentes. Reparar um dano sofrido por outrem não é tarefa simples. Quando se trata de danos extrapatrimoniais, que não são mensuráveis e nem quantificáveis, a tarefa se torna ainda mais árdua, especialmente porque as características, bem como a extensão do dano sentido pelo indivíduo, são muito particulares, variando de uma pessoa a outra. A indenização por dano estético e dano moral visa oferecer uma espécie de compensação à vítima, haja vista que dada a natureza íntima do dano, pode causar efeitos imensuráveis. A jurisprudência reconhece o direito à indenização por dano estético com base nos princípios da dignidade da pessoa humana, da reparação integral e da proporcionalidade. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Dessa forma, entende-se que o valor das indenizações não tem o condão de reparar a integralidade do abalo íntimo, moral, da autoestima do indivíduo, tratando-se de um mecanismo legal de imposição de uma medida compensatória de caráter financeiro. O dano estético sofrido em um acidente de trabalho não poderia ser apenas de caráter indenizatório, de forma que o trabalhador deveria ser acompanhado psicologicamente.

REFERÊNCIAS:

1. **BRASIL. Lei nº. 8212, de 24 de julho de 1991.** Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/8212cons.htm. Acesso: 25 set. 2025.
2. **CISNEIROS, Gustavo. Manual de prática trabalhista.** 2. ed. Rio de Janeiro, 2018.
3. <https://www.anamatra.org.br/imprensa/anamatra-na-midia/27005-danos-extrapatrimoniais-no-direito-do-trabalho>.
4. **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Sumula 387.** Disponível em: https://www.stj.jus.br/docs_internet/revista/electronica/stj-revista-sumulas-2013_35_capSumula387.pdf. Acesso em: 25 set. 2025.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-051

IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA ÁREA ESCOLAR

Letícia Laureano **MACIEL** (Curso de Pedagogia, FDV)
Renato Salles **MATTOS** (Orientador, FDV)
Raja Reda Zorkot **SANTANA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Família, Escola, Rendimento escolar
Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O tema desta pesquisa foi a Importância da família na área escolar. Segundo Maimoni e Miranda (1999, p.14), a família pode “acompanhar tarefas e trabalhos escolares, verificar se o filho fez as atividades solicitadas pelo professor, estabelecer horário de estudo, informar-se sobre matérias e provas, entre outras”. Esse assunto é válido, uma vez que há muitas famílias que participam pouco da vida escolar de seus filhos porque entendem que a escola é a única responsável pela educação. Além disso, muitos pais sofrem sobrecarga dos trabalhos do lar e não possuem tempo para acompanhar o percurso formação de seus filhos, o que pode ser prejudicial para o desenvolvimento das crianças. Assim, a ausência de diálogo família e escola pode gerar lacunas na formação do aluno devido ao fato de que a educação é e deve ser um trabalho em equipe em que valores, disciplina, motivação e incentivo são imprescindíveis. A presença da família motiva a criança, deixa-a segura e protegida, que gera efeito tanto no desempenho escolar, quanto no seu desenvolvimento emocional e social. Assim, pensar sobre este assunto é preciso para que se reafirme o papel da escola como parceira da família na garantia de uma educação de qualidade. **OBJETIVOS:** O objetivo foi conhecer práticas que incluam as famílias no desenvolvimento escolar das crianças. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** É um estudo de natureza descritiva, com abordagem quantitativa, que será desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Para a coleta de dados, será utilizado um questionário estruturado, aplicado aos pais, que constituem o público-alvo da investigação. O instrumento terá como objetivo levantar informações acerca da participação da família no processo educativo, bem como identificar fatores que interferem nesse envolvimento. Os dados coletados serão analisados de forma quantitativa, possibilitando a interpretação dos resultados de maneira objetiva.

	1. Quais são as atividades relativas ao desempenho escolar do seu filho em que há a sua participação?
M1	Para casa e atividades como festa junina, formatura fim de ano, e outras comemorações escolares
M2	Em todas que é possível da minha participação

Tabela 1 Dados questionário

RESULTADOS: Todas as mães participam das atividades escolares das crianças, estão presentes sempre. “reconhecimento da importância da colaboração dos pais na história e no projeto escolar, o auxílio às famílias no exercício de seu papel na educação, no desenvolvimento e no sucesso profissional de seus filhos e, concomitantemente, na transformação da sociedade” (SILVA, VARANI, 2009, p. 515). **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Este estudo destaca a relevância da família no ambiente escolar, ressaltando a participação dos pais e responsáveis na trajetória educacional dos filhos. Em diversos setores, ainda se acredita que a educação é uma responsabilidade exclusiva da escola, ao menos até que se torne claro que os pais enfrentam jornadas de trabalho mais extensas e compromissos familiares que os impedem de acompanhar os estudos. Entretanto, acredita-se que a família e a escola trabalham juntas para promover a educação completa da criança. Ao acompanhar o rendimento, participar de reuniões e se envolver nas atividades escolares, a família estreita seus laços com a instituição de ensino e contribui para motivar e inspirar confiança na criança. A escola vai além de simplesmente transmitir conhecimento; ela também desempenha um papel importante no desenvolvimento emocional, social e físico, criando a oportunidade para que os alunos se tornem cidadãos mais críticos e ativos. Assim, o objetivo foi considerado alcançado, pois ficou evidente que a relação colaborativa entre família e escola é um caminho essencial para a construção de uma educação de qualidade. Ressalta-se também que um maior envolvimento familiar aumenta as oportunidades de aprendizagem, reforçando as práticas pedagógicas oferecidas pela escola e fornecendo um suporte importante para o desenvolvimento integral da criança.

REFERÊNCIAS:

1. FERREIRA, W. B. **Educar na diversidade:** práticas educacionais inclusivas na sala de aula regular. In: Ensaios Pedagógicos - Educação Inclusiva: direito à diversidade. Brasília: SEESP/MEC, 2006
2. LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora?:** novas exigências educacionais e profissão docente, 4. ed. - São Paulo: Cortez, 2000- (Coleção Questões da Nossa Época: v. 67).
3. MAIMONI, E. H.; MIRANDA, A. A. B. **Uma proposta de avaliação do envolvimento dos pais na vida escolar do filho.** Anais do IV Congresso e IV Mostra de Ciências Humanas e Artes (CD-ROM), Viçosa (MG), 1999.
4. SZYMANZKI, Heloisa. **A relação família/escola:** desafios e perspectivas. Brasília: Plano, 2003

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

CHS-052

ANSIEDADE NA ESCOLA: DESEMPENHO E DIFICULDADES NA APRENDIZAGEM DE ADOLESCENTES

Letícia Laureano **MACIEL** (Curso de Pedagogia, FDV)
Renato Salles **MATTOS** (Orientador, FDV)
Raja Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Ansiedade, Desempenho acadêmico, Ensino
Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O tema desta pesquisa foi a “ansiedade na escola: desempenho e dificuldades na aprendizagem de adolescentes”. O assunto é de grande importância, pois permite entender os desafios que os adolescentes enfrentam no ambiente escolar, especialmente no que diz respeito ao impacto da ansiedade no processo de aprendizagem. A ansiedade pode afetar bastante o desempenho acadêmico, dificultando a concentração, a memória e a motivação. Além disso, ela também pode impactar a autoestima e a relação social dos estudantes. É essencial investigar essa questão, pois isso ajuda a desenvolver práticas pedagógicas e ações institucionais que não só garantam o sucesso escolar, mas também promovam a saúde mental e o desenvolvimento integral dos adolescentes. Assim, o estudo sobre a ansiedade escolar representa um progresso tanto para o setor educacional quanto para o desenvolvimento de estratégias de apoio mais. **OBJETIVOS:** O objetivo foi investigar a relação entre ansiedade e o impacto no desempenho acadêmico de adolescentes, assim como as dificuldades que surgem no processo de aprendizagem devido a esse fator psicológico. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo e abordagem quantitativa. O estudo foi conduzido por meio de uma revisão bibliográfica e de um estudo de caso, com o objetivo de descrever os traços da ansiedade escolar e sua relação com o rendimento acadêmico e as dificuldades de aprendizagem em adolescentes. Um questionário foi empregado na coleta de dados, possibilitando a obtenção de informações detalhadas sobre as vivências e percepções dos adolescentes em relação à ansiedade escolar. O público-alvo foi de jovens em idade escolar, com a finalidade de entender melhor como a ansiedade afeta o ambiente escolar e auxiliar na criação de estratégias de apoio e intervenção. **RESULTADOS:** Questionados se “alguém da sua família te ajuda nos estudos”, 43% dos entrevistados responderam com “às vezes recebem ajuda dos pais em algumas atividades” e 37% responderam que “não recebem ajuda”. Apenas 25% dos entrevistados afirmaram que “sempre recebem ajuda”. Assim, a maioria dos estudantes não conta com um suporte familiar constante, isso pode contribuir para sentimentos de sobrecarga e insegurança. “A família como instituição mais próxima do aluno, desempenha papel fundamental na motivação das potencialidades de seus filhos e na percepção de suas aptidões. É a primeira que compreende o indivíduo nas suas escolhas e pode ser a primeira a perceber os primeiros sinais de sentimentos ansiosos e ajudar a amenizá-los” (SILVEIRA; SANTOS; PASCHOAL; MORAES, 2019). Muitos adolescentes acham que a ansiedade prejudica o desempenho acadêmico, isso destaca a necessidade de apoio psicológico e pedagógico nas instituições. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A ansiedade afeta a trajetória escolar do adolescente, prejudicando sua capacidade de se concentrar, memorizar informações e interagir nas atividades em sala de aula. Isso pode resultar em notas baixas, receio de apresentar trabalhos, afastamento dos colegas e, em casos extremos, abandono da escola. Investigar a relação entre a ansiedade e o desempenho acadêmico é fundamental para entender como esse fator psicológico pode influenciar no processo de aprendizagem. Assim, a percepção dos efeitos da ansiedade em crianças e adolescentes quando inseridos no contexto escolar ajuda os educadores, famílias e profissionais de saúde a implementarem diretrizes e estratégias mais eficientes que ajudem a melhorar o desempenho acadêmico e bem-estar emocional dos jovens. Por meio da implementação de programas de gerenciamento de estresse, autoestima, atividades de socialização e sessões de apoio psicológico, é viável diminuir os níveis de ansiedade. Neste sentido, o presente estudo não só pressiona indiretamente a qualidade do desempenho acadêmico, como também promove a implementação de práticas pedagógicas inclusivas e necessárias para um desenvolvimento integral de adolescentes.

REFERÊNCIAS:

1. OLIVEIRA, Sandra Maria da Silva Sales; SISTO, Fermino Fernandes. Estudo para uma escala de ansiedade escolar para crianças. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 6, N. 1, p. 57-66, 2002.
2. Relatório Mundial de Saúde Mental: **transformando a saúde mental para todos**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2022.
3. SILVEIRA, Jucilaine et.al. **Ansiedade em alunos do ensino médio:** um estudo de revisão. **Psicologia.pt**. Instituto Taquaritinguense de Ensino Superior, Taquaritinga, SP, Brasil, 2019.
4. SILVEIRA, Rafael Amorim. **A dificuldade do pedagogo na interação entre escola e comunidade**. Curitiba, 2016.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

DESAFIOS PARA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO À DESCONEXÃO PARA MÃES EM REGIME DE TELETRABALHO

Rayane dos Reis **TEIXEIRA** (Curso de Direito, FDU)
Sara **FIALHO** (Orientadora, FDU)

Palavras-chaves: Maternidade, Direito a desconexão, Teletrabalho, Controle de jornada.

Agência de fomento: FDU

RESUMO

INTRODUÇÃO: Com o cenário pandêmico deflagrado em 2020 e a necessidade do isolamento social, a prestação de serviços à distância (teletrabalho, *home office* e trabalho externo) cresceu exponencialmente. Segundo o Ipea (2021), no ano de 2020, cerca de 8,2 milhões de pessoas laboraram no formato remoto. Já no ano de 2022, a Pnad Contínua (IBGE, 2022) aponta para 7,4 milhões de pessoas em regime de teletrabalho, sendo que as mulheres representavam numerário 8,7% superior ao número de homens no mesmo regime. Dessa forma, pode-se citar como efeitos do trabalho no formato remoto a redução dos custos de funcionamento para as empresas, flexibilidade de horários e possibilidade de contratar funcionários de todas as regiões. De outro lado, muitas mães optaram pelo regime de teletrabalho, a fim de conciliá-lo com a maternidade, sendo extremamente conflitante a harmonização entre essa modalidade e o direito à desconexão do trabalho, surgindo o questionamento: **Como direito a desconexão do trabalho contribui para uma melhor qualidade de vida das mães que estão em regime de teletrabalho?** **OBJETIVO:** Discutir o direito a desconexão no regime de teletrabalho e o comprometimento da vivência da maternidade.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: Trata-se de uma pesquisa exploratória, construída a partir de um levantamento bibliográfico e documental, os quais foram interpretados a partir da abordagem qualitativa. A bibliografia foi levantada a partir de consultas à plataformas de periódicos acadêmicos. Já a pesquisa documental se assentou na seleção das principais legislações e jurisprudências sobre o assunto. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O teletrabalho se desenvolve no ambiente virtual, sendo que o empregado não precisa trabalhar fixado a algum lugar físico como a sua casa ou as dependências do empregador, podendo, inclusive, comparecer a empresa esporadicamente sem que isso descaracterize o regime. Segundo o IBGE (2023), cerca de 74 milhões de pessoas encontram-se em regime de teletrabalho, sendo que, em 2022, 48,8% eram mulheres (IBGE, 2022), o que evidencia a importância de discutir o direito à desconexão do trabalho em formato laborativo que se desenvolve essencialmente no ambiente virtual e, cujo controle de jornada é um grande desafio. Nesse sentido, o direito a desconexão pode ser entendido como a garantia de que o trabalhador se desconecte dos dispositivos eletrônicos e demais equipamentos que o coloque em constante estado de alerta em relação às suas atividades laborativas. O empregador não pode enviar e-mails, *WhatsApp* ou qualquer forma de comunicação relacionada ao trabalho para os seus empregados fora da jornada de trabalho, devendo respeitar os respectivos horários de descanso (Ponzilacqua e Silva, 2022). Nesse cenário, o direito à desconexão se torna ainda mais desafiadora para as trabalhadoras mães, isso porque a dificuldade no controle de jornada compromete a rotina com os filhos, como por exemplo, amamentação, reuniões escolares e alimentação. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O teletrabalho para as mães pode ser interpretado de suas formas: (i) acabam por intensificar sua carga horária de trabalho juntamente com os afazeres domésticos em seus domicílios; e (ii) oferece maior flexibilidade para as funções da maternidade. Contudo, isso acaba por tornar a jornada ainda mais extenuante, pois a vida profissional e pessoal se confundem, trazendo dificuldades no controle de jornada. Sendo esses desafios que a órbita jus laboral deverá atuar mais incisivamente na proteção do trabalho da mulher e na validação do seu direito de desconexão laboral.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso: 29 set. 2025.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022. IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102035_informativo.pdf>. Acesso: 30 set. 2025.
- IPEA. 11% dos trabalhadores estiveram em trabalho remoto em 2020 no Brasil. IPEA, 15.07.2021. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=38263>. Acesso: 30 set. 2025.
- PONZILACQUA, Marcio Henrique Pereira; SILVA, Luana Graciana. O direito à desconexão do trabalho francês: perspectivas de implementação no Direito brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, v. 13, n. 1, jan-mar 2022. Disponível: <https://www.scielo.br/rdp/a/vTD5ZcbfDK8Z7whxrfK7kG/?lang=pt>. Acesso em: 29 set. 2025.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

IMPORTÂNCIA DO AFETO EM SALA DE AULA

Sara Luisa da **SILVEIRA** (Curso de Pedagogia, FDU)
Renato Salles **MATTOS** (Orientador, FDU)
Raja Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora - FDU)

Palavras-chave: Afetividade, Educação, Ensino-aprendizagem, Relação professor-aluno

Agência de fomento: FDU

RESUMO:

INTRODUÇÃO: Você já parou para pensar da importância da afetividade no ambiente escolar? Somente em um ambiente onde haja troca de sentimento, contato, estímulos, Interação social e sensibilidade pode haver crescimento. Segundo Henri Wallon "A afetividade não é um simples adorno da inteligência, mais uma condição essencial para o desenvolvimento do pensamento. A importância do afeto em sala de aula é fundamental porque contribui para o entendimento de como as relações interpessoais influenciam o processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, o papel do professor vai além da transmissão de conteúdos; envolve também criar vínculos, valorizar a individualidade de cada estudante. **OBJETIVOS:** O objetivo dessa pesquisa foi investigar a importância do afeto na relação professor-aluno. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Esta investigação possui abordagem descritiva, baseada em uma pesquisa de campo, que utilizei um questionário para professores e pais para desenvolver o estudo. Além do questionário foi realizada uma observação participante. A abordagem para desenvolver essa pesquisa é qualitativa, onde a realidade do fenômeno é vista de maneira geral, permitindo abordar e compreender a afetividade na sala de aula. Essa pesquisa embasa a execução de uma atividade de extensão que foi realizada numa escola de educação infantil.

	Você acredita que a falta de afeto pode impactar negativamente o desempenho e o comportamento dos alunos? Por quê?
P1	O afeto é fundamental no desenvolvimento infantil influenciando o crescimento cognitivo, emocional e social da criança. A afetividade estimula a aprendizagem, a autonomia, impactando na saúde mental e formação de personalidade. A falta de afeto pode afetar na socialização, no aprendizado e no desenvolvimento da criança.
P2	A meu ver acho que caminham juntos. Uma relação afetiva, torna-se um ambiente seguro e confiável. A falta de afeto pode gerar dificuldades de aprendizagem, podendo levar a desmotivação e impactando na personalidade da criança.

Tabela 1. Fonte: dados do questionário

RESULTADOS: De acordo com os estudos na área da Educação Infantil, práticas que valorizam o acolhimento e a escuta ativa contribuem para aprendizagens mais significativas, fortalecendo o protagonismo infantil. As respostas dos professores evidenciaram que o afeto é considerado indispensável para o desenvolvimento integral da criança, sendo compreendido como fator que potencializa o aprendizado, melhora o convívio em grupo e fortalece a motivação dos alunos. Ambos ressaltaram que a ausência de práticas afetuosas pode gerar desinteresse e dificultar a aprendizagem. As experiências demonstraram que o afeto, quando incorporado à prática pedagógica, favorece não apenas o aspecto cognitivo, mas também o emocional e social das crianças. Constatou-se, ainda, que a presença do afeto promove maior motivação e cooperação entre os alunos, enquanto sua ausência pode gerar conflitos e desmotivação. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante do que foi exposto, reafirma-se que o afeto é um elemento essencial no ambiente escolar, realimenta a relação entre professor e aluno. Assim, a prática pedagógica torna-se mais humana e eficaz, promovendo não apenas o sucesso acadêmico, mas também a formação de indivíduos mais conscientes, sensíveis e preparados para a vida em sociedade. Investir no afeto em sala de aula é, portanto, investir na educação de qualidade e no futuro de nossas crianças e jovens. As respostas revelaram percepções sensíveis e reflexivas, que compartilharam experiências de afeto vividas com colegas e professores. A atividade promoveu um momento de escuta, empatia e valorização das relações humanas no ambiente escolar, reforçando a importância de cultivar o respeito, o cuidado e o acolhimento no cotidiano da sala de aula. Conclui-se que o afeto é fundamental para o sucesso escolar e para a formação integral dos alunos, sendo essencial que a comunidade escolar valorize e promova relações saudáveis e humanizadas.

REFERÊNCIAS:

- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HORN, M. G. S. *Afetividade e aprendizagem na Educação Infantil*. Porto Alegre: Mediação, 2001.
- VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- WALLON, H. *A evolução psicológica da criança*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Tayná de Moura Silva de **PAULA** (Curso de Pedagogia, FDV)
Carmem Inêz de **OLIVEIRA** (Orientadora, FDV)
Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Família, Escola, Educação infantil

Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A parceria entre família e escola é um dos principais elementos para o sucesso da educação. É comum acreditar que cada um deve cumprir seu papel separadamente. No entanto, os pais e a instituição de ensino devem estar em constante sintonia, tendo como objetivo final o pleno desenvolvimento infantil. Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois, a muita informação mútua; este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, aperfeiçoamento real e recíproco. Quando há um interesse maior dos pais pelas coisas da escola pode se chegar, até mesmo, a uma divisão de responsabilidades [...] (PIAGET, 2007, p.50). No entanto, quando se fala de educação infantil, muitos acham que não tem necessidade de estar presente em reuniões, ou em contato com os educadores. Por isso é tão importante compreender mais sobre a relação família e escola, uma vez que sabemos que essa fase da educação infantil é de grande importância, pois nela observamos as habilidades e o cognitivo da criança. É sempre de grande importância que a escola e a família estejam unidas em todas as fases, de modo que, com a educação infantil não é diferente, é sempre necessária a parceria de família e escola. **OBJETIVOS:** Considerando a importância da família na educação da criança este trabalho tem como objetivo investigar a importância da família na educação da criança na educação infantil. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Esse trabalho constitui-se de uma pesquisa bibliográfica e aplicação de questionários que embasam a execução de uma atividade de extensão. Assim para realizar pesquisa utilizamos com referência a leitura de autores que tratam a temática sobre a importância da Família na Educação das Crianças e o papel da escola na relação com os pais ou responsáveis. Foi aplicado questionário a professores que atuam na educação infantil que fazem parte uma escola privada. **RESULTADOS:** Os resultados da pesquisa revelam que uma família não é somente aquelas formadas por laço sanguíneo, mas sim as pessoas que convivem, uma protegendo a outra em razão do sentimento de afeto, carinho e pertencimento ao grupo. Temos inúmeros modelos de família e devemos respeitar cada um, pois cada um tem sua história. A família é uma das instituições responsáveis pelo processo de socialização das crianças, pois tem em suas mãos o papel de instruir e educar através de valores, ainda que seja um conhecimento dito comum, mas ainda é considerada a base na formação do ser humano. Como primeiro grupo social no qual a criança interage, a família traz consigo um grande valor perante a sociedade, pois é nela que os laços afetivos são construídos, os primeiros laços de convivência humana em que a criança encontra-se aprendendo a viver com normas impostas pela família dentro de suas limitações no meio à vivência com indivíduo nas estruturas sociais. Oliveira (2003, p. 66) diz: "A família é a primeira agência de controle social da qual a criança participa, ocorrendo uma socialização baseada em contatos primários, mas afetivo, diretos e emocionais". Os valores adquiridos na família são insubstituíveis, tornando-a assim, responsável legal da criança no processo de educar e transmitir valores éticos e moral. A sintonia entre família e escola possibilita que o desenvolvimento da criança e o processo de aprendizagem sejam ampliados. Dessa forma, o aluno tem a oportunidade de vivenciar experiências educativas na escola e no convívio familiar. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O estudo permite concluir com todos os aspectos citados, a família e a escola são instituições distintas, entretanto, é indispensável que dialoguem para proporcionar o ensino-aprendizagem da criança, ou seja, para que o aluno tenha considerável progresso, precisa essencialmente da comunicação das duas instituições.

REFERÊNCIAS:

- OLIVEIRA, Z. M. R. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2014.
- PIAGET, J. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007.
- SARRAMONA, Jaume. **Educação na Família e na escola: o que é, como se faz**. São Paulo: Editora Loyola, 2002.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 – Educação

PAPEL DO SUPERVISOR NA CAPACITAÇÃO DO DOCENTE NA ESCOLA

Tayná de Moura Silva de **PAULA** (Curso de Pedagogia, FDV)
Carmem Inêz de **OLIVEIRA** (Orientadora, FDV)
Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Supervisão escolar, Educação continuada, Professores
Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: Os supervisores das escolas têm o papel de identificar as responsabilidades de ensino e aprendizagem dos professores e articular os recursos necessários e disponíveis para cumprir o objetivo pré-estabelecido na organização escolar. Falcão Filho (2007) destaca que "a competência humana do coordenador pedagógico se baseia na sua capacidade de trabalhar de maneira eficiente e eficaz com professores e alunos, individualmente ou em grupo". O supervisor escolar pode apoiar cientificamente a comunicação, participar no papel de facilitador e promover discussão e reflexão, encorajando ou alimentando o diálogo. **OBJETIVOS:** Considerando o papel do supervisor e a importância dele o ambiente escolar, o objetivo deste trabalho é compreender o papel do supervisor escolar na capacitação dos docentes. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Esse trabalho constitui-se de uma pesquisa bibliográfica e aplicação de questionários que embasam a execução de uma atividade de extensão. Foi aplicado questionário a supervisoras escolares que fazem parte de instituição pública e privada. Utilizamos com referência a leitura de autores que tratam a temática, destacando-se: a importância da formação continuada dos professores e os desafios que o supervisor enfrenta. **RESULTADOS:** Os resultados da pesquisa revelam que os supervisores das escolas têm o papel de coordenar, planejar, acompanhar, orientar, supervisionar e avaliar os processos de ensino e aprendizagem juntamente com os professores, visando o desenvolvimento de uma educação escolar de qualidade. Nesse sentido, os supervisores das escolas também têm a responsabilidade de organizar e promover junto aos professores o desenvolvimento profissional, por meio da formação continuada. É importante frisar que na faculdade não aprendemos a lidar com todas essas situações, muitas delas surgem levando em consideração o meio em que se vive. Com isso é necessário entender que a formação docente no âmbito de desenvolver os saberes, exige qualificação, valorização profissional e políticas adequadas para o trabalho do professor. Freire (1996, p. 76) aponta que: "outro saber fundamental a experiência educativa é o que diz respeito à natureza [...] preciso conhecer as diferentes dimensões que caracterizam a essência da prática". É importante o professor adquirir os conhecimentos formadores, pois durante a prática pedagógica encontrará situações de conflitos, em que ele necessita estar preparado para resolver o que ocorrer no exercício da função. A formação continuada tem se tornado um campo com crescente busca pelos profissionais não apenas na educação, mas em todas as áreas do conhecimento, pois quanto mais aprendizado, maiores as chances desse profissional permanecer no mercado de trabalho. A escola tem um papel muito importante diante dessas transformações, pois é o lugar para a construção do conhecimento, mas não o único espaço em que se adquire o saber, pois na atualidade o conhecimento está em todos os lugares e sempre disponíveis. Essa pesquisa sobre o papel do supervisor na capacitação docente revelou aspectos importantes e desafiantes dessa função nas escolas. Através das entrevistas, ficou evidente que, em muitas instituições, a formação continuada dos professores não ocorre de forma sistemática, o que limita as oportunidades de atualização e desenvolvimento profissional. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que os supervisores das escolas desempenham um grande papel em garantir que a aprendizagem de qualidade seja realizada nas escolas. O papel do supervisor escolar é de maior importância, pois melhora a competência dos professores e a excelência acadêmica dos alunos. O estudo identificou que os supervisores das escolas orientam os novos professores, supervisionam o currículo, os horários e monitoram o progresso acadêmico dos alunos para melhorar a qualidade do processo de escolarização nas escolas.

REFERÊNCIAS:

- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Austrália: Penguin Education, Penguin Books Ltd. p.12-39, 2005.
- LIMA, Carolina Barreiros de, SOUZA, Janaina Moreira Pacheco de, e LACERDA, Fabricio Nelson. **O supervisor escolar e a formação continuada**. II CONEDU. Congresso Nacional de Educação. https://www.editorarealize.com.br/editora/anaais/conedu/2015/TRABALHO_EV045_MD1_SA4_ID3984_10082015203920.pdf Acessado em 23/11/2024.
- OLIVEIRA, D. A. Política educacional e a reestruturação do trabalho docente: reflexões sobre o contexto latino-americano. **Educ. Soc.** v. 28, n. 99, p. 355-375. Campinas, 2007

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 – Educação

CHS-057

INDISCIPLINA ESCOLAR: UM DESAFIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Débora de Cássia Venâncio **CEZAR** (Curso de Pedagogia, FDV)
Renato Salles **MATTOS** (Orientador, FDV)
Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Indisciplina, Limites, Desafios
Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: Lidar com indisciplina em sala de aula é difícil em qualquer fase, mas enfrentar esse desafio com crianças pequenas exige ainda mais posicionamento, paciência e soluções responsáveis, a fim de não traumatizar o aluno problemático, nem mesmo o restante da classe. Digo sempre que as crianças são os reflexos de seus pais, e isso vale tanto para coisas boas, quanto para as ruins e, então, se a criança vive sobretudo em um ambiente caótico, as chances do seu comportamento ser agitado, impulsivo e agressivo são grandes. E, por outro lado, se o aluno sempre foi tranquilo, respeitoso e de repente mudou, também precisam ser investigadas as causas, pois pode estar acontecendo várias situações fora ou até mesmo dentro da escola e o excesso de punições só irá piorar a situação, pois o aluno ficará cada vez mais irritado e os professores mais desgastados, por já não saberem mais o que fazer. De acordo com Maria Staccioli: "acolher uma criança é, também, acolher o mundo interno da criança, as suas expectativas, os seus planos, as suas hipóteses e as suas ilusões. Significa não deixar passar, como se fosse tempo inútil, o tempo que a criança dedica às atividades simbólicas e lúdicas, ou o tempo empregado para tecer as relações "escondidas" com outras crianças.

OBJETIVOS: O objetivo geral dessa pesquisa foi observar e analisar como os professores lidam com a indisciplina e falta de respeito em sala de aula, principalmente quando essas questões afetam a qualidade do seu trabalho, além do seu desgaste emocional e qual é o posicionamento da escola diante dessas questões que muitas vezes envolve a comunicação direta com os pais ou responsáveis dessas crianças. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Esse estudo apresentou como metodologia uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, sendo realizada uma pesquisa de campo, em uma instituição pública da cidade de Viçosa-MG. Foi realizada também uma entrevista, com duas professoras, da Educação Infantil, uma de escola pública e outra de escola particular, além de uma supervisora, atuante também na rede pública, junto a um questionário. **RESULTADOS:** Diante das respostas obtidas pelas professoras, concluí que ambas compartilharam a mesma opinião a respeito da influência que o meio familiar exerce sobre as crianças. Em um lar sem estrutura emocional, onde os problemas são solucionados por meio de gritos ou até mesmo agressões, a criança tende a reproduzir esse comportamento. Assim, ao enfrentar um problema na escola ou dentro da sala de aula, provavelmente buscará resolvê-lo da mesma maneira que observa em casa, já que não aprendeu outras formas de lidar com conflitos nem a reconhecer a importância das regras para uma convivência saudável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Concluí o quanto é importante e necessário toda gestão pedagógica conhecer as dificuldades que cada professor da sua escola enfrenta em sala de aula, devido a indisciplina por parte de um ou mais alunos. Muitas vezes a escola tenta omitir os fatos, evitando levar a situação/problema até os pais, talvez por receio dos mesmos culparem a escola, pois, por incrível que pareça, muitos acreditam que cabe ao professor ensinar bons modos às crianças, quando, na realidade, essa é uma responsabilidade que se inicia na família. A escola, por sua vez, desempenha o papel de reforçar e ampliar esses ensinamentos, contribuindo para a formação integral do aluno. E quando a escola deixa de comunicar os responsáveis, acaba sobrecarregando o professor, que muitas vezes não sabe mais como agir. Isso ocorre porque respeito e educação são valores que devem ser cultivados inicialmente no ambiente familiar e, quando estão ausentes, o professor tem poucas possibilidades de intervir de forma eficaz.

REFERÊNCIAS:

1. AQUINO, Júlio Groppa (Org). **Indisciplina na escola:** alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summs, 1996, pág 46
2. ORTIZ, Carvalho. **Ler, escrever e brincar:** modos de viver a infância na escola, 2012.pág. 40.
3. STACCIOLI, Maria. **Ler, escrever e brincar:** modos de viver a infância na escola, 2013.p. 28.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

CHS-058

INCLUSÃO DA CRIANÇA COM AUTISMO NA CRECHE

Débora de Cássia Venâncio **CEZAR** (Curso de Pedagogia, FDV)
Renato Salles **MATTOS** (Orientador, FDV)
Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Inclusão, Autismo, Creche
Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO Hoje em dia, são notáveis os avanços no que diz respeito aos direitos de inclusão das crianças autistas no ambiente escolar, assim como de todas as demais crianças. Mas, sabemos também que, há muito a ser feito, pois nem todos os profissionais da educação adquirem preparo adequado e qualificado para atender essa demanda que requer diferentes práticas e técnicas de aprendizagem. Muitas vezes a creche atua de forma significativa no processo de desenvolvimento da fala das crianças, porém, o simples ato de se comunicar com o aluno autista, pode se tornar uma grande dificuldade para os profissionais da educação, uma vez que, os mesmos raramente se dispõem de contato visual e outras vezes verbal, dessa forma, não atende nem mesmo quando são chamados pelo nome, portanto o professor, junto com o mediador precisam buscar outras formas e habilidades para se comunicar com a criança, a fim de estimular e desenvolver habilidades linguísticas e garantir sua inclusão entre os demais. Por isso a importância da qualificação dos profissionais responsáveis pelo desempenho e autonomia do aluno. De acordo com Nelsen: "cada criança com (ou sem) deficiência é verdadeiramente única e distinta de qualquer outra criança. [...] ao tentar decidir o que será útil para sua criança, é fundamental que você entenda, na medida do possível, como o mundo se apresenta através dos olhos dela.

OBJETIVOS: O objetivo geral dessa pesquisa foi observar e analisar as práticas de inclusão de uma criança autista na creche. Destacando não apenas a importância da inclusão, mas também os benefícios que ela proporciona quando a criança é inserida desde cedo no ambiente escolar, permitindo assim um melhor desenvolvimento, principalmente no que diz respeito a prática de socialização ao grupo inserido.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: Esse estudo apresentou como metodologia uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, sendo realizada uma pesquisa de campo, em uma instituição pública da cidade de Viçosa-MG. Foi realizada também uma entrevista com uma mãe de criança com TEA, junto a um questionário. **RESULTADOS:** Em Lei, a criança com autismo não é obrigada a se matricular na creche, como as demais outras escolaridades, mas, quanto antes a criança for inserida dentro do ambiente escolar, melhor será seu processo de aprendizado e convívio social. Quanto mais cedo a inclusão e a socialização forem trabalhadas, maiores serão as chances de a criança interagir e desenvolver diferentes habilidades, entre elas a psicomotora, cognitivas e sociais. Buscar orientações e rede de apoio para garantir a inclusão na sociedade, especialmente no ambiente escolar, é um direito previsto e assegurado por lei. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Cada criança com autismo apresenta suas próprias dificuldades e potencialidades, assim como qualquer outra criança. Ao longo do período observado, percebi que as práticas de ensino e aprendizagem direcionadas aos alunos com TEA são fundamentais para o desenvolvimento da fala, da interação social, da partilha de brinquedos e até mesmo de habilidades de raciocínio. Contudo, é necessário que tais práticas sejam conduzidas no ritmo da criança, respeitando sua disposição para realizá-las. Isso não significa a ausência de regras quanto ao comportamento, especialmente em atividades de rotina, dentro e fora da sala de aula, pois é justamente por meio da repetição e organização que a criança com TEA tende a desenvolver suas habilidades e emoções. Portanto, cabe aos professores, juntamente com toda equipe pedagógica, se valer de conhecimentos e estratégias específicas, dando a elas, suporte adequado e necessário para sua total inclusão diante da sociedade.

REFERÊNCIAS:

1. GRANDIN, Temple; PANEK, Richard. **O cérebro autista:** pensando através do espectro. Rio de Janeiro: Record, 2021
2. NELSEN, Janes. **Disciplina positiva para crianças com deficiência:** como criar e ensinar todas as crianças a se tornarem resilientes, responsáveis e respeitadas. 2019
3. VYGOTSKI, L. S. **Obras escogidas V:** fundamentos de defectologia. Madrid: Visor, 1997.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE SWOT PARA AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Ana Luiza Romão **LOPES** (Curso de Ciências Contábeis, FDV)
Carla Cristina da **SILVA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Análise SWOT, PME, Pequenas e médias empresas

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A análise SWOT é uma ferramenta que auxilia os gestores a compreenderem melhor o cenário em que suas empresas estão inseridas. Diferentemente de modelos complexos de gestão, a SWOT apresenta simplicidade, praticidade e aplicabilidade em qualquer porte de organização. Segundo Chiavenato (2004), o sucesso de uma empresa depende da sua capacidade de se adaptar aos desafios do ambiente, e a SWOT oferece um panorama claro dessas condições. A análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats) é uma ferramenta estratégica essencial para as pequenas e médias empresas (PMEs). Ela possibilita que gestores avaliem os pontos fortes e fracos de sua organização, bem como as oportunidades e ameaças presentes no ambiente externo. **OBJETIVO:** Propõe-se como principal objetivo apresentar um modelo de análise SWOT para uma PME, cujo foco será analisar melhor o ambiente externo da empresa, as oportunidades e ameaças, assim como o ambiente interno, os pontos fortes e fracos, interpretar o mercado e seu comportamento para que se possa escolher o melhor caminho para se destacar frente aos concorrentes. **METODOLOGIA DE PESQUISA:** Esta pesquisa possui abordagem qualitativa. Essa investigação científica visa analisar os fenômenos sociais e diferentes pontos de vista, por meio de observação direta e análise aprofundada de dados retirados de entrevistas e pesquisas. **RESULTADOS:** Este artigo justifica-se para avaliar a importância da implementação do plano SWOT no meio das pequenas empresas. Segue abaixo um exemplo de análise SWOT de uma empresa X.

FORÇAS	FRAQUEZAS
- Atendimento ao cliente	- Aumento de preço
- Excelência e variedade de produtos	- Falta de investimento em um marketing de qualidade
- Ótima localização	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
- Site de vendas online	- Produtos semelhantes com menor custo-benefício
- Envio para todo o Brasil	- Alta divulgação das empresas concorrentes

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com uma pesquisa divulgada pelo SEBRAE, cerca de 70% e 80% das empresas no Brasil, fecham as portas antes de completarem 2 anos de vida, muito se acontece devido da falta de um bom plano estratégico. As grandes empresas se diferem das de pequeno porte, pois elas passam por um processo de avaliação e reconhecimento em cada ambiente dela, é importante também ressaltar o trabalho de análise de setores, fornecedores, pontos fortes e fracos, e principalmente as oportunidades e ameaças. Diante do exposto é possível detectar a missão e o objetivo da empresa, gerando maior oportunidade de sucesso. O plano referido acima e chamado de análise SWOT um modelo muito eficiente que pode ser usado por qualquer empresa, até mesmo por aquelas que se iniciam por ser simples e bem compacto, sendo assim uma boa alternativa para aquelas consideradas médias e pequenas empresas. **CONCLUSÃO:** Conclui-se, portanto, que a análise SWOT é muito importante na criação de estratégias para fazer com que a empresa evolua, não só fora no mercado, mas também no ambiente de trabalho, para que ambas estejam em harmonia e assim podendo entregar ótimos resultados.

REFERÊNCIAS:

1. CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à teoria geral da administração*. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
2. SEBRAE. *Sobrevivência das empresas no Brasil*. Brasília, 2021. Disponível em: www.sebrae.com.br.

Área de conhecimento do CNPq: 9.02.00.00-6 - Administração

ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL DE UMA MICROEMPRESA (ME) AUTOMOBILÍSTICA

Ana Luiza Romão **LOPES** (Curso de Ciências Contábeis, FDV)
Carla Cristina da **SILVA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Análise, Balanço patrimonial, Microempresa

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: O Balanço Patrimonial é um dos principais instrumentos de avaliação da saúde financeira de uma organização, sendo essencial para gestores, investidores e credores. Em especial para microempresas, que frequentemente enfrentam dificuldades de acesso a crédito e recursos financeiros, a análise patrimonial assume papel estratégico, pois possibilita identificar a estrutura de capital, a liquidez e o nível de endividamento, servindo de base para o planejamento e a sustentabilidade do negócio. Segundo Matarazzo (2010), a análise de balanços é um dos métodos mais eficazes para diagnosticar a situação econômica e financeira de uma empresa, permitindo avaliar sua capacidade de geração de resultados e de cumprimento das obrigações. Assim, compreender e interpretar adequadamente os demonstrativos contábeis é um passo fundamental para que gestores de pequenas e médias empresas consigam alinhar estratégias de crescimento, reduzir riscos e melhorar sua competitividade no mercado. **OBJETIVO:** Deste modo, propõe-se como principal objetivo analisar e fazer uma comparação dos demonstrativos financeiros de períodos subsequentes. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Esta pesquisa possui abordagem quantitativa e natureza descritiva. Os dados foram coletados nos relatórios contábeis da empresa referida, nos anos de 2018 e 2024. **RESULTADOS:** A tabela abaixo está representada com os dados do Balanço Patrimonial da empresa que serão analisados e comparados dentro dos seus respectivos períodos.

Tabela 1 – Comparativo do Balanço Patrimonial

Contas do Balanço	2018(R\$)	2024(R\$)
Ativo Circulante	120.000,00	195.000,00
Ativo Não Circulante	180.000,00	240.000,00
Total do Ativo	300.000,00	435.000,00
Passivo Circulante	90.000,00	105.000,00
Passivo Não Circulante	60.000,00	75.000,00
Patrimônio Líquido	150.000,00	255.000,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Esses resultados mostram que a microempresa conseguiu equilibrar sua estrutura financeira, mantendo o controle das obrigações e aumentando sua base de capital, diante disto seu ativo circulante obteve crescimento de 62,5%, sugerindo maior liquidez (capacidade de pagar dívidas a curto prazo), o que contribuiu diretamente para sua capacidade de crescimento, investimento e competitividade. O destaque é o Patrimônio Líquido, que aumentou 70% evidenciando que a empresa está mais sólida financeiramente, com maior capital próprio e menor dependência de terceiros. A comparação entre os dois períodos comprova a importância do Balanço Patrimonial como ferramenta essencial para análise e tomada de decisão. **CONCLUSÃO:** Entre 2018 e 2024 a empresa apresentou uma evolução financeira significativa. O total de ativos cresceu 45%, mostrando aumento nos bens e investimentos. Com base nos resultados obtidos, verifica-se que o Balanço Patrimonial não apenas retrata a posição financeira da empresa em determinado momento, mas também se configura como uma ferramenta de apoio ao processo decisório. No caso da microempresa analisada, a evolução patrimonial entre os períodos demonstra a relevância da utilização das informações contábeis para orientar estratégias de crescimento e de fortalecimento da estrutura de capital. Como destaca Assaf Neto (2022), a análise das demonstrações financeiras fornece elementos indispensáveis para a gestão empresarial, uma vez que evidencia riscos, oportunidades e a real capacidade de geração de valor da organização. Dessa forma, conclui-se que a interpretação criteriosa do Balanço Patrimonial contribui para que o gestor adote decisões mais assertivas, ampliando a eficiência operacional e garantindo maior sustentabilidade no longo prazo.

REFERÊNCIAS:

1. ASSAF NETO, Alexandre. *Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro*. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
2. MATARAZZO, Dante Carmine. *Análise financeira de balanços: abordagem gerencial*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

rea de conhecimento do CNPq: 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas - Ciências Contábeis

CHS-061

PRÁTICA DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Marcela Santana Cassiano **FERNANDES**
(Curso de Pedagogia, FDV)

Renato Salles **MATTOS** (Orientador, FDV)
Raja Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Contação de história, Desenvolvimento infantil

Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O presente trabalho aborda “a prática da contação de histórias na educação infantil”, buscando, por meio de uma pesquisa exploratória, evidenciar a importância dessa prática no cotidiano da sala de aula e demonstrar sua eficácia no processo de ensino e aprendizagem das crianças. Segundo Joana Cavalcanti (2002), contar histórias é uma arte milenar, tão antiga quanto a própria humanidade. Desde os primórdios, os seres humanos desenvolveram o hábito de narrar eventos e usar a imaginação para explicar ou ensinar fatos cotidianos. Todos nós temos a capacidade de sermos bons contadores de histórias para nossas crianças. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) prevê a contação de histórias como uma ferramenta pedagógica na educação infantil, valorizando-a especialmente no campo de experiência “*escuta, fala, pensamento e imaginação*” (BNCC, p. 42). O principal objetivo, portanto, é destacar que a contação de histórias, enquanto ferramenta metodológica e pedagógica, é um instrumento essencial para auxiliar o processo educativo na infância. A narrativa atrai a atenção das crianças, desperta curiosidade e promove aprendizagens significativas, unindo o prazer de ouvir histórias ao desenvolvimento de habilidades importantes, como a linguagem, a escuta e a socialização. Segundo Piaget (1978), “a prática da contação de histórias auxilia na formação humana, através da imaginação, atenção e linguagem”. Dessa forma, a contação de histórias e a aprendizagem caminham juntas, tornando-se meios eficazes para potencializar o desenvolvimento infantil. Atualmente, muitos professores enfrentam desafios em manter o interesse dos alunos durante as aulas, e a prática da narrativa surge como uma estratégia envolvente para superar a rotina de métodos tradicionais e repetitivos. Ao oferecer novas experiências e incentivar a expressão de sentimentos e pensamentos, a contação de histórias torna-se um recurso valioso na educação infantil, aproximando as crianças do conhecimento de forma prazerosa e significativa.

OBJETIVO: Verificar as práticas da contação de história, e buscar métodos mais utilizados na prática da sala de aula na educação infantil. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A pesquisa apresenta natureza explicativa, e os dados serão obtidos por meio de um estudo de campo. Trata-se de um estudo qualitativo. Os dados serão coletados por meio de um questionário aplicado para professores que atuam na área. **RESULTADOS:** Através dos questionários respondidos pelos professores foi possível perceber como eles consideram a contação de histórias uma ferramenta essencial na educação infantil, reconhecendo seu papel significativo no desenvolvimento linguístico, emocional e cognitivo das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Conclui-se, então, que a prática da contação de histórias na educação infantil é mais comum do que se imagina, estando cada vez mais presente no ambiente escolar e trazendo inúmeros benefícios para o desenvolvimento das crianças. A contação de histórias não precisa acontecer apenas dentro da sala de aula, podendo também fazer parte da rotina da criança fora da escola, como uma alternativa ao excesso de tempo diante das telas. Dessa forma, esse recurso contribui de maneira significativa para o aprendizado, a imaginação e a formação integral da criança.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.
- CAVALCANTI, Joana. **A arte de contar histórias: uma abordagem pedagógica**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil: teoria, análise, didática**. São Paulo: Moderna, 2000.
- PIAGET, Jean. **A Linguagem e o pensamento da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 – Educação

CHS-062

ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CENÁRIO ESCOLAR

Marcela Santana Cassiano **FERNANDES** (Curso de Pedagogia, FDV)
Renato Salles **MATTOS** (Orientador, FDV)
Raja Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Educação ambiental, Sustentabilidade, Formação cidadã

Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O presente trabalho aborda “a educação ambiental em contexto escolar”, buscando, através de uma pesquisa exploratória, destacar a importância de trabalhar a temática ambiental no dia a dia da sala de aula e demonstrar sua eficácia no processo de ensino e aprendizagem. A educação ambiental se revela essencial tanto para a formação crítica e cidadã dos alunos quanto para sua atuação consciente fora do ambiente escolar. O principal objetivo é evidenciar que a educação ambiental, enquanto prática pedagógica, é um instrumento fundamental para auxiliar os alunos dos anos iniciais a compreenderem o papel do ser humano na preservação da natureza e na construção de um futuro sustentável. A escola, como espaço de formação integral, precisa estimular nos estudantes uma relação de cuidado e respeito com o meio ambiente. Segundo Adams (2012), “olhar para as adversidades do meio ambiente é primordial, uma vez que é do ambiente que retiramos a subsistência da população”. Isso reforça a importância de orientar as crianças quanto a práticas que favoreçam a conservação ambiental e, consequentemente, a melhoria da qualidade de vida. Nesse sentido, a inserção de projetos, atividades práticas e reflexões voltadas à educação ambiental possibilita que os alunos desenvolvam valores e atitudes sustentáveis. Segundo a UNESCO, “a educação ambiental é um processo que permite às pessoas explorarem questões ambientais, participar na tomada de decisões e agir para um futuro sustentável”. Assim, a escola desempenha papel central na construção de cidadãos críticos, responsáveis e comprometidos com a preservação da vida no planeta. A abordagem da educação ambiental deve, portanto, ir além da teoria, instigando os alunos a transformar conhecimento em prática. Como afirma o pesquisador Miguel A. Altieri, “a educação ambiental deve promover uma nova cultura de respeito e cuidado pelo meio ambiente”. Essa nova cultura é vital, pois incentiva os estudantes a valorizarem e proteger os recursos naturais, contribuindo para o bem-estar coletivo e para a sustentabilidade global. Dessa forma, a educação ambiental e o aprendizado caminham juntos, favorecendo não apenas o conhecimento sobre a natureza, mas também a formação de valores de cuidado, respeito e responsabilidade. Nas séries iniciais, trabalhar a temática ambiental possibilita que as crianças desenvolvam hábitos e atitudes sustentáveis desde cedo, compreendendo a importância de pequenas ações no dia a dia para a preservação do planeta. **OBJETIVO:** Desenvolver estratégias para que os alunos esteja, cada vez mais consciente sobre seus deveres e responsabilidades diante do meio ambiente. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A pesquisa apresenta natureza explicativa, e os dados serão obtidos por meio de um estudo de campo. Trata-se de um estudo qualitativo. Os dados serão coletados por meio de um questionário aplicado para professores que atuam na área. **RESULTADOS:** Os dados coletados por meio de questionários aplicados aos professores revelaram que a atuação da gestão escolar pode ser determinante para potencializar o impacto da educação ambiental. Projetos e campanhas que envolvam não apenas os alunos, mas também suas famílias e a comunidade escolar como um todo, tendem a enriquecer o processo educativo, promovendo uma formação mais ampla e participativa. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** conclui-se que a educação ambiental no contexto escolar deve ser constantemente incentivada, não apenas como conteúdo curricular, mas como prática educativa contínua e transformadora, capaz de formar cidadãos conscientes e comprometidos com a construção de um futuro sustentável.

REFERÊNCIAS:

- ADAMS, Berenice Gehlen. **A importância da Lei 9.795/99 e das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Ambiental para docentes**. Monografias Ambientais, Cascavel, n. 10, p. 2148-2157, out./dez. 2012.
- ALTIERI, Miguel A. **O impacto ecológico dos agroquímicos: uma perspectiva global**. In: GERENCIAMENTO de pragas nos subtrópicos: controle biológico – uma abordagem científica. 1999.
- UNESCO. **Década da educação para o desenvolvimento sustentável 2005-2014: plano de implementação internacional**. Paris: UNESCO, 2005.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 – Educação

BRAT COMO SIGNO: A CONSTRUÇÃO VISUAL DE CHARLI XCX SOB A VISÃO DA SEMIÓTICA

Hiago de Oliveira **FIGUEIREDO**
(Curso de Publicidade e Propaganda, FDV)
Marcel Henrique **ANGELO** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Semiótica, Cultura pop, Identidade visual

Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: Os álbuns musicais são instrumentos que possibilitam ao artista disseminar uma mensagem, sendo a capa um dos principais elementos de expressão artística e identitária. No pop atual elas são uma parte fundamental da construção dessa identidade, unindo elementos que dão rosto ao conjunto da obra. Apesar disso, faltam estudos sobre a função desses elementos visuais na construção da mensagem passada pelo artista. A semiótica é o campo que estuda os signos e os processos de produção de sentido. Segundo Santaella (2000, p. 32), com base em Peirce, o signo é aquilo que representa algo para alguém em determinado contexto interpretativo e pode se apresentar sob as formas de ícone, índice ou símbolo, conforme a relação que estabelece com o objeto. Este trabalho, baseado na teoria dos signos de Charles Sanders Peirce, busca analisar a capa do álbum *Brat*, da artista britânica Charli xcx, a fim de compreender como seus signos visuais comunicam sentidos e subvertem padrões da estética pop contemporânea. **OBJETIVO:** Compreender como os signos visuais presentes na capa do álbum *Brat* constroem uma estética que reforça ou subverte os padrões visuais da cultura pop atual. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Essa é uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório. Foi realizado um estudo de caso da capa do álbum *Brat*, da artista Charli xcx, com aplicação da análise semiótica segundo os conceitos de Charles Sanders Peirce. **RESULTADOS:** A análise da capa do álbum *Brat*, evidenciou a presença de elementos que subvertem padrões estéticos tradicionais da cultura pop, como a escolha de uma tipografia propositalmente "tosca", o uso de uma cor verde-neon e uma estética tida por muitos como feia. Esses elementos visuais atuam como ícones e símbolos, conforme a classificação de Peirce, ao representarem à cultura clubber e ao movimento anti-pop defendido pela cantora. Ao longo da promoção do álbum, observou-se ainda um processo de alteração da imagem oficial, que foi sendo "deteriorada" progressivamente. Essa alteração pode ser compreendida como um índice, na classificação de Peirce, pois remete diretamente à ideia de degradação. Ao mesmo tempo, opera como um símbolo, por convenção, à estrutura consumista da indústria musical, onde álbuns são consumidos rapidamente e para que novos sejam lançados e as gravadoras consigam mais lucro. A própria cantora diz que "Gostaria que questionassem suas expectativas sobre a cultura pop." (CHARLI XCX, 2024), e esses resultados mostram que, juntos, os signos utilizados na construção da capa do *Brat* são essenciais para construir a identidade artística de Charli xcx e transmitir a mensagem de transgressão através de uma representação gráfica. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A análise da capa do álbum *Brat* permitiu identificar como os signos visuais são importantes para a construção da estética nos álbuns musicais contemporâneos. O trabalho evidenciou que a imagem da capa vai além da função ilustrativa, funcionando como índice e símbolo para a crítica de Charli a indústria pop atual. Essa análise através da semiótica reforça a importância de compreender os elementos visuais como portadores de significado e parte de um conceito pensado pelo artista. Futuros estudos poderão explorar outras dimensões do álbum, como a letra de suas músicas e suas performances, ampliando a compreensão da identidade construída por Charli xcx.

REFERÊNCIAS:

1. CHARLI XCX. *Charli XCX on Brat, Brit Awards and Becoming a Superstar*. Vogue Singapore, 16 maio 2024. Disponível em: <https://vogue.sg/charli-xcx-brat-interview>. Acesso em: 4 jun. 2025.
2. SANTAELLA, Lucia. *Semiótica aplicada*. São Paulo: Thomson Pioneira, 2002

Área de conhecimento do CNPq: 6.09.00.00-8 - Comunicação

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Adelaine Aparecida da **SILVA** (Curso de Pedagogia, FDV)
Carmem Inêz de **OLIVEIRA** (Orientadora, FDV)
Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, UFV)

Palavras-chave: Criança, Inclusão, PCD

Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), Lei nº 13.146/2015 e outras diretrizes educacionais reforçam o direito à educação inclusiva, defendendo o acesso universal e equitativo ao ambiente escolar. Os desafios na inclusão de pessoas com Deficiência (PcD) na educação infantil são diversos, e envolvem questões pedagógicas, estruturais e formativas. As instituições precisam ser adaptadas para receber alunos PcD, como por exemplo: rampas, elevadores, corrimão, dentre outros. Assim possibilita acessibilidade e inclusão. A falta de materiais pedagógicos adaptados também gera um desconforto e pode limitar a aprendizagem destes alunos. Não são todas as escolas que estão adaptadas para receber estes alunos, existem obstáculos que dificultam a autonomia e a mobilidade dentro da instituição, assim como as rampas, precisam ter banheiro e bebedouro adaptado, para que se sintam independentes nestes momentos. Com isso, a escola de certa forma em vez de incluir os alunos acabam excluindo. A inclusão depende de um complemento entre a família e a escola, o que infelizmente nem sempre acontece e isso prejudica a vida escolar da criança. É importante que ambas as partes estejam envolvidas para que haja uma educação de qualidade, a falta de diálogo e colaboração compromete a continuidade das estratégias pedagógicas além do ambiente escolar, tornando difícil a implementação de práticas inclusivas de maneira integral. Sem o apoio da família é difícil para a escola entender as dificuldades e particularidades de cada aluno fazendo com que as estratégias de ensino sejam restringidas. **OBJETIVOS:** O objetivo deste trabalho é conhecer os desafios e as possibilidades de crianças com deficiência física na educação básica. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Constitui-se de uma pesquisa de campo que embasa a execução de uma atividade de extensão, desenvolvida com crianças de 4 anos, que frequentam uma escola da rede privada da cidade. Assim, para realizar a pesquisa fizemos um levantamento bibliográfico, utilizando como referência a leitura de autores que tratam da temática. Também foi feita uma pesquisa de campo com aplicação de questionários a professoras da educação infantil. **RESULTADOS:** Percebemos com este que embora existam avanços legislativos e pedagógicos, a prática da inclusão ainda enfrenta dificuldades relacionadas à acessibilidade física, formação insuficiente de professores, preconceitos e falta de recursos adequados. Por outro lado, o estudo aponta possibilidades significativas, como a sensibilização da comunidade escolar, o uso de tecnologias assistivas, adaptações curriculares e a promoção de uma cultura inclusiva baseada no respeito às diferenças. Foi percebido durante a pesquisa que quando há um esforço conjunto entre escola, família e sociedade e que a inclusão pode transformar tanto o ambiente educacional quanto a vida das crianças, promovendo uma educação de qualidade, inclusiva e de igualdade para todos os alunos. Nesse sentido, é importante a formação contínua dos educadores para que consigam atuar com eficiência e segurança nas diversas situações que enfrentam dentro da sala de aula. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Muitas escolas não se preparam corretamente para terem mais clareza sobre esses tipos de desafios. Alguns professores atuantes não sabem lidar com a situação ou não se preparam para isso de forma adequada. Isso poderá prejudicar ainda mais crianças que precisam de uma atenção maior porque, pode ocorrer que suas atividades escolares precisem ser modificadas, ou mais bem adequadas de forma que consiga realizá-las e compreender os conteúdos. Porém, muitas das vezes, as atividades não são diferenciadas. Para isso o professor precisa ter, além da sensibilidade, uma formação que lhe dê competência para atuar adequadamente e realmente ser mais um ator no desafio de promover a inclusão.

REFERÊNCIAS:

1. BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LDB. Lei nº 9394/96. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acessado em 23/11/24.
2. BRASIL. Ministério da Justiça. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília, 1994.
3. SILVA, Carla Martins. *A educação inclusiva no Brasil: desafios e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 2011.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 – Educação

DIREITO À SAÚDE E A RESPONSABILIDADE ORÇAMENTÁRIA: O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO NA JURISPRUDÊNCIA DO STF

Daniele Sabrina da SILVA (Curso de Direito, FDV)
Sara FIALHO (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Direito à saúde, Judicialização, Reserva do possível, Orçamento público

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A Constituição de 1988 consagrou a saúde como direito de todos e dever do Estado, representando uma das dimensões da garantia da dignidade da pessoa humana (Brasil, 1988). Contudo, no âmbito da aparelhagem do Estado o direito à saúde, sob a perspectiva do fornecimento de fármacos e procedimentos médicos, encontra desafios para a sua concretização, especialmente os limites do orçamento público. Nesse cenário, a matéria tem sido objeto de intensa judicialização, confrontando o direito constitucional à saúde e as limitações orçamentárias do Estado, invocando a doutrina da reserva do possível. A reserva do possível é um princípio jurídico que estabelece que o Estado só pode ser obrigado a cumprir direitos sociais (como saúde, educação e moradia) se houver recursos financeiros e orçamentários disponíveis para isso (Sarlet, 2009). Este cenário de escalada das ações relativas ao fornecimento de medicamentos e procedimentos de alto custo que não integram a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) ou o Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (SIGTAP) demandou a intervenção do Supremo Tribunal Federal (STF) para estabelecer um paradigma unificador, por meio da apreciação do RE 566.471. Dessa forma, o presente orienta-se pela pergunta de pesquisa: **Como o judiciário atua na compatibilização entre o direito constitucional à saúde e os limites impostos pelo Princípio da Legalidade à disposição das orçamento público?** **OBJETIVOS:** Analisar em que medida a tese de repercussão geral construída pelo STF concilia o direito fundamental à saúde com a responsabilidade fiscal do Estado.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: Foi realizado um estudo de natureza exploratória, a partir de levantamento bibliográfico e documental para a seleção dos principais autores, leis e jurisprudências sobre o tema discutido. Os dados e literaturas levantadas, especialmente o Recurso Extraordinário 566.471, foram analisados à luz de uma abordagem qualitativa. **RESULTADOS:** O STF, no Tema 6, estabeleceu como regra geral a impossibilidade de o Judiciário determinar o fornecimento de medicamentos não incorporados às listas do SUS. Contudo, fixou uma via excepcional, condicionada ao preenchimento cumulativo de requisitos rigorosos pelo paciente: (i) negativa administrativa do SUS; (ii) ilegalidade no ato de não incorporação pela CONITEC ou mora na análise; (iii) inexistência de substituto terapêutico no SUS; (iv) comprovação de eficácia e segurança do fármaco com base em evidências científicas de alto nível. O STF impôs requisitos para que apenas aqueles que se mostrarem eficazes à manutenção da vida sejam concedidos pelo SUS. A foi de suma importância ao criar critérios de observância obrigatória pelo Judiciário, parâmetro até então inexistente, de forma que cada Tribunal ou Juiz decidia de acordo com o seu convencimento. Nesse sentido, a decisão do STF se atentou que a Administração Pública deve obrigatoriamente balizar a sua atuação pelo Princípio da Legalidade, de forma que se não há recursos na Lei Orçamentária Anual para tanto, não pode o Administrador conferir destinação diversa aos recursos públicos. No entanto, o direito à vida é absoluto, de forma que nessas hipóteses e mediante o atendimento aos critérios definidos pelo STF, tal bem jurídico prevalecerá. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A jurisprudência do STF aponta para a busca por um equilíbrio sistêmico ao priorizar a análise técnica e a medicina baseada em evidências científicas, resguardando que apenas os profissionais legalmente habilitados podem atestar a necessidade de tratamentos e medicamentos de alto custo que cientificamente são os únicos capazes de assegurar o direito à vida e dignidade aos pacientes. O elevado ônus probatório imposto ao cidadão pode criar barreiras significativas de acesso à justiça, comprometendo a efetividade do direito à saúde em casos concretos, sobretudo para a população em situação de vulnerabilidade. Nesse contexto, a efetivação do novo modelo jurisprudencial pressupõe o fortalecimento da CONITEC e a capacitação da Defensoria Pública para enfrentar a complexidade técnica das novas demandas.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Constituição (1988). CF do Brasil. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 14 set. 2025.
- BRASIL. STF. Recurso Extraordinário 566.471/RN. Dever do Estado de fornecer medicamento de alto custo a portador de doença grave que não possui condições financeiras para comprá-lo. Brasília, DF, 26 set. 2024. Diário da Justiça Eletrônico. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=2565078&numeroProcesso=566471&classeProcesso=RE&numeroTema=6>. Acesso em: 14 set. 2025.
- MOURA, Emerson Affonso da Costa; PEDROSA, Mateus. Direito fundamental à saúde, reserva do possível e fornecimento de medicamentos: análise do julgado proferido no RE nº 566.471 do Supremo Tribunal Federal. *Revista Direito e Desenvolvimento*, João Pessoa, v. 4, n. 8, p. 33-59, jul./dez. 2013.
- SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. 10. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CONSTITUCIONALIDADE DA PRÁTICA DE VAQUEJADA VERSUS O DIREITO DOS SERES SENCIENTES

Daniele Sabrina da SILVA (Curso de Direito, FDV)
Sara FIALHO (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Práticas cruéis, Animais, Apropriação econômica, Manifestações culturais

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A apropriação econômica dos recursos naturais e animais historicamente é reproduzida no cenário mundial a partir de uma perspectiva utilitarista, mas também como um fenômeno social de manifestação cultural, a exemplo das touradas na Espanha, o rodeio nos Estados Unidos, a morte de golfinhos nas Ilhas Feroé na Dinamarca, farra do boi e vaquejada no Brasil. Nesse sentido, a ressignificação dos animais para seres capazes de sentir e compreender a dor ou a felicidade tem representado um grande avanço para órbita de direitos dos seres sencientes. Nessa esteira de avanços, surgem as discussões acerca da necessidade de conferir tratamento “humanizado” e o bem-estar animal, travando-se um intenso debate sobre as manifestações culturais que podem impelir algum tipo de sofrimento e aflição aos animais. Assim, o artigo orienta-se pela pergunta: **Como o ordenamento jurídico brasileiro pode equilibrar o confronto entre o direito à manifestações culturais, como a vaquejada, com os direitos dos animais enquanto seres sencientes?** **OBJETIVOS:** Compreender os desafios à compatibilização entre a proteção aos direitos dos animais e a preservação das manifestações culturais no cenário brasileiro. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Trata-se de pesquisa exploratória, a partir da realização de levantamento bibliográfico. Além disso, empreendeu-se uma pesquisa documental, com a identificação das principais leis e jurisprudências que abordam o tema, sendo interpretadas por uma abordagem qualitativa. **RESULTADOS:** A vaquejada é uma prática cultural típica do Nordeste brasileiro, tendo surgido entre os séculos XVII e XVIII, consistindo em uma competição entre dois vaqueiros montados a cavalo, na qual perseguem um boi em fuga, tentam prendê-lo pelo rabo, e derrubá-lo (Agência Senado, 2016). Desde a chamada virada ecológica, consistente em um movimento global de preocupação com as questões ambientais e aquelas afetas aos animais como seres que detêm a capacidade de sentir e demonstrar afeto, medo, aflição e dor, práticas como a vaquejada vem sendo sistematicamente questionadas como uma violação ao art. 225, §1º, VII, da CF/88, cuja exegese impõe que sejam coibidas práticas que submetam os animais à crueldade (Brasil, 1988). Não obstante, em 2017 o Congresso Nacional aprovou a EC nº. 96 que afirmou não configurar ato de crueldade com os animais as manifestações culturais, o que foi recebido por defensores dos direitos dos animais como uma nítida ofensa ao texto constitucional, levando ao ajuizamento da ADI 5728 perante o STF (STF, 2025). Em uma primeira análise, no ano de 2016, o STF entendeu que a Lei nº 15.299/2013 do estado do Ceará que regulamentava a vaquejada era inconstitucional. Contudo, em abril de 2025, em sede de apreciação da ADI 5728/2017, o STF mudou o seu entendimento declarando a constitucionalidade da EC nº. 96/2017 que inseriu a ressalva no art. 7º, da CF/88 de que a utilização de animais como elemento ritualístico das manifestações culturais não implicaria em tratamento cruel (Brasil, 1988). Nesse sentido, Peter Singer (2013), em sua obra “Libertação Animal”, defende a igualdade entre todos os seres em uma ética aplicável a todos aqueles capazes de sentir prazer, medo, aflição, dor, felicidade. Já para Sarlet e Fensterseifer (2021), o ordenamento jurídico brasileiro vivencia a fase dos Direitos dos Animais e da Natureza, em que os seres não humanos estão deixando de receber tratamento jurídico de bens materiais para serem visualizados como seres sencientes e, que, portanto, não mais podem receber tratamento coisificado. Por outro lado, o direito às manifestações culturais é a expressão maior de um Estado Democrático de Direito em que assegura-se a valorização das diferenças regionais e tradições como direito inato aos cidadãos (Brasil, 1988). Assim, é necessário efetuar um cotejamento entre os bens jurídicos em aparente atrito, de forma que a recente jurisprudência da corte constitucional aponta para a prevalência do direito à liberdade de manifestações culturais. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** As manifestações culturais que envolvem animais como elemento de tradição, por si só, não tem o condão de presumir um tratamento cruel, segundo a jurisprudência do STF. Dessa forma, é necessária a análise casuística do cotejamento entre o direito às manifestações culturais e o acervo de direitos em construção dos seres sencientes.

REFERÊNCIAS:

- AGÊNCIA SENADO. Prática surgiu no Nordeste entre os séculos 17 e 18. Agência Senado, 01.11.2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/legalizacao-das-vaquejadas-divide-opinioes/pratica-surgiu-no-nordeste-entre-os-seculos-17-e-18>. Acesso em: 16 set. 2025.
- BRASIL. CF 1988. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 16 set. 2025.
- SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Curso de direito ambiental. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.
- SINGER, Peter. Libertação animal. 2. ed. São Paulo: Martins Campos, 2013.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

DANO EXISTENCIAL NO DIREITO DO TRABALHO E OS EFEITOS PANPROCESSUAIS

Daniele Sabrina da SILVA (Curso de Direito, FDV)
Sara FIALHO (Orientadora,

Palavras-chave: Dano existencial, Mínimo existencial, Autodeterminação do obreiro, Efeitos panprocessuais, Justiça do trabalho

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A dignidade da pessoa humana, princípio fundamental da Constituição Federal de 1988, pauta a atuação do Executivo, Legislativo e, sobretudo do Judiciário. O direito à uma vida digna é multifacetado, englobando todos os elementos necessários (saúde, educação, infraestrutura, trabalho, assistência e previdência sociais, etc) para a garantia de um mínimo existencial, ou seja, das condições elementares de sobrevivência. Nesse sentido, de forma pioneira, o ordenamento jurídico juslaboral prevê o dano existencial aos trabalhadores que são, justamente, as condutas que violam esse mínimo existencial em sua dimensão mais profunda. Assim, diferentemente de danos patrimoniais ou morais que afetam a esfera material ou a honra e a imagem, o dano existencial atinge o próprio projeto de vida do indivíduo, compromete a sua realização pessoal e sua autodeterminação, seja no mercado de trabalho, seja na vida pessoal do trabalhador. Essa modalidade de dano de ordem extrapatrimonial ocorre quando condutas do empregador comprometem o desenvolvimento pessoal, social ou familiar do empregado, impedindo-o de exercer atividades essenciais à sua realização enquanto ser humano, interferindo, em última instância, no seu sentimento de existência digna. Dessa forma, os danos existenciais irradiam efeitos para muito além da relação laborativa, gerando consequências na própria forma como o trabalhador interage em sociedade e nas suas relações familiares. Assim, o artigo orienta-se pela seguinte pergunta de pesquisa: **Como a configuração do dano existencial nas relações trabalhistas influencia a construção de uma tutela jurisdicional efetiva e, quais são os principais efeitos panprocessuais observados?**

OBJETIVOS: Discutir o instituto do dano existencial no âmbito do Direito do Trabalho, destacando sua configuração e os principais efeitos panprocessuais decorrentes, de modo a evidenciar sua importância para a efetivação do direito à uma vida digna dos trabalhadores.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: Foi realizado um estudo de natureza exploratória, a partir de levantamento bibliográfico e documental para a seleção dos principais autores, leis e jurisprudências sobre o tema discutido. A pesquisa se aprofundará na análise de decisões de Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que tratam da temática, as quais serão analisadas a partir de uma abordagem qualitativa. **RESULTADOS:** O dano existencial no Direito do Trabalho representa um instrumento jurídico de vanguarda na proteção da dignidade e do projeto de vida do trabalhador. Seu reconhecimento pela jurisprudência demonstra uma evolução na interpretação das relações laborais, que passam a ser vistas não apenas sob a ótica econômica, mas também sob a perspectiva existencial e humana. Os tribunais têm se mostrado mais propensos a conceder indenizações quando a violação é clara e grave, como nos casos de jornadas de trabalho exaustivas que inviabilizam a vida social e familiar do empregado, ou em situações de assédio moral que causam prejuízos à saúde e à capacidade de o trabalhador se projetar para o futuro. No que tange aos efeitos panprocessuais do dano existencial, tem-se que a justiça trabalhista não atua apenas na resolução de conflitos individuais. Ao reconhecer um dano que afeta a própria existência do trabalhador. Essa condenação vai além do caso concreto, servindo de catalisador para a mudança de comportamento, aprimoramento das condições de trabalho. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O reconhecimento do dano existencial representa um avanço crucial, pois afirma que o mercado de trabalho deve ser um espaço de crescimento e realização pessoal-profissional, e não um ambiente marcado por tratamento degradante, excesso de trabalho e submissão. A subordinação nas relações de emprego é estritamente jurídica, não pessoal, e, portanto, não deve jamais comprometer a dignidade e a realização profissional do trabalhador.

REFERÊNCIAS:

1. CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
2. DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 19. ed. São Paulo: LTr, 2020.
3. MARTINS, Sérgio Pinto. **Comentários à CLT**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

COLAPSO NO SISTEMA PRISIONAL

Augusto Gouveia COLATINO (Curso de Direito, FDV)
Diogo Abdo JORGE (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Sistema prisional, Lei de execução penal, Direitos humanos

Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O sistema prisional brasileiro encontra-se à beira de um colapso, realidade que tem provocado intensos debates jurídicos e sociais. Apesar da repercussão, ainda não se identificam soluções eficazes para enfrentar o problema, que se agrava a cada ano. O Direito Penal, como *ultima ratio*, deveria ser acionado apenas quando outros mecanismos de controle social - como o Direito Civil, o Administrativo ou meios extrajudiciais - se mostram insuficientes para proteger bens jurídicos relevantes. Em tese, a intervenção penal deve representar a última alternativa de solução de conflitos. Contudo, na prática, observa-se o oposto: situações passíveis de solução por conciliação ou mediação acabam sendo levadas à esfera policial. O registro de Boletins de Ocorrência, muitas vezes desnecessário, aciona toda a máquina estatal, onerando o sistema e contribuindo para o agravamento da crise prisional. **OBJETIVO:** O trabalho busca analisar as causas e consequências do colapso do sistema prisional brasileiro, destacando seus impactos sociais e propondo alternativas de enfrentamento. **METODOLOGIA:** A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em revisão bibliográfica e documental, utilizando artigos acadêmicos, obras jurídicas, legislações, relatórios e dados estatísticos. **RESULTADOS:** Os dados revelam a sobrecarga estrutural do sistema. Segundo o Sistema de Informações Penitenciárias (SISDEPEN), até 31 de dezembro de 2024, 905.316 pessoas estavam submetidas a alguma forma de sanção penal no Brasil. Destas, 183.806 eram presos provisórios cerca de 20% da população carcerária indivíduos ainda sem julgamento definitivo, mas privados de liberdade como se já houvesse condenação. O Brasil ocupa, desde os anos 2000, a terceira posição mundial em número de encarcerados, reflexo da política de encarceramento em massa. O déficit de vagas ultrapassa 200 mil, e aproximadamente um terço das unidades prisionais apresenta condições ruins ou péssimas, conforme o Governo Federal. A Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal) estabelece regras para o cumprimento das penas e medidas de segurança, visando à humanização do sistema e à ressocialização do apenado. Garante direitos fundamentais como alimentação, saúde, trabalho, educação e assistência jurídica, social e religiosa. Entretanto, a distância entre o texto legal e a prática cotidiana revela o fracasso das políticas públicas de execução penal. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A realidade prisional brasileira evidencia grave violação de direitos humanos e a falência do modelo de encarceramento em massa. O abismo entre os objetivos da Lei de Execução Penal e a realidade das prisões demonstra a necessidade de reformulação profunda das políticas de execução penal. É indispensável investir em medidas estruturais e de longo prazo, como: valorização de penas alternativas, ampliação de mecanismos de justiça restaurativa, fortalecimento da conciliação e da mediação, além de políticas sociais voltadas à prevenção da criminalidade. Mais do que ampliar vagas no sistema, é urgente repensar o modelo de punição, rompendo com a lógica meramente punitiva e adotando estratégias que conciliem proteção social, dignidade humana e efetiva ressocialização do indivíduo.

REFERÊNCIAS:

1. AGÊNCIA BRASIL. **Déficit de vagas no sistema carcerário do Brasil passa de 174 mil**. Agência Brasil, 31 out. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-10/deficit-de-vagas-no-sistema-carcerario-do-brasil-passa-de-174-mil>.
2. BRASIL. **Lei nº 7.210**, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Planalto, Brasília, DF, 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm.
3. BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Observatório Nacional dos Direitos Humanos disponibiliza dados sobre o sistema prisional brasileiro**. Gov.br, 21 fev. 2025.
4. BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas Penais. **Sistema de Informações Penitenciárias (SISDEPEN)**. Gov.br, 2025.
5. CNN BRASIL. **Quase 1 milhão de pessoas cumpriam pena no Brasil em 2024**. CNN. Brasil, 1 jan. 2025.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-069

PROGRAMA + MULHERES E OS DESAFIOS DA EMPREGABILIDADE FEMININA NO SÉCULO XXI

Rayane dos Reis **TEIXEIRA** (Curso de Direito-FDV)
Sara **FIALHO** (Orientadora - FDV)

Palavras-chave: Desigualdade de gênero, Empregabilidade feminina, Políticas públicas, Programa Mais Mulheres

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A Revolução Industrial teve grande importância para a inserção das mulheres no mercado de trabalho, de forma que o trabalho feminino passou a extrapolar os limites dos lares, o que também contribuiu para o início do movimento feminista, luta pela igualdade de direitos em relação aos homens, representando o início da autonomia financeira e intelectual da mulheres em relação a seus pais ou maridos. O trabalho feminino historicamente enfrenta permanências históricas e desafios estruturais, a exemplo das desigualdades salariais, inferiorização do trabalho feminino em determinados serviços, assédio moral e sexual no trabalho, além da conciliação da profissão com a maternidade, vida conjugal e responsabilidade pela organização do lar. Mesmo no século XXI as mulheres ainda encontram mais facilidade de acesso a postos de trabalho de que o imaginário social considera tipicamente femininos. Contudo, várias têm sido as iniciativas para reduzir os mecanismos sociais de segregação e estigmatização do trabalho feminino. Desse modo, o presente artigo orienta-se pela seguinte interrogação científica: **Como o Programa + Mulheres pode contribuir para a superação dos desafios estruturais que dificultam o acesso e permanência das mulheres no mercado de trabalho?** **OBJETIVOS:** Discutir os principais desafios encontrados pelas mulheres para sua inserção e manutenção no mercado de trabalho, à luz do Programa +Mulheres. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Trata-se de pesquisa exploratória, viabilizada a partir de um levantamento bibliográfico-documental dos principais autores e legislações que tratam do tema, os quais foram interpretados a partir de uma abordagem qualitativa. O levantamento bibliográfico foi realizado com a busca nas principais plataformas de periódicos como *Scielo* e *Scopus*. Já a pesquisa documental foi empreendida a partir de buscas no sítio eletrônico do Planalto. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** De acordo com o Fórum Econômico Mundial (2021), no Brasil estima-se que as mulheres recebem, em média, 20% a menos do que os homens, mesmo exercendo a mesma função. Assim sendo, é perceptível a discriminação de gênero, na qual as mulheres ainda sofrem com a desigualdade salarial. Outro desafio enfrentado é a dupla jornada de trabalho, dividindo atenção e energia entre a vida profissional e os cuidados com a família. É nesse cenário que as políticas públicas de apoio ao trabalho feminino devem ser fortalecidas no intuito de combater as desigualdades estruturais. Assim, o Programa +Mulheres foi incorporado ao ordenamento jurídico a partir da edição da Lei nº. 14.457/2022, se propondo a adoção de mecanismos “de apoio a parentalidade, flexibilização dos regimes de trabalho, qualificação feminina em áreas estratégicas de ascensão profissional, apoio ao retorno ao trabalho das mulheres após o término da licença maternidade, instituição do Selo Emprega +Mulher”, dentre outras (Brasil, 2022). Como um dos frutos do programa, no ano de 2023 foi editada a Lei nº. 14.611 que trata da igualdade salarial entre homens e mulheres, que determina a “publicação semestral de relatórios de transparência salarial e de critérios remuneratórios pelas pessoas jurídicas de direito privado com 100 (cem) ou mais empregados” (Brasil, 2023). **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O Programa + Mulheres visa o fortalecimento da parentalidade da mulher ao mesmo tempo que em busca implementar ferramentas jus laborais que viabilizem a sua manutenção no mercado de trabalho, encontrando, ainda, grandes desafios para a sua implementação integral.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Lei nº. 14.457, de 21 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/14457.htm>. Acesso em: 25 set. 2025.
- BRASIL. Lei nº. 14.611, de 3 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/14611.htm>. Acesso em: 25 set. 2025.
- FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. *Global Gender Gap Report 2021*. Genebra: World Economic Forum, 2021. IPEA. Retrato das desigualdades de gênero e raça. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020.
- IBGE. *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022.
- Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (5ª Turma). **Acórdão: 0000623-58.2024.5.12.0036**. Relator(a): CESAR LUIZ PASOLD JUNIOR. Data de julgamento: 12/06/2025. Juntado aos autos em 30/06/2025. Disponível em: <<https://link.jt.jus.br/KqwQg3>>. Acesso em: 25 set. 2025.

Área de conhecimento do CNPq: 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas

CHS-070

REFORMA TRIBUTÁRIA: UM PANORAMA SOBRE O IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS (IBS), E A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE BENS E SERVIÇOS (CBS)

Erik Eduardo Augusto da **SILVA**
(Curso de Ciências Contábeis, FDV)
Carla Cristina da **SILVA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chaves: Sistema tributário, Impostos, Reforma tributária
Agência de fomento: FDV

INTRODUÇÃO: O sistema tributário brasileiro tem sido objeto de discussão há décadas, em virtude de sua reconhecida complexidade e ambiguidade, características que impactam tanto o setor produtivo quanto os contribuintes. A elevada carga tributária, somada à multiplicidade de tributos e à sobreposição de competências entre os entes federativos, evidencia a necessidade de modernização e simplificação do sistema. Nesse cenário, em 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro, que institui a Reforma Tributária e estabelece as bases para a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). **OBJETIVO:** O presente trabalho tem o objetivo realizar uma revisão bibliográfica acerca da Reforma Tributária, buscando analisar e apresentar um panorama sobre o IBS e a CBS. **JUSTIFICATIVA:** A escolha dessa temática se justifica uma vez que toda a sociedade brasileira será diretamente impactada pela nova forma de tributação. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A presente pesquisa possui caráter qualitativo e natureza exploratória. Dessa forma, a investigação se baseia na análise da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, e da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, além de publicações especializadas que abordam a temática da reforma tributária. **RESULTADO:** Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023, foi instituída a Lei Complementar nº 214/2025, que introduz o modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual, composto pela CBS, de competência federal, e IBS, de gestão compartilhada entre estados e municípios. A CBS substituirá os tributos PIS, Cofins e IPI, enquanto o IBS absorverá o ICMS e o ISS (HARZHEIM, 2024, p. 14). No que se refere ao IBS, sua administração ficará sob responsabilidade de um Comitê Gestor, encarregado de definir regulamentos, realizar a arrecadação e promover a distribuição dos recursos entre os entes federativos. Compete ainda ao Comitê Gestor implementar medidas que assegurem a uniformidade e a harmonização entre o IBS e a CBS, conforme o art. 156-B, §7º, da Emenda Constitucional nº 132/2023 (ALBANO, 2024, p. 77). Assim como aponta Nascimento e Moraes (2024), a unificação dos tributos busca simplificar a estrutura tributária nacional, reduzir os custos de conformidade e ampliar a eficiência na arrecadação das receitas públicas. **CONCLUSÃO:** A Reforma Tributária representa um avanço expressivo na estrutura fiscal e econômica do país, ao promover maior uniformidade, transparência e racionalidade no sistema de tributos sobre o consumo. Contudo, é necessário acompanhar a efetividade da implementação do novo modelo, especialmente no que se refere à gestão do IBS e à autonomia dos entes federativos diante do Comitê Gestor. Essas questões configuram desafios relevantes e podem ser aprofundadas em pesquisas futuras, a fim de avaliar os impactos reais da reforma no contexto do país.

REFERÊNCIA:

- BRASIL. LEI COMPLEMENTAR Nº 214, DE 16 DE JANEIRO DE 2025. Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária. Brasília, DF, 16 jan. 1 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp214.htm, acessado em 06/09/2025.
- BRASIL. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 132, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023. Altera o Sistema Tributário Nacional. Brasília, DF, 20 dez. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucao/emendas/emc/emc132.htm, acessado em: 13/09/2025
- NASCIMENTO, Wesley Inacio; MORAIS, Hugo Azevedo Rangel; A REFORMA TRIBUTÁRIA 2024: PRINCIPAIS MUDANÇAS DA NOVA REFORMA TRIBUTÁRIA E SEUS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS; Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.10.n.07.jul. 2024.
- ALBANO, Amanda; O impacto federativo da Reforma Tributária: a Emenda Constitucional nº 132/2023; Revista Carioca de Direito, Rio de Janeiro, Vol. 5, n.1, jan./jun. 2024.
- HARZHEIM, Amanda Vieira; REFORMA TRIBUTÁRIA NO BRASIL: SIMPLIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA COM A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 132/2023; Revista Tributária e de Finanças Públicas 2024, Brasil 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 6.03.00.00-9 - Ciências Contábeis

CHS-071

MÚSICA E OS BENEFÍCIOS NO DESENVOLVIMENTO COMPORTAMENTAL E SOCIAL PARA PESSOAS NO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Bárbara Almeida **CRUZ** (Curso de Pedagogia, FDV)
Luciana Vanessa Macedo **PEREIRA** (Orientadora, FDV)
Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Autismo, Musicoterapia, Desenvolvimento

Agência de fomento: FDV

INTRODUÇÃO: A relação entre o autismo e a música tem sido objeto de interesse tanto na área de pesquisa quanto em abordagens terapêuticas, uma vez que a música pode oferecer benefícios significativos para pessoas no Espectro Autista (TEA). O Autismo afeta o desenvolvimento social, comportamental e comunicacional dos indivíduos, e a música, como forma de expressão não-verbal, pode ser uma ferramenta poderosa para promover comunicação, integração e até mesmo bem-estar emocional. Pessoas no espectro, em alguns casos, mostram uma sensibilidade auditiva acentuada ou uma capacidade inata para reconhecer padrões musicais, harmonias e ritmos, mesmo quando apresentam dificuldades em outras áreas, como a fala ou o comportamento social. **OBJETIVO:** Considerando a importância da música e os benefícios no desenvolvimento comportamental e social para pessoas no Espectro Autista, este estudo buscou analisar como é trabalhada a musicalização e como a música ajuda as crianças.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: A metodologia baseou-se na observação de uma turma e no planejamento de uma aula com músicas interativas (movimentos, gestos e danças) para estimular a comunicação e interação social de um aluno com autismo. **RESULTADOS:** Os resultados aconteceram de forma positiva, pois a música pode ser uma forma eficaz de desenvolvimento para crianças autistas, muitas vezes facilitando a aprendizagem de conceitos acadêmicos ou sociais por meio de melodias, ritmos e canções estruturadas. Portanto, a música não é apenas uma ferramenta terapêutica, mas também uma forma de expressão, contexto e aprendizado que pode ajudar significativamente no desenvolvimento de pessoas no espectro autista, trazendo benefícios tanto para suas habilidades cognitivas quanto emocionais, podendo ilustrar como a música pode ser adaptada para atender as necessidades de cada indivíduo no espectro autista, promovendo avanços nos impactos gerais no desenvolvimento. O aluno participou de maneira surpreendentemente ativa: dançou, cantou e interagiu com os colegas, além de explorar alguns instrumentos musicais levados para a aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A pesquisa concluiu que a musicalização torna as crianças com autismo mais extrovertidas e participativas. A música com seu caráter lúdico e envolvente cria um ambiente acolhedor que favorece a expressão social e emocional. Esse resultado sublinha a importância das escolas em integrar a música ao cotidiano dos alunos, tornando-a uma ferramenta valiosa no processo de ensino-aprendizagem. Apesar da ausência da inclusão de sessões formais de musicoterapia, conduzidas por profissionais especializados ainda ser uma realidade distante em muitas instituições de ensino, a inserção da música nas atividades pedagógicas já demonstra um impacto positivo e significativo no desenvolvimento e integração dos alunos. Essa pesquisa evidenciou o impacto positivo da musicalização no desenvolvimento das crianças, permitindo momentos de descontração, integração social e expressão criativa.

REFERÊNCIAS:

1. BRÉSCIA, Vera Lúcia Pessagno. **Educação musical: bases psicológicas e ação preventiva**. São Paulo: Átomo, 2003.
2. CUNHA, R.; Volpi, S. A prática da musicoterapia em diferentes áreas de atuação. **Revista Científica/FAP**, v. 3, p. 85-97.
3. DEL BEM, L. Ouvir-ver música: novos modos de vivenciar e falar sobre música. In: SOUZA, J. (Org.). **Música, cotidiano e educação**. Porto Alegre: PPG-Música UFRGS, 2000.
4. FEDERAÇÃO MUNDIAL DE MUSICOTERAPIA. **Revista Brasileira de Musicoterapia**. - UBAM, a. 1, n. 2, 1996. Disponível em www.wfmt.info

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

CHS-072

CONTAÇÃO DE HISTÓRIA: UM CAMINHO PARA A FORMAÇÃO DE LEITORES, DA EDUCAÇÃO INFANTIL AOS ANOS INICIAIS

Bárbara Almeida **CRUZ** (Curso de Pedagogia, FDV)
Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Formação de leitores, Contação de história, Processo, Aprendizagem

Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A contação de histórias é uma prática ancestral que atravessa gerações e culturas, desempenhando um papel crucial na transmissão de conhecimentos, valores e tradições. As histórias têm sido utilizadas como uma poderosa ferramenta de comunicação, capaz de educar, entreter e conectar pessoas. No contexto educacional, a contação de histórias adquire uma importância ainda maior, sendo reconhecida como um recurso pedagógico valioso que contribui significativamente para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças, pensando nisso este estudo procurará mostrar com clareza de detalhes métodos que uma determinada escola do município de Viçosa-MG propôs para tornar seus educandos leitores ativos. **OBJETIVO:** Considerando a importância da contação de história na formação de leitores dentro do campo educacional, este estudo buscou analisar como é trabalhada a literatura desde a educação infantil aos anos iniciais e alguns recursos para a contação. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A metodologia foi uma observação e tive a oportunidade de acompanhar um projeto de perto. **RESULTADOS:** Considerando que um dos principais objetivos do ato de contar histórias é despertar as emoções do ouvinte como possibilidade de reconhecer e ou experimentar novas sensações observamos que elas são despertadas através da entonação vocal, das expressões faciais e posturas corporais, de tal maneira que se faz necessário ao contador, desenvolver certas habilidades. Assim, cabe ao professor usar sua criatividade para atrair seus educandos, se questionando sobre suas práticas de contação, conhecer sua turma e seus interesses se tornam importantes no momento de escolher uma história. Desta forma, o resultado aconteceu de forma positiva, pois a escola estava com o projeto literário, onde o mais interessante era a questão em que os livros são apresentados em forma de teatro, quando as crianças, além de ter todo o encanto da leitura tem também a vivência teatral, onde cada aluno se passa pelos personagens da história, um mundo encantado entre as falas, encenações e vestimenta. Optei por recontar uma história "Mordida não Napoleão". os alunos foram participativos e citaram alguns momentos que aconteceram mordidas na sala, citando ainda que não pode morder os coleguinhos e que os colegas gostam de receber carrinho. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Ao final deste estudo, conclui que as escolas precisam fazer com que a contação de histórias se torne uma prática no dia a dia das crianças, para que assim consiga formar estudantes leitores que se sintam realizados ao pegar um livro para lê, isto é necessário que os momentos dos contos se tornem criativos e cheios de magia. A pesquisa contribuiu para que os alunos da escola que ocorreu a extensão ficassem satisfeitos e encantados com a história escolhida.

REFERÊNCIAS:

1. ABRAMOVICH, Fani. **Literatura Infantil: gostosuras e bobices**. São Paulo: Scipione, 1995.
2. BUSATTO, Cléo – **Contar e Encantar: pequenos segredos da narrativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
3. COELHO, Beth. **Contar histórias: uma arte sem idade**. São Paulo: Ática, 2001.
4. LIBÂNEO, J.C. **Produção de saberes na escola: suspeitas e apostas**. In: CANDAU, V. M. (Org.). **Didática, currículo e saberes escolares**. Rio de Janeiro: DP e A, 2000.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E O PAPEL DO DIREITO NO CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Daniela Medina **CUPERTINO** (Curso de Direito, FDV)
 Allysson Eduardo Botelho de **OLIVEIRA** (Orientador, FDV)
 Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Participação social, Políticas públicas, Direito, Democracia participativa.

Agente de fomento: FDV.

INTRODUÇÃO: A participação social é fundamental para a construção de políticas públicas democráticas, mas ainda é limitada ao longo do seu ciclo, principalmente por obstáculos institucionais e jurídicos. No Brasil, o Direito exerce papel importante ao oferecer base legal para a criação, execução e avaliação dessas políticas. A Constituição de 1988 reforçou esse processo ao garantir direitos sociais, incentivar a descentralização e ampliar a atuação de estados, municípios e da sociedade civil. No entanto, a existência de leis não assegura, por si só, a efetividade das políticas públicas. É necessário que o Direito vá além da norma, com articulação entre instituições, regulamentações adequadas e participação ativa da população. Um Direito comprometido com a justiça social deve evitar burocracias excessivas e judicializações que dificultem a implementação das políticas. **OBJETIVOS:** O presente trabalho tem como objetivo analisar o papel da participação social no ciclo das políticas públicas, com ênfase na atuação do Direito, identificando seus limites e potencialidades. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** O estudo foi realizado por meio de uma revisão da literatura, com base em autores como Lotta (2019), Calixto et al. (2009), Bonavides (2004) e Bucci e Souza (2022), observando em quais etapas do ciclo das políticas a participação social é mais ativa e onde encontra maiores obstáculos. **RESULTADOS:** Evidenciou-se que a participação social se mostra mais presente nas fases de implementação e avaliação, mas ainda é frágil nas etapas iniciais, formulação e definição da agenda. Apesar da previsão legal de mecanismos participativos (como conselhos e audiências públicas), a atuação da sociedade civil muitas vezes se restringe a um papel consultivo. A judicialização, por sua vez, apresenta dupla face: pode ampliar a participação ao garantir direitos, mas também gerar entraves com disputas judiciais que retardam ou inviabilizam políticas. As publicações analisadas apontam a importância da participação para a legitimidade, a eficácia e a justiça social nas políticas públicas. Para Machado Lopes (2025), essa participação fortalece a transparência e exige do Direito um papel garantidor do acesso à informação e aos direitos fundamentais. Destaca-se ainda a Análise de Impacto Legislativo (AIL), como instrumento que favorece políticas mais eficazes e democráticas, como no anteprojeto da LGPD Penal. Da Silva et al. (2025), ao analisarem o Programa das Escolas Cívico-Militares (PECIM), ressaltam a importância da adesão da comunidade escolar e do respeito aos direitos educacionais. Já Calçada e Reck (2020) reforçam que a participação em todas as etapas do ciclo contribui para a efetividade das políticas e para o fortalecimento da democracia. Christmann, Oestereich e Bürger (2023) alertam para o impacto negativo do Decreto nº 9.806/2019, que restringiu a participação da sociedade civil no CONAMA, prejudicando a legitimidade das decisões ambientais. Mario, Laisner e Granja (2016) defendem a inclusão cidadã e o engajamento de servidores públicos em todo o ciclo de políticas como condição para a justiça social. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A efetiva participação social no ciclo de políticas públicas ainda é um desafio no Brasil. Para avançar nesse campo, é necessário fortalecer os mecanismos institucionais e jurídicos que garantam a escuta e o protagonismo popular desde a formulação das políticas. O Direito, nesse contexto, deve ser um instrumento de democratização, e não de tecnocratização ou exclusão dos sujeitos sociais. A valorização da participação popular nas políticas públicas sob a ótica do Direito reforça a importância da democracia participativa e da justiça social. Isso mostra o potencial do Direito como instrumento de cidadania. Mesmo assim, ainda é necessário discutir mais os desafios práticos da implementação das políticas, os conflitos entre legalidade e efetividade, e o papel do Judiciário nesse cenário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. BUCCI, Maria Paula Dallari; SOUZA, Matheus Silveira de. **A abordagem Direito e políticas públicas:** temas para uma agenda de pesquisa. Sequência (Florianópolis), v. 43, n. 90, p. e85500, 2022.
2. CALÇADA, Luis Antonio Zanotta; RECK, Janriê Rodrigues. Democracia e participação social no ciclo das Políticas públicas. **Revista Jurídica Cesumar**. Mestrado, v. 20, n. 3, p. 425-443, 2020.
3. CHRISTMANN, Luiza Landerdahl; OESTEREICH, Carolina; BÜRGER, Nuria Paula de Oliveira Ramiro. CONAMA: A participação popular como garantia da legitimidade nas decisões sobre a política ambiental e o decreto federal Nº 9.806/2019. **Revista Jurídica Editora Mizuno**, v. 2, n. 1, 2023.
4. DA SILVA, Lilian Simone Pires et al. A implementação das avaliações em larga escala no Brasil: a trajetória das provas SAEB e SAERS e suas implicações como política pública no âmbito escolar. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 7, n. 1, p. 1-16, 2025.
5. LOTTA, Gabriela Organizadora. **Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: ENAP, 324 p. 2019.
6. MACHADO LOPES, Iara Maria. A Eficácia da Análise de Impacto Legislativo no Anteprojeto da LGPD Penal. **Direito UNIFACS-Debate Virtual-Qualis A2 em Direito**, n. 296, 2025.
7. MARIO, Camila Gonçalves; LAISNER, Regina Claudia; GRANJA, Regina Helena. **Avaliação de políticas sociais e participação popular:** uma abordagem política. O Social em questão, v. 19, n. 36, p. 39-64, 2016.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Rafael da Silva Lucas **VICENTE** (Curso de Pedagogia, FDV)
 Renato Salles **MATTOS** (Orientador, FDV)
 Raja Redá Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chaves: EJA, Desigualdade, Ensino, Transformação
Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A EJA um pilar fundamental no sistema educacional brasileiro, sendo reconhecida como um direito inalienável e um instrumento essencial para a promoção da justiça social. Sua relevância reside no fato de que busca reparar uma dívida histórica com indivíduos que, por diversas razões – sejam elas socioeconômicas, culturais ou estruturais, não tiveram acesso ou interromperam sua trajetória na educação básica na idade considerada regular. Mais do que apenas uma modalidade de ensino que oferece a certificação de conclusão (fundamental ou médio), a EJA se configura como um espaço de ressignificação e empoderamento. Seu público-alvo traz consigo uma vasta bagagem de experiências de vida, saberes e desafios que precisam ser valorizados e integrados ao processo de aprendizagem. Nesse sentido, a metodologia da EJA exige uma abordagem pedagógica diferenciada, que reconheça a identidade do aluno trabalhador, pai, mãe e cidadão ativo, e que estabeleça uma correlação direta entre o conhecimento escolar e a realidade social nesse contexto, torna-se imperativo recorrer às bases teóricas que sustentam a educação como um processo de libertação. Paulo Freire, um dos maiores pensadores da pedagogia mundial e figura central na educação de adultos, defendia que "ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam em comunhão, mediados pelo mundo". Essa visão dialógica é a espinha dorsal da EJA, onde o saber do aluno – carregado de experiências de vida, trabalho e cultura – não é ignorado, mas sim valorizado como o ponto de partida para a construção de novos conhecimentos. **OBJETIVOS:** Analisar os principais desafios enfrentados pela educação de jovens e adultos (EJA), identificando obstáculos relacionados à falta de infraestrutura, dificuldades socioeconômicas, desigualdade de acesso e questões de valorização do educador, a fim de propor estratégias que promovam uma aprendizagem mais eficaz e inclusiva, respeitando as especificidades dessa população e contribuindo para sua plena inserção social e cidadã. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Foi desenvolvido um estudo de campo e pesquisa bibliográfica, de natureza descritiva e abordagem qualitativa utilizando como instrumento de coleta um questionário padronizado com perguntas abertas aplicados a 2 professores da instituição Cesec-Viçosa. Os dados coletados em campo foram analisados à luz do Referencial Teórico. **RESULTADOS:** Os resultados da pesquisa são que a evasão escolar é, sem dúvida, o resultado mais crítico e recorrente na EJA. Muitos estudantes da EJA são trabalhadores que, após um longo dia, chegam cansados à sala de aula, o que afeta sua capacidade de concentração e permanência. Quando o conteúdo escolar não se conecta com a vida, os saberes e as necessidades práticas do aluno, ele perde o interesse e a motivação para continuar. Com isso o desafio reside em criar métodos que respeitem o aprendizado de adultos, que valorizam suas experiências prévias e os colocam como protagonistas do processo educativo. materiais que abordem temas relevantes para a vida adulta, como questões de trabalho, finanças, cidadania e saúde, tornando o conhecimento mais significativo. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O estudo permite concluir que os desafios identificados na Educação de Jovens e Adultos (EJA), são a variação da alta taxa de evasão à inadequação metodológica e à precariedade na formação docente, não devem ser vistos como obstáculos intransponíveis, mas sim como pontos cruciais de intervenção para aprimoramento. A EJA é mais do que uma política de reparação; é um motor de desenvolvimento social e pessoal que exige um olhar mais estratégico e humanizado, é urgente investir na formação continuada e específica para os professores da EJA, capacitando-os em metodologias andragógicas e oferecendo condições de trabalho dignas que garantam a permanência de profissionais qualificados. E por fim superação da evasão exige mais do que ações pedagógicas. É preciso criar uma rede de apoio que integre educação, saúde, assistência social e mercado de trabalho, auxiliando o aluno a conciliar as múltiplas responsabilidades de sua vida.

REFERÊNCIAS:

1. FERREIRO, Emilia. **Los adultos no alfabetizados y sus conceptualizaciones del sistema de escritura**. México, Instituto Pedagógico Nacional, 1983.
2. FREIRE, P. A. **Importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 49. ed. São Paulo, Cortez, 2008.
3. RIBEIRO, Vera. **Educação para jovens e adultos:** ensino fundamental, proposta curricular-1º segmento- Vera Maria Masagão Ribeiro. São Paulo: Ação educativa; Brasília: MEC, 2001. 239p.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

CHS-075

EFEITO DOS LIVROS SENSORIAIS NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E MOTOR DAS CRIANÇAS

Giselly Renata de OLIVEIRA (Curso de Pedagogia, FDV)

Renato Salles MATTOS (Orientador, FDV)

Raja Reda Zorkot SANT'ANNA (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Livros sensoriais, Desenvolvimento infantil, Motricidade fina, Educação inclusiva

Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: Os livros sensoriais configuram-se como recursos pedagógicos significativos na Educação Infantil, por estimularem de forma integrada o desenvolvimento cognitivo, motor, sensorial e socioemocional das crianças. Produzidos com diferentes texturas, cores e formas, esses materiais possibilitam que a aprendizagem ocorra de maneira lúdica, ativa e prazerosa. Ao explorar e manipular os elementos, as crianças descobrem, experimentam e constroem novos conhecimentos, transformando o brincar em um momento de descoberta e aprendizado. Segundo Piaget (1972), o aprendizado se dá pela ação e interação com o meio, sendo a criança protagonista de suas próprias construções cognitivas. Vygotsky (1978), por sua vez, ressalta a importância das trocas sociais e do brincar simbólico como elementos fundamentais para o desenvolvimento infantil. Assim, o uso dos livros sensoriais encontra respaldo teórico nas abordagens construtivista e sociocultural, que reconhecem o valor da experiência concreta e da mediação pedagógica no processo de aprendizagem. Dessa forma, os livros sensoriais fortalecem uma educação acessível, criativa e equitativa, em consonância com os princípios da Base Nacional Comum Curricular. **OBJETIVOS:** Investigar os efeitos de livros sensoriais no desenvolvimento cognitivo, motor e socioemocional de crianças da Educação Infantil, com foco na inclusão de alunos com TEA. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A pesquisa foi desenvolvida sob uma abordagem qualitativa, baseada em revisão teórica e prática social realizada em uma escola municipal de Educação Infantil na cidade de Ervália, Minas Gerais. A atividade consistiu na contação de história com o livro sensorial "Floresta das Sensações", confeccionado manualmente com materiais diversos, como EVA, feltro, papelão e elementos reutilizáveis. A turma participante era composta por crianças de cinco anos de idade, incluindo uma criança autista não verbal. As observações foram registradas em diário de campo, com foco nas manifestações de interesse, engajamento e interação social. A análise dos registros ocorreu de forma descritiva e interpretativa, buscando compreender como o livro sensorial contribuiu para o desenvolvimento integral das crianças e para a inclusão no espaço escolar. **RESULTADOS:** As crianças demonstraram grande entusiasmo, curiosidade e envolvimento ao explorar o livro sensorial, manipulando suas partes com atenção e prazer. Observou-se o desenvolvimento da coordenação motora fina, da percepção tátil e da ampliação do vocabulário, além do fortalecimento da atenção e da memória. Durante a atividade, muitas crianças associaram as texturas e formas apresentadas a elementos do cotidiano, como pedras, folhas e tecidos, estabelecendo relações significativas com suas vivências fora da escola. A criança autista não verbal mostrou interesse constante pelos estímulos visuais e táteis, interagindo de maneira expressiva com o material e participando ativamente da atividade. Além disso, o momento coletivo promoveu a socialização e o respeito às diferenças, fortalecendo o vínculo entre os colegas e a cooperação dentro do grupo. Os resultados evidenciaram que o livro sensorial desperta a curiosidade, incentiva o diálogo e amplia as possibilidades de aprendizagem por meio da ludicidade. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Os resultados confirmam que estimular a criatividade, a autonomia e a imaginação, fortalecem a inclusão e o respeito às diferenças, contribuindo para a formação integral das crianças. A experiência evidenciou a importância de integrar recursos multissensoriais ao cotidiano escolar, tornando o processo de ensino mais dinâmico, sensível e inovador. Recomenda-se que as escolas ampliem o uso desses materiais e que os educadores sejam incentivados a criar seus próprios livros sensoriais, adaptando-os à realidade de suas turmas. Essa prática favorece o desenvolvimento infantil e a construção de uma educação mais humana, participativa e equitativa, comprometida com o direito de todos à aprendizagem.

REFERÊNCIAS:

1. BARBOSA, M. *Estímulos sensoriais na educação infantil*. São Paulo: Cortez. 2019.
2. PIAGET, J. *A epistemologia genética*. Petrópolis: Vozes. 1972.
3. SMITH, I. et al. Sensory processing and autism. *Journal of Child Development*, 2020
4. VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes. 1978.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

CHS-076

RESPONSABILIDADE CIVIL POR ERROS EM LAUDOS MÉDICOS ANALISADOS POR IA NO JUDICIÁRIO PREVIDENCIÁRIO

Juliana Soares Pio PAIVA (Curso de Direito, FDV)

Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Inteligência artificial, Judiciário previdenciário; Responsabilidade civil

Agente de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O uso da Inteligência Artificial (IA) no Judiciário previdenciário, especialmente na análise de laudos médicos para concessão de benefícios, levanta importantes questões sobre responsabilidade civil. Falhas em sistemas automatizados podem resultar em decisões incorretas, causando prejuízos materiais e morais aos segurados. Este trabalho analisa os desafios da responsabilização nesse contexto, considerando o Código Civil, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e os princípios constitucionais de proteção social. A ausência de regulamentação específica e a pouca transparência dos algoritmos evidenciam a necessidade de normas claras que definam a responsabilidade do Estado e das empresas de tecnologia, garantindo segurança jurídica e proteção aos cidadãos. **OBJETIVOS:** Investigar a responsabilidade civil decorrente de erros em laudos médicos produzidos ou avaliados por sistemas automatizados. Identificar os riscos jurídicos do uso de IA na concessão de benefícios previdenciários. Analisar a aplicação do Código Civil, da LGPD e a responsabilidade do Estado nesses casos. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A pesquisa baseou-se em levantamento bibliográfico e documental, incluindo livros, artigos acadêmicos, publicações de congressos do CONPEDI e legislações nacionais, como LGPD, Código Civil, Constituição Federal e Resolução nº 332/2020 do CNJ. Foram analisadas obras e estudos sobre inteligência artificial aplicada ao Direito, como Skema Business School (2020, 2023) e Soares & Medina (2020). A análise concentrou-se em três eixos: fundamentos jurídicos, riscos da automação no Judiciário previdenciário e propostas regulatórias. **RESULTADOS:** Os sistemas automatizados podem agilizar a análise de laudos médicos, mas também apresentam riscos significativos. A falta de transparência nos algoritmos e a possibilidade de vieses nos dados sensíveis podem comprometer decisões judiciais e causar danos consideráveis. O Código Civil prevê mecanismos de responsabilização, mas sua aplicação é limitada diante da complexidade da IA. A LGPD garante proteção a dados de saúde e direitos fundamentais, embora a fiscalização ainda seja um desafio. A responsabilidade do Estado por falhas em sistemas utilizados pelo Judiciário deve ser analisada sob a perspectiva da responsabilidade objetiva (independe culpa), sem excluir a eventual responsabilização solidária de fornecedores de tecnologia. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A responsabilidade civil por erros em laudos médicos analisados por IA no Judiciário previdenciário é um desafio central da era digital. Apesar dos mecanismos gerais de reparação previstos na legislação brasileira, é urgente estabelecer normas específicas que equilibrem inovação tecnológica e proteção dos segurados. Transparência algorítmica, definição clara de responsabilidades entre Estado e fornecedores e garantia do direito de revisão das decisões automatizadas são medidas essenciais para assegurar justiça social no âmbito previdenciário.

REFERÊNCIAS:

1. *Direitos sociais, seguridade e previdência social I*. Belo Horizonte: Skema Business School, 2023. ISBN 978-65-5648-794-6. Disponível em: https://conpedi.org.br/grupo-de-trabalho/?grupo=2082&id-evento=107&tipo=ARTIGO_CONPEDI. Acesso: 3 out. 2025.
2. *IV Congresso Internacional de Direito e Inteligência Artificial (IV CIDIA)*: Acesso à Justiça e Solução de Conflitos: Temas do Programa RECAJ-UFMG. Belo Horizonte: Skema Business School, 2023. ISBN 978-65-5648-794-6. Disponível em: <https://site.conpedi.org.br/publicacoes/s5v6p2k5/171640zrTxR0283rUwq2Q7eW.pdf>. Acesso em: 3 out. 2025.
3. Soares, M. N., Medina, V. J. S. Título: A Inteligência Artificial como Instrumento de Acesso à Justiça e Seus Impactos no Direito da Personalidade do Jurisdicionado. *Revista de Direito Brasileira*, v. 26, n. 10, p. 277-291, 2020. Disponível: <https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2358-1352/2020.v26i10.5756>. Acesso: 3 out. 2025.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EMOCIONAL NO ENSINO INFANTIL

Tamara Cristina Pereira **NUNES** (Curso de Pedagogia, FDV)

Renato Salles **MATTOS** (Orientador, FDV)

Raja Raja Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Educação emocional, Educação infantil, Desenvolvimento infantil

Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A educação emocional na educação infantil é fundamental para o desenvolvimento integral da criança, pois favorece a construção de habilidades como empatia, autorregulação, autoestima e resolução de conflitos. Em um contexto em que os desafios emocionais estão cada vez mais presentes desde os primeiros anos de vida, torna-se essencial que a escola vá além da transmissão de conteúdos cognitivos, oferecendo também um ambiente que promova o acolhimento e o desenvolvimento afetivo. Essa prática contribui para que a criança desenvolva maior controle sobre suas ações, reduzindo impulsos e fortalecendo a convivência em grupo. Além disso, possibilita o cultivo de habilidades indispensáveis, como a empatia e a cooperação, que ultrapassam os limites da escola e se estendem para toda a vida em sociedade. Assim, a educação infantil se consolida como um espaço de construção não apenas de saberes acadêmicos, mas também de valores e experiências afetivas que sustentam a vida comunitária.

OBJETIVOS: O objetivo desta pesquisa foi analisar a contribuição da educação emocional no processo de desenvolvimento socioemocional das crianças na educação infantil, destacando sua importância para a formação integral e para a construção de um ambiente escolar saudável.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: Este estudo utiliza uma abordagem qualitativa e quantitativa. A pesquisa será realizada em escolas de educação infantil, envolvendo professores e alunos. Os dados serão coletados por meio de questionários e observações de aulas. **RESULTADOS:**

	Como a escola e a família podem trabalhar juntas para ajudar as crianças a lidar com estresse e ansiedade?
P1	Os pais podem elaborar rotinas para ajudar os filhos a se sentirem seguros. Estabelecer limites claros, de forma que compreendam com facilidade o que os pais esperam do seu comportamento. Manter uma comunicação honesta com os filhos./ O primeiro ponto seria a família ter um diálogo frequente.
P2	Estar presente procurar ajuda de um profissional como psicólogo criar ambientes para que a criança consiga se expressar com desenhos e Bolinha antes estresse./ Ouvir as crianças conversarem a partir do que elas contam.

Fonte: Dados do questionário

As duas respostas do professor 1, compartilham a ideia de que os pais podem ajudar os filhos a se sentirem seguros e lidar com as emoções estabelecendo rotinas, limites claros e comunicação honesta, além de criar ambientes para expressão emocional e buscar ajuda profissional quando necessário. Antunes (2012) enfatiza que: "Professor nenhum e pai e mãe alguma serão capazes de impedir que seus alunos ou filhos sintam emoções, mas com explicações e paciência podem produzir certo conforto ao amainar sentimentos negativos, tirando-lhes o caráter imprevisível e atribuindo-lhes a racionalidade da compreensão." Já as respostas do professor 2 indicam que a interação e comunicação entre pais e filhos é fundamental, e a participação da família em atividades que promovam a aproximação e o envolvimento com as crianças é importante, assim como ouvir e se conectar com elas de forma significativa. **CONSIDERAÇÕES**

FINAIS: A educação emocional na infância é muito importante para que as crianças cresçam de forma completa, não só no que aprendem na escola, mas também como pessoas. Os professores têm um papel essencial nesse processo, pois não ensinam apenas os conteúdos escolares, mas também ajudam os alunos a lidarem com suas emoções. Quando a escola trabalha a educação emocional de forma constante, com atividades como conversas, brincadeiras e histórias que falam sobre sentimentos, o ambiente se torna mais acolhedor e todo mundo se sente mais respeitado. Crianças que aprendem a se conhecer, a se controlar, a se colocar no lugar do outro e a resolver problemas com calma, têm mais chances de se tornarem adultos equilibrados, que tomam boas decisões, sabem se comunicar bem, enfrentam os desafios com mais confiança e vivem com mais bem-estar.

REFERÊNCIAS:

1. ANTUNES, Celso. *Inteligência emocional e educação*. Campinas: Papirus, 2003.
2. GOLEMAN, Daniel. *Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.
3. LEITE, Clarissa. *Educação emocional: práticas para o desenvolvimento da inteligência emocional na escola*. São Paulo: Vozes, 2012.
4. LUCKESI, Cipriano Carlos. *Filosofia da educação*. São Paulo: Cortez, 2011.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

INCLUSÃO DE CRIANÇA AUTISTA EM SALA DE AULA

Tamara Cristina Pereira **NUNES** (Curso de Pedagogia, FDV)

Renato Salles **MATTOS** (Orientador, FDV)

Raja Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Inclusão escolar, Autismo, Autista
Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A inclusão de crianças autistas na sala de aula é um tema de relevância para a educação, pois busca assegurar o direito à educação em um ambiente que acolha e valorize a diversidade. O autismo, uma condição caracterizada por desafios na comunicação, interação social e comportamento, exige adaptações específicas no ambiente escolar para que esses alunos possam participar efetivamente das atividades e desenvolver suas habilidades. No entanto, esse processo enfrenta desafios, como a falta de recursos adequados, o preconceito e a falta de formação de muitos profissionais. Com o suporte necessário, a inclusão escolar pode transformar a experiência educacional para todos, contribuindo para uma sociedade mais igualitária e compreensiva. **OBJETIVOS:** O objetivo deste estudo foi compreender a importância da inclusão de crianças com autismo na escola regular, analisando os desafios enfrentados e as estratégias que podem ser adotadas para garantir um ambiente inclusivo.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: A escolha por uma metodologia qualitativa se justifica pela necessidade de interpretar e refletir sobre aspectos sociais, educacionais e humanos relacionados à inclusão, indo além de dados numéricos para priorizar a compreensão do fenômeno em sua complexidade. **RESULTADOS:**

	Que tipo de treinamento ou capacitação você recebeu para trabalhar com alunos autistas e promover um ambiente inclusivo?
P1	Ao atuar com alunas e alunos nesse estágio, é importante realizar dinâmicas de ensino que trabalhem diferentes maneiras de comunicação, como visão e gestos, mas desenvolvendo aos poucos a fala da criança. Depois que me formei optei por fazer uma pós-graduação em Psicopedagogia Clínica Institucional e TGD, onde estuda-se muito sobre o autismo. Aqui não tem treinamento para trabalhar com esses alunos, somente o que se estudado na Pedagogia mesmo.
P2	Como professor, é fundamental que eu tenha uma formação sólida para trabalhar com alunos autistas. Embora eu não tenha recebido um treinamento específico, posso dizer que uma formação adequada incluiria conhecimentos sobre autismo e suas características, técnicas de comunicação e interação eficazes, estratégias para gerenciar comportamentos desafiadores e uso de tecnologia assistiva e recursos adaptados.

Tabela 1 Fonte: Dados do questionário

As duas respostas abordam estratégias e recursos para incluir crianças autistas em uma turma, enfatizando a importância de uma abordagem personalizada e adaptada às necessidades específicas da criança. Isso inclui dinâmicas de ensino, desenvolvimento da fala, utilização de materiais e assuntos de interesse, além de recursos como aulas de apoio, terapeutas especializados e tecnologia assistiva. "A inclusão de crianças autistas na escola regular exige práticas pedagógicas adaptadas, recursos de apoio e estratégias individualizadas que considerem as necessidades de cada aluno, promovendo participação, aprendizagem e interação social" (SANTOS, 2025). Ambas as respostas enfatizam a importância de uma formação adequada para trabalhar com alunos autistas, mas a primeira resposta é mais pessoal e detalhada, enquanto a segunda resposta é mais genérica e teórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A inclusão de crianças autistas na sala de aula é um passo essencial para garantir uma educação mais equitativa, respeitosa e enriquecedora para todos. Esse processo exige um comprometimento coletivo entre professores, escola, família e sociedade, promovendo o respeito às singularidades de cada criança. Para que essa inclusão seja efetiva, é fundamental investir em formação continuada para os educadores, disponibilizar recursos pedagógicos adaptados e fomentar a sensibilização da comunidade escolar. Além disso, a construção de um ambiente acolhedor e colaborativo não beneficia apenas o aluno autista, mas toda a comunidade escolar, ao promover uma cultura de diversidade e empatia. Assim, a inclusão vai além do cumprimento de um direito legal, tornando-se um pilar para uma sociedade mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIA:

1. MANTOAN, Maria Tereza Egler. *Atendimento educacional especializado para a deficiência mental*. 2006. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/defmental.txt>. Acesso: 16 jun. 2025.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

DESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO NO ACESSO À JUSTIÇA E AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Euri Júlia Evangelista **LOPES** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Poder judiciário, Acesso à justiça, Direitos fundamentais, Desafios

Agente de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O Poder Judiciário exerce papel essencial na consolidação do Estado Democrático de Direito, sendo o guardião da Constituição e o responsável pela concretização dos direitos fundamentais. Sua função vai além da resolução de conflitos, abrangendo a promoção da justiça social e a garantia da igualdade de acesso aos instrumentos jurídicos. O conceito de acesso à justiça, conforme Cappelletti e Garth (1988), representa o direito de todos os indivíduos buscarem a tutela jurisdicional de forma efetiva, célere e sem discriminação econômica ou social. Contudo, persistem desafios que limitam o pleno exercício desse direito, refletindo desigualdades estruturais e institucionais que comprometem a efetividade da justiça no Brasil. **OBJETIVOS:** O objetivo do trabalho é analisar o papel do Poder Judiciário na efetivação do acesso à justiça e na proteção dos direitos fundamentais, destacando os principais desafios enfrentados pela instituição, como a morosidade processual, a sobrecarga de demandas, a desigualdade socioeconômica e a insuficiência da Defensoria Pública. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Utilizou-se a pesquisa qualitativa, desenvolvida a partir de revisão bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos que discutem o tema sob o enfoque dos direitos fundamentais e da cidadania. Foram utilizados como referenciais teóricos os estudos de Cappelletti e Garth (1988), Cesar (2002) e Souza (2003), que analisam as barreiras econômicas, institucionais e sociais que dificultam o acesso equitativo à justiça. **RESULTADOS:** O estudo revela que o Poder Judiciário, embora essencial à proteção dos direitos, enfrenta limitações estruturais que comprometem sua função social. A morosidade processual é um dos principais entraves, tornando o tempo um fator de injustiça. Como afirmam Cappelletti e Garth (1988), o acesso à justiça não é apenas formal, mas depende da capacidade real de o sistema responder de maneira eficaz às demandas da população. Além disso, observa-se um déficit de informação e de educação jurídica popular, o que impede grande parte dos cidadãos de compreender seus direitos e de buscar a tutela judicial. Cesar (2002) reforça que o acesso efetivo à justiça pressupõe a oferta de orientação jurídica pelo Estado, condição indispensável para que a cidadania se concretize. A exclusão digital e a desigualdade econômica agravam esse cenário, limitando o uso de meios tecnológicos criados para aproximar o cidadão da justiça. Outro ponto crítico é a carência de defensores públicos e a desigual distribuição da Defensoria Pública pelo território nacional, o que afeta diretamente o direito de defesa dos mais vulneráveis. Souza (2003) observa que aqueles que possuem maiores recursos financeiros contam com vantagens como advogados especializados, provas técnicas e maior capacidade de acompanhamento processual, o que compromete o princípio da isonomia entre as partes. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que o Poder Judiciário brasileiro precisa avançar em sua missão de garantir o acesso universal à justiça e a efetivação dos direitos fundamentais. Para tanto, é necessário investir em modernização tecnológica, gestão eficiente e capacitação de servidores, além de fortalecer a Defensoria Pública e promover a educação em direitos. A ampliação de mecanismos alternativos de resolução de conflitos, como mediação e conciliação, também se mostra essencial para reduzir a morosidade e aproximar o cidadão do sistema judicial. Assim, o Judiciário poderá cumprir integralmente seu papel constitucional de assegurar a igualdade, a dignidade e a cidadania a todos.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 30 agosto 2025.
- CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988.
- CESAR, Alexandre. **Acesso à justiça e cidadania**. Cuiabá: UFMT, 2002. Disponível: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:rede.virtual.bibliotecas:livro.2002:000676935>. Acesso: 21 set. 2025.
- SOUZA, Silvana Cristina Bonifácio. **Assistência jurídica integral e gratuita**. São Paulo: Método, 2003.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CONFORMIDADE LEGAL E TRANSPARÊNCIA: ESTUDO DIAGNÓSTICO DAS OSC EM SABARÁ-MG

Luís Henrique Costa **PINTO** (Curso de Direito, Faculdade de Sabará)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA**
(Orientadora, Faculdade de Sabará)

Palavras-chave: Organização da sociedade civil, OSC, Conformidade legal, Direito civil

Agência de fomento: Faculdade de Sabará

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A transparência e a regularidade jurídica são exigências normativas que regem a atuação das Organizações da Sociedade Civil (OSC). O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), instituído pela Lei nº 13.019/2014 e regulamentado pelo Decreto nº 8.726/2016, estabelece diretrizes claras sobre a atuação destas entidades, exigindo a adoção de práticas que visam aumentar o nível de transparência exercido por elas. Com o intuito de aferir se essas diretrizes normativas vêm sendo adotadas pelas entidades, foi realizada a Pesquisa de Campo "Transparência das Organizações da Sociedade Civil" em Sabará e Região, no âmbito do Projeto de Extensão Interdisciplinar, desenvolvido pela Faculdade de Sabará em parceria com a Comissão de Direitos do Terceiro Setor da 114ª Subseção da OAB, em Sabará/MG. O projeto teve como objetivo fortalecer juridicamente as OSC da região por meio da difusão de informações legais e da coleta de dados que permitiram diagnosticar sua regularidade documental e práticas de transparência, subsidiando ações futuras de capacitação e adequação normativa. **OBJETIVOS:** O presente trabalho tem como objetivo tecer uma breve análise sobre os resultados da pesquisa, tendo como enfoque o nível de transparência e regularidade jurídica aferidos. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Para o desenvolvimento do presente resumo, foi utilizado o método descritivo, com maior enfoque em revisão bibliográfica sobre o tema. **RESULTADO E DISCUSSÕES:** A pesquisa de campo foi realizada por meio de formulário eletrônico de autorresposta entre os meses de abril e maio de 2025 e contou com 48 respostas de entidades de Sabará, Belo Horizonte, Caeté e Nova União, todos pertencentes ao Estado de Minas Gerais. A partir da análise dos dados obtidos, observou-se, em sentido geral, um baixo índice de conformidade legal e de transparência das OSC participantes. Para ilustrar o que aqui se expõe, cerca de 27% das OSC não estão registradas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), 62,5% nem sequer ouviu falar do Mapa das OSC, que é um portal de transparência criado pelo Decreto 8.726/2016 como portal de transparência das entidades. Mais de 70% das OSC participantes nunca acessou o Mapa e 75% não possui nenhum colaborador que sabe fazer o preenchimento dos dados no Mapa. Outrossim, quase 23% das OSC entrevistadas não divulga os seus resultados de forma alguma, sendo que 58,3% preferem divulgar pelas redes sociais. Dado mais alarmante se dá quando 66,7% não divulga periodicamente a sua arrecadação. Estas são questões consideradas básicas para o efetivo exercício da transparência. Desta feita, 83,3% concluíram que precisam aprimorar suas práticas e mecanismos internos de transparência. Todos estes dados apontam para um baixo índice de conformidade com as disposições da legislação posta. Destarte, o Art. 78 do Decreto 8.726/2016 estabelece expressamente o dever que recai sobre a Administração Pública e as Organizações de darem publicidade e transparência de todas as informações referentes às parcerias celebradas entre Poder Público e as OSC. No entanto, o dever de transparência transcende a relação estabelecida nas parcerias. A transparência mostra-se uma demanda social, como denota ASSIS (et. al, 2006, s/p) ao afirmar que "a transparência destas entidades sem fins lucrativos, em relação aos recursos recebidos e a prestação de serviços realizada, mostra-se como uma necessidade, perante os doadores, para garantir assim, um fluxo contínuo de recursos, o que possibilitaria uma melhor atuação na sociedade". **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A pesquisa revelou baixo índice de conformidade legal e transparência entre as OSC de Sabará/MG e região. Muitas não possuem CNPJ, desconhecem o a legislação e os sites eletrônicos de transparência do Governo Federal. Para além, não divulgam adequadamente suas arrecadações ou resultados.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto nº 8.726, 27/4/2016.
- BRASIL. Lei nº 13.019, 31/7/2014.
- ASSIS, M. S. de; MELLO, G. R. de; SLOMSKI, V. Transparência nas entidades do terceiro setor: a demonstração do resultado econômico como instrumento de mensuração de desempenho. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 6., 2006, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: FIPECAFI, 2006.
- PINTO, L. H. C. et al. Transparência das OSC em Sabará e Região: resultados da pesquisa de campo – Projeto de Extensão Interdisciplinar PEXI 1/2025.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-081

DESAFIOS PARA A TRANSPARÊNCIA NAS OSC EM SABARÁ/MG: DESCOMPASSO ENTRE O ORDENAMENTO JURÍDICO E A REALIDADE INSTITUCIONAL

Luís Henrique Costa **PINTO** (Curso de Direito, Faculdade de Sabará)
 Poliana Aroeira Braga Ferreira **DUARTE**
 (Faculdade de Sabará, Orientadora)

Palavras-chave: Organização da sociedade civil, OSC, Transparência, Direito civil

Agência de fomento: Faculdade de Sabará

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O terceiro setor brasileiro foi marcado por décadas de ausência de legislação adequada que fosse capaz de regular a atividade das organizações sem fins lucrativos, trazendo-lhe relevância, independência e segurança jurídica e institucional. Como resultado de anos de clamor social, foi promulgada a Lei nº 13.019/2014, conhecida como o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), regulamentada pelo Decreto nº 8.726/2016. Esta norma, embora seja precipuamente focada na regulamentação das parcerias firmadas entre as Organizações da Sociedade Civil (OSC) e o Estado, estabeleceu direitos e obrigações com vistas a garantir a solidez e a sustentabilidade das OSC. Todavia, um efetivo ganho para as associações depende da melhor interpretação e aplicação da norma por toda a sociedade, mas, acima de tudo, pelas pessoas que integram as entidades. **OBJETIVOS:** O presente trabalho tem como objetivo tecer uma breve análise sobre o índice de conhecimento jurídico por parte das Associações em Sabará/MG e região. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Para o desenvolvimento do presente resumo, foi utilizado o método descritivo, com maior enfoque em revisão bibliográfica sobre o tema. **RESULTADO E DISCUSSÕES:** À luz do problema exposto, foi realizada a Pesquisa de Campo "Transparência das OSC em Sabará e Região", no âmbito do Projeto de Extensão Interdisciplinar da Faculdade de Sabará (PEXI 1-2025), em parceria com a Comissão de Direitos do Terceiro Setor da 114ª Subseção da OAB/MG, que teve como objetivo principal apurar os índices de conformidade legal e transparência das OSC na região. A pesquisa contou com uma coleta de dados que ocorreu entre os meses de abril e maio de 2025, por meio de formulário eletrônico de autorresposta, que resultou em 48 respostas de representantes de OSC nos municípios de Sabará, Belo Horizonte, Caeté e Nova União, todos em Estado de Minas Gerais. Dentre os problemas diagnosticados após apurados os resultados, destacou-se o baixo índice de conhecimento das normas e do cenário jurídico por parte das organizações participantes. Das 48 organizações participantes, 50% não sabia da existência do MROSC. Tal índice pode ser considerado relevante à medida que também se considera que o MROSC foi promulgado em 31 de julho de 2014, isto é, quase 11 anos antes da coleta de dados. Destarte, 62,5% das organizações participantes possuem mais de 10 anos de existência. Para além, 30 participantes (62,5%) declararam não conhecer o Mapa das OSC, estabelecido pelo Decreto 8.726/2016 como um portal virtual de transparência. 70,83% ainda declararam que nunca acessaram o Mapa. O nível de desconhecimento sobre a exigência legal da transparência se mostrou ainda maior quando 62,5% das organizações declararam não ter conhecimento sobre as recentes decisões do STF (ADPF nº 854 e ADIs nº 7688, 7695 e 7697) que bloquearam repasses da União para OSC por falta de transparência. Estas decisões foram amplamente divulgadas pela mídia tradicional e deram aplicação judicial ao que propôs a norma vigente. Os resultados da pesquisa apontam para um evidente distanciamento entre a vontade legislativa e a realidade experimentada pelas organizações. Mesmo após oito anos de vigência do MROSC para os municípios, o cenário atual é de maior quantidade de parcerias feitas por inexigibilidade e dispensa de licitação e por emendas parlamentares do que por meio do MROSC. Foi o que afirmou Laís de Figueiredo Lopes, Presidente da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB-SP em sua participação no *Webinar* realizado pela Escola Superior da Advocacia de Minas Gerais (ESA-MG) no dia 22/08/2024. Tudo isso culmina na baixa efetividade da norma pela sua baixa aplicação e o alto índice de desconhecimento por parte das organizações. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Os resultados evidenciam o descompasso entre a legislação vigente e a realidade das OSC, indicando baixa apropriação normativa e necessidade urgente de capacitação jurídica.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto nº 8.726, de 27 De abril de 2016.
- BRASIL. Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014.
- ESA-MG. Webinar Terceiro Setor em Debate: uma análise das principais legislações. YouTube, 22 de agosto de 2024. Disponível em: < https://youtu.be/w5yhAUy_BMU >. Acesso em 03/10/2024.
- PINTO, L. H. C. et al. Transparência das OSC em Sabará e Região: resultados da pesquisa de campo – Projeto de Extensão Interdisciplinar PEXI 1/2025. Sabará: Faculdade de Sabará; Comissão de Direitos do Terceiro Setor da 114ª Subseção da OAB/MG; Associativa LGRC Consultoria, set. 2025.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-082

TRANSPARÊNCIA E SUSTENTABILIDADE NO TERCEIRO SETOR: ACESSO A RECURSOS E RISCOS JURÍDICOS NAS OSCS DE SABARÁ/MG

Luís Henrique Costa **PINTO** (Curso de Direito, Faculdade de Sabará)
 Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA**
 (Orientadora, Faculdade de Sabará)

Palavras-chave: Organização da sociedade civil, Transparência, Sustentabilidade

Agência de fomento: Faculdade de Sabará

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), instituído pela Lei nº 13.019/2014 e regulamentado pelo Decreto nº 8.726/2016, estabelece a transparência como exigência normativa para estas organizações. Não obstante, em pesquisa realizada pela Faculdade de Sabará em parceria com a Comissão de Direitos do Terceiro Setor da 114ª Subseção da OAB, em Sabará/MG e região, apontou que grande parte das entidades não divulga valores arrecadados, não vincula resultados aos recursos recebidos e desconhece instrumentos públicos de transparência, como o Mapa das OSC. Os resultados apontam que a ausência destas práticas pode impactar diretamente o acesso a parcerias e financiamentos, afetando a sustentabilidade destas instituições. **OBJETIVOS:** O presente trabalho tem como objetivo tecer breves considerações sobre a correlação entre a ausência de transparência e a dificuldade de obtenção de recursos por Organizações da Sociedade Civil. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Para o desenvolvimento do presente resumo, foi utilizado o método descritivo, com maior enfoque em revisão bibliográfica sobre o tema. **RESULTADO E DISCUSSÕES:** A sustentabilidade é um dos maiores desafios para o terceiro setor brasileiro. "A maior parte das organizações pertencentes ao setor encontra-se em estado de vulnerabilidade e precariedade" (OLIVEIRA e SOUZA, 2015, p.195). Nesse contexto, a pesquisa realizada em Sabará e região entre os meses de abril e maio de 2025 revelou dados preocupantes quanto à capacidade das OSC locais de acessar recursos públicos e privados. Das 48 participantes, 31,25% nunca haviam ouvido falar na possibilidade de obter investimentos por meio do Poder Público, e 35,42% desconheciam a existência de editais promovidos pela iniciativa privada. Além disso, 60,42% nunca participaram de certames para financiamento de projetos, e 47,92% alegaram jamais ter firmado parceria com o Poder Público. Esses índices revelam um cenário de baixa articulação institucional e fragilidade na busca por sustentabilidade financeira. Ao cruzar os dados, observou-se que entre as organizações que nunca participaram de editais, 72,41% não conhecem o Mapa das OSC, 82,75% nunca acessaram o portal, 79,3% não divulgam os valores arrecadados, e 62% não divulgam os resultados alcançados em projetos. Além disso, mais de 41% dessas entidades não possuem CNPJ, o que compromete sua regularidade jurídica e inviabiliza a celebração de parcerias formais. Essas organizações também apresentaram baixo desempenho em mecanismos internos de transparência e desconhecimento das normas jurídicas vigentes, como o Marco Regulatório das OSC. Em contraste, entre as 19 entidades que já participaram de certames, apenas 1 não possui CNPJ, apenas 4 (21%) não divulgam os resultados dos projetos, e 47,4% não divulgam os valores arrecadados. Apenas 1 entidade desconhecia o MROSC, e pouco mais de 21% nunca firmaram parceria com o Poder Público. Essas organizações demonstraram maior familiaridade com os instrumentos legais, maior índice de conformidade documental e presença de mecanismos internos de transparência. Dessa forma, os dados evidenciam que a adoção de práticas transparentes está diretamente relacionada à capacidade das OSC de acessar recursos e garantir sua sustentabilidade. A transparência, portanto, não se configura apenas como exigência normativa, mas como fator estratégico e jurídico essencial para a viabilidade institucional no Terceiro Setor. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Os dados da pesquisa evidenciam que a transparência institucional é decisiva para o acesso a recursos e a sustentabilidade das OSC. Entidades que adotam práticas transparentes demonstram maior regularidade jurídica, participação em editais e capacidade de firmar parcerias. Assim, fortalecer a cultura da transparência no Terceiro Setor é essencial para sua viabilidade e impacto social.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Decreto nº 8.726, de 27/4/2016.
- BRASIL. Lei nº 13.019 de 31/7/2014.
- OLIVEIRA, E. A.; SOUSA, E. G. O Terceiro Setor no Brasil: avanços, retrocessos e desafios para as organizações sociais. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, Salvador, v. 4, n. 3, p. 181–199, set./dez. 2015.
- PINTO, L. H. C. et al. Transparência das OSC em Sabará e Região: resultados da pesquisa de campo – Projeto de Extensão Interdisciplinar PEXI 1/2025. Sabará: Faculdade de Sabará.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-083

DESAFIOS E PROPOSTAS PARA O FORTALECIMENTO DA TRANSPARÊNCIA NO TERCEIRO SETOR EM SABARÁ/MG

Luís Henrique Costa **PINTO** (Curso de Direito, Faculdade de Sabará)
 Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA**
 (Orientadora, Faculdade de Sabará)

Palavras-chave: Organização da sociedade civil, OSC, Transparência, Sustentabilidade

Agência de fomento: Faculdade de Sabará

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A sustentabilidade é um dos maiores desafios para as Organizações da Sociedade Civil (OSC). A Lei nº 13.019/2014, conhecida como o Marco Regulatório do Setor (MROSC), ao ser regulamentada pelo Decreto nº 8.726/2016, estabelece que as OSC devem ter ampla transparência nas suas atividades e valores arrecadados. Tal questão se mostra tão relevante ao passo que a falta de transparência foi fundamento jurídico para decisões recentes do STF (ADPF nº 854 e ADIs nº 7688, 7695 e 7697) bloquearam recursos de associações advindos de emendas parlamentares por falta de transparência. Neste sentido, a transparência se mostra um preceito imprescindível para a sustentabilidade das OSC.

OBJETIVOS: O presente trabalho tem como objetivo tecer breves considerações sobre os desafios das Organizações da Sociedade Civil em implementar a transparência e apontar algumas soluções.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: Para o desenvolvimento do presente resumo, foi utilizado o método descritivo, com maior enfoque em revisão bibliográfica sobre o tema.

RESULTADO E DISCUSSÕES: Partindo dessa premissa, foi realizada pela Faculdade de Sabará, em parceria com a Comissão de Direitos do Terceiro Setor da 114ª Subseção da OAB/MG uma Pesquisa de Campo sobre a transparência das OSC em Sabará e Região, com coleta de dados entre os meses de abril e maio de 2025. Os resultados revelaram um cenário de fragilidade institucional, especialmente no que tange à adoção de práticas de transparência. Percebeu-se três fatores preponderantes na manutenção desta realidade: falta de conhecimento jurídico-normativo, falta de capacitação técnica e resistência cultural. Em primeiro plano, destacou-se o baixo índice de conhecimento sobre as normas atuais vigentes, comprometendo gravemente a conformidade jurídica das OSC. Não obstante a vigência da Lei nº 13.019/2014 e do Decreto nº 8.726/2016, parcela significativa das entidades desconhece o Marco Regulatório (50%), o Mapa das OSC (62,5%), que é um portal de transparência do Governo Federal, e as decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (62,5%) que condicionam o repasse de recursos à transparência institucional. Porquanto esse desconhecimento inviabiliza o acesso a parcerias e editais, LEICHSENRING (et al., 2020, p. 30), aponta que a própria lei MROSC estimula a capacitação e o incentivo às OSC para que cooperem com o Estado determinando ainda a edição de manuais com linguagem acessível e procedimentos simplificados. Outrossim, em outra vertente, a falta de capacitação técnica revela-se como entrave prático à operacionalização das ferramentas de transparência. Neste sentido, cerca de 75% das entidades alegaram não possuir colaboradores aptos a realizar o preenchimento de dados. Insta destacar que "a capacitação jurídica das OSC sobre a lei é entendida como condição fundamental para a efetividade das inovações introduzidas" (LEICHSENRING et al., 2020, p. 22), sendo imperioso o desenvolvimento de programas formativos contínuos e acessíveis, com apoio técnico e jurídico. Por fim, cumpre apontar o fator cultural como elemento que dificulta a consolidação da transparência como valor organizacional. As OSC com mais de 10 anos de existência demonstraram menos conhecimento sobre o MAPA das OSC e pior índice de acesso por seus colaboradores do que as OSC com menos tempo de existência, por exemplo. Logo, tem-se que a cultura da transparência no setor ainda é um desafio, haja vista ser algo recente, mesmo na legislação pátria. LEICHSENRING (et al., 2020, p. 103) aponta que "a nova legislação representaria uma mudança de paradigma que exigiria tempo e, principalmente, mudança de cultura".

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A pesquisa evidenciou que é necessário fortalecer a transparência institucional nas organizações de Sabará e região, por meio de ações integradas de formação, capacitação e promoção de uma mudança cultural gradual, conforme previsto no próprio Marco Regulatório das OSC.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Decreto nº 8.726**, de 27/4/2016.
 BRASIL. **Lei nº 13.019**, de 31/7/2014.
 LEICHSENRING, Alexandre Ribeiro et al.; SOUZA, Aline Gonçalves de (Coord.). **Marco regulatório das organizações da sociedade civil: avanços e desafios**. São Paulo: CUM: FGV Direito SP, 2020.
 PINTO, L. H. C. et al. **Transparência das OSC em Sabará e Região: resultados da pesquisa de campo - Projeto de Extensão Interdisciplinar PEXI 1/2025**. Sabará: Faculdade de Sabará.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-084

DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS MICROEMPRESAS (MEs) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPPs) NA APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES (LEI Nº 14.133/2021)

Wallace Mota **FERNANDES**
 (Curso de Direito, UNIFAGOC, Ubá-MG)
 Marcelo Maranhão **SIMÕES** (Orientador, UNIFAGOC, FDV)

Palavras-chave: Compras governamentais, Microempresas, Nova lei de licitações, Tratamento diferenciado

Agência de fomento: ---

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) reconfigurou as contratações públicas, gerando impactos diretos sobre as Microempresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs). Sendo estes negócios cruciais para a economia, é vital analisar se a nova legislação preserva o tratamento diferenciado que lhes é garantido pela Lei Complementar nº 123 (BRASIL, 2006). Tal tratamento é uma aplicação da isonomia material, que visa reequilibrar a competição com grandes corporações, garantindo que empresas com menos recursos participem de forma mais justa. O estudo investiga se as novas exigências, embora modernizadoras, acabam por criar barreiras que limitam a competitividade e a participação efetiva das MEs e EPPs nas compras governamentais.

OBJETIVOS: O objetivo geral foi analisar a compatibilidade da Lei nº 14.133 (BRASIL, 2021) com o tratamento diferenciado previsto para as MEs e EPPs. Os objetivos específicos foram: identificar as disposições da nova legislação que impactam esse tratamento; avaliar se seus mecanismos garantem a efetividade da Lei Complementar nº 123 (BRASIL, 2006); e analisar os efeitos práticos das novas normativas na participação das pequenas empresas nos certames.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: A pesquisa teve como base a análise documental e bibliográfica da legislação pertinente, como a Constituição Federal, a LC nº 123 (BRASIL, 2006) e a Lei nº 14.133 (BRASIL, 2021). O estudo foi aprofundado com a consulta a artigos científicos, livros e dados de órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Confederação Nacional de Municípios (CNM), para confrontar a norma com os desafios práticos de sua implementação.

RESULTADOS: A análise demonstrou que, formalmente, a Lei nº 14.133 (BRASIL, 2021) mantém os principais benefícios às MEs e EPPs, como a regularização fiscal tardia e os critérios de desempate. Contudo, a efetividade prática desses direitos é limitada por barreiras significativas. A principal delas é a exclusão digital: a exigência de Certificado Digital (e-CNPJ), o custo associado e a dependência de internet de qualidade, inacessível em muitas localidades, dificultam o acesso ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). A falta de capacitação técnica dos empresários para operar as plataformas digitais também resulta em desclassificações. Conforme levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM, 2023), menos de um terço dos municípios implementou a lei no prazo, e o Tribunal de Contas da União (TCU) apontou falhas em mais de 86% dos registros no PNCP, o que compromete a transparência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Conclui-se que a compatibilidade entre as leis é apenas formal, pois a eficácia do tratamento diferenciado depende de fatores externos à norma. A previsão legal, isoladamente, não garante a inclusão das pequenas empresas. Para que isso ocorra, são necessárias políticas públicas robustas de capacitação e inclusão digital. Propõe-se a criação de programas municipais de treinamento, a ampliação do suporte técnico das "Salas do Empreendedor" para licitações, o uso de editais padronizados para simplificar os processos e o fortalecimento de parcerias com entidades como o SEBRAE para capacitar e divulgar as oportunidades aos negócios locais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em: 8 set. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei14133.htm. Acesso em: 8 set. 2025.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). **Levantamento aponta desafios dos municípios para aplicação da Nova Lei de Licitações**. Agência CNM de Notícias, 2023. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/agencia-cnm-de-noticias>. Acesso em: 8 set. 2025.

Área de conhecimento do CNPq: 6.02.03.00-5 –
 Administração de Setores Específicos

EVOLUÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE) EM UMA MICROEMPRESA DO SETOR AUTOMOBILÍSTICO

Glauciele Macedo **OLIVEIRA** (Curso de Ciências Contábeis, FDV)
Carla Cristina da **SILVA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Evolução; DRE; Microempresa
Agência de fomento: FDV

RESUMO INTRODUÇÃO:

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é uma ferramenta contábil amplamente utilizada pelas entidades que buscam acompanhar sua situação financeira e econômica. Seu principal objetivo é apurar os lucros e prejuízos da empresa em determinado período, permitindo uma visão clara sobre o desempenho organizacional (COSTA; PRAZERES; FERREIRA e CARVALHO, 2016). No entanto, muitas empresas ainda enfrentam dificuldades em interpretar corretamente as informações apresentadas, o que pode comprometer a tomada de decisões gerenciais. Por meio da DRE, é possível identificar pontos fortes e fragilidades na gestão, possibilitando ajustes nas estratégias administrativas de forma mais ágil e eficiente. Segundo Marion (2003), a DRE é um instrumento essencial para avaliar o desempenho empresarial e a eficiência dos gestores em alcançar resultados positivos, tendo o lucro como objetivo central das organizações. **OBJETIVO:** Esta pesquisa tem como objetivo analisar e comparar as demonstrações financeiras de uma microempresa do setor automobilístico, com ênfase na evolução apresentada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A pesquisa possui natureza descritiva e adota uma abordagem quantitativa. Os dados foram obtidos a partir dos relatórios de demonstrações contábeis da microempresa referentes aos anos de 2018 e 2024, permitindo a análise comparativa de seu desempenho ao longo do período. **RESULTADOS:** As Demonstrações do Resultado do Exercício (DRE) da empresa referentes aos anos de 2018 e 2024 evidenciam a evolução das principais contas contábeis, destacando a eficiência da gestão em impulsionar o crescimento do lucro líquido. A seguir, apresenta-se a tabela com os dados comparativos:

TABELA 1: Ano de 2018 e 2024

DESCRIÇÃO	2018	2024
RECEITA BRUTA	560.000,00	740.000,00
(-) IMPOSTOS E DEDUÇÕES	28.000,00	29.600,00
RECEITA LÍQUIDA	532.000,00	710.400,00
(-) CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS (CMV)	336.000,00	392.400,00
LUCRO BRUTO	196.000,00	318.000,00
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	67.200,00	74.000,00
(-) DESPESAS COMERCIAIS	44.800,00	51.800,00
(-) DESPESAS GERAIS	33.600,00	37.000,00
LUCRO OPERACIONAL	50.400,00	155.200,00
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	8.400,00	5.900,00
LUCRO ANTES DO IR	42.000,00	149.300,00
IR E CSLL	6.300,00	22.395,00
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	35.700,00	126.905,00

Entre 2018 e 2024, a empresa apresentou **crescimento consistente em seus resultados**. A **Receita Líquida** aumentou aproximadamente **33,5%**, impulsionada pelo maior volume de vendas e pela melhoria da eficiência operacional. O **Lucro Bruto** registrou elevação de **62%**, demonstrando maior controle dos custos e otimização do processo produtivo. Embora as **despesas operacionais** tenham aumentado, esse crescimento foi proporcionalmente inferior ao aumento da receita, o que evidencia uma **gestão mais eficiente e estratégica**. O **Lucro Líquido** apresentou expressiva valorização, passando de **R\$ 35.700,00** em 2018 para **R\$ 126.905,00** em 2024, o que reforça a eficácia da administração na geração de resultados sustentáveis. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A análise da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) da microempresa, no período de 2018 a 2024, evidenciou **crescimento expressivo nos resultados financeiros**, marcado pelo aumento da receita líquida e do lucro líquido. A gestão mostrou-se **eficiente no controle de custos e despesas**, refletindo uma **administração mais estratégica, orientada para resultados e sustentabilidade financeira**.

REFERÊNCIAS:

- MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- TAVARES, Robson Antonio; PRAZERES, Adailton Tavares dos; FERREIRA, Cairon Sena; CARVALHO, Matheus Garcia de. A análise da demonstração de resultado do exercício – DRE – como ferramenta de gestão para o administrador. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas**, v. 1, n. 1, p. 37-46, jan./fev. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.editoraenterprising.net/index.php/regmpe/article/download/72/49> Acesso em: 18/02/2025.

Área de conhecimento do CNPq: 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas - Ciências Contábeis

ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA BNCC: UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA DOCENTE

Thays Silva **PIMENTEL** (Curso de Pedagogia, FDV)
Renato Salles **MATTOS** (Orientador, FDV)
Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Meio ambiente, Habilidades da BNCC, Práticas pedagógicas
Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A preocupação crescente com as questões ambientais tem impulsionado discussões e práticas voltadas à construção de uma sociedade sustentável. Nesse contexto, a educação ambiental assume um papel fundamental, sendo reconhecida pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como tema transversal que deve permear todas as etapas da Educação Básica. Conforme a BNCC, “a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (Brasil, 2017, p. 10). Entretanto, sua efetiva inserção no cotidiano escolar ainda enfrenta desafios, como a ausência de recursos didáticos adequados, a carência de formação continuada para professores e a dificuldade em articular conteúdos de forma interdisciplinar. Diante disso, surge a necessidade de compreender: de que maneira os docentes têm incorporado os princípios da educação ambiental em suas práticas pedagógicas? **OBJETIVOS:** Analisar como os professores do ensino fundamental têm desenvolvido práticas pedagógicas relacionadas à educação ambiental a partir das diretrizes da BNCC, identificando avanços, limitações e possibilidades de aprimoramento. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e explicativo, realizada em uma escola pública de ensino fundamental no município de Viçosa-MG. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados entrevistas semiestruturadas com uma professora regente e observações em sala de aula, buscando captar estratégias e experiências relacionadas ao ensino da educação ambiental. **RESULTADOS:** Os dados revelaram que, apesar do reconhecimento da relevância da educação ambiental, sua prática efetiva ainda enfrenta obstáculos como a escassez de materiais pedagógicos e a falta de planejamento interdisciplinar. De acordo com Jacobi (2003, p. 195), “a educação ambiental é um processo que visa desenvolver a consciência crítica sobre a problemática ambiental e promover a participação cidadã na gestão do meio ambiente”. Essa visão reforça a necessidade de práticas mais engajadas e reflexivas no contexto escolar. A professora entrevistada apontou que as atividades realizadas, embora importantes, ainda são pontuais e necessitam de maior integração com os conteúdos curriculares. Loureiro (2004, p. 120) complementa essa perspectiva ao afirmar que “a educação ambiental deve ser entendida como um processo de formação de sujeitos ecológicos, capazes de refletir criticamente sobre a relação entre sociedade e natureza”. Verificou-se também a necessidade de ampliar a formação docente e investir em metodologias ativas, como projetos, estudos do meio e uso de tecnologias digitais, para tornar o ensino da educação ambiental mais significativo e contextualizado. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Constatou-se que a educação ambiental, quando integrada ao currículo escolar, pode favorecer a formação de sujeitos críticos, conscientes e engajados com a preservação do meio ambiente. Nesse sentido, Tamaio (2000, p. 195) destaca que “a educação ambiental pode ser uma ferramenta de mediação necessária para a construção de uma sociedade mais sustentável, pois promove a conscientização e a participação cidadã”. Entretanto, para que isso ocorra de forma efetiva, é essencial investir em políticas de formação continuada, no fortalecimento do planejamento interdisciplinar e na ampliação de práticas pedagógicas inovadoras. Dessa forma, a BNCC representa um importante guia para a inserção da temática ambiental, mas sua concretização depende diretamente do comprometimento dos professores, gestores, famílias e comunidade escolar em prol de uma cultura de sustentabilidade.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.
- JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação ambiental e a formação de sujeitos ecológicos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- TAMAIIO, Isabel Cristina de Moura Arvalho. Educação ambiental: uma ferramenta de mediação necessária. **Cadernos de pesquisa**, n. 118, p. 193-200, mar. 2000.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 – Educação

CHS-087

CONTAÇÃO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Thays Silva **Pimentel** (Curso de Pedagogia, FDV)
Renato Salles **MATTOS** (Orientador, FDV)
Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Contação de histórias, Desenvolvimento infantil, Educação infantil

Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A contação de histórias é uma prática pedagógica essencial na Educação Infantil, pois vai além do entretenimento e se configura como um recurso didático capaz de promover o desenvolvimento integral das crianças. De acordo com Albano (2018, p. 150), "a interação entre educador e criança na hora da leitura é fundamental para o desenvolvimento da linguagem e da cognição infantil", o que reforça a importância do papel mediador do professor durante esse processo. Embasada em teóricos como Vygotsky, Piaget e Bettelheim, a contação de histórias é vista como um instrumento formativo que conecta fantasia e realidade, permitindo que a criança compreenda emoções, reflita sobre situações do cotidiano e fortaleça sua relação com a leitura. Nesse sentido, Bettelheim (1996, p. 20) afirma que "as histórias infantis são importantes para o desenvolvimento emocional e social das crianças, pois elas fornecem modelos de comportamento e ajudam a lidar com os conflitos internos." Assim, coloca-se o problema a ser investigado: de que forma a contação de histórias contribui para o processo de aprendizagem e o desenvolvimento das crianças na Educação Infantil? **OBJETIVOS:** Analisar a contribuição da contação de histórias no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças da Educação Infantil, destacando seus benefícios para a aprendizagem, a formação de leitores e o fortalecimento da imaginação e da interação social. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com caráter descritivo, fundamentada em análise bibliográfica e em entrevistas realizadas com uma professora da Educação Infantil. Foram coletados dados a respeito da frequência da prática de contação, dos critérios de seleção das histórias, dos benefícios identificados e dos desafios enfrentados pelos educadores. **RESULTADOS:** A análise evidenciou que a contação de histórias é utilizada com frequência no cotidiano escolar, sendo reconhecida como prática relevante para ampliar o vocabulário, estimular a criatividade, desenvolver a atenção, a memória e o raciocínio lógico. Monte e Búrigo (2003) apontam que "o contato precoce com a literatura pode ter um impacto significativo no desenvolvimento emocional e social das crianças, pois ela pode ajudá-las a lidar com os seus sentimentos e a desenvolver a empatia." Essa constatação reforça os resultados encontrados, evidenciando que a contação de histórias contribui para o desenvolvimento afetivo e relacional das crianças. Os dados indicaram ainda que a contação de histórias favorece a socialização, contribui para o desenvolvimento emocional e fortalece o vínculo das crianças com a leitura. Coelho (2000, p. 50) complementa ao afirmar que "a literatura infantil é um instrumento valioso para a formação da personalidade e do caráter das crianças, pois ela pode influenciar a sua visão de mundo e a sua relação com os outros." Entre os desafios, destacou-se a dificuldade de manter a atenção das crianças mais novas, demandando do educador estratégias lúdicas, recursos visuais e maior interação durante a narrativa. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que a contação de histórias é uma prática pedagógica indispensável na Educação Infantil, pois promove um aprendizado lúdico, significativo e integral. Além de estimular o prazer pela leitura desde cedo, ela contribui para a formação de leitores críticos, criativos e empáticos, capazes de interpretar e ressignificar suas experiências. Dessa forma, cabe ao educador reconhecer a contação de histórias como estratégia formadora e integrá-la de modo consciente ao processo de ensino-aprendizagem, potencializando o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças.

REFERÊNCIAS:

1. ALBANO, Ronaldo. **Interação educador-criança na hora da leitura:** um estudo em creches públicas na cidade de João Pessoa-PB. 2018. 240 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) Universidade Federal da Paraíba.
2. BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise e a criança:** a importância das histórias infantis. São Paulo: Cultrix, 1996.
3. COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil:** teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna, 2000.
4. MONTE, V. B.; BÚRIGO, D. A. **O contato precoce com a literatura e seu impacto no desenvolvimento emocional e social das crianças.** São Paulo: Editora Pedagógica, 2003.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 – Educação

CHS-088

QUALIDADE DO ENSINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A RELAÇÃO DO PROFESSOR NESTE PERÍODO FORMATIVO

Cristiane Calixto de **SOUZA** (Curso de PEDAGOGIA, FDV)
Renato Salles **MATTOS** (Orientador, FDV)
Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Educação infantil, Pedagogia

Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A atuação de um educador qualificado e sensível nos anos iniciais da educação é decisiva para o desenvolvimento integral das crianças. Essa etapa representa o alicerce sobre o qual serão construídos não apenas os conhecimentos acadêmicos, mas também as competências emocionais, sociais e cognitivas que acompanharão o indivíduo ao longo de toda a vida. Mais do que ensinar conteúdos, o educador dos anos iniciais é um facilitador do aprendizado. A escuta atenta, o afeto e o respeito às diferenças são elementos fundamentais para fortalecer o vínculo entre educador e aluno, criando um espaço de confiança mútua e colaboração. Outro aspecto central da prática pedagógica nos anos iniciais é o desenvolvimento socioemocional. O educador atua como mediador das relações interpessoais, promovendo valores como empatia, solidariedade e respeito. Ao ajudar os alunos a reconhecerem e lidar com suas emoções, ele contribui para a construção de uma convivência saudável e para o fortalecimento da autoestima e da autorregulação emocional. Além disso, a parceria entre escola e família é indispensável. O educador que estabelece uma comunicação aberta e respeitosa com os responsáveis potencializa os resultados do processo educativo. Essa colaboração permite compreender melhor o contexto de cada criança e construir estratégias mais eficazes para seu desenvolvimento. Em suma, um educador comprometido e preparado nos anos iniciais da educação tem um papel transformador. **OBJETIVOS:** Destacar a importância do educador nos anos iniciais para o desenvolvimento integral da criança e para a qualidade da educação. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A pesquisa foi realizada por meio da observação participante em sala de aula, permitindo acompanhar de forma direta e ativa a prática pedagógica do educador nos anos iniciais. Durante o período de observação, buscou-se registrar as interações entre professor e alunos, atentando para aspectos cognitivos, emocionais e sociais presentes no processo de ensino-aprendizagem. A metodologia possibilitou compreender como o educador, ao mediar atividades e situações cotidianas, contribui não apenas para o desenvolvimento acadêmico, mas também para a formação integral da criança. Esse procedimento garantiu uma análise mais próxima da realidade escolar, evidenciando o papel do professor como agente de inspiração, acolhimento e transformação na trajetória educacional dos estudantes. **RESULTADOS:** As crianças reagiram com interesse e participação à leitura da história, relacionando a narrativa com suas próprias experiências familiares. Mostraram entusiasmo ao reconhecer elementos do seu cotidiano e expressaram vontade de compartilhar saberes da comunidade, o que favoreceu diálogo, identidade cultural e maior envolvimento no aprendizado. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 – LDB (1996) destaca "Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais" (BRASIL, 1996, p. 22). **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante do que foi exposto, é evidente que a presença de um bom educador nos anos iniciais do ensino é essencial para o desenvolvimento integral da criança. É nesse período que se formam as bases cognitivas, emocionais e sociais que acompanharão o indivíduo por toda a vida. Um educador comprometido, sensível às necessidades dos alunos e preparado pedagogicamente faz toda a diferença na construção do conhecimento e na formação de cidadãos críticos e conscientes. Investir na valorização e na formação contínua dos professores dos anos iniciais é, portanto, um passo fundamental para garantir uma educação de qualidade. Reconhecer o papel estratégico desses profissionais é também reconhecer a importância de uma infância bem assistida no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS:

1. BRASIL. **LEI 9.394** de 20 de dezembro de 1996.
2. GADOTTI, Moacir. **Educação e poder:** introdução à pedagogia do conflito. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
3. LIBÁNEO, José Carlos. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.
4. MASSON, Gisele. **As contribuições do método materialista histórico e dialético para a pesquisa sobre políticas educacionais.** IX ANPED SUL – Seminário de Pesquisa em: http://www.ucs.br/anpedsul/paper/view_File. Acesso em: 08.12.2017. Acesso em: 28 jun. 2024.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 – Educação

PAPEL DA EDUCAÇÃO NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Cristiane Calixto de **SOUZA** (Curso de Pedagogia, FDV)
Renato Salles **MATTOS** (Orientador, FDV)
Raja Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Violência contra a mulher, Mulher, Educação
Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A violência contra a mulher é um problema social e estrutural que afeta milhões de pessoas em todo o mundo, comprometendo direitos fundamentais e perpetuando desigualdades de gênero. Diante desse cenário, a educação surge como um instrumento essencial para a transformação cultural e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Por meio de práticas educativas que promovem a conscientização, o respeito às diferenças e a desconstrução de estereótipos, é possível abordar as raízes do problema, sensibilizar as novas gerações e empoderar as mulheres. Falar sobre a violência contra a mulher tem o objetivo de conscientizar a sociedade sobre a gravidade e a prevalência desse problema, além de promover ações de prevenção, apoio e proteção às vítimas. Ao discutir o tema, busca-se sensibilizar as pessoas para as diversas formas de violência (física, psicológica, sexual, patrimonial, entre outras), destacar as consequências devastadoras para as vítimas e suas famílias, e reforçar a importância de políticas públicas e a atuação de instituições para combater e erradicar a violência. A educação e a sensibilização coletiva são fundamentais para mudar mentalidades e atitudes que sustentam a violência de gênero. Essa abordagem preventiva é fundamental para romper ciclos de violência e consolidar valores de igualdade e respeito. Por isso, a esse tipo de violência há outras questões arraigadas que precisam ser também trabalhadas, sendo que uma dessas dimensões é a o papel da educação escolar para o enfrentamento desse problema. **OBJETIVOS:** Apontar e analisar de forma crítica e humanizada as possíveis ações que as escolas podem adotar para combater a violência contra a mulher, valorizando o papel da educação na construção de uma cultura de respeito, igualdade de gênero e empatia, a fim de contribuir para a formação de cidadãos conscientes, capazes de prevenir e enfrentar situações de violência na sociedade. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A pesquisa foi desenvolvida por meio de observação participante, permitindo uma aproximação direta com a realidade escolar e a identificação de práticas, atitudes e interações relacionadas ao tema da violência contra a mulher. Esse método possibilitou compreender de maneira mais profunda como a escola lida com a temática, tanto nas atividades pedagógicas quanto nas relações cotidianas, além de favorecer uma análise crítica sobre as ações que podem ser implementadas para a promoção da igualdade de gênero e da cultura de respeito. **RESULTADOS:** A apresentação sobre os tipos de violência contra a mulher despertou interesse e reflexão entre os alunos, que puderam reconhecer formas de violência muitas vezes naturalizadas no dia a dia. Observou-se surpresa diante de conceitos pouco conhecidos, como a violência patrimonial, e abertura para o diálogo sobre igualdade de gênero. A atividade mostrou que práticas educativas contribuem para a conscientização e têm potencial de prevenir e combater a violência contra a mulher. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A violência contra a mulher é uma consequência da formação da sociedade excludente, machistas e de raízes fortemente patriarcal, estamos falando de uma tipificação criminal que recai sobre a integridade feminina, mas também para os problemas psicológicos que uma família marcada por episódios fortes e opressores. Então, a escola tem que encontrar possibilidades para enfrentar a violência contra a mulher, sendo que isso deve se dar por meio de práticas pedagógicas e planejamento que possibilitem dialogar e trazer debates sobre a desigualdade, pluralidade e estímulo ao respeito de gênero. É importante que o espaço escolar crie itinerários permanentes para promoção do empoderamento coletivo de meninas em uma metodologia ativa e reflexiva. É necessário que criem e supervisionem políticas públicas educacionais de formação de professores que abordem a temática da violência contra a mulher, essa ação Pública necessita ser de desconstrução e que rompa modelos de masculinidades tóxicas.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: https://cursos.fdr.org.br/pluginfile.php/1251708/mod_resource/content/2/2-Papel-do-Homem-compactado.pdf. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Casa Civil, 1988. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>. Acesso em: 16 de setembro de 2024.
- CERISARA, A. B. **Professoras de educação infantil: entre o feminino e o profissional**. Coleção Questões da Nossa Época. São Paulo: Cortez, 2002.
- GADOTTI, Moacir. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 – Educação

CONSTRANGIMENTO DE PRESO OU DETENTO: ANÁLISE DO ART. 13 DA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE

Rubens de Souza Ribeiro da **SILVA** (Curso de Direito, FDV)
Diogo Abdo **JORGE** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Abuso de autoridade, Constrangimento, Preso, Detento, Dignidade humana
Agência de fomento: FDV

RESUMO: O presente artigo tem por finalidade examinar o crime de constrangimento de preso ou detento, previsto no artigo 13 da Lei nº 13.869/2019, conhecida como Lei de Abuso de Autoridade. O dispositivo busca impedir práticas abusivas cometidas por agentes públicos contra pessoas privadas de liberdade, assegurando o respeito à dignidade da pessoa humana e aos direitos fundamentais. O estudo apresenta os principais elementos do tipo penal, suas três formas de execução, a distinção entre "preso" e "detento", e as diferenças em relação ao crime de tortura-confissão. Por fim, demonstra-se que a norma representa instrumento essencial de controle do poder estatal e de proteção da integridade física e moral dos custodiados. **INTRODUÇÃO:** A Lei nº 13.869/2019 consolidou o dever de responsabilizar autoridades que ultrapassam os limites de suas atribuições. Seu artigo 13 tipifica o crime de constrangimento de preso ou detento, assegurando que o poder estatal seja exercido de forma compatível com os direitos fundamentais e com o princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal. Mesmo sob custódia do Estado, o indivíduo continua a titular de direitos que não podem ser suprimidos. A norma, portanto, reafirma que a restrição da liberdade não autoriza práticas arbitrárias, e que o exercício da autoridade deve observar o respeito à condição humana do preso. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** O artigo 13 da Lei de Abuso de Autoridade estabelece que incorre em crime quem constranger o preso ou o detento, mediante violência, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência, a: (I) exibir-se à curiosidade pública; (II) submeter-se a situação vexatória ou constrangimento não autorizado em lei; ou (III) produzir prova contra si ou contra terceiro. O verbo "constranger" exprime a ideia de forçar alguém a agir contra sua vontade. Trata-se de tipo próprio, pois somente pode ser cometido por autoridade ou agente público no exercício da função. A distinção entre preso e detento é meramente situacional: o primeiro é aquele cuja prisão já foi formalizada; o segundo, quem se encontra privado de liberdade antes da formalização do ato, como logo após o flagrante (ESTEFAM, 2023). **FORMAS DE CONDUTA:** A norma prevê três condutas típicas. A primeira proíbe a exposição do preso à curiosidade pública, situação que ocorre quando a imagem do custodiado é divulgada sem justificativa legítima, apenas por interesse midiático ou pessoal do agente. Conforme observa Foureaux (2020), não há crime quando a divulgação atende a finalidade pública relevante, como a localização de foragidos perigosos. A segunda modalidade veda a submissão do preso a situação vexatória ou constrangimento não autorizado, como obrigá-lo a atos humilhantes ou empregar algemas fora das hipóteses legais. A Súmula Vinculante nº 11 do STF determina que o uso de algemas é admissível apenas em casos de resistência, tentativa de fuga ou risco à integridade física do custodiado ou de terceiros. Por fim, a terceira modalidade tutela o direito do preso de não ser obrigado a produzir provas contra si, expressão do princípio *nemo tenetur se detegere*. **DISTINÇÃO COM A TORTURA-CONFESSÃO:** O crime do artigo 13 difere da tortura-confissão, prevista no artigo 1º, inciso I, da Lei nº 9.455/1997. O constrangimento de preso é crime próprio, de mera conduta, que se consuma com o simples ato abusivo da autoridade, não sendo necessário o resultado de sofrimento físico ou mental. Já a tortura exige a produção de dor ou aflição, possuindo natureza de crime comum e sanção mais severa. Enquanto a tortura tem como finalidade a obtenção de confissão, informação ou declaração, o constrangimento pune a ação arbitrária da autoridade em si, bastando o abuso de poder (BARROS, 2022). **CONCLUSÃO:** O artigo 13 da Lei nº 13.869/2019 representa importante mecanismo de limitação do poder estatal, assegurando que o exercício da autoridade pública se mantenha dentro dos marcos legais e constitucionais. Mesmo diante de indivíduos privados de liberdade, o Estado não se exime do dever de respeito à dignidade humana. A criminalização do constrangimento de preso ou detento reforça o compromisso do ordenamento jurídico brasileiro com os valores do Estado Democrático de Direito, evitando que o poder punitivo se converta em instrumento de humilhação ou opressão. A norma, portanto, reafirma a supremacia dos direitos fundamentais frente ao arbítrio e constitui avanço no processo de humanização do sistema penal.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Lei nº 13.869/2019. Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade. Diário Oficial da União, Brasília, 2019.
- BRASIL. Lei nº 9.455/1997. Define os crimes de tortura. Diário Oficial da União, Brasília, 1997.
- FOUREAUX, Rodrigo. **Comentários à Lei de Abuso de Autoridade**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020.
- ESTEFAM, André. **Direito penal: parte especial**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.
- BARROS, Flávio Augusto Monteiro de. **Direito penal: parte especial**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

ATO OBSCENO (ART. 233 DO CÓDIGO PENAL): ANÁLISE DOUTRINÁRIA E JURISPRUDENCIAL

Rubens de Souza Ribeiro da **SILVA** (Curso de Direito, FDV)
Diogo Abdo **JORGE** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Ato obsceno, Direito penal, Moralidade pública
Agência de fomento: FDV

RESUMO:

O presente artigo tem como finalidade examinar o crime de ato obsceno, previsto no art. 233 do Código Penal. A investigação aborda os principais aspectos do tipo penal - objeto jurídico, sujeitos, formas de prática e natureza -, enfatizando o entendimento doutrinário a respeito da matéria. A discussão apoia-se especialmente nas contribuições de Flávio Augusto Monteiro de Barros e André Estefam, que oferecem parâmetros seguros para identificar quando determinada conduta pode ser considerada obscena. **INTRODUÇÃO:** O Direito Penal, enquanto mecanismo de tutela social, não se limita a resguardar bens de natureza individual, mas também valores coletivos indispensáveis à vida em sociedade. Entre eles encontra-se a moralidade pública sexual, salvaguardada pelo art. 233 do Código Penal, que tipifica o chamado "ato obsceno". Mais do que sancionar condutas isoladas, a norma busca preservar o pudor médio da coletividade, evitando a exposição pública de comportamentos ofensivos à decência e à dignidade. A pesquisa pretende analisar esse instituto a partir da doutrina, com destaque para os entendimentos de Flávio Augusto Monteiro de Barros e André Estefam, que apresentam visões complementares sobre a extensão desse crime. **DESENVOLVIMENTO:** O bem jurídico protegido pelo art. 233 é a moralidade sexual coletiva, compreendida como o conjunto de padrões de pudor e respeito que a sociedade, em determinado momento histórico, considera adequados em espaços de convivência social (BARROS, 2021). Trata-se de crime comum, de modo que qualquer pessoa pode figurar como sujeito ativo, enquanto o sujeito passivo não é individualizado, mas sim a coletividade, já que o valor tutelado é difuso (ESTEFAM, 2022). Quanto ao conceito de ato obsceno, (BARROS, 2021) ensina que "ato obsceno é todo aquele ofensivo ao pudor do homem médio. Não precisa ter caráter sexual, mas deve estar relacionado aos órgãos sexuais". São exemplos recorrentes a exibição de genitais, a nudez em locais de acesso coletivo ou mesmo a micção em plena via pública. (ESTEFAM, 2022). complementa que "a obscenidade deve ser compreendida sob o prisma do homem médio e em conformidade com o contexto social e cultural, variando conforme os costumes da coletividade". Assim, percebe-se que o conceito é dinâmico e acompanha as transformações sociais. Não se enquadram no tipo penal a simples exibição de revistas pornográficas ou o uso de expressões de caráter sexual, já que o delito exige um ato corporal relacionado ao pudor (BARROS, 2021). No que tange ao local da prática, exige-se que a conduta seja realizada em espaço público, aberto ao público ou exposto ao público. Isso abrange ruas, praças, praias, teatros, estádios, cinemas e até mesmo ambientes privados visíveis ao público, como um quarto com janela voltada para a rua ou um quintal à vista de transeuntes. **CONCLUSÃO:** A análise do art. 233 do Código Penal demonstra que o legislador buscou resguardar a moralidade pública sexual, valor essencial à convivência social. O ato obsceno caracteriza-se por comportamentos ligados aos órgãos sexuais que ofendem o pudor médio, desde que praticados em local público, aberto ou exposto ao público. A doutrina de Flávio Augusto Monteiro de Barros fornece parâmetros objetivos para definir a obscenidade, enquanto Estefam destaca a necessidade de considerar os costumes e a realidade social do momento histórico. Assim, conclui-se que a norma penal não pretende punir a sexualidade em si, mas sim proteger a coletividade e a dignidade social, reafirmando a relevância do tipo penal como instrumento de tutela da moral pública.

REFERÊNCIAS

1. BARROS, Flávio Augusto Monteiro de. **Curso de direito penal:** parte especial. São Paulo: Saraiva, 2021.
2. ESTEFAM, André. **Direito penal:** teoria e prática. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR

Larissa Gabrieli dos **SANTOS** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Investigação preliminar
Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A investigação preliminar é um meio pelo qual o Estado, no âmbito do Direito Penal e Processual Penal, realiza a apuração inicial de fatos que possam caracterizar uma infração penal. Por meio de seus órgãos, o Estado busca reunir provas e informações que permitam verificar se tais acontecimentos configuram algum crime previsto na legislação vigente. Como destaca GRECO (2023, p. 128), a investigação preliminar tem a função de subsidiar a atuação do Ministério Público, evitando acusações infundadas e garantindo a observância dos direitos fundamentais do investigado. Além disso, a investigação preliminar possui grande relevância para o Estado, pois permite que ele obtenha informações de forma fundamentada. Contudo, é essencial que prevaleça o respeito ao devido processo legal, assegurando que todos os envolvidos tenham suas garantias preservadas. Aliás, sob o ponto de vista social e jurídico o Estado atua de forma responsável e tutelar promovendo o equilíbrio entre o interesse público e a proteção individual. Destarte, de acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 3º inciso IV afirma que "é o objetivo do Estado promover o bem de todos". Assim, é imperioso esclarecer que tal magistério, utilizando de seus meios para a resolução de conflitos proporcionará a sociedade mais apoio emocional efetivo. **OBJETIVOS:** o presente trabalho teve como objetivo tecer uma breve análise do tema, bem como evidenciar a investigação preliminar. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Utilizar-se-á o método argumentativo e descritivo para a breve discussão sobre a temática. **RESULTADO E DISCUSSÕES:** Foi possível observar que a investigação preliminar é amplamente utilizada para reunir elementos iniciais que auxiliam a atuação do Ministério Público. Ademais, apesar de ser uma fase inicial ela proporcionará os mecanismos de proteção ao investigado. Contudo, de acordo com Rogério Sanches (p. 20, 2012) o Sistema Misto trata-se da mescla entre o sistema inquisitivo e o acusatório. É o sistema adotado pelo Brasil. Há uma primeira fase inquisitória, com produção de elementos da prova angariados pela polícia sem contraditório e sem a ampla defesa que podem ser utilizados pelo juiz na sentença final acusatória desde que aliados a outras provas produzidas durante o processo, sob o manto do contraditório. Ademais, a presença da fase de investigação feita pela polícia sem a garantia do contraditório, por si só, já escancara a opção nacional pelo sistema misto. Dessa forma, é importante esclarecer que não há apenas um sistema processual no processo Penal. Ademais, os sistemas são fundamentais para que os indivíduos possam compreender de que forma foi estruturado o nosso ordenamento jurídico- processual penal. São sistemas que regem o Processo Penal: Sistema inquisitório no qual define que as funções das defesas e julgamento se encontram no magistrado e possui o nome de juiz inquisidor, o sistema acusatório que rege deveres de acusação defesa e julgamento, aliás o Ministério Público acusa, o advogado faz a defesa e o magistrado faz a sua decisão colocando fim ao conflito no processo, e o misto, no qual, anteriormente ocorreu sua explicação. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Destarte, conclui-se que a investigação preliminar, de certo modo possui o objetivo de fazer conclusão definitiva de fatos e encontrar a verdade através de seus profissionais especializados pelo Estado. Efetivando tais medidas será possível que todos tenham os seus direitos respeitados.

REFERÊNCIAS:

1. BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal:** parte geral. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2022
2. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 out. 2025.
3. GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal – Parte Geral.** 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.
4. SANCHIS, Rogério; MARQUES, Ivan Luiz. **Saberes do Direito – Processo Penal 1** [Coleção Saberes do Direito, n. 10]. São Paulo: Editora Atlas, 2012

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-093

PAPEL DO DIREITO PENAL NA PROTEÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Larissa Gabrieli dos **SANTOS** (Curso de Direito, FDV)
Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Direito penal, Proteção, Dignidade
Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A dignidade da pessoa humana constitui o núcleo essencial do Estado Democrático de Direito e o fundamento no qual se ergue toda a população jurídica brasileira. O Direito Penal assume relevante papel através do governo, nas resoluções de conflitos tutelares, com o objetivo de compor uma convivência social. A intervenção Penal é repressiva, porém, deve ser usada como última ratio, sendo o último recurso usado diante as graves violações de Direitos. Conforme Luiz Flávio Gomes (2019) o Direito Penal não pode ser instrumento de opressão, mas proteção da liberdade do indivíduo. Segundo o autor, o Direito Penal é visto como uma tutela na sociedade. Observa-se que ele possui uma “relação” entre humanidade e punição. Ademais o seu compromisso com o Estado é reger a justiça de forma proporcional e o respeito com cada ser humano incluso ao órgão governamental. A partir desse equilíbrio que a dignidade da pessoa humana, na visão do Direito Penal, será feita a missão de instituir a tutela jurisdicional. De acordo com Rogério Grego (2020) o Direito Penal moderno não pode ser entendido apenas como mecanismo de afirmação da justiça e da proporcionalidade. Segundo Rogério é relevante que o Direito seja compreendido como uma estrutura ampla. **OBJETIVOS:** o presente trabalho teve como objetivo tecer uma breve análise do tema, bem como esclarecer o papel do Direito Penal na proteção da dignidade da pessoa humana. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Utilizar-se-á o método argumentativo e descritivo para a breve discussão sobre a temática. **RESULTADO E DISCUSSÕES:** Os resultados obtidos a partir da reflexão sobre o tema evidenciam que o Direito Penal quando está devidamente aplicado na esfera jurídica é visto como instrumento de reafirmação da dignidade da pessoa humana. Promovendo o respeito e tutela aos bens jurídicos expressamente reconhecidos pela Constituição Federal de 1988. Contudo, ocorre os desafios diante as punições que são realizadas no órgão estatal, no qual preza pela paz interna e externas nas cidades e instituições. Segundo Rogério Sanches (2023) a manutenção da paz social, que propicia a regular convivência humana em sociedade, demanda a existência de normas destinadas a estabelecer diretrizes que, impostas aos indivíduos, determinam ou proíbem determinados comportamentos. De acordo com o autor a paz social prevalecerá com as regulamentações corretas. Quando violadas as regras de condutas, surge para o Estado o poder (dever) de aplicar as sanções, civis e/ou penais. É fundamental esclarecer que diante as ocorrências do dia a dia é dever do Estado aplicar as normas, visto que, em uma sociedade as regras prevalecem inclusas a dignidade da pessoa humana nos demais casos. Entretanto, percebe-se que, na prática, o sistema penal brasileiro ainda enfrenta desafios quanto à efetiva concretização desse ideal. Questões como o encarceramento em massa, a seletividade penal e a morosidade processual demonstram que a aplicação da lei nem sempre reflete o compromisso com a dignidade humana. Nesse sentido, Bitencourt (2018) adverte que a pena deve ser compreendida não como instrumento de vingança estatal, mas como meio de reeducação e reintegração do indivíduo à sociedade. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Destarte, conclui-se que é dever do Estado aplicar as normas penais de forma justa, racional e humanizada assegurando que prevaleça o respeito à dignidade da pessoa humana como valor supremo do ordenamento jurídico.

REFERÊNCIAS:

1. BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito penal*: parte geral. 28. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2022.
2. GRECO, Rogério. *Curso de direito penal*: parte geral. 22. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2020.
3. MEGALIVRO. *Curso de direito penal*: parte geral. Disponível em: <https://www.megalivro.com.br/arquivo/Modulo27/Registro329/soltas%20PENAL%20GERAL.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.
4. SANCHES CUNHA, Rogério. *Manual de direito penal*: parte geral. 14. ed. rev. e atual. Salvador: JusPodivm, 2023

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-094

ESCOLA COMO ESPAÇO DE REEDUCAÇÃO E LUTA ANTIRRACISTA

Regiliane Maria Inácia **COELHO** (Curso de Pedagogia, FDV)
Renato Salles **MATTOS** (Orientador, FDV)
Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Educação, Escola, Antirracismo
Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A escola como espaço de formação e socialização, no processo de identidade e propagação de valores sociais, torna-se relevante em discussão sobre a educação no que tange ao racismo e à promoção da igualdade racial. Segundo Almeida, o racismo não é uma falha individual, mas algo solidificado da estrutura social. A cartilha dos Direitos Humanos traz o racismo como um sistema estrutural e histórico de dominação que precisa ser combatido, em suas práticas e políticas que perpetuam desigualdade social. É crucial cidadãos mais conscientes e engajados para combater a discriminação racial, políticas públicas sobre a inclusão e diversidade, exemplos concretos ao ensino da educação antirracista, com propostas que promovam um ambiente escolar sadio e justo a partir da orientação étnica. Para efetivação de uma equidade educacional e antirracista, é preciso uma fiscalização na implantação e cumprimento legal que garantam esses direitos constitucionais cultural citado na Lei 10.639, de 2003 que inclui a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Africana e Afrobrasileiras no currículo de ensino. **OBJETIVO:** O objetivo apontar melhores estratégias frente aos desafios na escola como espaço de reeducação e combate à propagação do racismo. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Metodologia da pesquisa com caráter explicativo, abordagem qualitativa. Instrumento para coleta de dados é questionário a professores de escolas em Piranga M.G, com análise no referencial teórico. **RESULTADO:** Diante de preconceitos e racismos estruturados socialmente, é imprescindível práticas pedagógicas antirracistas na Educação Infantil, como meio estratégico da escola, com impacto dessa prática na formação do sujeito. A escola vista como espaço de reeducação deve-se desde os anos iniciais trabalhar valores culturais e respeito às diferenças físicas, sociais, econômicas e culturais, pois é o espaço onde desde cedo as crianças vivenciam as primeiras experiências de racismo, fazendo com que esses obstáculos significativos à qualidade na aprendizagem e permanência de estudantes negros nas instituições sejam extintos. Gomes destaca que a escravidão foi o pilar fundador da sociedade brasileira e seu legado é a raiz do racismo estrutural e desigualdade social. As instituições devem trabalhar com afincos proporcionando um ambiente que dissipe o mal, o ódio, o preconceito, o racismo e a intolerância. O povo preto, povos de comunidades tradicionais, como ciganos e indígenas, embora numa sociedade democrática vivenciam todos os dias situações de preconceito e racismo. A tão sonhada democracia no país, muitas vezes é tida como máscara da realidade de discriminação sofrido pelo negro no país. Diante desafios enfrentados pelo negro respectivamente, no âmbito estudantil, é de suma importância fomentar encontros culturais, debates, levando para sala de aula adereços de diversidade cultural, palestras com pessoas de outras origens étnicas raciais. Em um país multicultural, incluindo pessoas refugiadas, de outras nacionalidades que também hoje sofrem racismo e preconceito, especialmente as crianças no âmbito escolar, muitas das vezes vítimas de xenofobia. A escola e a sociedade carregam em si um caráter historicamente racista da educação, se fazendo importante a construção de convivências salutaras promovendo reeducação e combate a práticas racistas no ambiente escolar. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Faz necessário na luta e combate ao racismo uma transformação em todas as áreas sociais. A luta de Malcolm X por reconhecimento e direitos humanos é o centro de sua obra, com a ideia de que a reivindicação por ser visto como um ser humano é crucial, mais do que debates sobre integração ou separação (X; HALEY, 2021). Sendo a educação um direito de todos cabe a todas as esferas lutar para que essa educação seja efetivada de maneira equânime, inclusiva e antirracista. Fazendo valer o direito do ensino de história e culturas africanas e afro-brasileiras no currículo das redes de ensino no Brasil.

REFERÊNCIAS:

1. ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaira, 2020.
2. **CARTILHA DS DIREITOS HUMANOS E COMBATE AO RACISMO**. Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos. Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul.
3. GOMES, Laurentino. *Escravidão*: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares, volume I. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.
4. HALEY, Alex. *Autobiografia de Malcolm X*. Rio de Janeiro: Record, 2021.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

CHS-095

VIDAS IDOSAS IMPORTAM! TERCEIRA IDADE E EDUCAÇÃO

Regiliane Maria Inácia **COELHO** (Curso de Pedagogia, FDV)
Renato Salles **MATTOS** (Orientador, FDV)
Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Terceira idade, Educação, Direito
Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: Faz-se relevante na atualidade, discussões sobre como são vistas as pessoas da melhor idade. O que pensam sobre elas, quem são, o que fazem, por que estão em nosso meio, porque são vistas estranhamente, por onde andam e como estão. O conceito que se têm sobre terceira idade, é que servem apenas como empecilho, como mão de obra e como inúteis. Diante dessa visão social empáfia e pedantismo, o idoso se aniquila, no menosprezo, ineficiência, uns em asilos ou casa de repouso, esquecidos ou lembrados no Natal. Essa discriminação e preconceito se manifesta no âmbito social, institucional, cultural, econômico e político. É deplorável quando mais se faz primordial o retorno social, este lhe é negado, sobretudo na saúde. Pelácios (1995) considera que o desenvolvimento do indivíduo ocorre através de etapas e cada uma apresenta tarefas a serem cumpridas pelo sujeito, ao longo da vida, com relação cultural, histórica e social, nas quais o sujeito vive e faz experiências individuais. O Estatuto da Pessoa Idosa assegura direitos a pessoas com 60 anos ou mais. Com garantia de proteção integral, prioridade e dignidade em vários aspectos.

OBJETIVO: O objetivo dessa pesquisa foi levar maior conscientização sobre o direito das pessoas idosas, buscar a expansão de serviços públicos específicos, com impacto na melhoria na qualidade de vida das pessoas idosas e redução da discriminação e exclusão. **ABORDAGEM**

METODOLÓGICA: Esta pesquisa apresentou uma natureza explicativa, foi uma pesquisa de campo, a abordagem foi qualitativa e o instrumento de coleta de dados foi entrevista, a moradores, professores e idosos, com base no referencial teórico. Contudo quanto mais referência, maiores serão o respeito e valorização desse público. **RESULTADO:** Valorizar e respeitar as pessoas idosas é essencial, pois elas carregam consigo uma riqueza de experiências, sabedoria e contribuições que são fundamentais para a construção de uma sociedade mais consciente e justa. A importância das vidas idosas se manifesta em diversos aspectos, como seus valores e contribuições individuais e coletivas, a experiência adquirida ao longo da vida, o papel social que desempenham, a preservação da história e da memória, além da importância social, do suporte familiar que oferecem e da rede de apoio que ajudam a sustentar. A integração social, os cuidados com a saúde, a prevenção de doenças e o bem-estar emocional também estão diretamente ligados à valorização da terceira idade. Envelhecer é uma trajetória natural e única, influenciada por experiências, estilo de vida, condições sociais e econômicas, que moldam a forma como cada pessoa percebe e vive a velhice (COUTO et al., 2008). Trata-se de uma vivência ao mesmo tempo individual e coletiva, pois, inevitavelmente, todos passarão por essa fase da vida. Por isso, ela requer respeito, empatia e atenção constante. A terceira idade representa a fase mais sensível e vulnerável da existência humana, exigindo, portanto, cuidado, proteção, valorização e respeito em todos os espaços da vida social como na infância. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A participação, convivência e interação com pessoas idosas estimula a vivência e faz vir à tona o que há de melhor dentro de cada ser humano. A interação entre idoso e criança faz-se necessária diante da experiência de vida, bagagem cultural e social, bem como seu impacto na vida infantil. Em publicação no Estadão, o Brasil vive uma crise no cuidado com as pessoas idosas e as vulneráveis vivem ao aquém. Contudo, faz-se necessário que, desde cedo, a escola retrate temas referentes à valorização e importância da terceira idade. Não se pode deixar de mencionar, nesta trajetória pedagógica, estratégias para bem se preparar para a chegada e vivência da velhice, desde uma educação financeira, seguro de vida, plano funerário e de saúde. Fará com que se tenha qualidade de vida, saúde, estabilidade financeira, independência social e autonomia para viver e usufruir da terceira e melhor idade.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 out. 2003.
- COUTO, Ana Lúcia Azeredo. **O processo de envelhecimento através do discurso de idosos.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- COLL, César; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- FERRARI, Leão. **Brasil vive uma crise de falta de cuidado de pessoas idosas.** Estadão, 27 mar. 2025.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

CHS-096

RELAÇÃO ENTRE PROFESSOR E ALUNO

Késia Maria Medeiro do **PRADO**
(Curso de Pedagogia, FDV)
Renato Salles **MATTOS** (Orientador, FDV)
Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chaves: Afetividade, Relação, Aprendizagem
Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: Uma boa relação entre professor e aluno é fundamental no processo de ensino-aprendizagem tanto do aluno quanto do professor. O diálogo entre ambos se faz muito importante, o aluno aprende a se relacionar de forma adequada com o ambiente escolar e com o mundo, a boa relação entre professor e aluno influencia diretamente no aprendizado, no comportamento e no desenvolvimento emocional do aluno. O professor melhora o clima em sala de aula, facilita o processo de ensino, gera satisfação pessoal e motivação, favorece o entendimento do aluno e contribuindo assim para o crescimento profissional do professor, por fim o professor aprende todos os dias algo novo com seus alunos, desde manifestações de afeto até aspectos relacionados ao ensino. Para WEISZ E SANCHEZ (2019, p. 85) "O professor mantém em suas mãos o pulso da afetividade e o olhar atento, para fazer as correções de rota necessárias". Cada estudante vive uma realidade e pertence a um grupo social diferente, no entanto, no ambiente escolar todos devem ser tratados com igualdade. Confirma FREIRE (1996, p.141) "a afetividade não se acha excluída da cognoscibilidade "isto é, o professor deve sim ter uma boa relação com seus alunos, mas de forma que não seja exagerada, pois senão os alunos iram fazer desta relação uma zona de conforto.

OBJETIVOS: Relatar como é a relação entre professor e aluno e buscar formas de aprimorar essa relação. **ABORDAGEM**

METODOLÓGICA: Foi desenvolvido um estudo de campo aliado a pesquisa na bibliográfica, de natureza descritiva e abordagem qualitativa, utilizando como instrumento de coleta um questionário padronizado, com perguntas abertas, aplicado à duas professoras da instituição de ensino. Os dados coletados em campo foram analisados à luz do referencial teórico. **RESULTADOS:** Os resultados da pesquisa relevam que o professor reconhece a importância de uma boa relação com o aluno, compreendendo que o bom diálogo entre os dois é muito significativa para o ensino-aprendizagem de ambos. Essa percepção vai ao encontro do que afirma BARBIERI (2009, p.84) "A ética pode ser considerada uma dimensão especificada da responsabilidade social "isso significa que a ética faz parte da responsabilidade social, pois é ela que orienta as ações justas, corretas e responsáveis, isso nos lembra de tratar todos de forma igualitária sem diferenciação, isso cabe tanto para o professor quanto para os alunos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O estudo permite concluir a importância da relação entre professor e aluno no ensino-aprendizagem de ambos, indo muito além somente do ensino de conteúdos. Essa relação contribui de forma significativa para o desenvolvimento cognitivo e social dos alunos. Foi possível observar que os professores compreendem essa relevância e buscam constantemente estreitar esse vínculo em suas práticas pedagógicas. Assim, fortalecer a relação entre professor e aluno é incentivar momentos de diálogo e troca na escola, proporcionando aos alunos uma experiência rica, sensível e significativa para sua infância e desenvolvimento. Esse processo prepara o aluno para o mundo é para relações com o próximo e com si mesmo de maneira mais empática, reflexiva e respeitosa.

REFERÊNCIAS:

- BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, E.R. **Responsabilidade empresarial e empresa sustentável:** da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2009.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- WEISZ, T. SANCHEZ, A. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem.** São Paulo: Ática, 2019.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

CHS-097

EDUCAÇÃO DO CAMPO

Késia Maria Medeiro do PRADO (Curso de Pedagogia, FDV)

Renato Salles MATTOS (Orientador, FDV)

Raja Reda Zorkot SAN'ANNA (Coorientadora, FDV)

Palavras-chaves: Educação do campo, Práticas, Retribuições**Agência de fomento:** FDV**RESUMO:**

INTRODUÇÃO: A Educação do Campo é uma educação oferecida ao cidadão e principalmente para a população rural, e sua finalidade é dar aos alunos uma educação escolar associada a vida, conhecimentos e cultura do campo. De acordo com RODRIGUES (2010, p. 1375) A Educação do Campo "Trata-se de uma política pública que possibilita o acesso de milhares de pessoas que vivem fora do meio urbano e que precisam ter esse direito garantido nas mesmas proporções em que é garantido para a zona urbana". A Educação do Campo é importante para o desenvolvimento da zona rural, ela nunca uma maior interação social, cultural e econômica. Ela forma o cidadão com saberes e habilidades para se manter no campo e buscar evoluções que desenvolvam a área rural. O campo era visto como um lugar atrasado e marginalizado, que servia apenas para a reprodução agropecuária, em que a cidade era o único espaço para ter acesso à educação. Cita BRASIL (2016) "A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Relacionando esse princípio a Educação do Campo, é possível compreender que toda a população deve ter acesso a uma educação de qualidade, que respeite suas realidades, valores e modos de vida, principalmente da população rural. **OBJETIVOS:** Relatar a importância da Educação do Campo para a sociedade e verificar suas práticas e contribuições para a vida do cidadão e sua região. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Foi desenvolvido um estudo de campo e pesquisa bibliográfica, de natureza descritiva e abordagem qualitativa utilizando como instrumento de coleta um questionário padronizado com perguntas abertas aplicados a dois professores da instituição de ensino. Os dados coletados em campo foram analisados à luz do Referencial Teórico. **RESULTADOS:** Os resultados da pesquisa relevam que os professores compreendem a importância da Educação do Campo para a sociedade, principalmente para a população rural. Segundo CALDART (2011, p. 42) "A educação do campo inicia sua atuação desde a radicalidade pedagógica destes movimentos sociais e entra no terreno movediço das políticas públicas, da relação com um projeto de sociedade que ela combate, se coerente for com sua materialidade e vínculo de classe de origem". Isso significa que a Educação do Campo é uma construção coletiva do povo do campo, que busca uma escola voltada para sua realidade, seus saberes e suas lutas, e não uma simples reprodução do modelo urbano. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O estudo permite concluir a importância da Educação do Campo para a sociedade e principalmente para a população rural, ela é uma educação formal associada a vida, conhecimentos e cultura do campo, e tem o intuito de formar o cidadão com habilidades e saberes rurais para desenvolver na sua propriedade e região. A Educação do Campo também contribui para que o cidadão busque uma maior interação social, cultural e econômica.

REFERÊNCIAS:

1. BRASIL. [Constituição (1988)] Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.
2. CALDART, Roseli Salete. *Por uma educação do campo: traços de uma identidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
3. RODRIGUES, Hansiliani Correia Cruz. *A educação do campo e seus aspectos legais*. Belo Horizonte: Escurece, 2010.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

CHS-098

NOME SOCIAL: UM DIREITO À IDENTIDADE E AO RESPEITO

Daniela de Cássia TEIXEIRA (Curso de Direito, FDV)

Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA (Orientadora, FDV)

Palavras-chaves: Nome social, Direito à identidade, Direito ao respeito
Agência de fomento: FDV**RESUMO:**

INTRODUÇÃO: É importante compreender que o nome social é diferente daquele que consta no registro civil da pessoa. Ele está diretamente relacionado à expressão e à identidade de gênero, correspondendo à forma como cada indivíduo se reconhece, é reconhecido, identificado e denominado em sua comunidade e em seu convívio social. Em geral, a maioria das pessoas trans usa o nome social coerente com sua construção identitária, revelando o tratamento que deseja quando abordada em qualquer situação. Assim, compreender e respeitar o uso do nome social é um passo essencial para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, que reconhece as diferentes formas de existir e expressar-se. A reflexão sobre o tema também contribui para desmistificar preconceitos e promover o direito à identidade, assegurado por princípios constitucionais e pela dignidade da pessoa humana. **OBJETIVO:** Avaliar como funciona, na prática, o processo de retificação do nome; identificar os principais obstáculos enfrentados; verificar se o procedimento é de acesso a todos os interessados e se as pessoas são tratadas com respeito durante o processo de retificação. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A partir da discussão proposta por este trabalho, as informações foram obtidas por meio de uma entrevista com Scarlet Lourenço, sendo o assunto de interesse sistematizado em perguntas previamente elaboradas. **RESULTADOS:** A análise se deu a partir das respostas fornecidas pela entrevistada Scarlet Lourenço, 45 anos, natural de Piranga (Minas Gerais) e residente em Viçosa há 30 anos. Em 2016, Scarlet foi apresentada ao Serviço de Assistência Jurídica Gratuita (Seajug) por uma amiga que havia realizado a retificação do nome na mesma instituição. Desde os 16 anos, a entrevistada já fazia uso do nome social e, com o passar do tempo, sentiu cada vez mais necessidade de ter o nome Scarlet oficialmente registrado em seus documentos. O processo durou dois anos e foi marcado por muita luta para garantir o que é um direito básico. Foram apresentadas provas de que Scarlet sofria bullying devido ao nome de batismo, além de testemunhos que confirmavam ser ela amplamente reconhecida socialmente como Scarlet. A entrevistada relatou ter enfrentado diversos episódios de preconceito e constrangimento por causa do nome social, especialmente durante atendimentos em hospitais e prontos-socorros. Dessa forma, a retificação do nome de registro representou a materialização de sua identidade, permitindo-lhe ser reconhecida oficialmente da mesma forma como já era reconhecida socialmente. Segundo Scarlet, ainda há falta de conhecimento e sensibilidade por parte das pessoas sobre a importância do respeito ao nome social, que, muitas vezes, parece ter relevância apenas para quem busca a retificação civil. No entanto, para quem vivencia essa realidade, trata-se de uma conquista pessoal profunda, que reflete não apenas o direito à identidade, mas também o direito de viver com felicidade e autenticidade. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Em vista do exposto, pontos relevantes a serem levantados são que, hoje, em comparação ao tempo indicado pela entrevistada, há maior facilidade na retificação do nome e no uso do nome social em ambientes públicos e privados, ainda que não registrado oficialmente, como ocorre com a possibilidade de uso do nome social por estudantes do ensino superior de instituições federais e estaduais brasileiras. Nesse sentido, a possibilidade e a garantia do uso do nome social, para além de um direito básico, constituem uma forma de combate ao preconceito, à opressão e à violência, além de representar um meio de se expressar livremente.

REREFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. LOURENÇO, Scarlet: entrevista [outubro 2025]. Entrevistadora: Daniela de Cássia Teixeira. Viçosa, 2025. **Questionário de perguntas.** Entrevista concedida para desenvolvimento de trabalho acadêmico do curso de Direito, FDV.
2. CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). **CFESS defende o uso do 'nome social'. Você sabe do que se trata?** Brasília, DF: CFESS, 2024. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/noticia/view/2171>. Acesso em: 01 out. 2025.

Área de conhecimento do CNPq: 7.09.00.00-0 - Ciência Política

CHS-099

PERCEPÇÃO DOS IMPACTOS DA CULTURA DE EXIBIÇÃO E VISIBILIDADE NA SOCIEDADE ATUAL EM UM PERFIL ESPECÍFICO DO INSTAGRAM

Joice Kamila Cândido **JERÔNIMO**
(Curso de Publicidade e Propaganda, FDV)
Alan de Freitas **BARBIERI** (Orientador, FDV)
Marcel Henrique **ANGELO** (Coorientador, FDV)

Palavras-chave: Influencers, Redes sociais, Transparência
Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Atualmente a sociedade é marcada pela necessidade de transparência, na qual a informação deve ser visível e acessível ao público. Nesse cenário, as plataformas de redes sociais têm uma função crucial na divulgação e criação de imagens. O foco principal da obra "Sociedade da Transparência" de Byung-Chul Han, é a análise da condição contemporânea na qual a transparência se tornou uma característica central da vida social. Han (2016), sustenta que, cada pessoa assume o papel de seu próprio agente publicitário, transformando-se em uma constante exibição de sua imagem. O consumo na era da transparência vai além de apenas um valor utilitário, focando especialmente no valor da visibilidade. A partir dessa abordagem, o estudo visa analisar as implicações desse contexto, incluindo a diminuição da privacidade. A pressão constante para que os indivíduos sejam verdadeiros e completamente transparentes pode resultar em altos níveis de ansiedade e na percepção de uma restrição e da liberdade pessoal. O Instagram, reconhecido como uma das principais plataformas de compartilhamento de imagens, desempenha um papel fundamental na maneira como percebemos e interpretamos essas representações visuais. **OBJETIVO:** Perceber os impactos da cultura de exibição e visibilidade na sociedade atual de um perfil específico do Instagram com nível de alcance acima de 100.000 seguidores. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** O presente estudo integra a utilização de um levantamento bibliográfico sob a percepção das contribuições teóricas sobre a sociedade da Transparência, (Han, 2016 e Vattimo, 1991) e a metodologia de estudo de caso de um perfil do Instagram específico com nível de alcance acima de 100.000 seguidores. Para a realização da percepção do conteúdo postado aplicou-se o método de determinação em um espaço de tempo específico. O intervalo de tempo cerceado definido foi entre os dias dez a vinte de maio de 2025. **RESULTADOS:** No que diz respeito à sociedade da transparência, as publicações deste perfil são estruturadas em diferentes facetas de sua vida pessoal, organizado estrategicamente, em táticas de engajamento persuasivas dirigidas ao perfil comportamental e cultural dos seguidores. Quanto a exposição midiática, percebeu-se o risco de gerar alusões dos conteúdos publicados à sua vida pessoal. Sobre a sociedade do espetáculo, foi anotado que o perfil percebido, emprega estratégias de comunicação e elementos visuais em suas postagens, objetivando produzir um verdadeiro espetáculo digital centrado no alcance quantitativo exponencial crescente de seguidores. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclusivamente foi percebido que se deve valorizar a eficácia comunicativa das redes sociais e a manifestação pessoal, ao passo que, esteja aliado uma perspectiva crítica e um equilíbrio saudável entre exposição e privacidade de vida pessoal. Ademais, é fundamental levar em conta a responsabilidade compartilhada na construção de um ambiente digital mais saudável e inclusivo, promovendo uma cultura de respeito, empatia e autenticidade nas relações na internet.

REFERÊNCIAS:

- HAN, Byung-Chul. **A sociedade da transparência**. Petrópolis: Vozes, 2016.
- VATTIMO, Gianni. **A sociedade transparente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Área de conhecimento do CNPq: 6.09.00.00-8 - Comunicação

CHS-100

FAKE NEWS E WHATSAPP: IMPACTOS DA DESINFORMAÇÃO NO PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO E OS DESAFIOS PARA A DEMOCRACIA

Maria Eduarda de Lima **ALVES**
(Curso de Publicidade e Propaganda, FDV)
Alan de Freitas **BARBIERI** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Whatsapp, Fake news, Eleições
Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: No Brasil, a circulação de fake news por meio do WhatsApp no processo eleitoral das eleições de 2018, essencialmente, em função do seu uso massivo como meio de comunicação entre familiares, grupos comunitários e, sobretudo, eleitores, revelou o alcance dessa prática: Disparos em massa de mensagens, financiamento privado de campanhas digitais e estratégias de marketing baseadas na pós-verdade marcaram profundamente o cenário político. **OBJETIVO:** Perceber os impactos da desinformação no processo eleitoral brasileiro e os desafios para a democracia. **METODOLOGIA:** A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e descritivo, fundamentada na análise de artigos científicos, livros e documentos oficiais. Foram utilizadas como principais referências os trabalhos de Sarlet e Siqueira (2020), Sparemberger e Silva (2021) e Schaefer et al. (2019), que discutem os impactos da desinformação, a regulação jurídica e o papel do WhatsApp nas eleições. A análise foi orientada pelo método dedutivo, partindo de conceitos teóricos gerais para compreender o caso brasileiro. **RESULTADOS:** Os estudos analisados apontaram que o WhatsApp, por seu caráter privado e criptografado, tornou-se um espaço privilegiado para a difusão de fake news durante o processo eleitoral. A combinação entre grupos numerosos, disparos em massa e vínculos de confiança entre usuários potencializou a circulação de conteúdos falsos, muitas vezes impossíveis de rastrear. Entre os principais efeitos observados destacam-se a polarização política, em que a desinformação reforça "bolhas de opinião" e câmaras de eco, dificultando o debate público baseado em fatos; a manipulação do eleitorado, na qual estratégias de marketing digital criam engajamento artificial e influenciam escolhas políticas sem transparência; a crise de confiança, já que a difusão de informações falsas mina a credibilidade das instituições eleitorais, da imprensa e da própria democracia; e os desafios regulatórios. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A disseminação de fake news pelo WhatsApp durante as eleições brasileiras representa um desafio direto à consolidação da democracia, colocando em risco a legitimidade do voto, aprofundando divisões sociais e fragilizando a confiança nas instituições. Embora medidas de regulação e fiscalização tenham avançado, persistem lacunas significativas na legislação e nos mecanismos de controle. Além disso, a solução não se limita ao campo jurídico: é fundamental investir em educação midiática, no fortalecimento do jornalismo profissional e em políticas de transparência das plataformas digitais. Portanto, enfrentar as fake news exige uma ação conjunta entre Estado, sociedade civil e empresas de tecnologia, de modo a preservar tanto a liberdade de expressão quanto a integridade do processo democrático.

REFERÊNCIAS:

- SARLET, Ingo Wolfgang; DE BITTENCOURT SIQUEIRA, Andressa. Liberdade de expressão e seus limites numa democracia: o caso das assim chamadas "fake news" nas redes sociais em período eleitoral no Brasil. **REI-Revista Estudos Institucionais**, v. 6, n. 2, p. 534-578, 2020.
- SPAREMBERGER, Raquel; DA SILVA, Ana Carolina Eid Soares. O impacto das fake news no processo eleitoral brasileiro. **Revista Reflexão e Crítica do Direito**, v. 9, n. 2, p. 251-277, 2021.
- CHAEFER, Bruno Marques; BARBOSA, Thais Aparecida Lemos; EPITÁCIO, Sheila de Souza Faria; RESENDE, Rafael Cezar. Qual o impacto do WhatsApp em eleições? Uma revisão sistemática (2010-2019). **Revista Debates**, v. 13, n. 3, p. 58-88, 2019.

Área de conhecimento do CNPq: 6.09.00.00-8 – Comunicação

CHS-101

REDES SOCIAIS E POLÍTICA: O IMPACTO DAS REDES SOCIAIS NO MARKETING POLÍTICO CONTEMPORÂNEO

Maria Eduarda de Lima **ALVES**
(Curso de Publicidade e Propaganda, FDV)
Alan de Freitas **BARBIERI** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Redes sociais, Marketing político, Comunicação digital
Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: As transformações tecnológicas das últimas décadas impactaram diretamente a comunicação política. O marketing eleitoral, que antes dependia majoritariamente de meios tradicionais como rádio e televisão, passou a encontrar nas redes sociais um espaço privilegiado para interação, debate e mobilização. Esse fenômeno altera a dinâmica entre candidatos e eleitores, reduzindo a necessidade de intermediários da informação e possibilitando diálogos diretos. Contudo, também emergem preocupações quanto à disseminação de boatos, manipulação discursiva e uso das plataformas para ataques políticos. **OBJETIVO:** Verificar as principais estratégias digitais utilizadas em campanhas políticas e o impacto das redes sociais no marketing político contemporâneo. **METODOLOGIA:** Estudo de cunho qualitativo e caráter bibliográfico, baseada em revisão de literatura. Foram utilizadas como referências principais artigos científicos que discutem a relação entre redes sociais, marketing político e participação democrática. O estudo foi conduzido a partir da interpretação crítica das contribuições dos autores e de exemplos históricos de campanhas políticas que utilizaram intensamente as mídias digitais. **RESULTADOS:** A revisão de literatura apontou que as redes sociais são fundamentais no marketing político atual, trazendo novas dinâmicas: Ampliação da visibilidade política: candidatos e partidos conseguem alcançar públicos maiores, superando a centralidade da televisão e dos jornais. A campanha de Barack Obama em 2008 é considerada um marco nesse processo. Interatividade e participação cidadã: as plataformas digitais favorecem maior engajamento, permitindo diálogo direto entre eleitores e políticos. No Brasil, as eleições de 2010 e 2020 mostraram esse potencial, especialmente com a popularização de Facebook, Twitter, WhatsApp e Instagram. Desafios democráticos: o mesmo ambiente que fortalece a participação cidadã também facilita a proliferação de fake news, discursos de ódio e manipulação de informações. Em síntese, as redes sociais tornaram-se arenas centrais de disputa política, exigindo estratégias profissionais e éticas por parte dos candidatos e suas equipes. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** As redes sociais transformaram o marketing político, ampliando a comunicação, a mobilização e a participação cidadã. Elas permitem campanhas mais interativas e acessíveis, favorecendo o contato direto entre políticos e sociedade. No entanto, também apresentam riscos que precisam ser enfrentados, como a desinformação e a polarização. Conclui-se que o marketing político contemporâneo é inseparável das redes sociais, e que seu uso responsável pode fortalecer a democracia. Para pesquisas futuras, recomenda-se investigar os efeitos da regulamentação digital e o papel da educação midiática na formação de eleitores mais críticos.

REFERÊNCIAS:

1. OLIVEIRA, José Aparecido de. Redes sociais e participação política na esfera pública. *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura*, São Cristóvão, v. 14, n. 1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/epic/article/view/379>. Acesso em: 14 set. 2025.
2. PENTEADO, Claudio Luis de Camargo. *Marketing político na era digital: perspectivas e possibilidades*. Revista USP, São Paulo, n. 90, p. 6-23, jun./ago. 2011

Área de conhecimento do CNPq: 6.09.00.00-8 - Comunicação

CHS-102

IMAGEM E NARRATIVA POLÍTICA: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO POLÍTICO COMO MARCA

Maria Eduarda de Lima **ALVES**
(Curso de Publicidade e Propaganda, FDV)
Alan de Freitas **BARBIERI** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Imagem política, Marketing político, Campanhas eleitorais
Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A imagem sempre desempenhou papel central na política. Contudo, com o avanço das mídias de massa, especialmente a televisão, e mais recentemente as redes sociais, o político deixou de ser apenas um ator social para tornar-se também uma marca. No Brasil, desde o período da redemocratização, as campanhas eleitorais passaram a recorrer às técnicas da publicidade para modelar narrativas políticas e tornar os candidatos “produtos” a serem consumidos pelo eleitorado. Nesse processo, surgem estratégias que buscam não apenas transmitir propostas, mas despertar afetos, simbolismos e identificação com o eleitor. O problema central deste estudo é compreender como se constrói a imagem do político como marca, e de que forma a narrativa política contribui para essa consolidação. **OBJETIVO:** Analisar como estratégias de marketing e publicidade são aplicadas à política, na construção da imagem do político contemporâneo como marca. **METODOLOGIA:** A pesquisa tem caráter qualitativo e bibliográfico, fundamentada em textos acadêmicos que discutem a comunicação política e a imagem do político como marca. Foram utilizados como referência principal os trabalhos de Alberguini Júnior (2015), Bezerra e Silva (2010) e outros autores que analisam campanhas políticas no Brasil e no exterior. **RESULTADOS:** A análise da literatura revelou que a publicidade como recurso político tem incorporado técnicas da publicidade de consumo convertendo candidatos em produtos e suas trajetórias em narrativas simbólicas. Assim como produtos possuem marcas que transmitem valores e identidades políticos constroem imagens que evocam confiança tradição mudança ou proximidade com o povo sendo necessário que essa imagem marca seja coerente e constantemente reforçada. Campanhas como a de Lula em 2002 com a imagem do lulinha paz e amor e a de Dilma em 2010 como a mãe do povo evidenciam o processo de transformação do político em narrativa simbólica. No entanto, a imagem política é vulnerável a contradições, escândalos, e mudanças no cenário midiático, casos como o de Roseana Sarney em 2002 e a queda de popularidade de Dilma após 2015 demonstram a fragilidade da imagem quando não há consistência. Em síntese a imagem marca é um ativo poderoso, porém instável, que depende de planejamento estratégico e de coerência entre discurso narrativa e ação política. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A construção da imagem política como marca representa uma transformação no modo de fazer política. O eleitor cada vez mais exposto à lógica do consumo midiático relaciona-se com candidatos de forma emocional e simbólica como consumidores diante de produtos. Esse processo pode fortalecer a identificação e aproximar o político do eleitorado, mas também, implica riscos uma marca frágil incoerente ou artificial pode ruir rapidamente diante de crises e disputas narrativas. Conclusivamente, esta presente pesquisa, possibilitou concluir que na construção da imagem do político contemporâneo como marca é indispensável no marketing político contemporâneo, mas deve estar enraizada em valores consistentes e sustentada por narrativas que dialoguem com o contexto social.

REFERÊNCIAS:

1. JÚNIOR, Ângelo Alberguini. As estratégias de marketing político utilizadas na construção das imagens de Lula (2002) e Dilma (2010) evidenciadas através da análise comparativa de vídeos publicitários. *Revista Advérbio*, v. 10, n. 21, 2015.
2. BEZERRA, Ada Keesa Guedes; SILVA, Fábio. O marketing político e a importância da imagem-marca em campanhas eleitorais majoritárias. *BOCC. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, v. 10, p. 01-09, 2006.

Área de conhecimento do CNPq: 6.09.00.00-8 – Comunicação

CHS-103

INFLUÊNCIA DOS MEMES NA CONSTRUÇÃO DE MARCAS

Maria Eduarda de Lima **ALVES**

(Curso de Publicidade e Propaganda, FDV)

Alan de Freitas **BARBIERI** (Orientador, FDV)**Palavras-chave:** Memes digitais, Branding, Marketing de conteúdo
Agência de fomento: FDV**RESUMO:****INTRODUÇÃO:** O avanço das redes sociais e da cultura digital transformou profundamente a forma como as marcas se comunicam com seus públicos. Nesse cenário, os memes emergem como uma linguagem universal da internet, oferecendo às marcas uma oportunidade de dialogar de maneira leve, criativa e relevante. Com formatos que variam de imagens a vídeos curtos, os memes têm o poder de viralizar e atingir públicos diversos em curto espaço de tempo. **OBJETIVO:** Compreender como os memes digitais contribuem para a construção e fortalecimento de marcas.**ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Este trabalho se fundamenta em uma revisão bibliográfica com base em autores como Shifman (2014), Kotler (2017) e Jenkins (2006), além de artigos acadêmicos publicados em periódicos da área de comunicação, publicidade e marketing digital. Foram também utilizados estudos de caso de marcas como Netflix, Magalu e Nubank, com o intuito de exemplificar a aplicação prática do uso de memes em campanhas. O enfoque da pesquisa é qualitativo e exploratório. **RESULTADOS:** A análise indica que o uso de memes pelas marcas favorece a criação de vínculos com a audiência, tornando a comunicação mais informal e próxima. As marcas que utilizam memes de forma estratégica conseguem aumentar seu alcance e engajamento nas redes sociais, além de se posicionar como atualizadas e sintonizadas com o comportamento digital dos consumidores. No entanto, a falta de contextualização cultural e o uso de humor inadequado podem gerar interpretações negativas e prejuízos à reputação. Outro dado relevante é a necessidade de adaptação dos memes à linguagem e identidade da marca, evitando o uso forçado ou oportunista.**CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Os memes digitais se consolidam como importantes aliados na construção de marcas contemporâneas, especialmente entre os públicos jovens e conectados. Eles permitem maior proximidade com o consumidor, reforçam valores da marca e potencializam a viralização de conteúdos. Contudo, seu uso exige sensibilidade cultural, domínio da linguagem digital e alinhamento com a estratégia de branding. Entre as limitações do estudo, destaca-se a ausência de pesquisas quantitativas aprofundadas sobre o impacto direto dos memes na fidelização do consumidor, sugerindo-se este como campo de investigação futura.**REFERÊNCIAS**

1. KOTLER, P.; KARTAJAYA, H.; SETIAWAN, I. **Marketing 4.0:** Do tradicional ao digital. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.
2. SHIFMAN, L. **Memes in digital culture.** MIT Press, 2014.
3. CAVALCANTE, A. Memes como estratégia de comunicação nas redes sociais: estudo de caso da Netflix Brasil. **Revista Organicom**, v. 17, n. 31, 2020.

Área de conhecimento do CNPq: 6.09.00.00-8 – Comunicação

CHS-104

CONSTITUIÇÃO DE 1988 E O IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS NO ACESSO À JUSTIÇA E NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL

Rodrigo Lopes **FIRMINO** (Curso de Direito, FDV)Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)Allysson Eduardo Botelho de **OLIVEIRA** (Coorientador, FDV)**Palavras-chave:** Políticas públicas, Direitos sociais, Acesso judiciário, Constituição**Agente de fomento:** FDV**RESUMO****INTRODUÇÃO:** Constituição de 1988 (CF/88) consolidou a dignidade da pessoa humana e ampliou os direitos sociais, responsabilizando o Estado pela implementação de políticas públicas voltadas à inclusão de grupos vulneráveis. O acesso à justiça, fundamental à cidadania e à efetivação desses direitos, depende da Defensoria Pública, de programas sociais complementares e da integração intersetorial entre educação, assistência social e saúde, garantindo que todos possam reivindicar seus direitos de forma justa e acessível.**OBJETIVOS:** O estudo tem como objetivo analisar, à luz da CF/88, de que forma as políticas públicas sociais contribuem para o acesso à justiça e para a efetivação dos direitos sociais no Brasil, considerando os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da promoção da cidadania como fundamentos do Estado Democrático de Direito.**ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A pesquisa adotou abordagem qualitativa baseada na pesquisa bibliográfica, focando na análise da CF/88 e de documentos normativos relacionados às políticas públicas, aos direitos sociais e ao acesso à justiça. Foram examinados artigos científicos e legislações disponíveis na plataforma Google Acadêmico, com foco em temáticas relacionadas à efetivação dos direitos sociais e à democratização do sistema judicial. **RESULTADOS:** Os resultados evidenciam que a CF/88, marco da redemocratização, sancionou a dignidade da pessoa humana como base da República (art. 1º, III) e eixo central do ordenamento jurídico, orientando políticas públicas e atuação do Estado (Sarlet, 1988). O acesso à justiça, previsto no art. 5º, XXXV e LXXIV, assegura igualdade e cidadania, materializando-se na Defensoria Pública (arts. 134 e 135), criada para democratizar a Justiça e regulamentada pela Lei Complementar nº 80/1994, com unidade, autonomia e gratuidade, fortalecida pelas Emendas 45/2004 e 80/2014 (Piovesan, 2015). Para Cappelletti e Garth (1988, p. 5), o acesso à justiça é "o mais básico dos direitos humanos", permitindo reivindicação de direitos e solução de conflitos. Canotilho (2010) e Sarlet (1988) destacam que sua efetividade exige superar barreiras econômicas, sociais e culturais. A valorização de meios alternativos, como mediação e conciliação, amplia a justiça e concretiza direitos fundamentais e sociais, como saúde, educação, trabalho e assistência social. Assim, dignidade humana e acesso à justiça constituem pilares interdependentes da cidadania, exigindo políticas públicas inclusivas e atuação contínua do Estado para superar desigualdades estruturais (Santos, 2007). **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A CF/88 estabelece a dignidade da pessoa humana e os direitos sociais como base do Estado Democrático de Direito, orientando políticas públicas e mecanismos de proteção. Nessa perspectiva, o acesso à justiça no Brasil é multidimensional, estreitamente ligado à efetivação dos direitos sociais e à promoção da cidadania. Assim, a Defensoria Pública é considerada instrumento central de democratização judicial, enquanto programas sociais complementares e a integração intersetorial fortalecem inclusão e equidade. Sua efetividade depende de fortalecimento institucional, planejamento estratégico e articulação entre União, estados e municípios. Construir uma sociedade justa e igualitária exige políticas estruturantes, superação das desigualdades e implementação de instrumentos jurídicos e sociais que garantam condições materiais e institucionais para o pleno exercício da cidadania, reafirmando o papel central da CF/88 na promoção da justiça social.**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

1. BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 out. 2025.
2. BUCCI, Maria Paula Dallari. **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico.** São Paulo: Saraiva, 2006.
3. CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça.** Porto Alegre: Fabris, 1988.
4. MASTRODI, J. **Políticas públicas: conceito.** Enciclopédia Jurídica da PUC-SP, 2021. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/561/edicao-1/politicas-publicas-conceito>. Acesso em: 09 out. 2025.
5. PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
6. SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-105

BENEFÍCIOS DO USO DA MASSINHA DE MODELAR NO DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Adelaine Aparecida da **SILVA** (Curso de Pedagogia, FDU)
 Carmem Inês de **OLIVEIRA** (Orientadora, FDU)
 Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, UFV)

Palavras-chave: Criança, Coordenação motora, Massinha
Agência de fomento: FDU

RESUMO:

INTRODUÇÃO: É sempre necessário trabalhar cada fase de desenvolvimento da criança, um deles é o motor, que é essencial para a construção da sua autonomia. Então a atividade motora deve ser sempre estimulada, principalmente as habilidades fundamentais como: a locomoção, a estabilidade e a manipulação. Tal desenvolvimento é considerado contínuo e ao longo da vida e passa por etapas, por isso é interessante que o indivíduo possua experiências para uma adaptação melhor e aumentar sua capacidade motora. A "coordenação motora é a habilidade que todos nós temos para sincronizar os nossos movimentos utilizando o cérebro, as articulações e os músculos". NEUROSABER, 2019, p. 01). A criança vai adquirindo a capacidade de sincronizar os movimentos por meio de atividades que são coordenadas pelo cérebro nos músculos e articulações. Diante das possibilidades de aprendizagem que proporciona, o uso da massinha nos anos iniciais da vida da criança é de grande importância, pois através de criações de formas e modelagens ela consegue nomear os objetos, diferenciar as tonalidades das cores, fazendo com que descubra que a mistura de cores forma outra cor diferente; a diferença entre os tamanhos e formas, dentre outras. Através da arte as crianças conseguem aprender de forma lúdica. Isso tem um grande impacto em seu aprendizado, além de poder criar a massinha, ela consegue sentir sua textura, trabalhar sua coordenação motora no momento em que amassa com os dedos e enrolam, favorecendo na hora de se trabalhar com a escrita. Podemos afirmar que os estudos vêm comprovando que o processo de desenvolvimento motor ocorre na primeira infância, por isso é necessário que seja estimulado atividades que trazem bons resultados porque irá favorecer de uma forma significativa tal desenvolvimento. Para que isso aconteça é necessário que os professores e os pais estimulem esse tipo de atividade. A escola tem um papel fundamental na vida das crianças, pois é lá que passam a maior parte do seu dia, os profissionais precisam estar preparados para cada esse desafio, pois cada criança tem seu tempo e isso precisa ser respeitado. Um bom planejamento das aulas poderá fazer a diferença na vida de cada uma delas. Portanto, as práticas escolares devem ser bem planejadas e o professor precisa ser um grande observador para proporcionar ambientes adequados que contribuam para o desenvolvimento motor das crianças. **OBJETIVOS:** o objetivo desse trabalho foi analisar quais as contribuições que as atividades com a massinha de modelar trazem para o processo de ensino e aprendizagem na educação infantil. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Constitui-se de uma pesquisa de campo que embasa a execução de uma atividade de extensão desenvolvida com crianças de 2 a 4 anos que frequentam uma creche pública da cidade. Após o levantamento bibliográfico e a aplicação do questionário foi feita a análise das estratégias para a execução da atividade de extensão proposta. **RESULTADOS:** Percebemos com este trabalho os benefícios ao adotar a aprendizagem proposta pelo professor com o auxílio da massinha de modelar. Essa prática precisa ser adotada na primeira infância fazendo que a criança seja influenciada a fazer diversos movimentos e conheça melhor suas habilidades. Nesse sentido, percebemos o quanto a massinha de modelar contribui no processo de ensino e aprendizagem, pois através de brincadeiras prazerosas podemos ensinar várias habilidades para a criança e também contribuir para seu desenvolvimento na fase infantil que será levada para a sua fase adulta. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Há melhora no desempenho de alunos quando se trabalha a coordenação motora fina e a grossa. Por isso, proporcionar atividades que trabalham diversos movimentos e músculos do seu corpo faz com que a criança cresça mais criativa e consiga manusear melhor os objetos, contribuindo para o melhor desempenho de habilidades motoras como a locomoção, a estabilidade e a manipulação.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Ministério da Educação/MEC **A educação infantil na base nacional comum curricular**. BNCC/2017 Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#infantil>
- GOMES, A. A.; MAGALHÃES, N. C.; MAIA, P. P. **Avaliação do desenvolvimento motor na fase fundamental de crianças em uma instituição de ensino de Pirajui/SP: estudo comparativo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Fisioterapia), Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, Lins, 2015.
- NEUROSABER. Instituto Neurossaber de Ensino. **Coordenação motora: como ela se desenvolve por idade**. Curitiba/PR: 2019 Disponível em: <https://institutoneurossaber.com.br/coordenacao-motora-como-ela-se-desenvolve-por-idade/> Acessado em 23/05/2023

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

CHS-106

MONITORAMENTO ELETRÔNICO DO AGRESSOR NO ÂMBITO DA LEI MARIA DA PENHA: DESAFIOS ORÇAMENTÁRIOS À SUA EFETIVIDADE

Lilian Martins de **OLIVEIRA** (Curso de direito, FDU)
 Moisés Albuquerque da Costa **FREITAS** (Orientador, FDU)
 Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Coorientadora, FDU)

Palavras-chave: Monitoramento eletrônico, Lei 15.125/2025, Orçamento

Agência de fomento: FDU

INTRODUÇÃO: As medidas protetivas de urgência (MPUs) fazem parte dos mecanismos introduzidos ao ordenamento jurídico brasileiro por meio da Lei Maria da Penha (Lei 11.340 de 2006) objetivando prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. À título exemplificativo cita-se o afastamento do agressor do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; proibição de contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação, entre outras. Apesar da previsão legal, na prática, tem-se observado inúmeras dificuldades no cumprimento de tais medidas, e por corolário da efetiva proteção da mulher. Dados fornecidos pelo Fórum Brasileiro Segurança Pública (FBSP) revelam que, em 2024, foram registrados mais de 100 mil (101.656) descumprimentos de MPUs. Outro dado alarmante está relacionado a vítimas de feminicídio que tinham MPUs ativas no momento do óbito: entre os anos de 2023 e 2024 pelo menos 121 mulheres foram vitimadas. Neste interm, os legisladores buscaram alternativas para solucionar, ou ao menos, atenuar tal problemática. Em 24 de abril de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.125/2025 que acresceu à Lei 11.340/06 o §5 permitindo a cumulação das MPUs com monitoramento eletrônico do agressor, disponibilizando à vítima dispositivo de segurança que alerte sobre sua eventual aproximação. O questionamento que surge é: Qual o custo para a implementação de tal medida? O Poder Público possui um planejamento orçamentário que viabilize a aplicação desta nova disposição legal? **OBJETIVO:** A presente pesquisa tem por objetivo analisar lei 15.125/2025 bem como a possibilidade real de sua aplicação levando em consideração aspectos orçamentários. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** este trabalho foi desenvolvido a partir de um estudo qualitativo e revisão bibliográfica a respeito do tema abordado. **RESULTADOS:** A lei 15.125/2025 prevê o monitoramento eletrônico do agressor de forma genérica, sem estabelecer qual tipo de dispositivo será utilizado. No Brasil, utiliza-se comumente a tornozeleira eletrônica. Segundo a Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen) o custo da tornozeleira eletrônica é de aproximadamente R\$200,00 mensais por pessoa. Logo, se, para cada uma das medidas protetivas de urgência concedidas no ano de 2024 somadas em 540.255 (FBSP) fosse disponibilizado uma tornozeleira eletrônica ter-se-ia um gasto anual acima de 1 bilhão de reais, valor significativamente acima do orçamento atual do Ministério das Mulheres que gira em torno de R\$ 480 milhões de reais segundo o Portal de Transparência do Governo Federal. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O estudo permite concluir que o monitoramento eletrônico do agressor é uma medida importante para evitar o descumprimento de MPUs garantindo maior segurança à mulher. Entretanto, para a efetividade desta política pública é necessário um planejamento orçamentário adequado bem como a disponibilização de recursos necessários para que esta não seja apenas uma previsão legal sem aplicação prática. Para além, é essencial investir no desenvolvimento de novas tecnologias de monitoramento eletrônico que apresentem custos mais acessíveis.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Lei n. 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: 25 set. 2025.
- BRASIL. Ministério das Mulheres. Portal da Transparência – Ministério das Mulheres.** Disponível em: <https://portal.datransparencia.gov.br/orgaos-superiores/65000-ministerio-das-mulheres>. Acesso em: 25 set. 2025.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. ANUÁRIO 2025.** Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/07/anuario-2025.pdf>. Acesso em: 1 set. 2025.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-107

INFLUÊNCIA DE FELCA NA DISCUSSÃO SOBRE ADULTIZAÇÃO NAS REDES SOCIAIS

Manuely Luz **SIQUEIRA** (Publicidade e Propaganda, FDV)
Alan de Freitas **BARBIERI** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Adultização, Influenciadores digitais, Contato social
Agência de fomento: FDV.

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A exploração de crianças na internet gerou um intenso debate no Brasil após um vídeo feito pelo influenciador Felipe Brassanim Pereira, o Felca, viralizar nas redes sociais, o conteúdo, que já ultrapassa 35 milhões de visualizações no YouTube, trouxe à tona um termo que se tornou centro das discussões - a adultização - e mobilizou parlamentares em Brasília, de diferentes espectros políticos, para acelerar a tramitação de projetos de lei para proteger crianças e adolescentes no ambiente digital (bbc.co, 2025). Segundo bbc.com, (2025), a adultização é como uma aceleração forçada do desenvolvimento infantil, fazendo com que as crianças adotem comportamentos ou responsabilidades que não correspondem à idade delas. A adultização de crianças e adolescentes: a expectativa de comportamentos, aparências e consumo do mundo adulto como um fenômeno contemporâneo na sociedade. As redes sociais, reproduzindo essa ação, também são apropriadas como espaços em que se denuncia e problematiza essa questão. É aqui que emerge o poder dos influenciadores digitais, que podem reunir grandes públicos e trazer temas não tão frequentemente representados para o centro das atenções. Um exemplo notável é o do YouTuber Felca, que levou sua autoria e abordagem cômica à adultização de forma a questioná-la, torná-la acessível e ter consequências além do âmbito digital. **OBJETIVO:** Este presente trabalho intencionou examinar o modo como o influenciador digital Felca, com e através de seu status de celebridade, lidou com a temática adultização, as táticas de comunicação por ele utilizadas e o impacto subsequente sobre o público e a sociedade. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** O presente trabalho foi organizado a partir de uma análise qualitativa e exploratória, baseada na compreensão de conteúdo como método principal. Outros vídeos e postagens de Felca foram analisados a partir de comentários de seus seguidores, bem como no tocante a "Lei Felca", criada após mobilização, originada a partir de seus conteúdos, e a detenção do influenciador Ítalo Santos, que foi acusado de usar e adultizar adolescentes, objetivando analisar como o discurso das redes se traduziu em termos sociais e legais. **RESULTADOS:** Os resultados revelaram que Felca mobilizou com sucesso, uma temática sensível, uma agenda pública tradicionalista, trazendo a temática para o debate e percepção pública, por meio de um discurso orientado por uma linguagem de humor e ironia como mediadores. Sua forma de abordar a questão ajudou a tornar a temática adultização, um pouco mais real para os jovens, maximizando a conscientização sobre seus riscos. transcendeu o mundo virtual, sua mobilização deu origem à Lei Felca, que reforça a proteção de crianças e adolescentes contra exploração, pauta que destacou relevantes elementos de conduta moral e ética conduzidos sem quaisquer regulamentação ou supervisão por parte da plataforma digital que hospeda o canal de publicação e veiculação de conteúdos na internet, utilizados como elementos probatórios de má fé, na responsabilização judicial direta de Ítalo Santos, influenciador preso concomitante a prisão de seu cônjuge, Israel Nata Vicente, presos em agosto desse ano, por produção e divulgação de material pornográfico envolvendo menores de idade. O casal se tornou réu pelos crimes cerca de um mês depois da prisão. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Este presente análise de conteúdo possibilitou evidenciar a relevância da conduta comportamental, moral e ética de um influencer digital. Destacando que sob uma conduta baseada em entretenimento, para Felca, foi apenas o passaporte para sua visibilidade, alcançando a mobilização da sociedade, estimulando a reflexão e a ação social. Finalmente, conclui-se a relevância da atuação de influenciadores digitais, que, bem conduzidos, transformam popularidade em uma forma significativa de conscientização em mudança política, evidenciando a responsabilidade no uso das redes sociais como ambientes de debate público de diferentes pautas, como neste estudo, em defesa da infância e adolescência.

REFERÊNCIAS:

1. BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.
2. BUCKINGHAM, David. **Criado na era das mídias digitais**. São Paulo: Loyola, 2012.
3. CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
4. PRIMO, Alex. **Interações em rede**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

Área de conhecimento do CNPq: 6.09.00.00-8 - Comunicação

CHS-108

ANÁLISE DO BALANÇO FINANCEIRO ANO DE REFERÊNCIA 2023, DA EMPRESA DO RAMO DE VESTUÁRIO "LOJA DA LEDIR" DA CIDADE VIÇOSA-MG

Emely Santos **MACEDO** (Curso: Ciências Contábeis, FDV)
Alan de Freitas **BARBIERI** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Balanço financeiro, Pandemia, Empresa de vestuário.
Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: A análise dos demonstrativos contábeis é essencial na gestão empresarial. A Demonstração do Resultado do Exercício é uma ferramenta estratégica de gestão, essencial para decisões bem fundamentadas e visão clara da saúde financeira da empresa. A contabilidade, após 2007, tem enfrentado constantes mudanças, visando a adequação das normas brasileiras aos padrões internacionais. Dessa forma, tanto as técnicas de elaboração quanto de análise devem ser adequadas a fim de capacitar os profissionais a atenderem as expectativas dos usuários. As demonstrações contábeis são relevantes para fornecer informações úteis aos usuários em suas tomadas de decisões, quanto ao fornecimento de recursos à entidade. Em sua elaboração deve ser considerada a relevância e representação fidedigna, isto é, gerar informações que influenciem os usuários e ao mesmo tempo represente com fidedignidade o que se propõe representar. **OBJETIVO:** Analisar o Balanço Financeiro ano de referência 2023, da empresa do ramo de vestuário "Loja da Ledit", da cidade Viçosa-MG, percebendo o balanço financeiro no primeiro cenário situacional sequente a análise do Balanço Financeiro após pandemia de COVID-19, ano de referência 2022. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** O presente trabalho de iniciação científica seguiu a metodologia de estudo de caso dentro da empresa, analisou-se balanço com base nas demonstrações contábeis, os quais ofereceram o embasamento para saber a situação da empresa e evidenciar possíveis tendências e clareza ao empresário sobre a situação de sua empresa, trazendo uma análise do Balanço Financeiro no ano de 2023, primeiro cenário situacional sequente a análise do balanço Financeiro base de referência para esta presente análise, que fora realizada, após pandemia de COVID-19, ano de referência 2022, publicada em trabalho de iniciação científica no ENIC FDV 2024. **RESULTADOS:** No resultado anterior após pandemia de COVID-19. Ano referência 2022, de acordo com análise do balanço patrimonial o ativo circulante era de 95.350,82D, e o patrimônio líquido apresentado era de 66.635,30. O lucro acumulado no período foi de 66.635,30. Na presente análise do balanço patrimonial 2023 o ativo estava em 123'051,12, o patrimônio líquido em 66'204,80, sendo 56'204,80 do lucro obtido apresentado na DRE e 10.000,00 o capital social, que foi investido na construção da empresa. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Em consonância com o objetivo deste presente trabalho, foi evidenciado que a empresa é rentável, o patrimônio líquido foi positivo, onde o ativo superou o passivo, o lucro maior que as obrigações, os resultados apontaram que a empresa é lucrativa, por ter o lucro acima de 20%, apontando que o lucro se manteve em evolução, evidenciando que o resultado positivo após pandemia de COVID-19 pós *lockdown*, não foi um cenário pontual, a empresa seguiu apresentando rentabilidade. Contudo, é importante ressaltar que mesmo nestes cenários analisados e a empresa apresentando resultados positivos e rentáveis, os resultados indicam que estes números têm potencial para serem maximizados.

REFERÊNCIAS:

1. MORAIS, Rosa Amélia Carvalho; JÚNIOR, Agenor Campos Barreto. A importância da contabilidade gerencial para microempresas e empresas de pequeno porte. ID on line. **Revista de Psicologia**, v. 13, n. 43, p. 903-921, 2019.
2. GALVÃO, N. M. dos S.; SILVA DE LIMA, A. C.; DOS SANTOS, W. B. Estrutura e finalidade das demonstrações contábeis: um estudo do nível de conhecimento de estudantes de ciências contábeis. **Revista Ambiente Contábil** - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - ISSN 2176-9036, [S. l.], p. 237-258. v. 11, n. 1, 2018.

Área de conhecimento do CNPq: 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas - Ciências Contábeis

CHS-109

ANÁLISE NA GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS E DESPESAS APLICADAS EM SAÚDE DOS MUNICÍPIOS VIZINHOS DE VIÇOSA-MG

Taynara Aparecida **GOMES** (Ciências Contábeis, FDV)
 Alan de Freitas **BARBIERI** (Orientador, FDV)
 Carla Cristina da **SILVA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Receitas, Despesas, REEO

Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A gestão de recursos no âmbito da saúde promove eficiência e eficácia; utilizando recursos destinados pelos entes federados de acordo com a Lei Complementar nº 141, de janeiro de 2013, de forma correta pode-se promover melhora na qualidade do atendimento à população, solução e prevenção de doenças.

OBJETIVOS: Analisar a gestão de recursos financeiros e despesas aplicadas em saúde dos municípios vizinhos de Viçosa-MG.

ABORDAGEM METODOLÓGICA: A presente pesquisa é de caráter quali-quantitativo de natureza exploratória, sendo analisados os recursos financeiros e as despesas aplicadas em saúde, observados no demonstrativo que demonstra a situação fiscal dos municípios vizinhos de viçosa, por meio do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), alimentado por um sistema de registro (SIOPS); Relatório esse que foi será obtido por dados secundários no site do DATASUS.

RESULTADOS: Para a análise foram considerados os municípios de Araponga, Guaraciaba, Paula Cândido, Porto Firme e Teixeira; com os respectivos números de habitantes constantes no FNS (Fundo Nacional de Saúde) referente à 2024, Araponga: 8.218, Guaraciaba: 9.921, Paula Cândido: 8.786, Porto Firme: 10.825, Teixeira: 12.634. Para avaliar as margens percentuais das despesas dos municípios sobre as receitas; em relação às transferências de natureza Federal foram: Araponga 75,75%; Guaraciaba 75,15%; Paula Cândido 92,51%; Teixeira 99,02% e somente Porto Firme com 29,08% das despesas à maior que a transferência repassada neste ano. Provenientes do Estado, 100% dos municípios obtiveram despesas maior que as receitas do ano, em percentual: Araponga 15,22%; Guaraciaba 25,21%; Paula Cândido 2,49%; Porto Firme 65,43% e Teixeira 36,33%. Já a aplicação em recurso próprio: Araponga: 18,88%; Guaraciaba 19,41%; Paula Cândido 23,6%; Porto Firme 19,07% e Teixeira 25,34%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A partir da presente análise, foi possível perceber que todos os municípios obtiveram maiores despesas que receitas estaduais transferidas (realizadas) no ano de 2024, bem como, possibilitou entender que este evento ocorreu em detrimento aos saldos remanescentes de anos anteriores. No que se referiu aos Recursos Federais, as despesas foram menor que as transferências de receitas, observado que apenas o município de Porto firme apresentou as despesas maior, também em função dos saldos remanescentes ou rendimentos. De acordo com a Lei Complementar 141, que estabelece a aplicação mínima de 15%, 100% dos municípios atingiram o percentual. Conclusivamente, foi evidenciado que os recursos foram geridos com efetividade e eficiência no exercício de 2024, verificando que, houve a utilização de mais saldos de transferências e saldos remanescentes dos anos anteriores, bem como representando menor utilização de recursos recurso próprio, fato tal, que evidencia o alcance das metas de produção e objeto destinados pelos entes, captando mais fontes de recursos.

REFERÊNCIAS:

1. DATASUS. Ministério da Saúde. **Demonstrativo da despesa com saúde:** Relatório Resumido de Execução Orçamentária / RREO. Disponível em: <http://siops.datasus.gov.br/conseleisfiscal.php>. Acesso em: 22 de agosto de 2025
2. MORAIS, Szabo. **Administração financeira:** princípios, fundamentos e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

Área de conhecimento do CNPq: 9.02.00.00-6 - Administração

CHS-110

PAPEL DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Adryle Bruna Martins **CIRO** (Curso de Pedagogia, FDV)
 Renato Salles **MATTOS** (Orientador, FDV)
 Raja Reda Zorkot **SANT'ANNA** (Coorientadora, FDV)

Palavras-chave: Educação do campo, Sujeitos sociais, Ensino, Integração social

Agência de fomento: FDV.

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A educação infantil é uma etapa fundamental para o desenvolvimento integral da criança, envolvendo não apenas o aprendizado formal, mas também a formação de valores, hábitos e atitudes que serão determinantes na vida. No entanto, a falta de alinhamento entre esses dois ambientes pode comprometer o progresso educacional e dificultar a construção de uma base sólida para os futuros ciclos de aprendizagem favorecem Para Piaget "A relação família-professores-escola é crucial para o desenvolvimento da aprendizagem. Para os pais, a função é auxiliar no processo de conhecimento do educando, enquanto a escola e os educadores devem mediar e ampliar esse conhecimento". Nesse sentido, a presença ativa da família no cotidiano escolar proporciona um ambiente de suporte e segurança, favorecendo o fortalecimento dos vínculos afetivos e a construção da autoestima da criança. **OBJETIVOS:** Investigar a importância da participação ativa da família na educação infantil, evidenciando como o suporte familiar pode influenciar positivamente o desempenho escolar e a formação socioemocional da criança. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Este estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, buscando compreender a importância da participação da família na educação infantil. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de questionário semiestruturado, contendo perguntas abertas e fechadas, destinado a responsáveis por crianças em idade de educação infantil. O questionário buscou identificar as estratégias utilizadas em casa para reforçar o aprendizado escolar, bem como as formas de interação entre família e escola.

	Quais estratégias você utiliza em casa para reforçar o aprendizado escolar da criança?
P1	Costumo reservar um horário fixo para as tarefas escolares e para a leitura. Também utilizo jogos educativos e atividades lúdicas para tornar o aprendizado mais interessante. Além disso, converso com meu filho sobre o que ele aprendeu na escola para reforçar os conteúdos.

Tabela 1. Fonte: dados do questionário

RESULTADOS: A resposta do participante P1 mostra que há uma rotina estruturada em casa para apoiar o aprendizado da criança. Ele reserva um horário fixo para a realização das tarefas escolares e para a leitura, além de utilizar jogos e atividades lúdicas como forma de tornar o aprendizado mais atrativo. A conversa diária com o filho sobre o que foi aprendido na escola também é destacada como uma estratégia importante para reforçar os conteúdos vistos em sala de aula, promovendo uma aprendizagem contínua e participativa. Os pais tornam-se, assim, os responsáveis pelos êxitos e fracassos (escolares, profissionais) dos filhos, tomando para si a tarefa de instalá-los da melhor forma possível na sociedade. Para isso, mobilizam um conjunto de estratégias visando elevar ao máximo a competitividade e as chances de sucesso do filho, sobretudo face ao sistema escolar – o qual, por sua vez, ganha importância crescente como instância de legitimação individual e de definição dos destinos ocupacionais. (NOGUEIRA, 1998).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A partir da análise dos dados coletados, concluiu-se que a interação positiva entre os responsáveis e a escola proporciona um ambiente mais propício ao aprendizado, fortalecendo o vínculo afetivo e estimulando o interesse da criança pelo conhecimento. Além disso, a atuação da família como agente educacional complementar promove a construção de hábitos e atitudes essenciais ao longo da trajetória escolar. Em suma, a pesquisa reafirma que a educação infantil não se restringe ao espaço escolar, mas é um processo que envolve múltiplos atores, sendo a família um dos principais pilares na formação da criança. O fortalecimento dessa parceria é um caminho promissor para a construção de uma educação mais inclusiva, acolhedora e eficaz.

REFERÊNCIAS:

1. NOGUEIRA, Maria Alice. A escolha do estabelecimento de ensino pelas famílias: a ação discreta da riqueza cultural". *Revista Brasileira de Educação*, n. 7, p. 42-56, jan./fev./mar./abr., 1998.
2. PIAGET, J. **Aprendizagem e conhecimento**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1979.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 - Educação

CHS-111

**MÉDIA DO VOLUME DE VENDA E PREFERÊNCIA DE
PREPARO DE PEIXES PARA O CONSUMO NOS FINAIS DE
SEMANA EM UM PESQUE-PAGUE DO MUNICÍPIO DE
GUARACIABA-MG NO INVERNO**

José Geraldo do **CARMO JÚNIOR** (Curso de Administração, FDV)
Alan de Freitas **BARBIERI** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Peixe, Pesque-pague, Comercialização de peixe, Inverno

RESUMO:

INTRODUÇÃO: Um pesque-pague (pesqueiro) pode ser definido como “empreendimento comercial de pesca esportiva, realizada em corpo de água artificial e particular, povoado com peixes oriundos de piscicultura” (VENTURIERI, 2002). PEZZATO & SCORVO (2000) apontam a existência de três sistemas para usufruto desses empreendimentos: a) o “pesque e pague”, em que o cliente-pescador paga uma taxa menor de ingresso, mas tem a obrigatoriedade de levar todo o peixe que pescar, cobrado por quilo; b) o “pague e pesque”, em que o cliente-pescador paga somente uma taxa maior de ingresso e leva todo peixe que conseguir pescar; e c) o “pesque e solte”, em que o cliente-pescador paga uma taxa de ingresso e pode optar entre devolver ao lago o peixe capturado ou comprá-lo.

OBJETIVO: Média do volume de venda e preferência de preparo de peixes para o consumo nos finais de semana em um pesque pague do município de Guaraciaba-MG no inverno. **ABORDAGEM**

METODOLÓGICA: Caracterizado com um trabalho de estudo de caso, realizado em um Pesque-pague localizado no município de Guaraciaba-MG em que foram coletadas as médias do volume de venda e preferência de preparo de peixes para o consumo durante os finais de semana do inverno, para critério de inclusão as médias foram coletadas no sábado e no domingo. Foram coletados as médias total do volume (kg/vendido), e as médias de preferências para consumo (kg/vendido) em (sujo, limpo, posta, filé). Estes dados foram tabulados em scores percentuais, e posteriormente analisados os percentuais em escala crescente do maior para o menor percentual. **RESULTADOS:** Foi evidenciado que a média total do volume (kg/vendido) nos sábados, foi de 49 (kg/vendido); e os percentuais de preferência para consumo foram (sujo, 16,33%), (limpo 18,36%), (picado em posta 22,45%), (filé, 42,86%) e para o domingo, os escores foram de 62 (kg/vendido); e os percentuais de preferência para consumo foram (sujo, 19,33%), (limpo 22,57%), (picado em posta 21%), (filé, 37,1%) **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Foi evidenciado, a partir dos resultados obtidos que o domingo é o dia dos finais de semana que se tem maior volume (62 kg/vendido) e unanimemente, no que se refere aos scores de preferência para consumo, o filé é o mais solicitado (42,86%), sábado e (37,1%), domingo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. PEZZATO, L. E.; SCORVO, F. J. D. Situação da aquicultura na região sudeste. In: VALENTI, W. C. (Ed.) **Aquicultura no Brasil: bases para um desenvolvimento sustentável**. Brasília: CNPq, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. p. 303-321.
2. VENTURIERI, R. (Ed.). **Pesque-pague no Estado de São Paulo**. São Paulo: Eco Associação para Estudos do Ambiente, 2002. 170 p.

Área de conhecimento do CNPq: 9.02.00.00-6 - Administração

CHS-112

**MÉDIA DO VOLUME DE VENDA E PREFERÊNCIA DE
PREPARO DE PEIXES PARA O CONSUMO NOS FINAIS DE
SEMANA EM UM PESQUE-PAGUE DO MUNICÍPIO DE
GUARACIABA-MG NO VERÃO**

José Geraldo do **CARMO JÚNIOR** (Curso de Administração, FDV)
Alan de Freitas **BARBIERI** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Peixe, Pesque-pague, Comercialização de peixe, Verão

RESUMO:

INTRODUÇÃO: Um pesque-pague (pesqueiro) pode ser definido como “empreendimento comercial de pesca esportiva, realizada em corpo de água artificial e particular, povoado com peixes oriundos de piscicultura” (VENTURIERI, 2002). PEZZATO & SCORVO (2000) apontam a existência de três sistemas para usufruto desses empreendimentos: a) o “pesque e pague”, em que o cliente-pescador paga uma taxa menor de ingresso, mas tem a obrigatoriedade de levar todo o peixe que pescar, cobrado por quilo; b) o “pague e pesque”, em que o cliente-pescador paga somente uma taxa maior de ingresso e leva todo peixe que conseguir pescar; e c) o “pesque e solte”, em que o cliente-pescador paga uma taxa de ingresso e pode optar entre devolver ao lago o peixe capturado ou comprá-lo.

OBJETIVO: Média do volume de venda e preferência de preparo de peixes para o consumo nos finais de semana em um pesque pague do município de Guaraciaba-MG no verão. **ABORDAGEM**

METODOLÓGICA: Caracterizado com um trabalho de estudo de caso, realizado em um Pesque-pague localizado no município de Guaraciaba-MG em que foram coletadas as médias do volume de venda e preferência de preparo de peixes para o consumo durante os finais de semana do inverno, para critério de inclusão as médias foram coletadas no sábado e no domingo. Foram coletados as médias total do volume (kg/vendido), e as médias de preferências para consumo (kg/vendido) em (sujo, limpo, posta, filé). Estes dados foram tabulados em scores percentuais, e posteriormente analisados os percentuais em escala crescente do maior para o menor percentual. **RESULTADOS:** Evidenciou-se que a média total do volume (kg/vendido) nos sábados, foi de 83 (kg/vendido); e os percentuais de preferência para consumo foram (sujo, 14,45%), (limpo 21,69%), (picado em posta 18,08%), (filé, 45,78%) e para o domingo, os escores foram de 118 (kg/vendido); e os percentuais de preferência para consumo foram (sujo, 19%), (limpo 22%), (picado em posta 20%), (filé, 39%). **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Foi evidenciado, a partir dos resultados obtidos que o domingo é o dia dos finais de semana que se tem maior volume, (118 kg/vendido) e unanimemente, no que se refere aos scores de preferência para consumo, o filé é o mais solicitado (45,78%), sábado e (39%), domingo.

REFERENCIAS:

1. PEZZATO, L. E.; SCORVO, F. J. D. Situação da aquicultura na região Sudeste. In: 2. VALENTI, W. C. (ed.). **Aquicultura no Brasil: bases para um desenvolvimento sustentável**. Brasília: CNPq, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. p. 303-321.
2. VENTURIERI, R. (ed.). **Pesque-pague no Estado de São Paulo**. São Paulo: Eco Associação para Estudos do Ambiente, 2002. 170 p.

Área de conhecimento do CNPq: 9.02.00.00-6 - Administração

CHS-113

ESTUDO COMPARATIVO DAS MÉDIAS DOS VOLUMES DE VENDA E PREFERÊNCIA DE PREPARO DE PEIXES PARA O CONSUMO EM UM PESQUE-PAGUE DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA-MG NO INVERNO E NO VERÃO

José Geraldo do **CARMO JÚNIOR** (Curso de Administração, FDV)
Alan de Freitas **BARBIERI** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Peixe, Pesque-pague, Comercialização de peixe, Verão, Inverno, Sanzonalidade de peixes

RESUMO:

INTRODUÇÃO: Um pesque-pague (pesqueiro) pode ser definido como “empreendimento comercial de pesca esportiva, realizada em corpo de água artificial e particular, povoado com peixes oriundos de piscicultura” (VENTURIERI, 2002). PEZZATO & SCORVO (2000) apontam a existência de três sistemas para usufruto desses empreendimentos: a) o “pesque e pague”, em que o cliente-pescador paga uma taxa menor de ingresso, mas tem a obrigatoriedade de levar todo o peixe que pescar, cobrado por quilo; b) o “pague e pesque”, em que o cliente-pescador paga somente uma taxa maior de ingresso e leva todo peixe que conseguir pescar; e c) o “pesque e solte”, em que o cliente-pescador paga uma taxa de ingresso e pode optar entre devolver ao lago o peixe capturado ou comprá-lo.

OBJETIVO: Estudo comparativo da média do volume venda e preferência de preparo de peixes para o consumo em um pesque pague do município de Guaraciaba-MG nos finais de semana de inverno e verão. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Caracterizado com um trabalho de estudo de caso, de cunho comparativo, realizado em um Pesque-pague localizado no município de Guaraciaba-MG em que foram coletadas as médias do volume de venda e preferência de preparo de peixes para o consumo durante os finais de semana do inverno e verão, para critério de inclusão as médias foram coletadas no sábado e no domingo. Foram coletados as médias total do volume (kg/vendido), e as médias de preferências para consumo (kg/vendido) em (sujo, limpo, posta, filé). Estes dados foram tabulados em scores percentuais, e posteriormente analisados os percentuais em escala crescente do maior para o menor percentual.

RESULTADOS: Foi evidenciado para o inverno, que a média total do volume (kg/vendido) nos sábados, foi de 83 (kg/vendido); e os percentuais de preferência para consumo foram (sujo, 14,45%), (limpo 21,69%), (picado em posta 18,08%), (filé, 45,78%) e para o domingo, os escores foram de 118 kg/vendido; e os percentuais de preferência para consumo foram (sujo, 19%), (limpo 22%), (picado em posta 20%), (filé, 39%), e para o verão, foi evidenciado que a média total do volume (kg/vendido) nos sábados, foi de 49 (kg/vendido); e os percentuais de preferência para consumo foram (sujo, 16,33%), (limpo 18,36%), (picado em posta 22,45%), (filé, 42,86%) e para o domingo, os escores foram de 62 (kg/vendido); e os percentuais de preferência para consumo foram (sujo, 19,33%), (limpo 22,57%), (picado em posta 21%), (filé, 37,1%). **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A partir dos resultados obtidos evidenciou-se que, a partir dos resultados obtidos que o domingo é o dia dos finais de semana que se tem maior volume, (118 kg/vendido - verão), (83 kg/vendido - inverno) e unanimemente, no que se refere aos scores de preferência para consumo, o filé é o mais solicitado (45,78%), sábado e (39%), domingo no verão, 42,86%, sábado e (37,1%), domingo do inverno. E, conclusivamente, percebeu-se, que o volume de (kg/vendido), a diferença de vendas foi de (35 kg/vendido) no total entre inverno e verão, deixando evidente que a estação do ano não é uma variável que influencia de forma impactante para o volume total de kg/vendido de peixes.

REFERÊNCIAS:

PEZZATO, L.E.; SCORVO, F.J.D. Situação da aquicultura na região sudeste. In: VALENTI, W.C. (Ed.). *Aquicultura no Brasil: bases para um desenvolvimento sustentável*. Brasília: CNPq, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. p. 303-321.
VENTURIERI, R. (Ed.). *Pesque-pague no Estado de São Paulo*. São Paulo: Eco Associação para Estudos do Ambiente, 2002. 170 p.

Área de conhecimento do CNPq: 9.02.00.00-6 - Administração

CHS-114

MULHERES NA CIÊNCIA: INSPIRANDO FUTUROS E POPULARIZANDO A CIÊNCIA ATRAVÉS DA EXTENSÃO

Paulo Vítor Flores de **BARROS** (Curso de Química, UEMG)
Raphael Campos **CUSATI** (Orientador, UEMG, FDV)

Palavras-chave: Divulgação científica, Protagonismo feminino, Ciência e sociedade

Agência de fomento: UEMG

RESUMO:

INTRODUÇÃO: Ao longo da história da sociedade ocidental, diversos discursos e práticas foram legitimados para sustentar a desigualdade entre homens e mulheres, relegando-as a posições de subordinação e, muitas vezes, punindo severamente aquelas que ousavam romper com tais padrões (Garcia, 2022). A luta feminina por reconhecimento em diferentes espaços sociais e no campo científico é antiga e registrada em análises historiográficas, que revelam tanto suas contribuições quanto a visão restritiva construída pela sociedade. Durante séculos, a mulher foi associada quase exclusivamente ao espaço doméstico, sendo considerada cuidadora, educadora e administradora do lar, ideia reforçada inclusive por argumentos que buscavam naturalizar o cuidado materno como característica inata do feminino (Alic, 1986). Esse entendimento contribuiu para a formação de uma ciência baseada em perspectivas masculinas, que sistematicamente excluíram ou invisibilizaram as mulheres. Essa exclusão se deu por meio de leis que restringiam seu acesso às universidades, de discursos científicos que naturalizavam diferenças biológicas para justificar desigualdades sociais e de processos culturais que negavam visibilidade às cientistas (Silva, 2012). Diante disso, um projeto de extensão da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Ubá, desenvolvido por professores e estudantes de Licenciatura em Química, buscou valorizar a presença feminina na ciência e incentivar novas gerações.

OBJETIVOS: Promover a valorização da participação feminina na ciência, evidenciando suas contribuições históricas e atuais, ao mesmo tempo em que buscou sensibilizar a comunidade escolar para a equidade de gênero nesse campo. Além de incentivar jovens estudantes, a reconhecerem seu potencial e se aproximarem das carreiras científicas, por meio de ações educativas, recursos interativos e espaços de diálogo e acolhimento. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** O projeto combinou atividades teóricas e práticas para valorizar a participação feminina na ciência, incluindo levantamento bibliográfico sobre cientistas mulheres, jogos educativos, recursos audiovisuais, visitas a escolas, palestras e relatos de pesquisadoras, promovendo a participação ativa e o interesse dos estudantes. Por fim, aplicaram-se questionários para avaliar os impactos das ações, analisando conhecimento prévio, percepção sobre a presença feminina na ciência, interesse pela área e sugestões para incentivar meninas a seguirem carreiras científicas. **RESULTADOS:** Entre 50 alunas participantes, antes das atividades, 40% não conheciam cientistas famosas e todas percebiam a presença feminina na ciência como “pouco presente”. Após os encontros, todas relataram maior conhecimento sobre mulheres cientistas, percepção positiva sobre sua participação e aumento do interesse pela ciência. As apresentações de filmes foram destacadas como mais impactantes, seguidas pelas rodas de conversa e jogos educativos. Para incentivar mais meninas a seguir carreiras científicas, 60% sugeriram apresentar mais exemplos de cientistas mulheres e 40% recomendaram atividades práticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Os resultados deste trabalho evidenciam que iniciativas voltadas à valorização das mulheres na ciência têm impacto significativo na percepção e no interesse dos jovens pelo campo científico. As atividades propostas conseguiram ampliar o conhecimento sobre cientistas mulheres, transformar visões limitadas e engajar os participantes por meio de abordagens diversificadas. Além disso, as sugestões das participantes indicam que exemplos concretos e experiências práticas são fundamentais para inspirar novas gerações. Este projeto demonstra que ações educativas bem planejadas não apenas informam, mas também contribuem para a construção de uma cultura científica mais inclusiva, incentivando o protagonismo feminino e rompendo estereótipos persistentes, fortalecendo o caminho para uma ciência com igualdade de oportunidades.

REFERÊNCIAS:

1. ALIC, M. *Hypatia of Alexandria*. In: *Hypatias Heritage: A History of Women in Science from Antiquity to the late Nineteenth Century*. London: The Women's Press. 1986, 230p.
2. GARCIA, A. O. *Mulheres na ciência: conhecendo a trajetória de pesquisadoras da UFRB*. Cruz das Almas, BA: Editora EDUFRB. 2022, 246 p.
3. SILVA, F. F. da. *Mulheres na ciência: vozes, tempos, lugares e trajetórias*. Tese de Doutorado. Rio Grande, 149 p., 2012.

Área de conhecimento do CNPq: 7.08.00.00-6 – Educação

CHS-115

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE ACESSO À JUSTIÇA

Natália Ancelmo **TEIXEIRA** (Curso de Direito, FDV)
 Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (Orientadora, FDV)
 Allysson Eduardo Botelho de **OLIVEIRA** (Coorientador, FDV)

Palavras-chave: Acesso à justiça, Políticas públicas, Direitos sociais, Cidadania

Agente de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A consolidação dos direitos sociais e da cidadania, pilares do Estado Democrático de Direito, depende de políticas públicas que promovam inclusão e reduzam desigualdades. A Constituição de 1988 (CF/88) elevou a dignidade da pessoa humana a valor fundamental e ampliou os direitos sociais, reafirmando a responsabilidade do Estado em efetivá-los. O acesso à justiça surge como meio fundamental de concretização desses direitos, e a assistência social, integrada a outras políticas públicas, desempenha papel estratégico na promoção da igualdade e na ampliação da cidadania. **OBJETIVOS:** Analisar a relação entre direitos sociais, políticas públicas e acesso à justiça, destacando sua evolução conceitual, os desafios de implementação e o papel do Estado na garantia da dignidade e da inclusão social. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva, fundamentada em obras doutrinárias, legislações e documentos normativos. A base teórica inclui Cappelletti e Garth (1988) sobre acesso à justiça, Bucci (2006) sobre políticas públicas e Sarlet (1988) acerca da dignidade da pessoa humana, além da Constituição de 1988 e da Lei nº 8.742/1993, conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que estruturam o sistema de assistência social no Brasil. **RESULTADOS:** A pesquisa mostra que o acesso à justiça, na perspectiva contemporânea, vai além do jurídico-formal, relacionando-se às condições de vida e à efetividade das políticas públicas. A Constituição de 1988 ampliou a justiça social ao reconhecer a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, concretizada pela LOAS por meio de níveis de proteção e do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Barreiras econômicas, descontinuidade administrativa e falta de articulação federativa ainda comprometem sua efetividade. O acesso à justiça depende do fornecimento de meios materiais e jurídicos que garantam igualdade. Integrada a outras políticas, a assistência social é instrumento essencial de inclusão e de realização da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF/88). Para Foletto (2021), políticas públicas são meios de inclusão e efetivação dos direitos constitucionais, fundamentadas no princípio da legalidade, base do Estado Democrático de Direito e do equilíbrio entre autoridade e liberdade. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O estudo revelou que o acesso à justiça é fundamental para a consolidação da cidadania e da igualdade material, configurando-se como direito interdependente dos demais direitos sociais. Constatou-se que as políticas públicas, especialmente as de assistência social, têm papel relevante na democratização do sistema jurídico e na promoção da dignidade humana. Apesar dos avanços normativos e institucionais desde a CF/88, ainda há desafios quanto à efetividade desses direitos, exigindo a redução das desigualdades e o fortalecimento da atuação do Estado. Recomenda-se investigar a eficácia da assistência social e os impactos da inclusão digital e da educação em direitos no fortalecimento da cidadania e do acesso à justiça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 02 out. 2025.
- BUCCI, Maria Paula Dallari. Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.
- FOLETTI, J. O. **Princípio da legalidade como limitador do poder e garantidor de direitos individuais.** JusBrasil, 2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/principio-da-legalidade-como-limitador-do-poder-e-garantidor-de-direitos-individuais/1209501231>. Acesso em: 08 out. 2025.
- CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à Justiça. Porto Alegre: Fabris, 1988.
- SARLET, Ingo Wolfgang. Os Direitos Sociais como Direitos Fundamentais: contributo para um balanço aos vinte anos da Constituição Federal de 1988. *Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica*, v. 20, p. 163-206, 1988.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-116

DENÚNCIAÇÃO CALUNIOSA NA LEI MARIA DA PENHA: ENTRE A PROTEÇÃO E O ABUSO DE DIREITO

Angélica Ellen Cunha **COSTA** (Curso de Direito, FDV)
 Sara **FIALHO** (Orientadora, FDV)

Palavras-chave: Denúnciação caluniosa, Abuso de direito, Violência doméstica

Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A agressão contra as mulheres, especialmente no ambiente familiar, é um problema histórico no Brasil, onde a confiança nas relações afetivas torna as mulheres mais vulneráveis à violência física e psicológica. Isso gerou pressão na sociedade para que o governo criasse leis contra essa violência, resultando na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). Uma pesquisa recente revelou que 68% das mulheres brasileiras conhecem alguém que já sofreu violência, e 30% relataram ter sido vítimas. A violência física é a forma mais comum, afetando 89% das mulheres que sofreram agressões. No entanto, a Lei Maria da Penha muitas vezes é usada de maneira inadequada, não só para proteger as vítimas, mas também como uma forma de retaliação ou manipulação, onde o sistema jurídico é utilizado como uma pressão psicológica por meio de denúncias falsas. Desse modo, o presente artigo orienta-se pelo problema de pesquisa: **Como a aplicação da Lei Maria da Penha pode ser suscetível à prática de denúncia caluniosa, e quais mecanismos jurídicos podem ser adotados para equilibrar a proteção das vítimas concretas com a prevenção do abuso de direito por meio de falsas acusações?** **OBJETIVO:** Analisar a ocorrência e os desdobramentos jurídicos do crime de denúncia caluniosa no contexto da aplicação da Lei Maria da Penha, identificando os limites entre o legítimo exercício do direito de denúncia e o uso abusivo do sistema penal. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A presente pesquisa caracteriza-se como de natureza exploratória, valendo de uma abordagem qualitativa. As reflexões e dados apresentados foram levantados a partir de uma pesquisa bibliográfica nas principais plataformas de conteúdo científico, como *Oásis*, *Scielo*, *Scopus*, adotando-se revisões de literatura das categorias conceituais identificadas. Além disso a pesquisa também se valeu da técnica de coleta de dados documental, sobretudo no que se refere à identificação e análise das principais regulamentações conexas ao tema e jurisprudências, as quais foram analisadas a partir de uma abordagem qualitativa. **RESULTADOS:** A denúncia caluniosa e o abuso de direito têm uma relação, pois ambos envolvem o uso errado de mecanismos legais. A denúncia caluniosa ocorre quando alguém faz uma falsa acusação de crime contra uma pessoa que sabe ser inocente, com a intenção de prejudicá-la e provocando uma investigação. Para que isso seja considerado um crime, é necessário que todos os elementos estejam presentes. Assim, tanto a violência doméstica quanto a denúncia caluniosa são comportamentos inaceitáveis. É comum que vítimas de violência mudem seus depoimentos por diversas razões, mas isso não constitui denúncia caluniosa, e a retratação não obriga o Ministério Público a processar a mulher. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Os elementos apresentados apontam para a fragilidade da valoração de provas pautada exclusivamente nas alegações da vítima. Assim, a pesquisa, externaliza que a análise da denúncia caluniosa, no contexto da violência doméstica, envolve uma complexidade de fatores que vão muito além do enquadramento da conduta em um tipo penal, revelando cenários de violência psicológica, dependência econômica, transtornos emocionais, o que demanda uma atuação integrada não apenas da segurança pública, como também a mobilização efetiva do apoio psicológico.

REFERÊNCIAS:

- BATISTA, Bruna. **Lei Maria da Penha e denúncia caluniosa: A possibilidade de persecução penal sob a perspectiva exclusiva da palavra da vítima.** Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://adelphi-api.mackenzie.br/server/api/core/bitstreams/4ea78e1c-2a7f-4a5d-a96b-6b61f6836860e/content>. Acesso em: 17 set. 2025.
- CORREIA, Gabriel. **DENÚNCIAÇÃO CALUNIOSA NA LEI MARIA DA PENHA.** Centro Universitário Atenas, Paracatu, 2020. Disponível em: https://atenas.edu.br/uniatenas/assets/files/spic/monography/DENUNCIACAO_CALUNIOSA_A_NA_LEI_MARIA_DA_PENHA.pdf. Acesso em: 25 ago. 2025.
- ROMERO, Amanda. **A má utilização da Lei Maria da Penha.** Jusbrasil, 2018. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-ma-utilizacao-da-lei-maria-da-penha/580835727>. Acesso em: 11 ago. 2025.
- SENA, Miguel; MARTINS, Sandro; SILVA, Leonardo. **Lei Maria da Penha: Quando a proteção vira arma.** Revistaf, v.28, ed. 134, mai. 2024. Disponível em: <https://revistaf.com.br/category/edicao134/>. Acesso em: 12 ago. 2025.

Área de conhecimento do CNPq: 6.01.00.00-1 - Direito

CHS-117

PERCEPÇÃO DA PREFERÊNCIA DE PREPARO DE PEIXES PARA O CONSUMO *IN LOCU* EM UM PESQUE-PAGUE DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA-MG NOS FINAIS DE SEMANA DE INVERNO E VERÃO

José Geraldo do **CARMO JÚNIOR** (Curso de Administração, FDV)
Alan de Freitas **BARBIERI** (Orientador, FDV).

Palavras-chave: Peixe, Pesque-pague, Inverno, Verão
Agência de fomento: FDV

RESUMO:

INTRODUÇÃO: Um pesque-pague (pesqueiro) pode ser definido como “empreendimento comercial de pesca esportiva, realizada em corpo de água artificial e particular, povoado com peixes oriundos de piscicultura” (VENTURIERI, 2002). PEZZATO & SCORVO (2000) apontam a existência de três sistemas para usufruto desses empreendimentos: a) o “pesque e pague”, em que o cliente-pescador paga uma taxa menor de ingresso, mas tem a obrigatoriedade de levar todo o peixe que pescar, cobrado por quilo; b) o “pague e pesque”, em que o cliente-pescador paga somente uma taxa maior de ingresso e leva todo peixe que conseguir pescar; e c) o “pesque e solte”, em que o cliente-pescador paga uma taxa de ingresso e pode optar entre devolver ao lago o peixe capturado ou comprá-lo. **OBJETIVO:** Estudo comparativo da média do volume venda e preferência de preparo de peixes para o consumo em um pesque pague do município de Guaraciaba-MG nos finais de semana de verão, entre os dias sábado e domingo. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Caracterizado com um trabalho de estudo de caso, de cunho comparativo, realizado em um Pesque-pague localizado no município de Guaraciaba-MG em que foram coletadas as médias do volume de venda e preferência de preparo de peixes para o consumo durante os finais de semana do inverno e verão, para critério de inclusão as médias foram coletadas no sábado e no domingo. Foram coletados as médias total do volume (kg/vendido), e as médias de preferências para consumo (kg/vendido) em (sujo, limpo, posta, filé). Estes dados foram tabulados em scores percentuais, e posteriormente analisados os percentuais em escala crescente do maior para o menor percentual. **RESULTADOS:** Foi evidenciado para o inverno, que a média total do volume (kg/vendido) nos sábados, foi de 83 (kg/vendido); e os percentuais de preferência para consumo foram (sujo, 14,45%), (limpo 21,69%), (picado em posta 18,08%), (filé, 45,78%) e para o domingo, os escores foram de 118 (kg/vendido); e os percentuais de preferência para consumo foram (sujo, 19%), (limpo 22%), (picado em posta 20%), (filé, 39%), e para o verão, foi evidenciado que a média total do volume (kg/vendido) nos sábados, foi de 49 (kg/vendido); e os percentuais de preferência para consumo foram (sujo, 16,33%), (limpo 18,36%), (picado em posta 22,45%), (filé, 42,86%) e para o domingo, os escores foram de 62 (kg/vendido); e os percentuais de preferência para consumo foram (sujo, 19,33%), (limpo 22,57%), (picado em posta 21%), (filé, 37,1%). **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A partir dos resultados obtidos nos scores referentes aos percentuais de preferência para consumo (sujo, limpo, picado em posta e filé), fica evidente que a preferência no que se refere em consumir o peixe no próprio pesque-pague, (picado em postas), é a segunda opção preferencialmente buscado pelos clientes. Portanto, conclui-se que, outros estudos devem ser estruturados, a fim de investigar as possíveis variáveis que influenciam esta decisão.

REFERÊNCIAS:

1. PEZZATO, L. E.; SCORVO, F. J. D. Situação da aquicultura na região sudeste. In: VALENTI, W. C. (ed.). **Aquicultura no Brasil:** bases para um desenvolvimento sustentável. Brasília: CNPq, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. p. 303-321.
2. VENTURIERI, R. (Ed.). **Pesque-pague no Estado de São Paulo.** São Paulo: Eco Associação para Estudos do Ambiente, 2002. 170 p.

Área de conhecimento do CNPq: 9.02.00.00-6 - Administração

CHS-118

AUDITORIA INTERNA E GOVERNANÇA CORPORATIVA: BENEFÍCIOS E DESAFIOS PARA A SUSTENTABILIDADE ORGANIZACIONAL

Richard José Soares **COSTA**
(Curso de Ciências Contábeis, CESEP)
João Ricardo Brigagão **HILÁRIO** (Orientador, CESEP)

Palavras-chave: Auditoria interna, Governança corporativa, Controles internos.

Agência de fomento: CESEP

RESUMO

INTRODUÇÃO: A Auditoria Interna deixou de ser apenas um mecanismo de verificação contábil, passando a exercer um papel consultivo e estratégico, em consonância com os princípios da Governança Corporativa. Nesse contexto, a Auditoria Interna contribui para a confiabilidade das informações, a avaliação de riscos, o fortalecimento dos controles internos e a efetividade das diretrizes de governança. O ambiente empresarial contemporâneo é caracterizado por elevada complexidade e intensa competitividade, o que impõe novos desafios à gestão e ao controle organizacional. Diante desse cenário, torna-se fundamental a adoção de práticas que assegurem transparência e eficiência, elementos essenciais para a perenidade das empresas. Assim, a Governança Corporativa assume crescente relevância, e a Auditoria Interna consolida-se como um instrumento estratégico nesse processo. **OBJETIVOS:** Este estudo tem como objetivo analisar a importância da Auditoria Interna como instrumento estratégico de apoio à Governança Corporativa, especialmente em contextos marcados pela complexidade, competitividade e transformações digitais. Busca-se, ainda, destacar os principais benefícios e desafios dessa prática para a sustentabilidade organizacional. **REFERENCIAL TEÓRICO:** A Auditoria Interna deixou de ser compreendida exclusivamente como uma ferramenta de verificação contábil, sendo atualmente reconhecida como uma atividade estratégica, independente e objetiva, com a finalidade de agregar valor e aprimorar as operações organizacionais (IIA, 2017). De acordo com Boynton e Johnson (2020), a auditoria contemporânea atua de forma direta na avaliação e no aprimoramento da eficácia dos processos de gestão de riscos, controles internos e práticas de governança. Paralelamente, a Governança Corporativa constitui o sistema por meio do qual as organizações são dirigidas e monitoradas, sendo essencial para o alinhamento de interesses e a promoção da transparência (IBGC, 2015). Conforme o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2015), os pilares da governança são: transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa. A integração entre Auditoria Interna e Governança Corporativa é considerada fundamental. Para Franco e Marra (2019), a Auditoria Interna representa um componente essencial do sistema de governança, ao fornecer segurança e suporte à alta administração. Enquanto a Governança Corporativa estabelece estruturas e diretrizes de controle, a Auditoria Interna assegura sua implementação e efetividade. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A presente pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa e de natureza exploratória. Para a sua realização, foram adotadas a pesquisa bibliográfica e documental, com o objetivo de analisar os conceitos e as normas nacionais e internacionais relacionadas ao tema, de modo a alcançar os objetivos propostos. **RESULTADOS:** Os resultados obtidos indicam que, entre os principais benefícios proporcionados pela Auditoria Interna nas organizações, destacam-se: a prevenção e detecção de fraudes, o fortalecimento dos controles internos, a promoção da transparência, o aumento da credibilidade institucional, o apoio à gestão estratégica, a mitigação de riscos e a difusão da ética corporativa. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Os resultados obtidos indicam que, entre os principais benefícios proporcionados pela Auditoria Interna nas organizações, destacam-se: a prevenção e detecção de fraudes, o fortalecimento dos controles internos, a promoção da transparência, o aumento da credibilidade institucional, o apoio à gestão estratégica, a mitigação de riscos e a difusão da ética corporativa. A Governança Corporativa é diretamente beneficiada por essas práticas, encontrando na Auditoria Interna um aliado fundamental para a consolidação de sua legitimidade e para a promoção da sustentabilidade organizacional.

REFERÊNCIAS:

1. BOYNTON, William C.; JOHNSON, Raymond N. Auditoria. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
2. FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. Auditoria Contábil. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
3. IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. 5. ed. São Paulo: IBGC, 2015.
4. IIA – The Institute of Internal Auditors. International Professional Practices Framework (IPPF). Altamonte Springs: IIA, 2017.

Área de conhecimento do CNPq: 9.02.00.00-6 - Administração

IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA EXTERNA PARA AS ORGANIZAÇÕES DO SETOR PÚBLICO

Wagner Jorge Garcia **JÚNIOR** (Curso de Ciências Contábeis, CESEP)
João Ricardo Brigagão **HILÁRIO** (Orientador, CESEP)

Palavras-chave: Auditoria externa, Agência de fomento, Setor público
Agência de fomento: CESEP-FEM

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A auditoria externa independente, a auditoria estratégica, a auditoria de conformidade e o papel das agências de fomento constituem dimensões complementares da governança e do controle no setor público. As agências de fomento, enquanto responsáveis pela alocação de recursos públicos e pela indução de políticas de desenvolvimento econômico e social, configuram-se como objetos privilegiados de auditoria, em razão do volume expressivo de recursos administrados e dos riscos associados a possíveis desvios ou ineficiências. No contexto do setor público brasileiro, esse debate adquire especial relevância por dois fatores: a intensificação da demanda social por transparência e accountability e a necessidade de avaliar se os investimentos em inovação, crédito e fomento produzem, de fato, impactos socioeconômicos positivos. **OBJETIVOS:** Diante de um ambiente público marcado pela necessidade de decisões estratégicas voltadas ao desenvolvimento econômico e social, este estudo tem como objetivo analisar a integração entre auditoria externa independente, auditoria estratégica e auditoria de conformidade, considerando-as ferramentas de gestão aplicáveis às agências de fomento. Buscou-se evidenciar sua contribuição para a transparência, a confiabilidade das informações financeiras e a conformidade com as normas legais, reforçando seu papel na efetividade da gestão pública. **REFERENCIAL TEÓRICO:** Segundo Boynton, Johnson e Kell (2002), a auditoria externa consiste em um processo sistemático de avaliação das demonstrações contábeis, destinado a conferir credibilidade e confiabilidade às informações financeiras. Para os autores, trata-se de elemento indispensável à confiança dos usuários e ao adequado funcionamento dos mercados e instituições públicas. Já a auditoria estratégica, desloca o foco da mera conformidade para a análise de resultados e impactos das políticas públicas. As agências de fomento assumem função estratégica ao financiar e incentivar iniciativas de caráter econômico, científico e social. Contudo, em razão da magnitude dos recursos administrados, sua atuação demanda auditorias consistentes e rigorosas. A integração entre auditoria externa independente (fidedignidade das contas), auditoria estratégica (efetividade das políticas públicas) e auditoria de conformidade (aderência normativa) proporciona uma abordagem sistêmica. Essa convergência assegura legalidade, confiabilidade e efetividade, fortalecendo a accountability pública e a confiança da sociedade nas instituições estatais (NBASP, 2017; INTOSAI, 2020). **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A pesquisa, de natureza qualitativa e caráter exploratório, foi conduzida por meio de levantamento bibliográfico e documental, com o objetivo de examinar a literatura existente acerca da temática e identificar as principais contribuições relacionadas à integração entre auditoria e governança em agências de fomento. **RESULTADOS:** Os resultados evidenciam a relevância da integração entre auditoria externa independente, auditoria estratégica, auditoria de conformidade e o papel das agências de fomento. Essa articulação, fortalece a transparência e a legitimidade da gestão pública; possibilita a avaliação integrada da legalidade, eficiência e impacto das políticas; contribui para o aprimoramento da governança em instituições que administram grandes volumes de recursos públicos; gera subsídios para o aperfeiçoamento de políticas de desenvolvimento; amplia a accountability perante a sociedade. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que é imprescindível a avaliação estratégica do impacto das políticas de fomento, assegurando que os recursos públicos promovam efetivamente o desenvolvimento sustentável e inclusivo. Ressalta-se, ainda, que a integração entre auditoria externa independente, auditoria estratégica e auditoria de conformidade fortalece a governança, amplia a accountability e contribui para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas.

REFERÊNCIAS:

- Boynton, W. C.; Johnson, R. N.; Kell, W.G. (2002). Auditing: A Risk-Based Approach.
- INTOSAI, 2020. Disponível em: <https://www.intosaicbc.org/>. Acesso em: 28 set. 2025.
- NBASP, 2017. Disponível em: <https://nbasp.irbcontas.org.br/>. Acesso em: 28 set. 2025.

Área de conhecimento do CNPq: 9.02.00.00-6 - Administração

NOVE ANOS DE ENIC FDV: 2017-2025

Luiz Gustavo de Souza **MIRANDA**
Roberto Santos **BARBIÉRI** (Orientador, FDV)

Palavras-chave: Iniciação científica; Pesquisa, Trabalho de curso, Interdisciplinaridade.

Agência de fomento: FDV

RESUMO

INTRODUÇÃO: Até 2016, a Faculdade de Viçosa - FDV - promovia, anualmente, Semanas Acadêmica e Mostras de Trabalhos Acadêmicos, eventos de sucesso, com ampla participação de alunos, docentes, funcionários e público externo, em geral. Em 2017, com a promoção de adequações didático-pedagógicas de seus cursos de graduação, a FDV introduziu nas matrizes curriculares dos mesmos as unidades de ensino de "Trabalho Interdisciplinar Supervisionado", denominadas TIS, baseadas em praticamente todos os períodos dos cursos de graduação da Instituição, visando o estímulo de atividades interdisciplinares de pesquisa e de extensão. Com a implantação dos TIS, foi organizado, ainda em 2017, uma mostra científico-cultural, o Encontro de Iniciação Científica FDV 2017 - ENIC FDV 2017 -, que naquele ano, possibilitou a produção de 110 (cento e dez) trabalhos, os quais foram publicados nos *Anais...* dos Encontros de Iniciação Científica da Faculdade de Viçosa - ENIC FDV 2017 -, uma publicação com características de periódico, registrada na Biblioteca Nacional sob o número ISSN 2527-1520. **OBJETIVOS:** Os *Anais...* dos ENIC da FDV 2025 têm o objetivo de promover os registros sistemáticos dos trabalhos produzidos durante nove anos consecutivos, cuja nona edição coincide com as comemorações dos 24 (vinte e quatro) anos da FDV, bem como a ocorrência da pandemia da Covid-19, bem no meio da trajetória deste periódico e as quantidades de trabalhos e de formatos de realização dos eventos. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** Promoveu-se o levantamento dos quantitativos de trabalhos aceitos e publicados nos *Anais...* do ENIC FDV 2017-2025, os quais estão disponibilizados para consulta pública no portal da FDV, no endereço <www.fdvmg.edu.br>. **RESULTADOS:** Nas 9 (nove) edições dos *Anais...* do ENIC FDV, os trabalhos foram agrupados em três grandes áreas: CBS: Ciências Biológicas e da Saúde; CET: Ciências Exatas e da Terra; e CHS: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. No Quadro abaixo, são apresentados os números de trabalhos publicados por área e por ano. De 2017 a 2019, o número de trabalhos duplicou, passando de 110 para 221 no período, com o evento ocorrendo de forma presencial. Em 2020 a 2022, em função da pandemia da Covid-19, os trabalhos caíram para 166, 150 e 131, respectivamente, e os eventos ocorreram de forma remota em 2020 e 2021, e de forma híbrida desde 2022. Os ENICs FDV também recebem produções de outras IES e o número de instituições que participaram nas nove edições do evento está indicado no Quadro abaixo, observando-se que o número delas praticamente acompanhou a flutuação do número de trabalhos publicados. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A marca de 1.482 trabalhos apresentados nas nove edições dos ENICs FDV 2017 a 2025, uma média de 164 trabalhos por ano, com todos eles publicados no periódico *Anais...* do ENIC FDV, com ISSN 2527-1520, é motivo de orgulho para a FDV nas festividades de seus 24 anos de existência e uma possibilidade de significativo enriquecimento dos currículos dos alunos, docentes e demais colaboradores da publicação.

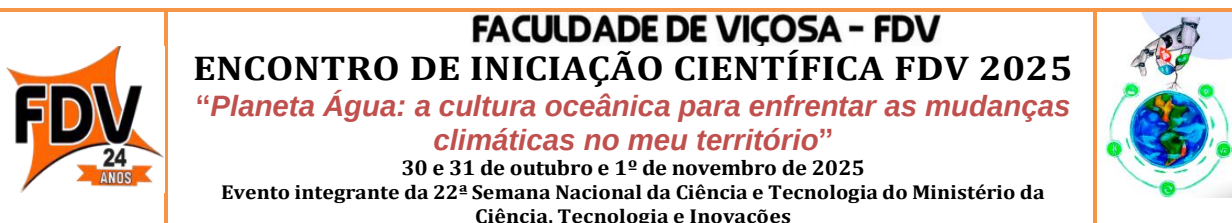
QUADRO. Números de trabalhos apresentados e de IES participantes dos ENIC FDV 2017-2025.

Anos	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
CBS*	19	31	44	13	17	7	15	5	10
CET**	39	51	44	26	25	21	23	23	26
CHS***	52	116	133	127	108	103	152	132	120
Total/ano	110	198	221	166	150	131	190	160	156
Nº de IES	12	20	23	11	10	9	11	14	10

* Trabalhos das Áreas de Ciências Biológicas e da Saúde (*); Trabalhos da Área de Ciências Exatas e da Terra (**); e Trabalhos da Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (***)

REFERÊNCIAS:

- ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - ENIC FDV 2017 - Viçosa-MG. 26 e 27 out. 2017. *Anais...* Janeiro de 2018. ISSN 2527-1520.
- ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - ENIC FDV 2018 - Viçosa-MG. 18 a 20 out. 2018. *Anais...* Janeiro de 2019. ISSN 2527-1520.
- ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - ENIC FDV 2019 - Viçosa-MG. 24 a 26 out. 2019. *Anais...* Janeiro de 2020. ISSN 2527-1520.
- ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - ENIC FDV 2020 - Viçosa-MG. 12 a 14 out. 2020. *Anais...* Janeiro de 2021. ISSN 2527-1520.
- ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - ENIC FDV 2021 - Viçosa-MG. 21 a 23 out. 2021. *Anais...* Janeiro de 2022. ISSN 2527-1520.
- ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - ENIC FDV 2022 - Viçosa-MG. 27 a 29 out. 2022. *Anais...* Janeiro de 2023. ISSN 2527-1520.
- ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - ENIC FDV 2023 - Viçosa-MG. 9 a 11 nov. 2023. *Anais...* Janeiro de 2024. ISSN 2527-1520.
- ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - ENIC FDV 2024 - Viçosa-MG. 9 a 11 nov. 2023. *Anais...* Janeiro de 2025. ISSN 2527-1520.
- ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - ENIC FDV 2025 - Viçosa-MG. 30 de out. a 1º de nov. 2025. *Anais...* Janeiro de 2026. ISSN 2527-1520.



ÍNDICE

PALAVRAS-CHAVES



FACULDADE DE VIÇOSA - FDV
ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA FDV 2025
“Planeta Água: a cultura oceânica para enfrentar as mudanças climáticas no meu território”
 30 e 31 de outubro e 1º de novembro de 2025
 Evento integrante da 22ª Semana Nacional da Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações



ÍNDICE DE PALAVRAS-CHAVES

A

Abuso de autoridade: **CHS-090**
 Abuso de direito: **CHS-116**
 Acesso à justiça: **CHS-029; CHS-079; CHS-115**
 Acesso judiciário: **CHS-104**
 Administração da produção: **CHS-026; CHS-045**
 Adubação orgânica: **CET-004**
 Adulteração infantil: **CHS-046**
 Afetividade: **CHS-054; CHS-096**
 Agência de fomento: **CHS-119**
 Agricultura familiar: **CHS-016**
 Agronegócio: **CHS-035**
 Ambiente organizacional: **CHS-023**
 Análise de gestão: **CHS-026; CHS-045**
 Análise histórica: **CHS-014**
 Análise SWOT: **CHS-059**
 Análise: **CHS-018; CHS-060**
 Animais: **CHS-066**
 Ansiedade: **CBS-006; CBS-007; CHS-052**
 Antirracismo: **CHS-094**
 Aplicações: **CET-007**
 Aprendizagem: **CHS-072; CHS-096**
 Apropriação econômica: **CHS-066**
 Árvore binária: **CET-002**
 Assédio moral: **CHS-047**
 Assistência social: **CHS - 005**
 Atividade física: **CBS-006**
 Ativos biológicos: **CHS-044**
 Ato obsceno: **CHS-091**
 Auditoria externa: **CHS-119**
 Auditoria interna: **CHS-118**
 Auditoria: **CHS-017**
 Autismo: **CHS-058; CHS-071; CHS-078**
 Autista: **CHS-078**
 Autodeterminação do obreiro: **CHS-067**
 Automação: **CET-011**
 Avaliação de país: **CBS-008**

B

B+ Tree: **CET-002**
 Baby leafs: **CET-009**
 Balanço patrimonial: **CHS-060**
 Bananeira: **CET-008**
 Banco de dados: **CET-002**
 Barreiras estruturais: **CHS-030**
 Bem-estar: **CBS-006**
 Bioestimulante: **CET-010**

BodyCam: **CHS-001**
 Boro: **CET-026**
 BPC: **CHS - 005**
 Branding: **CHS-103**
Brassica oleracea var. *Itálica*: **CET-026**
 Brincar: **CHS-031**
 Brócolis: **CET-026**
 B-Tree: **CET-002**
 Burnout: **CBS-010**

C

Câmeras: **CHS-001**
 Campanhas eleitorais: **CHS-102**
 Campanhas públicas: **CBS-003**
 Cebolinha: **CET-025**
 Ciclo de políticas públicas: **CHS-012; CHS-019**
 Cidadania: **CHS-029**
 Cidanania: **CHS-115**
 Ciência e sociedade: **CHS-114**
 Clientes: **CET-015**
Coffea arabica: **CET-005**
 Compensação: **DIR-050**
 Compras governamentais: **CHS-084**
 Comprimento muscular: **CBS-001**
 Comunicação de risco: **CBS-003**
 Comunicação digital: **CHS-101**
 Conflitos: **CHS-023**
 Conformidade legal: **CHS-080**
 Constituição: **CHS-104**
 Constrangimento: **CHS-090**
 Consumo: **CBS-004**
 Contabilidade financeira: **CHS-043**
 Contabilidade geral: **CHS-034**
 Contabilidade pública: **CHS-039**
 Contabilidade rural: **CHS-044**
 Contabilidade tributária: **CHS-024**
 Contabilidade: **CHS-017; CHS-040**
 Contação de história: **CHS-061; CHS-072**
 Contação de histórias: **CHS-087**
 Controladora: **CHS-037**
 Controle de jornada: **CHS-053**
 Controle financeiro: **CHS-043**
 Controle glicêmico: **CBS-005**
 Controles internos: **CHS-118**
 Coordenação motora: **CHS-105**
 Cotidiano: **CET-024**
 CPC 29: **CHS-044**
 Creatina: **CBS-009**
 Creche: **CHS-058**

Crédito de combustível: **CHS-041**
 Criança: **CHS-031; CHS-064; CHS-105**
 Crime de trânsito: **CHS-007**
 Crimes militares: **CHS-010**
 Culpa consciente: **CHS-007**
 Cultura pop: **CHS-063**
 Currículo: **CBS-002**
 Custo de produção: **CHS-016; CHS-044**

D

Dano estético: **DIR-050**
 Dano existencial: **CHS-067**
 Denunciação caluniosa: **CHS-116**
 Depressão: **CBS-006; CBS-007**
 Desafios: **CHS-049; CHS-057; CHS-079**
 Descarte de material biológico: **CET-016**
 Descriminalização: **CHS-011**
 Desempenho acadêmico: **CHS-052**
 Desempenho organizacional: **CHS-033**
 Desenvolvimento: **CHS-071**
 Desenvolvimento de software: **CET-023**
 Desenvolvimento infantil: **CHS-027; CHS-061; CHS-075; CHS-077; CHS-087**
 Desigualdade de gênero: **CHS-069**
 Desigualdade de renda: **CHS-038**
 Desigualdade: **CHS-074**
 Desinfecção: **CET-013**
 Detento: **CHS-002; CHS-090**
 Diabetes: **CBS-005**
 Dignidade humana: **CHS-090**
 Dignidade: **CHS-093**
 Direito a desconexão: **CHS-053**
 Direito à identidade: **CHS-098**
 Direito à saúde: **CHS-004; CHS-049; CHS-065**
 Direito ao respeito: **CHS-098**
 Direito civil: **CHS-080; CHS-081**
 Direito do trabalho: **DIR-050**
 Direito fundamental: **CHS-048**
 Direito penal: **CHS-091; CHS-093**
 Direito: **CHS-012; CHS-021; CHS-095**
 Direitos da criança: **CHS-046**
 Direitos fundamentais: **CHS-079**
 Direitos humanos: **CHS-068**
 Direitos sociais: **CHS – 005; CHS-029; CHS-104; CHS-115**
 Direitos: **CHS-047**
 Divulgação científica: **CHS-114**
 Dolo eventual: **CHS-007**
 DRE: **CHS-085**
 Ensino: **CHS-074**
 Participação social: **CHS-019**

E

ECA: **CHS-046**
 Educação ambiental: **CET-014; HS-062**
 Educação continuada: **CHS-056**
 Educação do campo: **CHS-097**
 Educação emocional: **CHS-077**
 Educação financeira: **CHS-022; CHS-036**
 Educação física: **CBS-002**
 Educação inclusiva: **CHS-075**

Educação infantil: **CHS-028; CHS-031; CHS-055; CHS-077; CHS-087; CHS-088**
 Educação: **CHS-054; CHS-089; CHS-094; CHS-095**
 Efeitos panprocessuais: **CHS-067**
 Eficiência: **CET-011**
 Efluentes: **CET-013**
 EJA: **CHS-074**
 Eleições: **CHS-100**
 Empreendedorismo jovem: **CHS-030**
 Empregabilidade feminina: **CHS-069**
 Empresa: **CHS-020**
 Empresas brasileiras: **CHS-024**
 Engenharia de software: **CET-023**
 ENIC: **CHS-120**
 Ensino: **CHS-028; CHS-052**
 Ensino de química: **CET-018**
 Ensino-aprendizagem: **CHS-054**
 ERP: **CET-020**
 Escola: **CHS-051; CHS-055; CHS-094**
 Estação de tratamento de esgoto: **CET-011; CET-012**
 Estado: **CHS-021**
 Estética do medo: **CBS-003**
 Estratégia emocional: **CBS-003**
 Estratégia: **CHS-018**
 Estratégias de comunicação: **CBS-004**
 Estresse ocupacional: **CBS-010**
 ETE: **CET-013**
 Evolução do direito: **CHS-014**
 Evolução: **CHS-085**
 Excelência de produtos: **CET-015**
 Exercícios físicos: **CBS-005**

F

Fake news: **CHS-100**
 Família: **CHS-051; CHS-055**
 Feijão: **CHS-016**
 Ferramentas de gestão: **CHS-043**
 Filosofia: **CHS-015**
 Fito hormônios: **CET-010**
 Formação cidadã: **CET-014; CHS-062**
 Formação de leitores: **CHS-072**
 Função iterativa: **CET-001**
 Função recursiva: **CET-001**
 Fungo: **CET-008**
 Futebol: **CBS-008**

G

Garantias fundamentais: **CHS-003**
 Germinação e vigor: **CET-003**
 Gestão: **CHS-023; CHS-034**
 Gestão agrícola: **CHS-044**
 Gestão de custos: **CHS-037; CHS-042**
 Gestão de estoques: **CHS-026; CHS-045**
 Gestão de pequenos negócios: **CHS-043**
 Gestão de pessoas: **CHS-025**
 Gestão de projetos: **CET-022**
 Gestão de qualidade: **CET-015**
 Gestão de riscos: **CET-019**
 Gestão empresarial: **CET-020**
 Gestão financeira: **CHS-032; CHS-036**
 Gestão fiscal: **CHS-041**

Gestão municipal: **CHS-039**
 Gestão sustentável: **CET-012**
Glycine max.: **CET-003; CET-010**
 Governança corporativa: **CHS-118**

H

Habilidades da BNCC: **CHS-086**
 Hipertrofia heterogênea: **CBS-001**
 Hipertrofia muscular: **CBS-009**
 Hipertrofia não uniforme: **CBS-001**
 Hipertrofia regional: **CBS-001**
 História do direito: **CHS-015**
 Histórico: **CET-007**
 Horticultura: **CET-025; CET-026**

I

ICMS: **CHS-041**
 Identidade visual: **CHS-063**
 Igualdade: **CHS-013**
 Igualdades: **CHS-009**
 Imagem política: **CHS-102**
 Imparcialidade: **CHS-003**
 Importância: **CHS-027**
 Imposto sobre valor adicionado: **CHS-024**
 Impostos: **CHS-070**
 Incapacidade: **CHS-047**
 Inclusão escolar: **CHS-078**
 Inclusão: **CHS-058; CHS-064**
 Indenização: **CHS-008; CET-002**
 Indisciplina: **CHS-057**
 Influencers: **CHS-099**
 Informação gerencial: **CHS-037**
 Iniciação científica: **CHS-120**
 Integração de processos: **CET-020**
 Inteligência artificial: **CET-017; CET-021; CHS-076**
 Interação pais-filhos: **CBS-008**
 Interdisciplinaridade: **CHS-120**
 Internet das coisas: **CET-017**
 Inverno: **CHS-117**
 Investigação preliminar: **CHS-092**
 ISO/IEC 27001: **CET-019**
 IVA: **CHS-024**
 Pesquisa: **CHS-120**

J

Judicialização: **CHS-049; CHS-065**
 Judiciário previdenciário: **CHS-076**
 Juiz das garantias: **CHS-003**
 Justiça comum: **CHS-010**
 Justiça do trabalho: **CHS-067**
 Justiça fiscal: **CHS-038**
 Justiça militar: **CHS-010**
 Justiça social: **CHS-021**

K

L

Laboratório de análises clínicas: **CET-016**
Lattuca sativa: **CET-004**
 Lei 15.125/2025: **CHS-106**
 Lei de execução penal: **CHS-068**
 LGPD: **CET-019; CHS-048**
 Limites: **CHS-057**
 Linguagens de programação: **CET-001**
 Literatura: **CHS-027**
 Livros sensoriais: **CHS-075**
 LOAS: **CHS - 005**
 Lucratividade rural: **CHS-042**
 Ludicidade: **CHS-031**
Lycopersicon esculentum: **CET-006**

M

Manifestações culturais: **CHS-066**
 Manjerico: **CET-025**
 Marketing de alimentos: **CBS-004**
 Marketing de conteúdo: **CHS-103**
 Marketing político: **CHS-101; CHS-102**
 Massinha: **CHS-105**
 Matemática: **CHS-028**
 Matemática financeira: **CHS-032**
 Maternidade: **CHS-053**
 Medicamentos de alto custo: **CHS-004**
 Medida protetiva de urgência: **CHS-009; CHS-013**
 Meio ambiente: **CHS-086**
 Memes digitais: **CHS-103**
 Mercado local: **CHS-030**
 Metodologias ágeis: **CET-022**
 Metodologias ativas: **CET-018**
 Micro e pequenas empresas: **CHS-040**
 Microempresa: **CHS-060; CHS-085**
 Microempresas: **CHS-036; CHS-084**
 Microrganismos: **CET-013**
 Milho: **CHS-016**
 Mínimo existencial: **CHS-067**
 Monitoramento ambiental: **CET-017**
 Monitoramento eletrônico: **CHS-106**
 Moralidade pública: **CHS-091**
 Motivação: **CHS-033**
 Motricidade fina: **CHS-075**
 MPes: **CHS-032**
 Mudanças climáticas: **CET-017**
 Mulher: **CHS-089**
 Mulheres: **CBS-007**
 Musculação: **CBS-005; CBS-007**
 Musicoterapia: **CHS-071**

N

Nome social: **CHS-098**
 Nova lei de licitações: **CHS-084**
 Nutrição de plantas: **CET-004; CET-005**

O

Orçamento: **CHS-106**
 Orçamento público: **CHS-065**
 Organização da sociedade civil: **CHS-080, CHS-081, CHS-082, CHS-083**

Organização: **CHS-020**
 OSC: **CHS-080; CHS-081; CHS-083**
 Otimização: **CET-001**

P

Participação popular: **CHS-012**
 PCD: **CHS-064**
 Pedagogia: **CHS-088**
 Peixe: **CHS-117**
 Peneira de sementes: **CET-003**
 Penitenciária: **CHS-002**
 Pequenas e médias empresas: **CHS-059**
 Pequenas empresas: **CHS-025; CHS-032; CHS-037**
 Pequenas propriedades: **CHS-042**
 Perda de massa fresca: **CET-009**
 Persuasão: **CBS-004**
 Pesque-pague: **CHS-117**
 Pessoa física: **CHS-035**
 Pessoa jurídica: **CHS-035**
 Planejamento estratégico: **CHS-018**
 Planejamento orçamentário: **CHS-039**
 Planejamento tributário: **CHS-040; CHS-041; CHS-044**
 Planejamento: **CHS-020; CHS-022**
 PME: **CHS-059**
 Poder judiciário: **CHS-079**
 Política tributária: **CHS-038**
 Políticas públicas: **CHS-012; CHS-021; CHS-029; CHS-030; CHS-046; CHS-069; CHS-104; CHS-115**
 População carcerária: **CHS-011**
 Porte de drogas: **CHS-011**
 Porter: **CHS-018**
 Porto Firme-MG: **CHS-030**
 Pós-colheita: **CET-006**
 Práticas cruéis: **CHS-066**
 Práticas pedagógicas: **CHS-086**
 Práticas: **CHS-097**
 Preso: **CHS-090**
 Princípio do *bis in idem*: **CHS-010**
 Privacidade: **CHS-048**
 Privatização de presídios: **CHS-002**
 Procedimentos estéticos: **CHS-008**
 Processo penal: **CHS-003**
 Processo: **CHS-072**
 Produção sustentável: **CET-004; CET-005**
 Produtividade: **CET-010; CET-021**
 Produtor rural: **CHS-035**
 Professores: **CHS-056**
 Programa "Mais Mulheres": **CHS-069**
 Programação orientada a objetos: **CET-023**
 Programação: **CET-021**
 Propriedades: **CET-007**
 Protagonismo estudantil: **CET-018**
 Protagonismo feminino: **CHS-114**
 Proteção de dados: **CHS-048**
 Proteção: **CHS-093**
 Publicidade Infantil: **CBS-004**

Q

Qualidade de bebida: **CET-005**
 Qualidade de software: **CET-022**

Qualidade de vida: **CBS-010**
 Qualidade de vida: **CET-024**

R

Redes sociais: **CHS-099; CHS-101**
 Redistribuição: **CHS-038**
 Reforma tributária: **CHS-024; CHS-070**
 Relação professor-aluno: **CHS-054**
 Relação: **CHS-096**
 Relacionamento interpessoal: **CHS-033**
 Rendimento escolar: **CHS-051**
 Reparação: **DIR-050**
 Reserva do possível: **CHS-065**
 Resíduos biológicos: **CET-016**
 Resíduos sólidos: **CET-016**
 Responsabilidade civil: **CHS-076**
 Responsabilidade médica: **CHS-008**
 Responsabilidade social: **CHS-022**
 Retenção de talentos: **CHS-025**
 Retribuições: **CHS-097**
 Reuso: **CET-012**

S

Satisfação de cliente: **CET-015**
 Saúde mental: **CBS-006**
 Saúde mental: **CBS-010**
 Saúde: **CBS-003**
 Segurança da informação: **CET-019**
 Semiótica: **CHS-063**
 Setor público: **CHS-119**
 Sigatoka negra: **CET-008**
 Sistema acusatório: **CHS-003**
 Sistema de informação: **CHS-034**
 Sistema prisional: **CHS-068**
 Sistema tributário: **CHS-038; CHS-070**
 Sistema Único de Saúde: **CHS-004**
 Sociedade: **CHS-015; CHS-021**
 Supermercados: **CHS-026; CHS-045**
 Supervisão escolar: **CHS-056**
 Sustentabilidade empresarial: **CHS-040; CHS-043**
 Sustentabilidade: **CET-014; CHS-036; CHS-044; CHS-062; CHS-082; CHS-083**

T

Tecnologia da informação: **CET-024**
 Tecnologias da informação e comunicação: **CHS-006**
 Teletrabalho: **CHS-006; CHS-053**
 Terceira idade: **CHS-095**
 Terceiro setor: **CHS-017**
 Terras raras: **CET-007**
 Tomada de decisão: **CHS-034; CHS-039; CHS-040**
 Tomaticultura: **CHS-044**
 Trabalho a distância: **CHS-006**
 Trabalho de curso: **CHS-120**
 Trabalho: **CBS-010; CHS-047;**
 Transformação: **CHS-074**
 Transformações: **CHS-015**
 Transformações contemporâneas: **CHS-014**
 Transparência: **CHS-017; CHS-022; CHS-039; CHS-081; CHS-082; CHS-083; CHS-099**

Transporte rodoviário: **CHS-041**
Tratamento de sementes: **CET-010**
Tratamento degradante: **CHS-047**
Tratamento diferenciado: **CHS-084**
Treinamento resistido: **CBS-001**
Tributação progressiva: **CHS-038**
Tributação rural: **CHS-035**

U

Uniforme da Polícia: **CHS-001**
Usuário: **CHS-011**

V

Verão: **CHS-117**
Vida de prateleira: **CET-006; CET-009**
Vida esportiva: **CBS-008**
Violência contra a mulher: **CHS-089**
Violência doméstica: **CHS-009; CHS-013; CHS-116**
Vulnerabilidade: **CHS - 005**

X

Y

W

Whatsapp: **CHS-100**
Whey protein: **CBS-009**

Z

	FACULDADE DE VIÇOSA - FDV ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA FDV 2025 <i>“Planeta Água: a cultura oceânica para enfrentar as mudanças climáticas no meu território”</i> 30 e 31 de outubro e 1º de novembro de 2025 Evento integrante da 22ª Semana Nacional da Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	
---	---	---

ÍNDICE

AUTORES

	FACULDADE DE VIÇOSA - FDV ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA FDV 2025 <i>“Planeta Água: a cultura oceânica para enfrentar as mudanças climáticas no meu território”</i> 30 e 31 de outubro e 1º de novembro de 2025 Evento integrante da 22ª Semana Nacional da Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	
---	---	---

ÍNDICE DE AUTORES

A

Adelaine Aparecida da **SILVA**: CHS-064; CHS-105
 Adriano de Almeida **PEREIRA**: CBS-001
 Adryele Bruna Martins **CIRO**: CHS-110
 Alan de Freitas **BARBIERI**: CBS-008; CBS-009; CHS-023;
 CHS-025; CHS-030; CHS-099; CHS-100;
 CHS-101; CHS-102; CHS-103; CHS-107;
 CHS-108; CHS-109; CHS-111; CHS-112;
 CHS-113; CHS-117
 Albino Ramos **ANDRADE**: CHS-036; CHS-037; CHS-035;
 CHS-042
 Aline Santana de **OLIVEIRA**: CET-014; CET-015; CET-016
 Allan Kardec Carlos **DIAS**: CET-007; CET-008
 Allysson Eduardo Botelho de **OLIVEIRA**: CHS-012; CHS-
 019; CHS-021; CHS-029; CHS-046; CHS-
 073; CHS-104; CHS-115
 Ana Alice Santos **ALMEIDA**: CHS-032
 Ana Luiza Romão **LOPES**: CHS-059; LOPES: CHS-060
 Andrey Barreto **GOMES**: CET-014; CET-015; CET-016
 Angélica Ellen Cunha **COSTA**: CHS-116
 Arthur Gomides **GODOY**: CET-001; CET-002
 Augusto Gouveia **COLATINO**: CHS-068

B

Bárbara Almeida **CRUZ**: CHS-071; CHS-072
 Bruna de Oliveira **GONÇALVES**: CHS-032; CHS-033
 Bruno de Souza Reis **FERREIRA**: CHS-034

C

Camila Karen Reis **BARBOSA**: CET-003; CET-004; CET-005;
 CET-006; CET-007; CET-008; CET-009; CET-
 010; CET-025; CET-026
 Carla Cristina da **SILVA**: CET-014; CET-015; CET-016;
 CHS-016; CHS-017; CHS-018; CHS-020;
 CHS-022; CHS-023; CHS-024; CHS-025;
 CHS-026; CHS-045; CHS-059; CHS-060;
 CHS-070; CHS-085; CHS-109
 Carla Neves Toledo: **CBS-010**
 Carlos Henrique **HELENO**: CHS-009; CHS-010; CHS-011; CHS-
 013
 Carlos Roberto Bellini **PIMENTA**: CHS-043
 Carmem Inêz de **OLIVEIRA**: CHS-055; CHS-056; CHS-064; CHS-
 105
 Cristiane Calixto de **SOUZA**: CHS-088; CHS-089

D

Daniela de Cássia **TEIXEIRA**: CHS-098
 Daniela Medina **CUPERTINO**: CHS-073
 Daniele Sabrina da **SILVA**: CHS-065; CHS-066; CHS-067
 Danilo Eustáquio de **OLIVEIRA FILHO**: CHS-043; CHS-044
 Débora de Cássia Venâncio **CEZAR**: CHS-057; CHS-058
 Diogo Abdo **JORGE**: CHS-009; CHS-010; CHS-011; CHS-013;
 CHS-068; CHS-090; CHS-091

E

Ederson Pereira Simões **EVANGER**: CET-026
 Eduarda Ferreira **RAMOS**: CHS-033
 Eduarda Signoretti **CAMPOS**: CHS-036
 Eduardo Alfredo de Lima **DULLIUS**: CET-004
 Eduardo Vitor de Souza: **CBS-010**
 Emely Santos **MACEDO**: CHS-108
 Eric Mansur Botelho **FREITAS**: CET-019; CET-020
 Erik Eduardo Augusto da **SILVA**: CHS-070
 Euri Júlia Evangelista **LOPES**: CHS-079

F

Fabício Vilela Andrade **FIORINI**: CET-004; CET-006; CET-009;
 CET-065
 Felipe Batista da **SILVA**: CET-017
 Flávio de Paula **MARTINS**: CHS-038; CHS-041

G

Gabriel Adriano da Silva **BARROZO**: CHS-035
 Gabriel **CARVALHO**: CET-009
 Giovana Martins **BATISTA**: CHS-031
 Giselle Prado **BRIGANTE**: CET-010
 Giselly Renata de **OLIVEIRA**: CHS-075
 Glauciele Macedo **OLIVEIRA**: CHS-018; CHS-085

H

Helen Moraes Alves Cabral: **CBS-010**
 Hermison Teixeira **LEITE**: CHS-044
 Humberto Gabriel Veloso **MAIA**: CHS-016; CHS-030

I

Iágodson de Amorim **VIEIRA**: CBS-008

Igor Brunelle da **SILVA**: CHS-023; CHS-025
 Igor Damasceno de **FARIA**: CHS-021; CHS-029
 Isaque Godoy de **OLIVEIRA**: CET-021; CET-022; CET-023;
 CET-024

J

Jaqueline Pereira de **SOUZA**: CBS-001
 João Ricardo Brigagão **HILÁRIO**: CHS-118; CHS-119
 João Paulo Telini **DOMINGUES**: CHS-039; CHS-034;
 CHS-040
 Joaquim Bárbara **DA SILVA**: CET-010
 Joice Kamila Cândido **JERÔNIMO**: CHS-099
 José Geraldo do **CARMO JÚNIOR**: CHS-111; CHS-112;
 CHS-113; CHS-117
 Juliana Soares Pio **PAIVA**: CHS-076

K

Késia Maria Medeiro do **PRADO**: CHS-096; CHS-097
 Kleso Silva **FRANCO JÚNIOR**: CET-003; CET-005; CET-025

L

Laiz Camargo **MELLO**: CHS-039
 Larissa Gabrieli dos **SANTOS**: CHS-092; CHS-093
 Leonardo Osório **SILVA**: CBS-002
 Letícia Laureano **MACIEL**: CHS-051; CHS-052
 Lilian Martins de **OLIVEIRA**: CHS-106
 Luciana Vanessa Macedo **PEREIRA**: CHS-071
 Luís Henrique Costa **PINTO**: CBS-003; CBS-004; CHS-080; CHS-
 081; CHS-082; CHS-083

M

Maiara Couto **BARRETO**: CBS-003; CBS-004
 Manuelly Luz **SIQUEIRA**: CHS-107
 Marcel Henrique **ANGELO**: CBS-003; CHS-099
 Marcela Santana Cassiano **FERNANDES**: CHS-061; CHS-062
 Marcelo Maranhão **SIMÕES**: CHS-084;
 Márcio Balduino **SARAIVA**: CET-001; CET-002; CET-019; CET-
 020; CET-021; CET-022; CET-023; CET-024;
 CHS-026; CHS-045
 Marcos Felipe Lelis **VIEIRA**: CHS-003; CHS-004; CHS-005; CHS-
 006
 Margareth Machado **DUARTE**: CET-017
 Maria Eduarda de Lima **ALVES**: CHS-100; CHS-101; CHS-102;
 CHS-103
 Maria Eduarda Floresta Silva **VICENTE**: CHS-027; CHS-028
 Matheus Pereira **MONTEIRO**: CET-003
 Michel Lopes **DUARTE**: CET-011; CET-012; CET-013
 Moisés Albuquerque da Costa **FREITAS**: CHS-014; CHS-
 106

N

Natália Ancelmo **TEIXEIRA**: CHS-115; CHS-019
 Natália Eduarda Rosa **MURTINHO**: CHS-007; CHS-008
 Nelson Alves da **LUZ NETO**: CHS-037

O

P

Paula Aparecida Rodrigues **SIMÃO**: CET-025
 Paulo Lima **VERARDO**: CHS-017; CHS-020; CHS-022; CHS-024
 Paulo Víctor Flores de **BARROS**: CET-018; CHS-114
 Pedro Mendes **DIAS**: CET-007; CET-008
 Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA**: CHS-001; CHS-002;
 CHS-004; CHS-005; CHS-006; CHS-007; CHS-
 008; CHS-009; CHS-010; CHS-011; CHS-012;
 CHS-013; CHS-014; CHS-015; CHS-019; CHS-
 021; CHS-029; CHS-046; CHS-073; CHS-076;
 CHS-079; CHS-080; CHS-082; CHS-083; CHS-
 092; CHS-093; CHS-081; FERREIRA: CHS-098;
 CHS-104; CHS-106; CHS-115

Q

R

Rafael da Silva Lucas **VICENTE**: CHS-074
 Rafael Silva **GOMES**: CHS-026; CHS-045
 Rafaela Faria **ANDRADE PINTO**: CBS-009
 Rajá Reda Zorkot **SANT'ANNA**: CBS-002; CHS-027; CHS-028;
 CHS-031; CHS-051; CHS-052; CHS-054;
 CHS-055; CHS-056; CHS-057; CHS-058;
 CHS-061; CHS-062; CHS-064; CHS-071;
 CHS-072; CHS-074; CHS-075; CHS-077;
 CHS-078; CHS-086; CHS-087; CHS-088;
 CHS-089; CHS-094; CHS-095; CHS-096;
 CHS-097; CHS-105; CHS-110
 Raphael Campos **CUSATI**: CET-018; CHS-114
 Raphael de Oliveira **RABELO**: CET-006
 Rayane dos Reis **TEIXEIRA**: CHS-053; CHS-069
 Regiliane Maria Inácia **COELHO**: CHS-094; CHS-095
 Renata Domingues **LEITE**: CHS-038
 Renato Salles **MATTOS**: CBS-002; CHS-027; CHS-028; CHS-
 031; CHS-051; CHS-052;; CHS-054; CHS-
 057; CHS-061; CHS-062; CHS-074; CHS-
 075; CHS-077; CHS-078; CHS-086; CHS-
 087; CHS-088; CHS-089; CHS-094; CHS-
 095; CHS-097; CHS-110
 Richard José Soares **COSTA**: CHS-118
 Roberto Santos **BARBIÉRI**: CHS-118
 Rodrigo Lopes **FIRMINO**: CHS-104
 Rosária Cal **BASTOS**: CHS-012; CHS-014; CHS-015; CHS-
 046
 Rubens de Souza Ribeiro da **SILVA**: CHS-090; CHS-091

S

Samyra Venancio Lima **SOUZA**: CHS-040
 Sara **FIALHO**: CHS-003; CHS-005; CHS-047; CHS-048; CHS-049;
 CHS-050; CHS-053; CHS-065; CHS-066; CHS-
 067; CHS-069; CHS-116
 Sara Luisa da **SILVEIRA**: CHS-054
 Silviane das Graças Manzell **CRUZ**: CHS-048; CHS-047; CHS-049;

CHS-050

T

Tamara Cristina Pereira **NUNES: CHS-077; CHS-078**
 Taylla de Paiva **SILVA: CHS-041**
 Tayná de Moura Silva de **PAULA: CHS-055; CHS-056**
 Tereza Cristina Prado de **OLIVEIRA: CET-005**
 Thais Maria de Oliveira **SILVA: CHS-042**
 Taynara Aparecida **GOMES: CHS-109**
 Thayrine da Silveira de **CARVALHO: CHS-017; CHS-020; CHS-022; CHS-024**
 Thays Silva **PIMENTEL: CHS-086; CHS-087**
 Thiago Dias de **SOUZA: CHS-001; CHS-002**

U

V

Wagner Jorge Garcia **JÚNIOR: CHS-119**
 Victor Reis **MACHADO: CBS-008**

X

Y

W

Wagner Cardoso **CALDEIRA: CET-011; CET-012; CET-013**
 Wallace Mota **FERNANDES: CHS-084**

Z

CURSOS:

**ADMINISTRAÇÃO
CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

DIREITO

EDUCAÇÃO FÍSICA

ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA

ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

PEDAGOGIA

PUBLICIDADE E PROPAGANDA

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO



FACULDADE DE VIÇOSA

Ampliando Horizontes

Rua Gomes Barbosa, 870, Centro- Viçosa-MG
www.fdvmg.edu.br